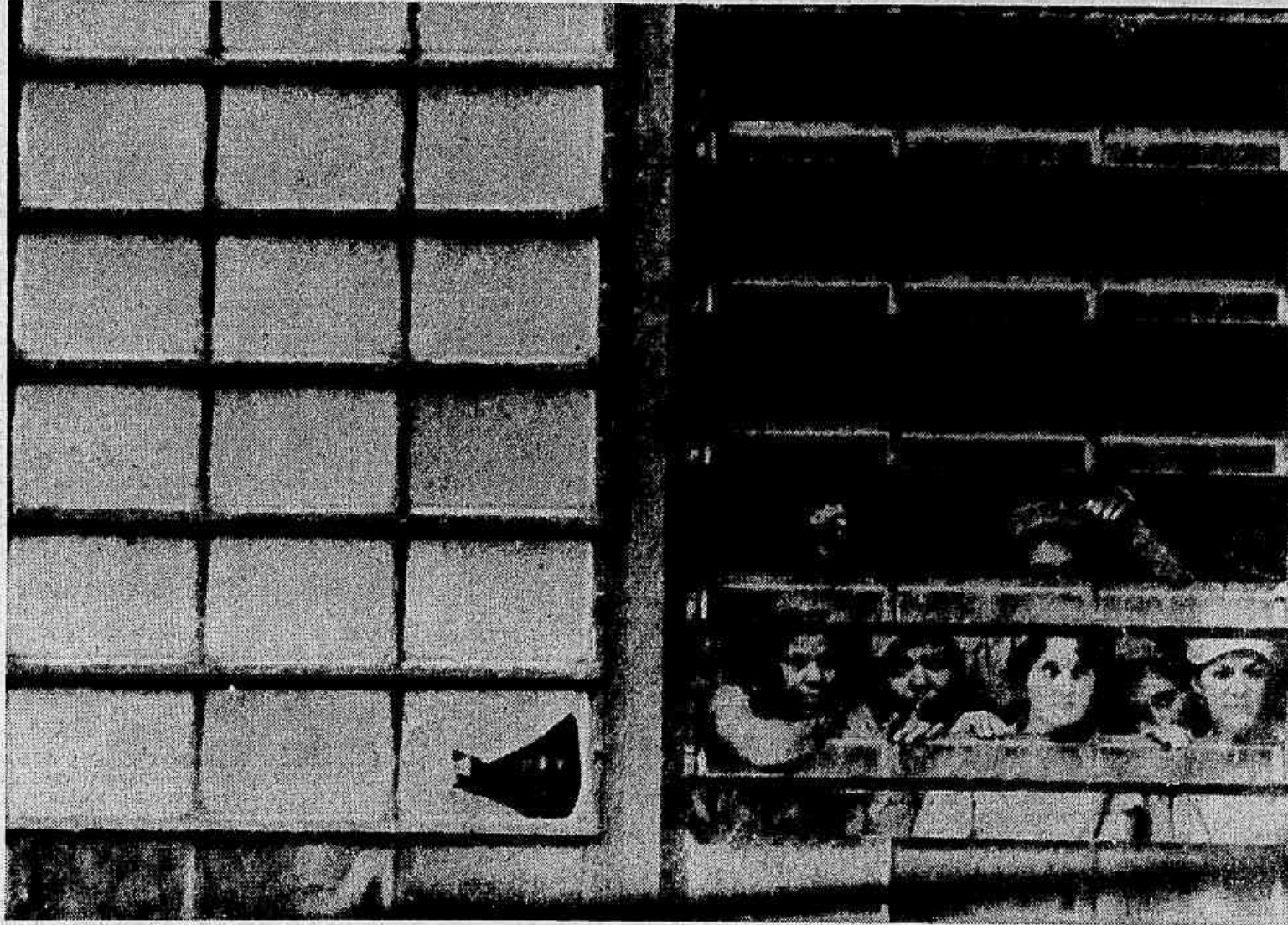


Energia ficará racionada por muito tempo e normalização da água não tem previsão

UM MOMENTO DE MEDO



Sem luz e energia para suas máquinas, a preocupação conduziu operárias da Sousa Cruz à visão direta do temporal na Usina

Sem água, sem energia, sem gás e sem telefones, o carioca viveu ontem o dia mais dramático do estado de calamidade que se apossou do Rio, ante a perspectiva desalentadora de uma prolongada supressão do abastecimento de água, com o colapso total da nova Adutora do Guan- du e danos parciais na antiga e em Ribeirão das Lajes, além do racionamento inevitável de luz e força e numerosas outras consequências das chuvas que fizeram cerca de 500 mortes entre os Estados do Rio e Guanabara.

O déficit no sistema de abastecimento de água é de 1 bilhão e 320 milhões de litros e a única esperança de atenuação imediata é o funcionamento, muito duvidoso, da antiga adutora do Guan- du, que se encontra com quatro bombas paralisadas. A CEDAG condiciona a normalização ao término das chuvas.

A Light só esta manhã deverá concluir o esquema de rodízio para o racionamento de energia, estimando porém que, nos próximos dias, 60% da carga normal estejam em funcionamento.

O fornecimento de gás e o serviço de telefones foram restabelecidos ao fim da tarde, mas as ligações interurbanas são precárias ainda.

Apesar do otimismo do Governo do Estado, é iminente a falta de produtos hortigranjeiros, com a redução das viagens de caminhões que os trazem de São Paulo, Espírito Santo e Estado do Rio, e a escassez do açúcar, por falta de energia para acionar as usinas.

A Secretaria de Saúde reiterou o apelo para que toda a população não vacinada procure os postos médicos a fim de imunizar-se contra o tifo.

O transbordamento do Rio Maracanã provocou o n t e m nova inundação na Tijuca — da Muda ao Largo da Usina. Na região conhecida por Colônia Agrícola da Granja do Rio das Pedras os lavradores foram obrigados a abandonar suas casas devido ao transbordamento do rio. Na altura do Clube Itanhangá, o Rio Cachoeira também transbordou.

Na Confederação da Indústria havia apreensão com a notícia do fechamento de dez e n a s de fábricas, mas os dirigentes da Rio Light tranquilizaram os industriais, acenando-lhes com uma normalização próxima.

O DNER ainda não sabe quando será recuperada a Rodovia Presidente Dutra, mas a partir de ontem saíram ônibus do Rio para São Paulo, utilizando um desvio em Três Rios. Cerca de mil caminhões e 100 automóveis estão detidos no trecho paulista da rodovia. A P o n t e Aérea elevou de 22 para 29 os vãos diários entre Rio e São Paulo. A Central do Brasil transportou o n t e m para São Paulo mais de duas mil pessoas.

Vinte dos 200 cadáveres soterrados na Serra das Araras surgiram ontem durante as escavações. No Hospital de Itaguaí, no Estado do Rio, estão 272 pessoas desabrigadas. Em Paracambi, a situação agravou-se porque a ponte sobre o Ribeirão das Lajes ameaçou ruir e foi interditada. Ali foram encontrados oito corpos, inclusive o de uma menina de dois anos, ainda não identificada.

O Ministro dos Organismos Regionais, Sr. João Gonçalves de Sousa, que ontem fez um apelo às indústrias de São Paulo no sentido de que fornecessem sulfato de alumínio em quantidade, para o tratamento da água no Rio, foi informado de que em Caceria seis cadáveres foram retirados da lama, há 43 em Nova Iguaçu e Paracambi, além de 150 flagelados.

O Serviço de Meteorologia prevê a continuação das chuvas, com menos intensidade e melhoria gradativa do tempo sobre o Rio, cujo movimento no Centro caiu ontem, com o comércio — bares, drogarias, farmácias e restaurantes, sobretudo — praticamente sem vender nada. (Páginas 3, 5, 7, 9, 10, 11, 12, 22, e Editorial na pág. 6).

A CONFIANÇA QUE A TUDO SUPERA



A mão segura fez nascer a coragem que tornou possível a travessia de praças que o dilúvio na Tijuca transformou em rios

Auro e mais 5 promulgam a Carta

Precisamente às 15h55m de ontem, o Presidente do Congresso, Sr. Auro de Moura Andrade, declarou promulgada a nova Constituição do Brasil, na presença apenas de Ministros de Estado, membros do Corpo Diplomático, 300 pessoas nas galerias e menos de 100 dos 469 parlamentares que a votaram com o relógio parado na madrugada de domingo.

A Carta, que entra em vigor no dia 15 de março, foi assinada pelos Presidentes

do Congresso e da Câmara, Srs. Moura Andrade e Batista Ramos, e os Senadores Carreteiro Pinheiro, Guido Mondim, Dinarte Mariz e Joaquim Parente, após os discursos do relator da Comissão Constitucional, Sr. Konrad Reis, do Líder Raimundo Padilha e do Senador Moura Andrade.

Terminada a solenidade às 16 horas, o Ministro da Justiça, Sr. Carlos Medeiros Silva, autor do projeto governamental, declarou que as-

sistira a "uma festa cívica" e estava "bastante satisfeito", enquanto o MDB divulgava um manifesto convocando o povo "para uma campanha de restauração da democracia", pois a nova Constituição "institucionaliza o arbítrio".

O Presidente Castelo Branco recebeu os parlamentares no Palácio do Planalto, afirmando-lhes em sua saudação que "o Congresso não deliberou um impossível e inesperado projeto, porém

soube coroar com êxito o corpo legislativo da reforma brasileira iniciada em março de 1964".

O Presidente da ARENA, Senador Daniel Kriger, reafirmou no Rio que o movimento em favor da revisão da Carta Constitucional ontem promulgada não tem condições de vingar, pelo menos enquanto permanecer o espírito da Revolução, tese da qual o Deputado Herbert Levi discordou inteiramente em São Paulo. (Página 4)

Últimos atos de Castelo são uns dez

O Presidente Castelo Branco deverá baixar, além da Reforma Administrativa, cujo texto definitivo receberá no fim desta semana, mais de uma dezena de decretos-leis. Segundo informações do Palácio do Planalto, quase todos os Ministros vêm apresentando projetos de decretos que deverão ser editados até o dia 15 de março.

Com relação à nova Lei de Segurança, soube-se que o Presidente recomendou, por telefone, ao Ministro Carlos Medeiros, que "abrandasse, na medida do possível", o texto do projeto. (Página 4)

Mao ganha uma nova batalha

Partidários de Mao Tsé-tung conseguiram, depois de uma batalha da qual teriam participado dezenas de milhares de pessoas, assumir o controle da Província de Shanshi, uma das mais importantes regiões industriais da China setentrional, informou ontem a Rádio Pequim, em transmissão ouvida em Hong-Kong.

Segundo a emissora, a batalha teve início a 12 deste mês, quando se soube que as autoridades locais "travavam o retorno ao capitalismo". (Página 2)

ACHADOS E PERDIDOS

CACHORRO PERDIDO — Gratificação a quem encontrar um cãozinho pequenino, peludo, preto e branco, nascido no dia 22-1-67, nas imediações da Rua da Glória, em frente ao n.º 58, favor telefonar para 37-8087 — Penitência Tanquá.

DOCUMENTOS PERDIDOS — De Angelo Andrade Pegorin, Carteira motorista, prontuário n.º 75 325 RJ — Niterói, identidade, caderneta do IATC, licença de condução, placa 26-7936 RJ, todos pertencentes a Santo Antônio de Pádua, RJ. Gratificação a quem encontrar. Tel. 43-6991.

EXTRAVIOU-SE o livro n.º 1 de Registro de Empregados do Sindicato dos Emp. Transp. Cam. G.B. Av. Rio Branco n.º 43, 4.º andar, Tel. 23-2524.

PERDEU-SE uma placa experiência G.B.52 — Pedraza a quem encontrar entregar na Avenida Rio de Janeiro, 2302.

EMPREGOS DOMÉSTICOS

AMAS, ARRUMADEIRAS E COPEIRAS

AGÊNCIA ALEMA OLGA — Tel. 37-7191 — Copeiras, babás, e cozinheiras brasileiras e estrangeiras com ref. precisas e oferecidas. Av. Copacabana, 534, ap. 402.

ARRUMADEIRA-COPEIRA — Com prática, casa de pequena família, que de referência e durma no emprego. Paga-se bem. Tel. 25-5095.

ARRUMADEIRAS — Copeiras e babás, precisas, cômicas, educadas. Rua Senador Dantas, 39, 2.º andar, sala 206.

A AGÊNCIA RIACHUELO, oferece copeiras-arrumadeiras etc. e informações — Tel. 32-0584 e 32-0556 — D. Conceição.

ARRUMADEIRA Copeira e francesa, precisa, que tenha documentos e referências e que goste de crianças, bom ordenado — 27-2770.

ARRUMADEIRA, para lavar e passar roupas finas, casa de tratamento, folga a combinar. Ordenado 60 000, na Rua Paulo César de Andrade, 274, ap. 601. Parque Guinle — Laranjeiras.

BABÁ — Precisa de babá boa aparência, para menina de 2 anos, apresentar-se com carteira e referências. Ordenado inicial Cr\$ 70 000. Tratar na Rua General Roca, 818, ap. 501. Tijuca.

BABÁ — Precisa-se com prática para 3 crianças no colégio. Tratar na Rua Jardim Botânico, 321, ap. 201. Paga-se Cr\$ 50 000.

BABÁ — Cr\$ 60 000 — Precisa-se para 2 crianças, com referência. Tratar Rua Anita Garibaldi, 26, ap. 801.

BABÁ — Precisa-se de uma para três crianças. Pedem-se referências de um ano. Ordenado Cr\$ 70 000. Rua Pereira da Silva, 444, ap. 204 — Laranjeiras.

BABÁ — Governanta — Precisa-se de boas referências e prática. Casa de Cr\$ 100 mil a combinar. Rua Bulhões de Carvalho, 329, ap. 902 — Cop.

COPEIRO-FAXINEIRO — Precisa-se na Rua Fonte da Saudade, 140 — Tel. 26-8805 — Exige-se referências.

CASAL precisa de uma empregada — Paga-se grande salário. Não lava, na Rua Paula Freitas n.º 44, ap. 501 — Copacabana.

COPEIRA-ARRUMADEIRA — Precisa-se dando referências — Rua Constante Ramos, 67, ap. 202 — Copacabana.

COPEIRA — ARRUMADEIRA — Precisa-se para casa de família de tratamento. Dorme no emprego. Exigim-se referências — Rua Tobias Amaral, 30 — Cosme Velho, (Laranjeiras), Tel. 25-2418.

COPEIRA — ARRUMADEIRA — Precisa-se para casa de pequena família de tratamento — Exigim-se referências — Praça de Botafogo, 132, ap. 201.

COPEIRA-ARRUMADEIRA — Precisa-se à Av. Lineu de Paula Machado, 137, ap. 301, Jardim Botânico. Exigim-se referências. Ordenado Cr\$ 35 000, que durma no emprego. Tel. 26-8956.

EMPREGADA — Precisa-se para apartamento de pequena família — Paga-se bem. Tratar: Rua Figueiredo, 121-A, Ld. A.

EMPREGADA — Precisa-se de arrumadeira — Paga-se bem. Rua Visconde de Pirajá, 630, ap. 311 — Ipanema.

EMPREGADA — Precisa-se para família de 2 pessoas. Apartamento pequeno — Folga 1 vez por semana — Exigim-se referências. Rua Raul Pompéia, 195, ap. 413 — Copacabana, cozinhar e todos os serviços.

EMPREGADA piloto serviço. Av. Vieira Souto, 226, ap. 302 — D. Afonso.

EMPREGADA — Precisa-se para família pequena R. Leonor Pôrto 4, ap. 6.

EMPREGADA — Precisa-se para todo serviço, pequena família, dormir no emprego, folga de domingo em quinze dias — Rua Invalidos, 150, ap. 105.

EMPREGADA todo serviço, precisas, que saiba cozinhar bem, 3 pessoas. Leopoldo Miguez 28 ap. 301.

EMPREGADA — Precisa-se para todo o serviço. Tratar: A. B. de Mesquita, 365 ap. 202 — documentos, Agência Alemã Olga — 37-7191.

EMPREGADA doméstica — Precisa-se para família pequena, 200 — Vila Valqueira.

MOCINHA — Precisa-se de uma para casa de família para todo o serviço menos cozinhar. Pedem-se referências. Tratar à Praia de Botafogo, 48, ap. 4.

OPEREIRO arrumadeiras, boas referências. C/ inform. Ag. Agência Riachuelo, Tel. 32-5556 e 32-0584.

OPEREIRO ótima babá com grande experiência e 25, c/5 cozinha. Cam. 3, per. Hosp. Serv. P. M. — Tel. 37-7191.

OPEREIRO ótima copeira-arrumadeira. Ótimas referências e documentos. Agência Alemã Olga — 37-7191.

OPERECEMOS ótimas arrumadeiras, copeiras e babás com boas referências e documentos. Telefone 52-4604.

PRECISA-SE de mocinha com referências, casa de respeito, Rua Toneleros 180, ap. 301. Telefone 37-4373.

PRECISA senhora serviços leves, dormir emprego. Lid. Valongo, 25, c/5 cozinha. Cam. 3, per. Hosp. Serv. P. M. — Tel. 37-7191.

PROCURA-SE empregada competente e experiente para cozinhar, domésticas práticas. Garantias, carteira assinada, alto salário, férias, Instituto, etc. Dorme no emprego. R. S. S. 98, 1.º andar, Rua 19 de Fevereiro, 61, ap. 301. — Botafogo.

PRECISA-SE de uma senhora para atendimento de uma senhora doente — Exigim-se documentos e referências — Não se atende por telefone — Tratar na Rua Visconde de Pirajá, 151-301 — Ipanema.

PRECISA-SE de uma senhora para tomar conta de um casal de idade e mais alguns serviços de casa como arrumar e limpar — Paga-se bem e que dê referências com documentos — Tratar na Rua da Quitanda n.º 79, cm. 9. Sr. Silvio, esquina de Duvidé.

PRECISA-SE de uma empregada doméstica, na Rua Anilz Garibaldi 10, apartamento 801 — Quarta-feira.

PRECISA-SE na Missão Evangélica, domésticas práticas. Garantias, carteira assinada, alto salário, férias, Instituto, etc. Dorme no emprego. R. S. S. 98, 1.º andar, Rua 19 de Fevereiro, 61, ap. 301. — Botafogo.

PRECISA-SE de empregada para trabalhar na parte de manhã ou da tarde, Rua 19 de Fevereiro, 61, ap. 301. — Botafogo.

PROCURA-SE empregada para todo serviço para casal. Rua Felipe de Oliveira, 40, ap. 1001 — Copacabana.

PRECISA-SE de uma empregada doméstica na Rua Haddock Ló — Paga-se bem e que dê referências com documentos — Tratar na Rua da Quitanda n.º 79, cm. 9. Sr. Silvio, esquina de Duvidé.

PRECISA-SE — De casal p. tomar conta de senhora idosa. Paga-se bem. Rua Vaz de Toledo 840, Eng. Niterói.

PRECISA-SE empregada para trabalhos domésticos. Paga-se muito bem. — Rua Santana, 77, ap. 107.

COZINH. E DOCEIRAS

AVIADOR visita muito procura cozinheira trivial fino. 80 mil. Rua da Carioca, 55, ap. 201.

ATENÇÃO — Cozinheiras, precisas, ótimas referências. Rua Senador Dantas, 39, 2.º andar, sala 206.

AGÊNCIA RIACHUELO, oferece cozinheira, babá etc. e informações. Tel. 32-0584 e 32-5556 — D. Conceição.

COZINHEIRA — Precisa-se Cr\$ 100 mil — Trivial fino, ajuda em casa — Rua Sousa Lima, 178, ap. 802 — Posto 4.

COZINHEIRA — Precisa-se para trivial fino. Paga-se Cr\$ 80 000. Fonegras referências. Rua 34 trivial fino, dando referências. — Rua Pompeu Leão, 148, ap. 700 — Tel. 57-0522 — Copacabana.

COZINHEIRO — Precisa-se hotel familiar, ajudante com batente casa de família, id. para fazer almoço, de preferência portuguesa. Tratar na Rua Taylor n.º 36 — Lapa. Tel. 42-1462.

COZINHEIRA — Precisa-se para casa de família de tratamento. Exigim-se referências. Dorme no emprego. Rua Tobias Amaral, 30, Cosme Velho, (Laranjeiras). Tel. 25-2418.

COZINHEIRO — Precisa-se cozinhar e cozinheira com prática. Tratar Rua Urano, 1327 — Olaria.

COZINHEIRA — Precisa-se para trivial fino. Paga-se Cr\$ 80 000. Fonegras referências. Rua 34 trivial fino, dando referências. — Rua Pompeu Leão, 148, ap. 700 — Tel. 57-0522 — Copacabana.

Orçamento de Johnson pede 22 bilhões para guerra

OS JOVENS IRADOS



Estudantes neozelandeses protestam contra a guerra diante do hotel de Cao Ky, em Auckland (UPI)

Vietcongs abatem helicóptero que levava general americano

Saigon, Auckland, Londres (UPI-JB) — Artilheiros comunistas derrubaram ontem, a 35 quilômetros de Saigon, o helicóptero em que viajava o Comandante da 106.ª Brigada de Infantaria Leve dos Estados Unidos, General Richard Knowles, que há menos de dois meses passou por idêntica experiência e nas duas vezes conseguiu escapar ileso.

Ainda mais perto de Saigon, os caça-bombardeiros americanos atacaram uma suposta concentração de guerrilheiros nas selvas próximas à floresta de Bien Hoa, em operação quase inteiramente visível do centro da Cidade, onde o tráfego, em plena hora de rush, ficou virtualmente paralisado, com milhares de automobilistas parados na rua para acompanhar as idas e vindas dos jatos.

TRIANGULO DE FERRO

O ataque ao helicóptero do General Knowles ocorreu no bosque de Hoho, na extremidade ocidental do Triângulo de Ferro, onde as tropas aliadas estão há semanas em Operação-Limpeza, para eliminar da área o sólido baluarte comunista, do qual são lançados ataques contra Saigon.

Os artilheiros, escondidos entre as árvores, fizeram fogo com armas automáticas no momento em que o helicóptero le-

vantou voo. O piloto conseguiu fazer um "pouso de emergência controlado" perto de um grupo de vanguarda da Brigada. Em dezembro, quando o General Knowles passou por ataque idêntico, o piloto conseguiu fazer um pouso normal.

Na guerra aérea, as operações contra o Vietnã do Norte foram reduzidas ao mínimo pelas fortes chuvas de monção. Mas os bombardeiros B-52, que se orientam por aparelhagem eletrônica, despejam centenas de toneladas de bombas sobre supostas concentrações comunistas na zona desmilitarizada que separa os dois Vietnãs.

Os porta-vozes informaram ontem que na segunda-feira a aviação americana realizou 42 missões, também prejudicadas pelo mau tempo, e perdeu um Phantom, derrubado pelo fogo antiaéreo (os pilotos foram dados como perdidos).

O principal alvo dessas missões foi um páteo ferroviário perto de Tanh Hoa, importante entroncamento na região meridional do Vietnã do Norte. Atacam também as estradas que dão acesso à entrada do passo de Mu Gia e à rota de Ho Chi Minh.

TUNEIS

Nas operações terrestres ao longo das costas centrais, a mais de 300 quilômetros

a nordeste de Saigon, tropas americanas continuaram a avançar contra uma enorme rede de túneis no sopé de uma montanha, tentando expulsar deles os guerrilheiros, as mulheres e as crianças que os usavam como esconderijo. Segundo um porta-voz, cerca de 70 pessoas morreram em escaramuças em torno da rede de túneis.

CAO KY

O Primeiro-Ministro sul-vietnamita, Nguyen Cao Ky chegou ontem com atraso a Auckland, na Nova Zelândia, porque vários pacifistas se infiltraram em seu cortejo e um deles foi ferido na perna, ao ser atropelado pelo carro do Chefe de Polícia.

Depois, os policiais tiveram de lançar gás contra os manifestantes, para afastá-los do hotel em que se hospedava Cao Ky.

EXERCITO DE JOVENS

Em Londres, o antigo dirigente sindical Harry Knight propôs a criação de um exército de dois mil jovens de todos os países do mundo, que se disponham a ir ao Vietnã, para convencer as facções em luta a celebrar trégua e negociar a paz.

rubar Mao Tsé-tung. Da batalha, teriam participado dezenas de milhares de pessoas.

O correspondente da agência japonesa Kyodo informou ontem que o Ministro da Defesa Lin Piao perdeu terreno como herdeiro presumido de Mao Tsé-tung, tendo sido suplantado pela mulher deste, Chiang Ching. Presidente do Comitê da Revolução Cultural no Exército. Observadores de Hong-Kong especularam que a ascendência de Chiang Ching no Exército poderia explicar a ordem de Mao, há dois dias, de convocação das forças militares necessárias para suprimir os focos de rebelião.

Um porta-voz da Embaixada chinesa em Paris afirmou que a volta dos estudantes não significará o encerramento do programa de intercâmbio cultural sino-francês, mas apenas uma interrupção, de caráter provisório.

O corpo de bombeiros de Paris foi notificado, há dois dias, de que alguns estudantes chineses, residentes nos subúrbios a sudoeste da Cidade, armaram grande fogueiras com livros burgueses adquiridos durante sua estada na França.

Dos estudantes chineses em Paris, quatro cursavam uma instituição de elite, a Escola Francesa de Ciência Política. Os outros estudavam francês em diversos centros da Alliance Française.

Washington (UPI-JB) — Presidente Lyndon Johnson enviou ontem ao Congresso o projeto de orçamento para o próximo período fiscal — junho/67 a junho/68 —, em que pede a soma recorde de 22,4 bilhões de dólares para a guerra do Vietnã e aumento de 6% nos impostos para enfrentar o déficit de 4,3 bilhões de dólares.

A oposição republicana pronunciou-se imediatamente contra o orçamento, acusando o Governo de haver manipulado as cifras para apresentar gastos diminuídos e receitas elevadas, e anunciou que vai reduzir os gastos para fins civis. Dos US\$ 172 bilhões, que constituem o montante do orçamento, US\$ 73,1 bilhões são para gastos militares.

AUMENTOS

O orçamento proposto por Johnson prevê um aumento de US\$ 5,5 bilhões nos gastos militares, US\$ 5 bilhões para aposentadorias, US\$ 4,2 bilhões para a execução do projeto da Grande Sociedade e de apenas 15 milhões para a Aliança para o Progresso, que disporá, para todo o ano, de uma verba de US\$ 624 milhões.

Pelos cálculos previstos no orçamento, é admitida a hipótese de que a guerra do Vietnã não se agravará além do que Johnson espera, os Estados Unidos gastarão um total de 48,7 bilhões de dólares nos próximos quatro anos, no conflito do Sudeste asiático. A verba destinada à guerra representa um aumento de US\$ 2 bilhões em relação ao período fiscal que se encerra em junho próximo.

ALIANÇA

Dos US\$ 624 milhões solicitados para a Aliança para o Progresso, serão destinados US\$ 443 milhões a empréstimos para desenvolvimento, US\$ 100 milhões a assistência técnica e US\$ 81 milhões a contribuições a organismos financeiros internacionais e fundos para equilíbrio orçamentário.

Na mensagem em que encaminhou o projeto de orçamento, o Presidente Lyndon Johnson esclareceu que os fundos destinados à Aliança para o Progresso poderão ser aumentados, dependendo dos resultados da reunião dos presidentes americanos, onde será feito um balanço da política e do programa da Aliança.

CUBANOS

Propôs Johnson ao Congresso, também, uma dotação de US\$ 51,2 milhões de dólares de ajuda aos refugiados cubanos, ou seja, um aumento de US\$ 8 milhões em relação ao ano passado: mais da metade do aumento concedido à ajuda para toda a América Latina, através da Aliança para o Progresso.

O orçamento prevê, ainda, uma verba de um milhão de dólares para a construção de uma fábrica experimental de farinha de peixe que, segundo o Presidente Johnson, constituirá um apoio significativo à luta contra a fome no mundo, dado o alto conteúdo de proteínas que contém aquele alimento.

AJUDA EXTERNA

Para a ajuda ao exterior, o Presidente Johnson solicitou verba de US\$ 4,8 bilhões, cuja liberação, se aprovada pelo Congresso, exigirá dos países que vierem a ser favorecidos a adoção de medidas mais eficientes de auto-ajuda como condição fundamental.

Johnson frisou que as verbas destinadas à ajuda deverão ser aplicadas preferencialmente nos setores da agricultura, saúde e educação e acrescentou que essa ajuda será concentrada nos países que, segundo os Estados Unidos, apresentam maiores possibilidades de desenvolvimento.

O orçamento trocado em miúdos

Estes são os pontos principais do orçamento federal dos Estados Unidos, para o ano fiscal que terá início a primeiro de julho próximo:

Despesa total — Atinge um recorde de 172,4 bilhões de dólares e inclui 73,1 bilhões para a defesa nacional e 25,8 bilhões para os programas internos de ajuda aos pobres.

Receita — Estimada em 168,1 bilhões, isso pressupõe que o Congresso aprove o pedido de Johnson para um acréscimo de 6 por cento sobre o imposto de Renda das pessoas físicas e jurídicas e a elevação das taxas postais para que se obtenha uma receita extraordinária de 700 milhões de dólares durante o ano.

Deficit — Prevê-se que chegará a 4,3 bilhões de dólares. Se o aumento do imposto de Renda não for aprovado, o deficit chegará a 10,8 bilhões.

Deficit Administrativo — As cifras anteriores se aplicam ao "deficit de caixa", que inclui todas as receitas governamentais com o público e para pagamentos a ele. O "deficit administrativo", que exclui todas as receitas e despesas com a seguridade social, estradas e outros setores do serviço público, apresenta rendas de 126,9 bilhões de dólares, despesas de 135 bilhões e um deficit de 8,1 bilhões.

Impostos — Além do acréscimo de seis por cento, que havia anunciado anteriormente, o Presidente Johnson propôs um aumento de 6.000 para 7.800 dólares no nível mínimo de renda anual sujeito a impostos

de seguridade social. Ele também sugeriu uma elevação para 5 por cento dos impostos que empregadores e empregados deverão pagar para fins de seguridade social, a partir de 1 de janeiro de 1969. Seu objetivo é aumentar o recolhimento atual de 290 dólares por ano para 390. Outras propostas para o aumento de receita incluem impostos mais elevados sobre combustíveis diesel e caminhões pesados, além de um novo imposto de dois por cento sobre frete aéreo. As reduções nos impostos sobre chamadas telefônicas de 10 para um por cento e sobre automóveis de sete para dois por cento poderiam entrar em vigência, como está previsto, em 1 de abril de 1968.

Vietnã — Treze centavos de cada dólar gasto pelo Governo norte-americano, no ano fiscal de 1968, irão para o Vietnã. A despesa orçada de 22,4 bilhões inclui 500 milhões de dólares para ajuda econômica e reconstrução.

Despesas militares — No orçamento da defesa de 73,1 bilhões estão incluídos fundos para que se possa elevar o arsenal de mísseis prontos para combate a mais de 1.700 e dar início, se necessário, ao trabalho de construção do antimísil Nix-X. Estão previstas também a colocação de mais helicópteros em serviço, verbas para dar início à construção de um terceiro porta-aviões de ataque movido a energia nuclear, para a Marinha. O pessoal militar seria aumentado em 135 mil, o que signifi-

caria um novo total de 3 464 000 homens em armas.

Espaço — A despesa foi limitada em 5,3 bilhões de dólares ou seja, 300 milhões a menos que no corrente ano fiscal. O programa espacial tem como um dos objetivos a descida de uma tripulação na Lua em 1970, que será seguida, nos próximos anos, pelas viagens de exploração que poderão durar, no máximo, até três semanas. Os planos espaciais preveem também a colocação de astronautas em órbita em torno da Terra em 1970, durante período não superior a um ano.

Pobreza — Incluindo os benefícios de seguridade social e assistência pública, o Governo gastará 25,8 bilhões de dólares, durante o ano de 1968, numa série de programas de ajuda aos pobres. Isso significa um aumento de 13,6 bilhões em relação ao ano fiscal de 1967 e resulta, em sua maior parte, da elevação média de 20 por cento nos benefícios de seguridade social, que o Presidente Lyndon Johnson propôs na última segunda-feira.

Outros grandes programas — O orçamento prevê 4,8 bilhões de dólares para programas de saúde, 4,8 bilhões para ajuda à educação, 4,1 bilhões para estradas, 3,2 bilhões para programas agrícolas, 2,4 bilhões para ajuda econômica externa, 2,3 bilhões para energia atômica, 6,1 bilhões para benefícios aos veteranos de guerra e 14,2 bilhões para juros sobre a dívida pública.

Antifoguetes dependem da URSS

Washington (UPI-JB) — O Presidente Johnson revelou ontem, ao submeter ao Congresso o novo orçamento, os planos provisórios de criação de um sistema de defesa antifoguetes, acrescentando que o início da implantação dependerá de entendimentos com os soviéticos sobre a limitação dessas armas de defesa extremamente caras.

Na parte relativa a foguetes ofensivos, há a determinação de prosseguir no aperfeiçoamento do Fuzilagem, com múltipla ogiva, e a adaptação dos submarinos movidos a energia nuclear para transportar esse foguete, cabendo para isso uma dotação de um bilhão e 100 mil dólares. Outro foguete com ogiva múltipla, o Minuteman III, com base em terra, foi contemplado com 250 milhões.

O plano de defesa de Johnson, cinco bilhões de dólares

mais elevado do que o do ano anterior, significa uma despesa de dois milhões por dia para manter as Forças Armadas em expansão prontas para "ameaças de guerra de qualquer tipo, em qualquer lugar".

Não houve promessa de terminar a guerra, mas as forças norte-americanas na Vietnã poderão ser acrescidas de 75 a 100 mil homens, atingindo meio milhão de homens, segundo os planos atuais. Os efetivos das Forças Armadas serão elevados para 3 464 000 homens, e está prevista a manutenção de 1 710 foguetes balísticos baseados em terra ou em submarinos, 34 408 aviões e 928 navios.

Cabeção ao Exército 23,4 bilhões; à Marinha, 20,4; à Força Aérea, 24,1; aos órgãos de defesa, defesa civil e ajuda militar externa, 5,2 bilhões.

O sistema de defesa antifoguetes, planejado, segundo funcionários do Departamento de

Defesa, prevê "primordialmente a proteção das bases de foguetes intercontinentais, no custo de quatro ou cinco bilhões de dólares, deixando de lado as grandes cidades. Como o Congresso poderá não ver com bons olhos um sistema de proteção limitado às bases de mísseis, foi preparado outro plano mais amplo, incluindo as grandes cidades, no custo de 30 bilhões.

A Marinha encomendará um terceiro porta-aviões nuclear, 34 navios convencionais e modernizará outros 21, incluindo entre as novas unidades três submarinos nucleares. Johnson aprovou a construção de uma fragata movida a energia nuclear, no custo de 151 milhões.

O maior item isolado de fabricação, no orçamento, é como sempre o dos aviões elevando-se ao total de nove bilhões de dólares.

Presidente terá de manobrar

Washington (UPI-JB) — Os membros do Congresso norte-americano acham que o Presidente Johnson terá que manobrar politicamente para obter votos e impedir reduções drásticas nas despesas internas, já que os democratas se uniram à minoria republicana fortalecida, contra o Presidente, apesar de sua advertência de que os cortes causarão prejuízos sérios aos programas internos vitais.

Os programas espacial e de combate à pobreza deverão ser os mais atingidos, no desejo

evidente de se evitar o aumento dos impostos. Johnson dá prioridade ao Vietnã e aos gastos da Grande Sociedade, que também serão grandemente reduzidos, segundo afirmou o Senador democrata Russell Long, Presidente da Comissão de Finanças.

Os republicanos acusaram Johnson de reduzir as despesas e aumentar a receita e, dessa forma, apresentar um deficit artificialmente baixo. Obviamente, o próximo deficit será maior que o previsto, conforme acentuou o líder do GOP

(Great Old Party), Everett Dirksen.

O republicano Melvyn Laird declarou que Johnson substituiu os custos da defesa em pelo menos US\$ 2,5 bilhões e não fez qualquer previsão para uma possível futura escalada da guerra no Vietnã. Ele e Dirksen atacaram o projeto de Johnson de vendas de ações do Governo, no valor de US\$ 5,3 bilhões, cujo objetivo seria manter estacionário o proposto deficit de US\$ 4,3 bilhões.

Como evoluíram os gastos nos EUA

O quadro seguinte permite comparar o novo orçamento financeiro do Presidente Lyndon Johnson para o ano fiscal de 1968 com alguns outros recentes, apresentados em números redondos e em bilhões de dólares

	Receita	Despesa	Deficit ou superavit
1968 (proposto)	168,1	172,4	deficit de 4,3
1967 (estimativa)	154,7	160,9	deficit de 6,2
1966 (atual)	134,5	127,8	deficit de 3,3
1965	119,7	122,4	deficit de 2,7
1964	115,5	120,3	deficit de 4,8
1963	109,7	113,8	deficit de 4,0
1962	101,9	107,7	deficit de 5,8
1961	87,2	99,5	deficit de 2,3
1960	85,1	94,3	super. de 0,8
1959	81,7	94,8	deficit de 13,1

Este outro quadro mostra como o orçamento administrativo, mais popularizado, que inclui dotações como as de previdência social, Medicare e rodovias, se compara com os de anos recentes e de determinados anos passados.

	Receita	Despesa	Deficit ou superavit
1968 (proposto)	126,9	135,0	deficit de 8,1
1967 (estimativa)	117,0	126,7	deficit de 9,7
1966 (atual)	104,7	107,0	deficit de 2,3
1965	93,1	96,58	deficit de 3,4
1964	89,5	97,7	deficit de 8,2
1963	88,4	92,6	deficit de 6,2
1962	81,4	87,8	deficit de 6,4
1961	77,7	81,5	deficit de 3,8
1960	72,7	76,8	super. de 1,1
1959	67,9	80,3	deficit de 12,4
1958	68,5	71,3	deficit de 2,8
1957	70,6	69,0	super. de 1,6

Dados referentes a alguns anos dignos de nota:

	Receita	Despesa	Deficit ou superavit
1917	1,1	1,9	deficit de 0,8
1919 (época da despesa com a I Guerra Mundial)	5,2	18,5	deficit de 13,3
1930	4,1	3,4	super. de 0,7
1940	3,7	6,5	deficit de 2,8
1945 (época da despesa com a II Guerra Mundial)	5,2	9,1	deficit de 3,9
1946	44,4	98,3	deficit de 53,9

3 a 8 décimos por cento sobre o valor da mercadoria.

ARMAZENAGEM TÉCNICA — Emissão de "warrant", elemento de garantia para financiamentos. Balança com certificado de peso. Posto de lubrificação para qualquer tipo de veículo.

Pr. de S. Cristóvão, 24 a 34 — Tel. 54-1601 e 34-4973 — GB

IMPÔSTO DE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS

A Diretoria do Sindicato dos Contabilistas do Rio de Janeiro convida os contabilistas e homens de empresa para assistirem à palestra, que, em prosseguimento, pronunciará, na sede deste Sindicato, à Rua Buenos Aires, n.º 283, 5.ª-feira, dia 26 do corrente mês, às 19 horas, o Dr. ELOY ANTONIO SALVADOR, ilustre Diretor da Inspetoria de Rendas, sobre o novo Imposto de Circulação de Mercadorias, permitindo-se perguntas, formuladas por escrito.

a) Pindaro J. A. Machado Sobrinho
Presidente

AGÊNCIA DO JORNAL DO BRASIL

MEYER
PARA ANÚNCIOS CLASSIFICADOS E ASSINATURAS

RUA DIAS DA SILVA, 744
DAS 8:30 AS 17:30 HORAS
SABADOS: DAS 8 AS 11 HORAS

GRÜMEY GUARDATUDO

Água no Rio tem deficit de mais de um bilhão de litros

Menos 330 litros de água serão fornecidos hoje a cada um dos quatro milhões de habitantes da Guanabara, devido à queda de uma pedra de seis toneladas na primeira adutora de Ribeirão das Lajes, no Rio Acari, à paralisação de quatro bombas na velha adutora da Guandu e ao colapso total da nova, resultando num deficit total de 1 bilhão 320 milhões de litros de água no abastecimento da Cidade.

Enquanto isso, o Diretor de Operações e Manutenção da CEDAG — Sr. Adílio Monteiro de Barros — disse que "existe uma esperança muito remota de que o Guandu velho entre em funcionamento, apenas com um sétimo da sua potência, equivalente a 100 milhões de litros de água por dia".

DRAMA

— A estação de tratamento da antiga Guandu, está recebendo lama em vez de água — continuou — apesar dos testes de floculação ontem, terem indicado menor turbidez e cor no líquido. A limpeza no quilômetro 54 da Via Dutra, onde os detritos são atirados no Paraíba, podem contudo causar mais poluição na água, o que infelizmente não pode ser evitado. A paralisação desta adutora representa um deficit de 400 milhões de litros por dia no abastecimento.

— Por outro lado, o drama das torres secas continuaria mesmo sem estes fatores — afirmou o Sr. Adílio de Barros — já que a falta de energia na Cidade impede que as bombas funcionem nos edifícios. É possível que hoje os bairros do Flamengo, Catete, Ilha do Governador, assim como o Centro da Guanabara, sejam abastecidos precariamente.

A chuva constante de caia ontem sobre a Cidade impedindo a elevação da temperatura, e a reserva existente na rede distribuidora, que garante um abastecimento por 48 horas após a paralisação da adutora, foram as duas causas apontadas pelo Governo para a população ainda não ter sentido a precariedade atual do abastecimento.

LAJES PARADA

Com a paralisação da Adutora de Lajes, que veio somar-se ao problema na área do Guandu, a Cidade passou ontem por verdadeiro colapso no seu sistema de abastecimento de água, registrando-se um deficit superior a 1 bilhão e 200 milhões de litros, que deverá ser minorado hoje com a adição de 220 milhões de litros.

Light conclui hoje o sistema de rodizio nos cortes de luz

A Rio Light deverá concluir esta manhã o esquema de rodizio nos cortes de energia elétrica através dos bairros da Cidade, que vigorará enquanto não for totalmente restabelecido o abastecimento de luz e força do Sistema Rio, e cuja divulgação somente será feita depois de aprovação pelo Ministério de Minas e Energia.

Os técnicos da empresa admitem que a capacidade de fornecimento de energia possa ser aumentada para 60 por cento nas próximas horas, com a entrada em funcionamento de três geradores da usina de Fontes, mas não podem prever, ainda, quanto tempo levará a inteira recuperação da usina subterrânea Nilo Peçanha e da usina Pereira Passos, que completam a alimentação do Sistema Rio.

RACIONAMENTO

A situação atual é pior do que aquela que forçou o racionamento de 1963, daí a necessidade do estabelecimento do sistema de rodizio no fornecimento da energia. Durante todo o dia de ontem a direção e os engenheiros da Rio Light estiveram reunidos na sede da empresa, examinando todas as possibilidades e variações dos rodizios, uma tarefa exaustiva para a qual chegou-se mesmo a cogitar de utilizar o cérebro eletrônico.

A complexidade em armar o esquema de cortes é maior porque há certos serviços de interesse coletivo que não podem sofrer interrupção no fornecimento de energia e outros cujos corte deve ser rápido, para não tumultuar ainda mais a vida da Cidade.

Alto funcionário da Rio Light explicou ao JORNAL DO BRASIL que são

A Companhia Estadual de Águas divulgou comunicado oficial sobre a crise às 20 horas de ontem, após inspeções demoradas em todos os pontos atingidos pela tromba-d'água do início da semana, indicando que apenas a recuperação da 1.ª Adutora do Guandu poderá demandar cerca de 15 dias de trabalhos de emergência.

COLAPSO

As informações da CEDAG eram ainda incompletas até o final da noite de ontem, uma vez que condicionavam o início gradativo da normalização a uma cessação de chuvas nas regiões atingidas, o que permitiria a intensificação das operações de tratamento, já que as águas se transformaram praticamente em lama. A Adutora de Acari, que sempre funcionou irregularmente, foi a que proporcionou alívio da situação durante todo o dia de ontem, embora com pouco mais de 200 milhões de litros para uma Cidade que consome normalmente 1 600 milhões de litros por dia. Não obstante, permitiu que os carros-pipa oficiais e ainda muitos particulares fossem mobilizados em autêntica operação de guerra, para atender às necessidades mais prementes de hospitais, escolas e indústrias.

A precariedade da rede de abastecimento de água à Cidade, soma-se a de energia elétrica, esgotos e galerias de águas pluviais, afetando, por extensão, telefones, luz, gás etc.

BALANÇO DA SITUAÇÃO

O comunicado expedido ontem à noite pela CEDAG dá conta de dados levantados em todos os setores envolvidos nas diferentes frentes de operações, justificando que os exsurridos na região da Serra das Araras, onde o Guandu tem suas nascentes, tornaram impraticável o tratamento químico da água, motivo pelo qual foram suspensas todas as atividades naquela área. A Elevatória do Lameirão foi duramente atingida, afetando imediatamente o abastecimento das Zonas Norte e Sul da Cidade.

A suspensão da operação de tratamento — afirma a CEDAG — foi uma providência técnica imperiosa, a fim de evitar graves consequências à saúde da população. Ao final da tarde de ontem, as condições do Guandu se apresentavam um pouco melhores, embora seu estado lamentoso não apresente recuperação sensível. Por isso, a Companhia espera recomençar, tão logo seja possível, a op-

varios os problemas que os organizadores do esquema de cortes têm que enfrentar. Hospitais e as penitenciárias têm prioridade absoluta. O Banco Central explica que o corte no fornecimento de energia deixará fora de ação todas as máquinas elétricas que executam o serviço de controle da compensação, através do qual, diariamente, algumas centenas de milhares de cheques são negociados.

O Serviço de Águas e Esgotos do Estado adverte que o corte prolongado no fornecimento da energia poderá contaminar a água da Cidade, em face da paralisação nos serviços de eliminação dos resíduos. As empresas de telecomunicações argumentam que a suspensão da energia implica em deixar o Rio sem ligação com o resto do País e com o exterior. Tais são alguns dos problemas examinados na organização do esquema de rodizio do fornecimento de energia à Cidade.

Ao anoitecer de ontem a Rio Light tornou pública uma nota esclarecendo as ocorrências e as providências tomadas pela empresa.

FORÇAS ARMADAS AJUDAM

As Forças Armadas estão colaborando com a Rio Light no sentido de resolver o problema. O Ministério da Aeronáutica e a Marinha forneceram helicópteros com os quais foi possível fazer um levantamento aéreo da área atingida e a Marinha também cedeu bombas de recalque e marinheiros para operá-las, as quais estão sendo utilizadas no levantamento das águas que inundaram a Usina Nilo Peçanha. O 1.º Batalhão de Engenharia e o Batalhão Escola de Engenharia, do 1.º Exército, estão construindo

Técnicos acham que racionamento dura 1 mês

toridades do Município, pelo Coronel Edmundo, que os levou para o BIB, em Barra Mansa. O fato revoltou a população de Pirai, que desconhece os motivos do impedimento do transporte dos corpos para serem enterrados na cidade.

Dos 18 corpos enterrados em Pirai, apenas 10 foram identificados: Sra. Maria Madalena dos Santos, Jacira da Silva Guedes, Sr. Silvio Ferreira Jasmim, Sra. Dionésia da Silva Guedes, Marli da Silva Guedes, Marlene da Silva Guedes, Alfredo da Silva Guedes, Osvaldo Silva, Ana da Conceição e Elie Nunes da Silva. Os 27 cadáveres que não puderam ser transportados para a Cidade encontram-se na estrada, num local chamado Camaril. Além desses, morreram quatro operários nas hidrelétricas e mais oito pessoas foram carregadas pelas águas num lugar conhecido por Acampamento Goiabal.

O Assistente do Chefe da Usina de Fontes, Sr. Fernando Melo, disse ao JB que as chuvas iniciaram-se às 22 horas do dia 22, e que a tromba-d'água que caiu na região das usinas registrou um índice pluviométrico de 220 mm em apenas três ou quatro horas, quando a média diária atual é de apenas 10 mm.

As três usinas, que ficam numa baixada cercada de morros, foram completamente inundadas e ficaram repletas de lama e detritos dos desmoronamentos que a chuva provocou num rio de 20 a 30 quilômetros.

A usina de Nilo Peçanha, que é a mais importante do sistema de energia do Rio (sua capacidade máxima é de 378 mil kw), foi construída cavada na

ções Oficiais e Divulgação da São Paulo Light.

Explicou que essa linha de transmissão está em funcionamento desde 1950 e normalmente fornece energia para o Rio de Janeiro, não constituindo problema a diferença de ciclagem entre os dois sistemas, pois unidades geradoras transformam a corrente alternada, de 60 ciclos, de São Paulo, para 60, do Rio.

Permuta com sistema de São Paulo é normal

São Paulo (Suenal) — A permuta de energia elétrica entre os sistemas de São Paulo e Rio de Janeiro é normal. Os motivos que determinaram o total aproveitamento da capacidade de 150 mil quilowatts da linha transmissora de energia para o sistema Rio-Light é que foram anormais — Informou ontem ao JORNAL DO BRASIL o Sr. Mário Saveli, Chefe do Departamento de Relações

ração de tratamento suspensa ontem, desde que não ocorram novas e fortes chuvas que voltem a deteriorar as águas do Guandu.

Enquanto essa operação não se reinicia, a CEDAG, ainda hoje, colocará em ação o esquema de abastecimento, embora em pequeno volume de água, mas que irá crescendo progressivamente, aproveitando-se a capacidade da antiga Adutora do Guandu (Henrique de Novais), agora também não utilizada, em virtude da paralisação total do tratamento químico. O esquema deverá ir ao ponto de pleno funcionamento dessa Adutora, que é de 350 milhões de litros por dia, até que se possa operar a nova Adutora do Guandu, através da Elevatória do Lameirão, cujo volume de adução tem sido da ordem de 500 milhões de litros diários.

PRAZOS

— A recuperação total da 1.ª Adutora — prossegue a nota — deverá demorar no máximo 15 dias de intenso trabalho. Há referência especial à colaboração que a CEDAG vem recebendo do 1.º Exército para realização desses trabalhos.

E continua o comunicado:

— Quanto ao racionamento de energia, que ainda vigora na Guanabara em consequência da inundação das usinas de Fontes e Ponte Coberta, também influi para agravar a crise do abastecimento de água, sobretudo com as frequentes interrupções em estações elevatórias localizadas em diferentes pontos do sistema da CEDAG. Todavia, em virtude da absoluta prioridade que o abastecimento de água destruído no local ao fornecimento de energia, a Rio Light promove as medidas necessárias para reduzir ao mínimo as interrupções de força na área das instalações da Companhia Estadual de Águas.

— Enquanto perdura esse estado anormal, a CEDAG vem assegurando o suprimento de água em regime de emergência, a hospitais e casas de saúde, através de carros-pipas que a empresa utilizou e vem utilizando com rigoroso critério de prioridade para os casos mais graves.

— A CEDAG, por fim, ao tempo em que agradece a colaboração da população por atender ao apelo de economia no gasto de água, informa que, quando se restabelecer o abastecimento normal da Cidade, todos poderão consumir a água sem sobresalto, porquanto a mesma estará devidamente tratada, e somente será liberada à população em perfeitas condições de potabilidade.

uma ponte "Bayley" sobre o Ribeirão da Floresta, a fim de facilitar o acesso à Usina Pereira Passos.

Contudo há necessidade de reconstruir totalmente a estrada privada que ligava a Via Dutra à área de Lajes, num total de seis quilômetros, a fim de permitir que equipamento pesado chegue até Nilo Peçanha, para limpeza do canal de descarga da Usina, totalmente bloqueado pela massa de terra caída. De qualquer forma, 600 homens da Rio Light já se encontram no local, trabalhando em regime de emergência.

PIEGA PEDIU PRESSA

O Presidente da PIEGA — Federação das Indústrias da Guanabara — Sr. Mário Leão Ludolf, solicitou com especial empenho, ontem, à Light, o apressamento na conclusão do sistema de rodizio que já vinha sendo estudado pela empresa e cuja demora em funcionar vem causando grandes prejuízos ao parque industrial carioca, dada a imprevisão nos cortes.

Disse o Sr. Ludolf que a maioria das fábricas que operam no Rio está funcionando precariamente e sem programação para a produção, porque a interrupção de energia, sendo imprevisível, quando ocorre traz grandes transtornos. Acrescentou que nos grandes complexos industriais, como os setores de siderurgia, metalurgia e vitrificados, é impossível continuar a produção sem uma programação diária.

O Sr. Mário Leão Ludolf esteve também com o Governador Negrão de Lima e outras autoridades estaduais a fim de colocar a PIEGA à disposição do Governo estadual para auxiliar na situação de emergência que o Rio vive.

rocha, e possui um túnel de 600 metros que vai dar num salão de quatro andares, onde estão instalados seis grupos geradores. Tudo isso ficou entupido de lama, e até agora não foi possível entrar-se no salão da hidrelétrica.

A usina de Pereira Passos não está funcionando, porque apenas trabalha em conjunto com Nilo Peçanha e Fontes, esta última uma antiga hidrelétrica (data de 1901), que é a parte mais velha do sistema Rio. Fontes possui quatro velhos geradores, com pouca capacidade, que estão funcionando e suprimindo o Rio de energia, juntamente com 170 mil kW de água do sistema São Paulo. Fontes possui três novos geradores, montados na parte chamada Fontes Nova, que foi totalmente inundada e não está funcionando. A inundação atingiu também o túnel de descarga de água de Nilo Peçanha e o canal de fuga de Fontes Nova.

Os técnicos acham que a falta de água do Rio é devida justamente ao não funcionamento de Nilo Peçanha. Até o momento não se sabe a extensão dos danos desta usina, pois somente hoje os engenheiros vão tentar penetrar nela. A recuperação das hidrelétricas deverá se dividir em três etapas: reconstrução da estrada que vem do km 52 da Rio-São Paulo até as usinas (totalmente destruídas) e da ponte sobre o Ribeirão das Lajes (carregada pelas águas); em seguida será feita a recuperação de Fontes Nova, para o que não há previsão de tempo; por fim, a recuperação de Nilo Peçanha, prevista para um prazo de um mês.

— Neste momento estamos enviando toda a capacidade da linha transmissora, sem prejuízo do abastecimento de energia elétrica de São Paulo, procurando socorrer o sistema energético da Rio Light, que está enfrentando dificuldades com a enchente, devido a perturbações no funcionamento de diversas usinas geradoras do Estado.

Fornecimento de gás já é inteiramente regular

A Sociedade Anônima do Gás do Rio de Janeiro comunicou ontem à tarde que já está totalmente regularizado o fornecimento de gás à Cidade. Os consumidores, antes de acenderem os bicos dos aparelhos, devem deixar escoar o possível ar contido nos encanamentos internos, a fim de evitar explosões, após o que as instalações poderão ser usadas normalmente.

A interrupção no fornecimento de gás ocorreu por força da irregularidade no abastecimento de água para esfriamento dos compressores, o que impossibilitou a distribuição do produto. Com as providências tomadas pelo Governo do Estado em relação ao fornecimento de água, foi possível, já às 15h40m, normalizar o abastecimento de gás.

ADVERTENCIA

A empresa adverte à população que, durante emergência de falta de gás, as instalações devem permanecer fechadas, a fim de impedir a entrada de ar nos encanamentos, com grave risco de formação de misturas explosivas.

Embora as autoridades assegurem que a distribuição do gás está restabelecida, a fábrica da Avenida Brasil, até o final da tarde de ontem, não havia recebido água, indispensável na produção do combustível, sendo por isso obrigada a utilizar suas reservas, desde a manhã de anteontem.

Os engenheiros responsáveis não puderam garantir ao JB se, dentro das próximas 24 horas, o serviço estaria absolutamente normalizado, uma vez que os reservatórios que são abastecidos pelo Guandu — dois com seis polegadas e outro com nove — estavam quase secos.

Lâmpioes saíram do ostracismo

Os fogões e lâmpioes a querosene, juntamente com os ferros de passar, a carvão, saíram ontem do ostracismo involuntário a que foram submetidos por forças do progresso e voltaram a ser utilizados pelas donas-de-casa precavidas que pensaram duas vezes antes de jogá-los fora, cientes de que na Guanabara o progresso costuma falhar toda vez que chove.

Também os carroceiros, figuras tradicionais mas já apagadas da vida carioca, passaram a ser considerados gente importante, com a falta de luz e gás em diversos bairros da Cidade, embora a procura repentina de que foram alvo durante todo o dia de ontem não desse para afastar o pessimismo com que vêem atualmente a profissão.

DESVANTAGEM

An menos ontem, os moradores da Zona Norte da Cidade puderam sentir-se mais elegantes e melhor alimentados do que os residentes na Avenida Atlântica, por exemplo, onde os ferros de engomar à antiga são aproveitados apenas como abajures.

As donas-de-casa residentes na Zona da Leopoldina, desengavetaram sem dificuldades os seus ferros a carvão, e não enfrentaram problemas de combustível para os aparelhos, já que as carroarias podem ser encontradas na região praticamente a cada dois quarteirões. O carvão é vendido a preços que variam de Cr\$ 100 a Cr\$ 400, usando-se como medida litas vazias para quantidades de até cinco quilos.

Apesar do grande movimento de vendas nas carroarias, seus proprietários não se mostravam muito satisfeitos com o faturamento

Um dos empregados da fábrica disse que a repentina falta de água foi pior que a do ano passado, quando as reservas não foram esgotadas. Apesar das dificuldades os operários, todos (cerca de dois mil) foram trabalhar enquanto os técnicos esperam, para hoje, ainda, o retorno da água.

LIGAÇÃO DIRETA

As 15 horas de ontem, o Chefe da Casa Civil do Governador, Sr. Luis Alberto Bahia, anunciou estar concluída a ligação direta da Adutora de Acari à usina de gás, garantindo assim a normalização da produção e distribuição de gás à população.

Informou ainda que a concessionária anunciara a normalização do abastecimento de gás uma hora após receber a água que se destina à refrigeração, e que não havia perigo de nova paralisação, pois a Adutora de Acari não foi afetada.

HOTEIS

Os grandes hotéis, equipados com fogões elétricos, não foram prejudicados pela falta de gás, exceto os que não possuem sistemas de aquecimento de água baseados em resistências elétricas.

Os hotéis de maior categoria, no entanto, preparam seus cardápios de ontem com predominância dos pratos frios. O Copacabana, por exemplo, serviu Poussin em cote à la crème e Foie de volaille sauté em Vin Madère.

Nos hotéis de sistema de aquecimento a gás, foram muitas as reclamações contra os banhos frios.

REFEICOES

Como os fogões das residências compreendidas na Zona Sul são abastecidos com gás de rua, esteve em falta a partir da manhã de ontem, as donas-de-casa tiveram que sair a procura de fogões a querosene, vendidos nas lojas de ferragens por Cr\$ 10 mil — os mais simples. Depois de uma verdadeira caça aos fogões, as donas-de-casa se aterrorizaram em busca de querosene, que só era encontrado em alguns postos de gasolina.

Como alternativa, tiveram que lançar mão das conservas e frutas, proporcionando às mercearias e mercadinhos uma venda recorde desses produtos, segundo informaram seus proprietários.

A partir do Bairro de Bonsucesso, o gás fornecido é do tipo engarrafado, o que livrou os moradores da zona da Leopoldina da compra de fogareiros a querosene, que nas lojas eram vendidos a preços que variavam de Cr\$ 3 500 a Cr\$ 7 mil. Ainda assim, grandes filas se formaram à porta das carroarias, onde o querosene era adquirido como combustível para os lâmpioes, sendo vendido a Cr\$ 180 de acordo com a tabela.

Telefones têm ainda deficiência

A Companhia Telefônica Brasileira comunicou em nota oficial que o serviço telefônico urbano da Guanabara foi inteiramente restabelecido ontem, enquanto o serviço interurbano continua a funcionar com certa deficiência, devido a um defeito em circuitos físicos, provocado pela queda de postes na rota Rio-São Paulo.

O sistema telefônico urbano já havia sido normalizado na véspera, mas ontem voltaram a ocorrer interrupções nas estações 25-45, que servem ao Flamengo, Laranjeiras, Cosme Velho e parte do Catete, e 27-47, de Ipanema e Leblon, provocadas por deficiência no fornecimento de energia, sendo as anormalidades corrigidas com a utilização de geradores.

INTERURBANO

A CTB informou que estão sendo prejudicadas as ligações telefônicas com Nova Iguaçu, Barra Mansa, Santana, Mendes, São Joaquim e Ponte Coberta, no Estado do Rio. As comunicações com São Paulo estão sendo operadas com sobrecarga nos circuitos de microondas, devido a defeitos nos circuitos físicos. Explicou também que as interrupções nas estações 25-45 foram motivadas por um defeito no gerador de emergência às 13h25m de ontem, passando a estação a ser suprida pelas baterias. A empresa determinou o corte parcial de 70% dos 20 mil telefones da região, que ficaram sem o ruído de fiação e passavam apenas a receber ligações.

Com relação às estações 27-47, houve falta de energia às 14 horas, passando o suprimento a ser feito também pelas baterias. Foi efetuado o corte parcial de 60% dos seus 20 mil telefones, que ficaram nas mesmas condições dos aparelhos das estações 25-45.

A RIO LIGHT PRESTA ESCLARECIMENTOS AO PÚBLICO

Com respeito à situação do abastecimento de energia elétrica às zonas por ela servidas, a RIO LIGHT cumpre o dever de informar o seguinte:

- 1.ª) A violência da tromba d'água ocorrida na região da Serra das Araras, na madrugada do dia 23, provocou extensos desmoronamentos de massas de terra, com a obstrução de canais de escoamento, além da formação de volumosas correntes de águas pluviais, inundando e paralisando a Usina Nilo Peçanha e comprometendo o funcionamento das Usinas de Fontes e Pereira Passos, o que importou na redução de cerca de 70% do fornecimento;
- 2.ª) as barragens e diques dos reservatórios nada sofreram, não se tendo registrado transbordamentos ou outras anormalidades;
- 3.ª) as ocorrências foram devidas a imprevisíveis fatos da natureza, de intensidade jamais verificada, que também danificaram seriamente como notório a Rodovia Presidente Dutra e localidades da região;
- 4.ª) desde os primeiros momentos foram mobilizados todos os recursos da Companhia e graças à extraordinária dedicação de seu pessoal, à colaboração das autoridades públicas e às medidas técnicas adotadas, já se tornou possível minorar os efeitos da calamidade com o restabelecimento da interligação com o sistema S. Paulo e o início dos trabalhos na Usina de Fontes;
- 5.ª) de qualquer modo, mesmo com a energia recebida da São Paulo Light, o sistema Rio permanece substancialmente afetado, dispondo, presentemente de 45% do que antes estava fornecendo;
- 6.ª) com a recuperação de unidades da Usina de Fontes e a continuidade do suprimento da S. Paulo, essa proporção deverá elevar-se dentro de alguns dias, a cerca de 60%;
- 7.ª) não é possível, ainda, estimar o prazo para retorno à atividade da Usina Nilo Peçanha. O seu restabelecimento depende tanto de reparos em suas instalações como da reconstrução de estradas de acesso ao local, para o transporte de equipamento pesado;
- 8.ª) conforme entendimentos com o poder concedente, foram adotadas na emergência medidas limitativas do consumo, com desligamentos em rodizio, ressalvados os serviços essenciais à população, como os de água, esgotos e outros, que continuarão a ser atendidos sem interrupção. O esquema dos cortes de circuitos será divulgado após ser submetido às autoridades;
- 9.ª) a concessionária confia na cooperação de todos no sentido de restringirem voluntariamente o consumo de energia, a bem da coletividade;
- 10.ª) a concessionária, nos esforços que desenvolve para normalizar, no menor prazo possível, o abastecimento de energia elétrica, agradece o apoio e colaboração das autoridades, o excepcional empenho de seus funcionários de todos os níveis e a compreensão generosa do público.

Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1967

RIO LIGHT S.A. — Serviços de Eletricidade

(P)

Coluna do Castelo "Frente ampla" face a Costa e Silva

Brasília (SUCURSAL) — A frente ampla do Sr. Carlos Lacerda, que se organiza expressamente para combater a "usurpação do Poder" pelo Marechal Castelo Branco, terá de redefinir e precisar seus objetivos políticos a partir do dia 15 de março. Nessa data cessa a alegada usurpação, transferindo-se a Presidência da República ao Marechal Costa e Silva.

O sinal, a marca do Governo Castelo Branco ficará na Constituição elaborada sob sua batuta, na Lei de Imprensa, na Lei de Segurança e no conjunto de medidas legislativas de cunho restritivo adotadas no curso do último ano. Esse acervo institucional é que poderia caracterizar a usurpação, na medida em que indica a substituição da vontade popular pela vontade de um homem ou de um grupo.

É possível que o Sr. Carlos Lacerda acredite que sua movimentação política tenha contribuído para frustrar supostos planos continuistas, atingindo-se dessa maneira o objetivo inicial, que seria o de suprimir a usurpação física da Presidência, assegurando-se a posse do antigo Ministro da Guerra. Tal pretensão não parece afinar-se com a realidade, pois no Brasil as decisões de poder transferiram-se definitivamente, com a Revolução, para o setor militar.

O Sr. Lacerda tem dado sinais de transigência, traduzida em esperança, com relação ao futuro Governo. Essa transigência poderia, segundo os rumores, levá-lo até mesmo a participar da futura administração federal. Ainda que as coisas não cheguem a tal ponto, deve-se admitir que ele venha a abrir um crédito de confiança para um Governo cujo titular esteve em dado momento muito próximo da corrente lacerdistas.

A aceitação pelo Governo Costa e Silva da colaboração da frente ampla importaria sem dúvida alguma numa atitude revisionista, numa rejeição do legado Castelo Branco, numa refutação da política revolucionária, civil e militar. Não há indícios, por enquanto, de que o ex-Ministro da Guerra alimente esse ânimo de mudar ou que tenha condições políticas e militares de fazê-lo, pelo menos antes que decorra certo tempo e ele se consolide no comando.

Uma das contradições básicas da atitude do Sr. Carlos Lacerda está em que sua vinculação militar de outrora se fazia através da chamada linha dura, do grupo de coronéis revolucionários que cerrou fileiras em torno do Marechal Costa e Silva para impor ao Presidente Castelo Branco uma mudança nas suas técnicas de governar e de promover a Revolução. Quando o Marechal-Presidente se rendeu à pressão e se transformou na própria linha dura, na própria Revolução, o Sr. Lacerda agravou suas divergências e aumentou sua barganha de fogo, sob a alegação de que o Presidente trairia a Revolução e usurpava o Poder.

O Sr. Lacerda terá o direito de considerar que a Revolução foi mal feita, porque feita por alguém que não estava imbuído da mensagem revolucionária. O que se deu, todavia, foi uma mudança de 180 graus, um abandono do processo revolucionário e a busca de uma frente ampla com todos quantos se dispunham a lutar contra o Governo da Revolução. Foi um recomeço, uma rearticulação da frente política para que volte tudo ao que era antes e possa então o Sr. Lacerda fazer a sua própria revolução.

Há sem dúvida uma grande expectativa das relações que se estabelecerão entre a frente ampla e o futuro Governo. Será esse um dado importante, suficiente para definir os verdadeiros objetivos do Governo, até aqui silencioso, do Marechal Costa e Silva.

Castelo e a Câmara

O Presidente Castelo Branco reuniu-se ontem, no fim da tarde, com os Srs. Rondon Pacheco, Raimundo Padilha e Triches para o primeiro exame em profundidade do caso político da escolha do novo Presidente da Câmara.

Até antes da reunião o assunto não havia progredido e malograra a tentativa de furar o bloqueio dos candidatos para escolher o Sr. Gustavo Capanema como candidato de todas as correntes. O Deputado mineiro não se mostrou interessado, quando sondado por um dos candidatos.

As teses levadas ao Palácio do Planalto eram: realizar-se a sondagem e deixar a decisão aos próprios deputados e influir a cúpula no sentido de escolher um candidato politicamente plantado no esquema Castelo e no esquema Costa e Silva.

Os candidatos do Nordeste não chegaram a um entendimento e mesmo o pacto pessoal entre os Srs. Djalma Marinho e Ernani Sátiro não ganhou objetividade. O Sr. Rui Santos, certo de sua penetração no plenário, mostrava-se disposto a disputar dentro do seu Partido. A decisão, portanto, afigurava-se incerta aos coordenadores, admitindo-se que o Presidente da República fará um esforço no sentido de levar o assunto a uma solução de cúpula.

Josafá pela unidade

Afirma o Senador Josafá Marinho que a sua conduta no MDB está sempre voltada para a preservação da unidade do Partido, em detrimento até de certas opções que gostaria de fazer, quando elas não envolvem princípios.

Quando a bancada emedebista, num gesto emocional, resolveu obstruir o final da tramitação da Carta Constitucional, o Sr. Josafá Marinho discordou do gesto, mas abandonou desde então os trabalhos constituintes. Do mesmo modo, entendia ele que o MDB devia estar presente à solenidade de promulgação e designar orador para fazer desde logo a crítica da nova Constituição, mas, tendo sido outa a decisão majoritária, ele deixou de comparecer ao plenário.

Carlos Castello Branco

Moura Andrade pede proteção a Deus e dá por promulgada a Constituição

Castelo baixará Reforma Administrativa e mais de 10 decretos até dia 15

Brasília (SUCURSAL) — Além da própria Reforma Administrativa, cujo texto definitivo será entregue até o fim da semana pelo seu redator, Sr. Nazaré Teixeira Dias, o Presidente Castelo Branco deverá baixar, nos próximos dias, mais de uma dezena de decretos-leis sobre matérias diversas, usando da faculdade que lhe é atribuída pelo Ato Institucional n.º 4.

Segundo informações colhidas ontem no Palácio do Planalto, quase todos os Ministros de Estado vêm apresentando ao Presidente da República, nos últimos dias, projetos de decretos-leis que tratam de matéria administrativa e que deverão ser editados pelo Governo até 15 de março.

ABRANDAMENTO

Embora nenhuma informação transpire sobre a nova Lei de Segurança, soube-se que o Presidente da República mantém, ontem, pela manhã, um contato pelo telefone com o Ministro Carlos Medeiros, recomendando, então, que o texto do projeto fosse "abrandado na medida do possível".

O Presidente Castelo Branco viajou às 12 horas de hoje para São Paulo, onde vai inaugurar a Avenida Rubem Berta, seguindo, ainda a tarde, para o Rio. Sua volta a Brasília, ponto inicial de uma viagem de inspeção a Rodovia Belém-Brasília, programada para o dia 30, está prevista para sábado.

DESPEDIDA

Roberto ao molho e pato com laranjas foram os dois pratos oferecidos pelo Presidente Castelo Branco ao seu Ministério, num almoço servido ontem no Palácio da Alvorada, que teve o caráter de despedida entre os membros do Governo, em vista da dificuldade da uma nova reunião desse gênero até 15 de março.

Dos titulares do Ministério estiveram ausentes desse encontro apenas os Ministros Juarez Magalhães, Paulo Egidio (que se encontram no exterior) e Juarez Távora, que não se pôde ausentar do Rio por motivos particulares e o Ministro da Justiça.

A falta de tempo (o Presidente chegou ao Alvorada por volta das 12 horas e tinha com promissões no Palácio do Planalto já às 14h30m), além do próprio caráter informal da reunião, contribuiu para que não houvesse discursos e que o almoço se dissolvesse, afinal, nas conversas isoladas entre os ministros e o cafézinho, tomado, às pressas, na varanda do Palácio.

Já às 16 horas, quando o Congresso se concluiu o trabalho de promulgação da nova Constituição, grande número de ministros, entre os 15 que vieram a Brasília, se encontravam no aeroporto, à espera do avião que os levaria para o Rio.

do não deixaria de indicar o seu verdadeiro nome.

DITADURA

Belo Horizonte (SUCURSAL) — O Deputado Jorge Ferraz (MDB) disse ontem que a nova Lei de Imprensa, tal como foi aprovada pelo Congresso Nacional, "é a implantação clara, cristalina, incontestável da ditadura no País", mas acredita que seu texto venha a ser modificado depois do dia 15 de março.

Disse o Sr. Jorge Ferraz que tem esperanças de que o novo Governo "promova a modificação da Lei de Imprensa e siga o exemplo de todos os países livres e democráticos do mundo, onde não existe mordacidade à imprensa".

CONSTITUIÇÃO

Referindo-se ao texto da nova Constituição, o Sr. Jorge Ferraz assinalou que o movimento pela sua modificação total ou parcial começará a se realizar no dia 15 de março, sendo certo que a duração da nova Carta "será a mais curta da História do Brasil, talvez menor ainda do que a de 34 e a de 37".

Observou, ainda, que tem esperanças de que venha a ser restabelecido um regime de liberdade plena no País, "cujo povo não se amolda a nenhum regime discricionário".

Assembleia diploma Peracchi no Rio Grande do Sul só com a presença da ARENA

Pôrto Alegre (SUCURSAL) — Uma hora depois de chegar à Capital, o Governador eleito Peracchi Barcelos foi diplomado pelo Presidente da Assembleia Legislativa, com a presença do Governador Ildo Meneghetti, várias autoridades do Estado e da bancada da ARENA, ausentes os 23 deputados do MDB gaúcho, como ocorreu na sua eleição indireta. Ainda no Rio, antes do embarque para Pôrto Alegre, o Sr. Peracchi Barcelos afirmou que a tônica de seu Governo será o tríplice energia, transportes e comunicações, revelando que mantivera entendimentos com os Ministros Gouvêa de Bulhões e Roberto Campos para um financiamento do BNDE para duplicar o potencial energético do Estado.

ESTRADAS

Afirmou o futuro Governador gaúcho que ajustou com o Ministério da Viação a dotação de verbas num total de Cr\$ 50 bilhões, através do DNRE, para a construção de estradas em todo o Estado.

No capítulo de comunicações, o Sr. Peracchi Barcelos pretende liquidar a dívida referente à indenização da CRT, do grupo TTV, pelo valor do laudo judicial.

Sobre problemas do Estado, citou o atraso no pagamento do funcionalismo, mas só poderá anunciar sua solução depois de ver os resultados da arrecadação do ICM, e a má qualidade dos vinhos produ-

dos no Sul, problema que tentará superar contactando os viticultores a plantar melhores uvas para conquistar o mercado externo.

INDIRETO

O Sr. Peracchi Barcelos é o terceiro Governador eleito por voto indireto no Rio Grande do Sul. O primeiro foi Júlio de Castilhos, eleito de 1891; o segundo, Flóres da Cunha, em 1933.

O futuro Governador permanecerá em Pôrto Alegre até a data de sua posse, em 31 de janeiro, e pretende escolher nos próximos dias os titulares da Brigada Militar e das autoridades estaduais.

Brasília (SUCURSAL) — O Presidente do Congresso Nacional, Senador Auro de Moura Andrade, promulgou às 15h55m de ontem a nova Constituição, invocando a proteção de Deus e dizendo da sua esperança de que a Carta "seja amada e cumprida, como o instrumento hábil da soberania e da felicidade da Nação".

Após a cerimônia na Câmara Federal — à qual compareceram menos de 100 dos 469 congressistas, Ministros de Estado, membros do Corpo Diplomático e do Poder Judiciário — o Ministro da Justiça, Sr. Carlos Medeiros Silva, declarou que assistira a "uma festa cívica" e estava "bastante satisfeito, pois o texto aprovado manteve as linhas fundamentais da proposta do Executivo".

TRES ORADORES

A banda de música do Batalhão da Guarda Presidencial, encerrou, com o Hino Nacional, 25 minutos depois de iniciada, a solenidade na qual falaram, em nome do Senado, o Sr. Konder Reis; o representante do Governo, Deputado Raimundo Padilha, e, por fim, o Presidente do Senado Federal.

Entre os presentes notou-se apenas quatro parlamentares da Oposição: os Srs. Getúlio Moura e José Maria Ribeiro, do Estado do Rio, Pedroso Júnior, de São Paulo, e Expedito Rodrigues, da Guanabara. Nas galerias havia 300 pessoas, na maioria mulheres.

A DECLARAÇÃO SOLENE

A solenidade iniciou-se às 14h25m, e às 15h49m o Presidente do Congresso anunciou que a Constituição seria promulgada "pelas Mesas do Congresso Nacional, nos termos do que determina o seu Artigo 180, e entrará em vigor no dia 15 de março de 1967, mantendo a organização do Brasil em república federativa, constituída sob regime representativo, pela união indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, e declarando que atenderá à supremacia da vontade e dos interesses da Nação sobre todos os demais interesses e vontades, ao confirmar que todo poder emana do povo e em seu nome é exercido".

Assinala a nova Carta, pelos Srs. Auro de Moura Andrade, Batista Ramos, Catele Pinheiro, Guido Mondim, Dinarte Mariz e Joaquim Parente, às 15h53m, o Presidente do Congresso proclamou:

Brasília (SUCURSAL) — O MDB, em manifesto divulgado ontem logo após a solenidade de promulgação da nova Carta, afirmou que "a Nação, humilhada e ofendida, exige a revisão da Constituição antidemocrática" e convocou todo o povo brasileiro para uma "campanha de restauração da democracia".

Proclama o documento que "é evidente o perigo de consolidação da ditadura" pois a Carta institucionaliza o arbítrio, visando à instauração de um regime neocolonial capaz de manter o processo de desnationalização das riquezas do Brasil e a submissão do País à política de guerra das grandes potências.

O MANIFESTO

Redigido pelos Deputados Martins Rodrigues e Osvaldo Lima Filho, o texto do manifesto do Partido oposicionista é o seguinte:

"No momento em que o Senhor Presidente da República impõe ao País uma Constituição de inspiração totalitária, com a colaboração submissa da ARENA, o Movimento Democrático Brasileiro cumpre o dever de denunciar à Nação mais este atentado contra as instituições democráticas.

Denuncia o MDB a Constituição, votada sob o garrote dos Ato Institucional, como a institucionalização do arbítrio, tornando permanente para sufocar as liberdades do povo e visando à instauração de um regime neocolonial, capaz de manter o processo de desnationalização das riquezas do Brasil e a submissão da Nação à política de guerra das grandes potências.

Princípios democráticos, consagrados na história republicana do País desde a Constituição de 1891, são derrubados ou ameaçados pela Carta autoritária. É o que ocorre com os direitos e garantias individuais assegurados a todos os povos civilizados, na Inglaterra desde o Bill of Rights (1689), na França desde a Declaração de Direitos do Homem de 1789 e os Estados Unidos desde as emendas à Constituição de 1787.

Esses direitos naturais à vida, à liberdade, à segurança individual e à propriedade, conquistados pelo povo em lutas memoráveis e reconhecidas no Brasil desde a Constituição de 1891, ficam agora, nos termos do Art. 151 da Constituição de 1967, sujeitos a suspensão mediante representação do Procurador-Geral da República.

A tirania torna-se mais poderosa e duradoura pela concentração do poder do legislativo nas mãos do Presidente da República. Permite-lhe o Art. 57 editar leis por delegação do Congresso, e o Art. 58 a expedição de decretos com força de lei.

Esse presidente, assim cumulado de poderes, poderá, com o auxílio do corpo legislativo da reforma brasileira iniciada em março de 1964.

No seu agrado, com 100 congressistas que lotavam um dos salões laterais do Palácio, o Presidente da República, endossou palavras do Deputado Pedro Aleixo, atribuindo à má-fé e à ignorância as críticas levantadas contra o conteúdo e o processo de votação da nova Carta.

VITÓRIA DA ARENA

O Presidente atribuiu o êxito do trabalho do Congresso à vitória eleitoral da ARENA na eleição de 15 de novembro, "que deu ao Partido da Revolução a autoridade para institucionalizar o movimento de março de 64", e lembrou o comportamento das Forças Armadas, assinalando que "não se viu um só memorial e um só pronunciamento" a respeito da matéria em debate no Congresso:

O Senador Daniel Krieger está convencido de que o Marechal Costa e Silva, como representante do movimento revolucionário, não atenderá aos desejos de certos setores políticos de rever alguns dispositivos da nova Constituição, promulgada ontem pelo Congresso.

Em nome do Congresso Nacional, que a decretou, invocando a proteção de Deus, declarou promulgada a Constituição do Brasil.

DISCURSO DE KONDER REIS

O Senador Konder Reis foi o primeiro a discursar, afirmando parecer-lhe "cedo para se fazer um completo parecer-lhe sobre a elaboração da nova Carta, seu conteúdo e seu sentido" e que o Congresso enfrentou o problema "da existência de prazo" e demonstrou "a legitimidade" de sua competência, "na doutrina e na prática".

Mais adiante, disse o Senador Konder Reis que sob o peso de numerosas pressões, "lançou-se o Congresso ao trabalho que lhe foi atribuído e ao qual não poderia negar-se, sob pena de desmentir-se, num ato de fraqueza que não se compadecia com a atitude que adotara antes e depois de 31 de março".

Do dia 12 do dezembro até hoje — destacou o Senador — cumprimos o nosso dever. Se me perguntassem se o documento básico que demos ao País é uma Carta de ideais ou apenas o produto da contingência, responderia que não é uma coisa nem outra: ele é a corajosa síntese entre os princípios democráticos a que aspiramos sejam vitoriosos e as normas positivas que a realidade brasileira impõe sejam erigidas à categoria de disposições constitucionais. De fato, mantendo e aperfeiçoando as garantias individuais, os direitos dos trabalhadores, a representação popular, a independência e a dignidade do Poder Judiciário, ele não deslustra, ao contrário, consagra as nossas tradições de povo livre.

DISCURSO DE PADILHA

Em seguida, discursou o Deputado Raimundo Padilha, o qual afirmou que a Constituição pode ser ao mesmo tempo liberal e antiliberal, conservadora e progressista, "porque ela é indiferente às adjetivações, ela é sobretudo brasileira e realista".

Pelo "órgão da voz" do líder Raimundo Padilha, o Presidente da República compareceu "para dizer e testemunhar que nem um só instante violou o livre arbítrio, a vontade de cada um".

O Deputado Raimundo Padilha, depois de asseverar que "não houve uma só sugestão válida que, levada ao Chefe de Estado, não encontrasse compreensão", disse que a nova Constituição "é uma obra de conciliação e harmonia".

Podereis, não será porém escolhido pelo povo, prevendo o Art. 76 a sua eleição pelo colégio submisso das oligarquias políticas.

Cria também a carta antidemocrática um regime unitário, a cuja sombra perecerá a autonomia dos Estados, e a Federação, pelo Art. 10, letra c, caberá intervenção federal no Estado que "adopte medidas ou executar planos econômicos ou financeiros em contrário às diretrizes estabelecidas pela União".

O poder exclusivo, entregue ao Presidente, de decretar a intervenção nos termos amplos e elásticos ora permitidos, conjugado à completa dependência financeira, a que serão submetidos os Estados (Arts. 19 a 23), cabendo ao Poder Central arrecadar quase todos os tributos (renda, consumo, importação, exportação, propriedade territorial, operações de crédito, combustíveis, minérios, energia elétrica e transportes), para redistribuí-los posteriormente aos municípios e unidades federativas, determinará praticamente a extinção da autonomia estadual.

É evidente o perigo de consolidação da ditadura, resultante de tamanha concentração de poderes e recursos financeiros nas mãos do Chefe do Executivo de um país subdesenvolvido, onde as liberdades são recentes e jamais tiveram exercício contínuo e regular. Cabe, pois, lembrar, com Lavallée, que "a autonomia das províncias é a cidadela das liberdades".

Para conceder novos instrumentos de opressão ao Governo, permite-se (Art. 122 par. 1.º) que juízes e tribunais militares julguem os civis por supostos crimes contra a segurança do Estado, passando a apreciação desses pretendidos delitos a ser feita através de inquéritos policiais-militares, de que a Nação guarda triste memória.

Presidiu a elaboração constitucional um erro conceitual de segurança nacional, merecedor de punição por imposição do arbítrio, expresso no estado de sítio que ameaça o País com o retorno, inclusive, no desterro em localidades insalubres e despopuladas, pois do texto da Constituição foram eliminadas as garantias contra tais violências. Restarão, ainda, aquelas "outras medidas estabelecidas em lei" (Art. 152 par. 3.º) que a imaginação fértil dos agentes ditatoriais venha a criar.

A liberdade de imprensa, hoje sob tenor de extinção, é ameaçada permanentemente pelo Art. 166, par. 2.º. A Perseca por toda a carta o espírito ditatorial que procura sufocar a industrialização e o desenvolvimento básicos do País, representados na Petrobrás, cujas atividades são reduzidas à pesquisa e à lavra, enquanto são entregues aos trusts internacionais os rendosos filões da petroquímica e do xisto e se prepara a desnationalização das refinarias e a FRO-NAPE, principais suportes econômicos da exploração nacional do petróleo.

O Estatuto, totalitário no capítulo dos Direitos e Garantias Individuais e na Estruturação Política do País, contraditoriamente liberaliza a atividade dos grupos econômicos, sobretudo estrangeiros, pois permite a estes a exploração dos recursos minerais e dos potenciais de energia hidráulica, antes reservada exclusivamente a brasileiros, nos termos do Art. 6.º do Código de Minas.

Excluído está, a rigor, o direito dos analfabetos, que infelizmente são a maioria da Nação, de se integrar no processo político, pois é ilusório, sem o amparo inequívoco de um preceito constitucional, a faculdade de, por lei complementar, conceder-se aos analfabetos a plenitude da cidadania.

O projeto de constituição foi aprovado por uma Comissão mutilada pelas cassações e sem representatividade popular por se achar em fim de mandato. E, apesar de algumas alterações relevantes que nele foram introduzidas, não foi possível obter que a carta se tornasse um instrumento autêntico do regime democrático, adequado às aspirações do povo e atualizado em face das necessidades do País.

Recusadas as emendas que poderiam assegurar um mínimo de direitos e liberdades individuais, de funcionamento do regime democrático e de garantias do processo nacionalista do desenvolvimento econômico e social, a oposição nega legitimidade no texto votado.

Já agora, 105 deputados da maioria desmoralizam a carta liberticida, ao fazerem, em declaração de voto, uma proposta de revisão constitucional. Este documento vale por um epítáfio na lousa fria da carta laseputa.

A Nação, humilhada e ofendida, exige revisão da Constituição antidemocrática.

O Movimento Democrático Brasileiro, fiel aos sentimentos da Nação, convoca os estudantes, os operários, os intelectuais, a mulher brasileira, os militares democratas, os profissionais de todas as categorias, o empresariado nacional, enfim todo o povo brasileiro para essa campanha de restauração da democracia.

A realidade viva dos nossos tempos, sem excluir os valores fundamentais de uma democracia autêntica, faz com que os homens de nossa época cada dia façam dissociar democracia e liberalismo. Essa dissociação inelutável todavia não funcionou emblematicamente nem tampouco axiomáticamente no texto que temos sob os olhos, porque, se quisermos, esta Carta pode ser ao mesmo tempo liberal e antiliberal, conservadora ou progressista, porque ela é indiferente às adjetivações, ela é sobretudo brasileira e realista. O determinismo, por assim dizer, do desenvolvimento do poder executivo, na época de crise, teria que inspirar esta Carta. Foi o que foi feito, e foi aquilo que foi bem sentido, pressentido, admiravelmente interpretado nas duas Casas do Congresso Nacional.

DISCURSO DE AURO

Encerrando a solenidade de promulgação da nova Constituição, afirmou o Presidente do Congresso Nacional, Senador Auro de Moura Andrade, que "todos foram testemunhas de um ato histórico na vida de sua pátria. Estes instantes são vividos com extremo civismo pelos povos. A realização de uma Constituição é a organização de um Estado, é afirmação de um destino, é a constatação de um modo de vida, é a formulação de uma esperança, é assegurar direitos, garantias e liberdades. É prometer futuro para o povo, é dar no presente mais adrestramento para poder realizar esse futuro.

Neste instante, a nova Constituição do Brasil está entregue à Nação. Que ela, portanto, defenda a nossa Pátria, seja o instrumento útil da nossa prosperidade, da nossa liberdade, da nossa soberania, seja o instrumento vivo da nacionalidade. Mal conformada, ainda que o fosse, ela representa o retrato do Brasil dos dias atuais. Ela é uma tentativa profunda de reconstrução nacional e assim ela deve ser recebida.

POVO PAGA

A nova Constituição deve ter custado dos cofres públicos, no mínimo, 1 bilhão e 400 milhões de cruzeiros, importância gasta pelo Congresso com ajudas de custo, jantins, e diárias no período extraordinário iniciado a 12 de dezembro e ontem encerrado.

Calcula-se que foram realizadas, em média, 60 sessões, valendo Cr\$ 33 mil cada uma a cada parlamentar, além de Cr\$ 2 140 mil de ajuda de custo, sem contar as passagens aéreas, que continuam gratuitas.

troquímica e do xisto e se prepara a desnationalização das refinarias e a FRO-NAPE, principais suportes econômicos da exploração nacional do petróleo.

O Estatuto, totalitário no capítulo dos Direitos e Garantias Individuais e na Estruturação Política do País, contraditoriamente liberaliza a atividade dos grupos econômicos, sobretudo estrangeiros, pois permite a estes a exploração dos recursos minerais e dos potenciais de energia hidráulica, antes reservada exclusivamente a brasileiros, nos termos do Art. 6.º do Código de Minas.

Excluído está, a rigor, o direito dos analfabetos, que infelizmente são a maioria da Nação, de se integrar no processo político, pois é ilusório, sem o amparo inequívoco de um preceito constitucional, a faculdade de, por lei complementar, conceder-se aos analfabetos a plenitude da cidadania.

O projeto de constituição foi aprovado por uma Comissão mutilada pelas cassações e sem representatividade popular por se achar em fim de mandato. E, apesar de algumas alterações relevantes que nele foram introduzidas, não foi possível obter que a carta se tornasse um instrumento autêntico do regime democrático, adequado às aspirações do povo e atualizado em face das necessidades do País.

Recusadas as emendas que poderiam assegurar um mínimo de direitos e liberdades individuais, de funcionamento do regime democrático e de garantias do processo nacionalista do desenvolvimento econômico e social, a oposição nega legitimidade no texto votado.

Já agora, 105 deputados da maioria desmoralizam a carta liberticida, ao fazerem, em declaração de voto, uma proposta de revisão constitucional. Este documento vale por um epítáfio na lousa fria da carta laseputa.

A Nação, humilhada e ofendida, exige revisão da Constituição antidemocrática.

O Movimento Democrático Brasileiro, fiel aos sentimentos da Nação, convoca os estudantes, os operários, os intelectuais, a mulher brasileira, os militares democratas, os profissionais de todas as categorias, o empresariado nacional, enfim todo o povo brasileiro para essa campanha de restauração da democracia.

A nova Constituição promulgada proporcionará, sem dúvida, ao Brasil, uma época estável e duradoura, sobretudo por constatarem o aperfeiçoamento das instituições democráticas e a condição de desenvolvimento à paz social e à segurança nacional.

Incumbido pelos demais congressistas de dar oficialmente ao Marechal Castelo Branco a notícia da promulgação da nova Carta, o Deputado Pedro Aleixo dedicou todo o seu discurso à demonstração de que nada de novo foi imposto pelo Governo ao Congresso para que a Constituição estivesse em vigor em tempo tão breve.

São Paulo (SUCURSAL) — A revisão da nova Constituição, em futuro próximo, foi admitida ontem pelo Deputado Herbert Levi, ao contestar a afirmação do Sr. Carlos Medeiros Silva de que a rebelião dos 106 deputados da ARENA "é uma manifestação o romântica", classificando o ponto-de-vista do Ministro da Justiça de "opinião pessoal".

Oposição afirma que a Nação foi humilhada

Podereis, não será porém escolhido pelo povo, prevendo o Art. 76 a sua eleição pelo colégio submisso das oligarquias políticas.

Cria também a carta antidemocrática um regime unitário, a cuja sombra perecerá a autonomia dos Estados, e a Federação, pelo Art. 10, letra c, caberá intervenção federal no Estado que "adopte medidas ou executar planos econômicos ou financeiros em contrário às diretrizes estabelecidas pela União".

O poder exclusivo, entregue ao Presidente, de decretar a intervenção nos termos amplos e elásticos ora permitidos, conjugado à completa dependência financeira, a que serão submetidos os Estados (Arts. 19 a 23), cabendo ao Poder Central arrecadar quase todos os tributos (renda, consumo, importação, exportação, propriedade territorial, operações de crédito, combustíveis, minérios, energia elétrica e transportes), para redistribuí-los posteriormente aos municípios e unidades federativas, determinará praticamente a extinção da autonomia estadual.

É evidente o perigo de consolidação da ditadura, resultante de tamanha concentração de poderes e recursos financeiros nas mãos do Chefe do Executivo de um país subdesenvolvido, onde as liberdades são recentes e jamais tiveram exercício contínuo e regular. Cabe, pois, lembrar, com Lavallée, que "a autonomia das províncias é a cidadela das liberdades".

Para conceder novos instrumentos de opressão ao Governo, permite-se (Art. 122 par. 1.º) que juízes e tribunais militares julguem os civis por supostos crimes contra a segurança do Estado, passando a apreciação desses pretendidos delitos a ser feita através de inquéritos policiais-militares, de que a Nação guarda triste memória.

Presidiu a elaboração constitucional um erro conceitual de segurança nacional, merecedor de punição por imposição do arbítrio, expresso no estado de sítio que ameaça o País com o retorno, inclusive, no desterro em localidades insalubres e despopuladas, pois do texto da Constituição foram eliminadas as garantias contra tais violências. Restarão, ainda, aquelas "outras medidas estabelecidas em lei" (Art. 152 par. 3.º) que a imaginação fértil dos agentes ditatoriais venha a criar.

A liberdade de imprensa, hoje sob tenor de extinção, é ameaçada permanentemente pelo Art. 166, par. 2.º. A Perseca por toda a carta o espírito ditatorial que procura sufocar a industrialização e o desenvolvimento básicos do País, representados na Petrobrás, cujas atividades são reduzidas à pesquisa e à lavra, enquanto são entregues aos trusts internacionais os rendosos filões da petroquímica e do xisto e se prepara a desnationalização das refinarias e a FRO-NAPE, principais suportes econômicos da exploração nacional do petróleo.

O Estatuto, totalitário no capítulo dos Direitos e Garantias Individuais e na Estruturação Política do País, contraditoriamente liberaliza a atividade dos grupos econômicos, sobretudo estrangeiros, pois permite a estes a exploração dos recursos minerais e dos potenciais de energia hidráulica, antes reservada exclusivamente a brasileiros, nos termos do Art. 6.º do Código de Minas.

Excluído está, a rigor, o direito dos analfabetos, que infelizmente são a maioria da Nação, de se integrar no processo político, pois é ilusório, sem o amparo inequívoco de um preceito constitucional, a faculdade de, por lei complementar, conceder-se aos analfabetos a plenitude da cidadania.

O projeto de constituição foi aprovado por uma Comissão mutilada pelas cassações e sem representatividade popular por se achar em fim de mandato. E, apesar de algumas alterações relevantes que nele foram introduzidas, não foi possível obter que a carta se tornasse um instrumento autêntico do regime democrático, adequado às aspirações do povo e atualizado em face das necessidades do País.

Recusadas as emendas que poderiam assegurar um mínimo de direitos e liberdades individuais, de funcionamento do regime democrático e de garantias do processo nacionalista do desenvolvimento econômico e social, a oposição nega legitimidade no texto votado.

Já agora, 105 deputados da maioria desmoralizam a carta liberticida, ao fazerem, em declaração de voto, uma proposta de revisão constitucional. Este documento vale por um epítáfio na lousa fria da carta laseputa.

A Nação, humilhada e ofendida, exige revisão da Constituição antidemocrática.

O Movimento Democrático Brasileiro, fiel aos sentimentos da Nação, convoca os estudantes, os operários, os intelectuais, a mulher brasileira, os militares democratas, os profissionais de todas as categorias, o empresariado nacional, enfim todo o povo brasileiro para essa campanha de restauração da democracia.

Três mil homens tentam recuperar Tijuca da tromba-d'água

O Secretário de Obras, engenheiro Raimundo de Paula Soares, disse ontem ao JORNAL DO BRASIL que, embora tivessem sido graves os danos causados pela tromba-d'água que caiu principalmente sobre a Tijuca, os prejuízos não foram tão vultuosos, e três mil homens estão trabalhando na área afetada para normalizar a situação o mais rapidamente possível.

— Felizmente — acrescentou o Secretário de Obras — o comportamento do restante da Cidade foi o melhor possível, já que Santa Teresa não apresentou nenhuma anomalia e as estradas de rodagem e as principais vias de penetração não sofreram grandes quedas de barreiras, enquanto as galerias pluviais fizeram escoar a chuva rapidamente.

GALERIAS

Os danos causados à Tijuca — segundo informa o Secretário de Obras — foram devidos à forte tromba-d'água que, em apenas duas horas e meia, atingiu o índice de 162 mm, atingindo o máximo ocorrido em janeiro — mês que mais choveu no ano passado, estabelecendo um recorde. — foi de 273 mm, mas em 24 horas. A ação preventiva do Governo, desmontando cerca de 300 pedras que ameaçavam rolar dos morros e realizando obras de contenção nas encostas foi de grande valia para as chuvas recentes, impedindo maiores danos.

Durante a tromba-d'água, quando maior era o pique da chuva, ocorreu que a maré se enchia, e as galerias, trabalhando com capacidade saturada, não puderam fazer escoar as águas pluviais devido à pressão originada do refluxo das águas. Por este motivo, muitas tampas de bueiros saltaram. No entanto — segundo esclareceram os técnicos da Secretaria de Obras — com a diminuição do pique das chuvas e a descida da maré, as galerias se comportaram a contento, graças ao trabalho de limpeza nelas realizado durante a semana.

NA TIJUCA

Conforme a nota distribuída pela Secretaria de Obras, desde às 11 horas de segunda-feira, o Departamento de Estradas de Rodagem mobilizou três de seus distritos exclusivamente para a Tijuca, a fim de tentar conter a devastação causada pela cheia do Rio Maracanã, que foi o responsável por todos os danos causados àquele bairro, saindo do seu leito, por ter uma ponte sido obstruída por árvores trazidas pelas chuvas da Floresta da Tijuca.

O DER levou ao local 430 homens, três pás-mecânicas, duas pás e quatro compressores. De Departamento de Obras, foram mobilizados dois mil tra-

balladores para os serviços de desobstrução das galerias mais atingidas, e, para o início da limpeza dos detritos, o DLU enviou ao local 1 800 garfins.

PRIMEIROS RESULTADOS

Segundo declarou o Secretário de Obras, ao visitar a galeria subterrânea do Rio Maracanã, que os engenheiros do Estado já têm a solução para a indisciplina do rio, tendo sido tomadas de imediato todas as medidas cabíveis e obtidos os seguintes resultados:

1) Já está aberta a galeria onde se encontra a maior obstrução do Rio Maracanã. As 16 horas de ontem, estava sendo amplificada a abertura para que o rio libere a Rua Conde de Bonfim — transformada no seu leito artificial; 2) todas as elevatórias de esgotos que anteriormente deixaram de funcionar já se encontram trabalhando, a exceção da do Leblon, que continua paralisada; 3) as galerias e subterrâneos inundados na Tijuca estão sendo bombeados; 4) apesar de terem transbordado diversos rios — Calogi, Méier, Jacaré, Sanatódia, Arroio dos Afonsos e Tingui — nenhum deles trouxe maiores problemas, exceto o Maracanã e o Tingui, que obstruíram a passagem de pedestres; sob a Central do Brasil, mas já estão sendo feitas obras; 5) o Instituto de Geotécnica realizou inúmeras vistorias, interditando favelas e residências. Visitou, entre outros locais, a Estrada Velha da Tijuca, Trapiçeiros, Barão de Piraquara, Conde de Bonfim, Morro da Formica, Medeiros Passos, as vias de acesso à Barra da Tijuca, Macedo Sobrinho e Avenida Niemeyer.

RUAS MAIS DANIFICADAS

Segundo a opinião do Diretor do Departamento de Obras, engenheiro Jorge Bandeira de Melo, que passou a noite e parte da manhã na Usina da Tijuca, a intensidade das chuvas na Tijuca foi ainda maior do que a de janeiro do ano passado.

As ruas mais danificadas foram: Conde de Bonfim, Medeiros Passos, Cascata, Paul Udenberg, Estrada Velha da Tijuca, São Miguel e Paulino

POSTOS

Praça XV
Jardim Botânico.
Laranjeiras
Alto da Boa Vista
Engenho de Dentro
Penha
Barão de Corumbá
Jacarepaguá

MARACANÃ VOLTA

As 16h30m de ontem após mais de 30 horas de trabalho, as equipes do DER-GB — sob a supervisão direta do Secretário de Obras, engenheiro

Fernandes. O ponto crítico da devastação foi a obstrução do Rio Maracanã na canalização sob a Avenida Edison Passos, no Largo da Usina. — Na luta para fazer o rio voltar ao seu leito — disse o engenheiro — deixando de descer livremente pela Rua Conde de Bonfim, construímos barreiras, mas as novas chuvas caídas ontem no local e nas cabeceiras do Maracanã, romperam a barragem, e tivemos que lutar todo o dia de ontem para conseguirmos abrir — o que foi feito às 14h — uma perfuração sobre a pavimentação, para que o rio pudesse penetrar de novo na sua canalização, deixando de correr sobre a Rua Conde de Bonfim.

O trabalho no local — acrescenta o engenheiro Bandeira de Melo — será agora o de livrar a obstrução causada por árvores e detritos, para, em seguida, tamparmos o buraco da pavimentação. Paralelamente, o DOB está limpando o local mais atingido, e, dentro em breve, estará tudo normalizado.

CHUVAS PREJUDICAM LIMPEZA

O Diretor do DLU, engenheiro José Eugênio de Macedo Soares, informou ao JORNAL DO BRASIL que as chuvas caídas ainda ontem prejudicaram em muito o trabalho de limpeza dos garfins, mas que o Departamento enviou para a área mais atingida — Tijuca, Rio Comprido e Grajaú — cerca de 1 800 homens.

AS PRECIPITAÇÕES

Os engenheiros da Secretaria de Obras justificam a cheia do Rio Maracanã basados nos dados fornecidos pelo Serviço de Meteorologia, que acusou maior índice pluviométrico no Alto da Boa Vista, justamente o local onde estão situadas as nascentes do rio. Semanas as alturas das precipitações dos dias 21 e 24, o índice para aquela área foi de 239, enquanto na Penha, a soma em 48 horas atingiu apenas 19,9. Foram as seguintes as alturas das chuvas caídas nos períodos referentes aos dias 23 e 24, segundo informações divulgadas pela Secretaria de Obras:

POSTOS	DIA 23	DIA 24
Praça XV	5,7	21,0
Jardim Botânico.	1,0	29,0
Laranjeiras	43,0	16,0
Alto da Boa Vista	162,0	177,0
Engenho de Dentro	16,4	34,5
Penha	11,0	8,9
Barão de Corumbá	95,0	62,3
Jacarepaguá	77,1	76,6

Paula Soares, e do engenheiro Segadas Vianna, conseguiram levar as águas do rio Maracanã para o seu leito natural, segundo nota da Assessoria de Imprensa do Governo do Estado.

Tijuca, um bairro-família

Departamento de Pesquisa

Um bairro família — eis um slogan que a Tijuca poderia usar sem medo de desmerecê-lo. Família em seu melhor sentido: de tradições conservadas, de um jeito gostoso de coisa simples, como ir ao nanico, como ir a cinema, da Praça Saenz Peña na matine de domingo ou levar a filhinha ao pipoca da esquina no passeio de fim de tarde.

Por ser tão família e conservar ainda de certa forma o espírito de bairro como comunidade, o que já não acontece na Zona Sul, a Tijuca ainda se reúne muito em seus 17 clubes sociais e esportivos (número recorde: já os clubes substituíram a praça), enche os cinemas da Praça Saenz Peña nos fins de semana e, quando discute, sustenta que o carioca da Tijuca é o verdadeiro carioca tradicional.

UMA ESTATÍSTICA

O bairro da Tijuca tem uma área de 45 quilômetros quadrados, sete dos quais urbanizados e uma boa parte dos restantes situados nas montanhas da Tijuca, que dão vida e beleza ao bairro. Moram nessa área 171 mil e 362 pessoas, o que lhe dá uma densidade demográfica de 3 mil e 800 habitantes por quilômetro quadrado, e portanto uma condição de vida muito mais humana que a de Copacabana, por exemplo. E é sempre legítimo comparar ambas, porque se uma é o grande bairro da Zona Sul, a outra é o grande bairro da Zona Norte.

Desse 171 mil habitantes, 30 mil são crianças de 5 a 14 anos, 25 mil das quais escolares. Em números percentuais, vale dizer que 86,40 por cento da população de 5 a 14 anos está escolarizada, o que, se é um número relativamente alto em relação a outros bairros da

Zona Norte, é sem dúvida insuficiente, ainda.

Em matéria de vida financeira, a Tijuca tem 32 agências bancárias, uma da Caixa Econômica, duas Colônias Estaduais e uma Recebedoria Federal. Para recreação há 17 clubes esportivos e sociais, dez cinemas e dois teatros. Em matéria de compras há dez supermercados e três grandes lojas. Quatro restaurantes de primeira classe completam o quadro e, quanto a igrejas, há 30 católicas e oito protestantes. Para atender o tijuquano há nove hospitais e sanatórios, além de quatro centros de reabilitação. Quanto ao comércio, a Tijuca inclui ao todo 220 ruas, 32 estradas, 13 praças e três avenidas.

UMA COMPARAÇÃO

O morador dessas ruas e praças, que frequenta aquelas clubes e cinemas tem características próprias dentro do todo englobado pelo designativo carioca — embora sem perder nada do que costumava ser reconhecido como o que de melhor o carioca tem: a alegria, o espírito, o bom humor, a bossa, a verve.

Na verdade o velho tijuquano defenderá, se chamado ao debate, que o verdadeiro espírito carioca está lá, autêntico, correndo paralelamente ao progresso que transforma o bairro sem transformá-lo. O espírito e o homem da Tijuca incorporam com simplicidade, sem se desancarizar por isso. Diz que o bopacabense é aquele que se instala num bairro novo, cosmopolita é turístico e no meio disso se perdeu. Que o espírito de Copacabana é um espírito universal e nada tem de carioca de verdade. Que carioca — da gema, mesmo, mas de tradição — é o velho morador da Tijuca, das chácaras

Imperiais para onde fugiam romanticamente em carruagens elegantes os amantes de José de Alencar e de Machado de Assis, para onde noivos se retiravam certos do sossego em busca de uma lua-de-mel inesquecível.

UMA BACIA HIDROGRÁFICA

Os rios da Tijuca — que com suas montanhas, de onde descem, foram os causadores involuntários das enchentes que perturbaram a vida do bairro esta semana —, deslizando tranquilos e felizes, também modestos de porte, também ajudam a dar vida ao bairro. Rulm é quando extravasam seus leitos e invadem os vales por onde correm normalmente mansos. Na enchente de agora o mais saliente foi o menorzinho de todos, o Andaraí, ou Joana, que não tem mais do que 6,6 quilômetros, da Serra do Excedor ao Canal do Mangue, mas costuma desempenhar sempre esse papel principal e inflor no mais épico de chuvas muito fortes.

Parece que tem inveja do Rio de Janeiro ou Vão Nova, que tem dez quilômetros, da Serra da Tijuca à Lagoa de Camorim. Ou do Rio da Pedra, cujo tamanho também é de dez quilômetros, da Serra de Inácio Dias ao Alto da Boa Vista. Ou ainda do Maracanã, que nasce onde morre o da Pedra e vai até o Canal do Mangue, com 9,5 quilômetros, ou até do Cachofoa, que tem só oito quilômetros. E, pequenino embora, é e tem sido sempre o principal adversário do Bairro da Tijuca nas últimas enchentes. E vai continuar, enquanto não terminarem as obras de sua canalização, que estão em andamento, mas parece que não acabam mais.

CAMINHO PARA OUTRAS ÁGUAS



Luzes da Secretaria de Obras limpam, às pressas, o leito e as galerias da Paula Brito, no Andaraí, para que as novas chuvas tenham para onde correr

Cheia no Maracanã mantém Muda em pânico

Toda a parte alta da Tijuca — da Muda ao Largo da Usina — voltou a ficar inundada ontem a partir das 11 horas, com o transbordamento do Rio Maracanã, criando novamente momentos de pânico entre os moradores e prejudicando o trabalho dos 300 homens do Departamento de Estradas de Rodagem que tentavam desobstruir a galeria subterrânea do rio na Avenida Edison Passos.

As Ruas Conde de Bonfim e São Miguel foram transformadas em locais de difícil e perigoso acesso, porque a força das águas e os pedregulhos que desciam nas enxurradas eram suficientes para derrubar uma pessoa. Calculam os moradores que 200 pessoas, pelo menos, continuam fora de suas casas, temendo novas inundações.

DESABAMENTOS

Três casas que haviam sido interditadas anteriormente desabaram, mas segundo informações do Corpo de Bombeiros, não houve vítimas. As três casas estão situadas nas Ruas Comandante Martinelli, Conde de Bonfim e proximidades do Largo da Usina.

Durante toda a tarde, duas guarnições do Corpo de Bombeiros vistoriaram toda a área, inclusive subindo na Estrada Velha da Tijuca, porém não constataram qualquer caso mais grave. Havia muito pânico entre os moradores e geralmente os chamados eram para locais onde realmente não havia perigo de desabamento. Em uma das vezes estiveram à procura de um orfanato, e acabaram indo a uma casa em que apenas a garagem estava cheia.

CAUSAS

O Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, engenheiro Segadas Vianna, afirmou ao JORNAL DO BRASIL no Largo da Usina que o Rio Maracanã voltou a encher e invadir novamente muitas casas em consequência da obstrução de uma galeria subterrânea no Largo da Usina.

A causa da obstrução da galeria — que tem aproximadamente 100 metros —, segundo o engenheiro Segadas Vianna, foi a grande quantidade de troncos de árvores e terra trazida pela enxurrada do Morro da Formiga onde, até ontem, continuava a haver deslizamentos de terra.

O Professor Ivã Faria, Chefe de Divulgação do DER que acompanhava os trabalhos, explicou ao JORNAL DO BRASIL que a galeria tem uma boca de saída com três metros de altura, achando impressionante como pode ocorrer a obstrução.

A única maneira encontrada pelos engenheiros do Departamento para solucionar o problema foi romper o asfalto, uma laje de 15 cms de espessura e mais a camada de concreto que cobre a parte superior da galeria, para em seguida iniciar os trabalhos de retirada dos entulhos.

A perfuração da galeria estava sendo feita pela máquina apelidada de Eder Joffe — cada golpe que dá no solo equivale ao peso de cinco toneladas — e ainda um britador.

DESVIO DAS ÁGUAS

O movimento era intenso no Largo da Usina. No local da perfuração as águas foram desviadas para uma burreira feita com sacos de areia, para que o trabalho se desenvolvesse mais rapidamente. O Secretário de Obras, Sr. Paulo Soares, esteve no local de ontem até a manhã de ontem, e foi embora por ter torcido um pé. Também o Subchefe da Casa Civil do Governo permaneceu e ainda vários engenheiros da SURSAN.

Da Muda até o Largo da Usina 300 homens do DER estavam ocupados na recuperação das Ruas Conde de Bonfim, São Miguel e transversais, com inúmeras viaturas. Os trabalhadores, muitos até sem botas, lamentavam que as chuvas não parassem e o trabalho não pudesse render.

PONTO CRÍTICO

O ponto crítico em toda a Zona Norte e mais atingido pelas chuvas de ontem foi o Largo da Usina, onde o comércio funcionou precariamente e os meios de transporte ficaram parcialmente paralisados durante todo o dia. Da Muda até o Largo, foram estendidas dez cordões que iam de um lado para o outro. Os soldados da PM andavam de populares a fazer a travessia e a força das águas foi tanta que várias senhoras quase caíram. Os pedregulhos e demais detritos que desciam nas enxurradas atingiam a quem passasse no local.

PANICO

Na Rua São Miguel, paralela à Conde de Bonfim, três senhoras fugiram apressadamente e pediram em pânico, aos motoristas que dessem marcha-a-ré: "Desçam depressa, porque o rio transbordou a água vem aí".

As 11h os moradores da região começaram a reviver a tragédia do dia anterior, prevendo que as inundações voltassem a atingir suas casas. De novo a parte alta da Tijuca transformou-se num grande rio. Até as 13h três pontos fortes de chuva ocorreram e várias dezenas de pessoas ficaram ilhadas sem coragem de prosseguir em seu caminho.

Na Travessa Afonso, quando os moradores perceberam que o Rio Maracanã ia transbordar novamente, abandonaram suas casas e alguns chegaram a trepar nos muros para escapar da enxurrada. Praticamente todas as casas dessa rua, transversal à Conde de Bonfim e São Miguel, foram novamente inundadas.

Todas as ruas transversais à Conde de Bonfim, a partir do n.º 800, sofreram novos danos e tiveram os trabalhos de recuperação paralisados por algum tempo, até que a chuva passasse. As Ruas Medeiros Passos, Engenheiro Chavalcanti, Natalina, Alves de Brito e várias outras foram parcialmente destruídas.

VESTIGIOS

No prédio 1178 da Rua Conde de Bonfim, os

moradores contaram como cinco carros foram levados das garagens para o rio e retirados antes, sem qualquer máquina apropriada.

O Volkswagen que entrou na sala de um barracão situado atrás do edifício e caiu no rio, quase causou a morte de duas crianças. A proprietária do barracão é uma portuguesa que ganha a vida vendendo agrinho na feira e deixa seus dois filhos menores sozinho em casa. Os garotos subiram em uma das janelas e ficaram observando o movimento, exatamente no momento em que o carro entrava na sala, e era jogado no rio, salvando-se assim por pouco.

No rio ainda estão os destroços de ônibus da CTC, com pedacos distantes até de 500 metros, enquanto todos os carros carregados pelas águas na Conde de Bonfim e São Miguel foram removidos, ficando apenas uma Volkswagen que batara em um poste.

DESESPERO

A Sra. Ana Barbosa, que teve sua casa destruída pelas chuvas de ontem, ficou transformada e passou o dia todo na porta de um armazém, afirmando em voz alta, que a culpa era do Governador Negrão de Lima, que retirou o feriado de 20 de janeiro, o que impediu a realização da procissão de São Sebastião, santo do qual ela é devota.

Na Travessa Afonso, todos os moradores estão transformados: o maior parto deles havia terminado obras em suas casas — quase todas próprias — em virtude da destruição causada pelas enchentes do ano passado. A mulher do Sr. Joaquim Campos, moradora na Travessa há 22 anos, não escondeu sua decepção: "Não dá gosto morar mais aqui". A moradora do n.º 24 disse que acabou as obras no Natal e passou o ano em toda a casa mas de repente estava na mesma situação de janeiro de 66.

"MURO DA VERGONHA"

Apelidados esta rua de muro da vergonha — observou a mulher do Sr. Joaquim Campos — porque todos os moradores construíram muros fortes, alguns até com comporta de navio, e a água levou tudo.

Numa vila da Travessa a situação ficou mais grave, e na casa da Sra. Ana Nigri, não sobrou um móvel. A radiola nova, a geladeira, a máquina de costura, tudo ficou imprévisível, além das rachaduras nas paredes. Os moradores da vila acham que uma solução para o problema do Rio Maracanã deve ser encontrada com urgência, porque já empregaram todos os recursos para impedir a entrada das águas em suas casas e nada deu certo.

No número 32, duas crianças foram restritas anteriormente através de um fio que foi colocado da janela até o outro lado da rua, e uma senhora paralisada, com a casa inundada e destruída, teve que ficar na janela até que as águas baixassem. Um sobrado também foi destruído e as obras que tinham ficado prontas no Natal "foram por água abaixo", como afirmou um dos moradores.

PARTE BAIXA

Na parte baixa da Tijuca a situação não é tão grave e a retirada dos detritos e da lama está sendo feita pelo DER. Na Rua Uruguai, que foi muito atingida pelas chuvas de ontem, 46 homens, auxiliados por seis caminhões, uma pá mecânica e um trator, retiraram somente na parte da manhã, 30 metros cúbicos de lama.

No Maracanã, o local mais atingido é a esquina da Rua Dona Zulmira com Pelpe Camará, onde o Rio Joana transbordou e inundou a área, indo desaguar no próprio Rio Maracanã. Desta zona até o Centro da Cidade há ruas com lama, mas a desobstrução está sendo feita com rapidez. A Praça da Bandeira foi completamente limpa.

Algumas ruas, como a do Malote, continuam com alguns trechos em situação precária.

Andaraí

Se as chuvas persistirem, grande parte dos moradores do Morro do Andaraí estarão ameaçados de ficar sem as suas casas, segundo opinião do Administrador Regional de Vila Isabel, Sr. Francisco Martins, que esteve no local ontem, juntamente com soldados do Corpo de Bombeiros, providenciando para hoje a retirada das famílias que moram sob uma gigantesca pedra prestes a cair.

Uma pedra de grandes proporções roçou no Morro do Andaraí e destruiu o barracão da Sra. Maria Fabiano, que não sofreu nada porque não estava em casa na hora do acidente. Os moradores da parte mais ameaçada da favela estão alarmados com a ameaça de novos desabamentos e solicitam ao Governo do Estado providências para evitar uma catástrofe.

A Sra. Maria Fabiano, que reside no barracão atingido, disse que há muito tempo a pedra ameaçava rolar e outras residências não foram atingidas porque ela caiu num vazio após passar pelo seu barracão. Dona Maria está abrigada na Administração Regional.

As 17h de ontem, enquanto os bombeiros tomavam medidas de emergência para o esvaziamento da grande pedra que ameaça rolar, o padre Miguel, da Paróquia de São Cosme e São Damião, acompanhando o Administrador Regional do bairro, procurava abrigo para as famílias que correm mais perigo. Contudo, estas foram obrigadas a passar a noite de ontem na favela, pois o Administrador ainda iria encaminhar à Secretaria de Serviços Sociais o pedido de auxílio.

Os nove bombeiros do Posto do Grajaú que estiveram no local informaram que várias pedras ameaçam correr se a infiltração de água continuar, pois estão assentadas sobre uma camada de terra sem a mínima segurança. Mais de 20 barracos poderão ser

arrastados, mas somente hoje é que os moradores deverão ser evacuados, caso as chuvas persistam.

Santa Teresa

Embora a estrada esteja em precárias condições e apresente a ameaça de novos deslizamentos de terra, o Silvestre — ao contrário do que ocorreu no ano passado — se encontra em perfeita calma.

Em alguns pontos as ruas estão cheias de barro, o que para a região é perfeitamente normal, uma vez que ela é toda constituída de matas. O resto de Santa Teresa — um dos bairros que mais sofreram com as chuvas de 1966 — apresenta o mesmo aspecto de normalidade. Apenas, como em todo o resto da cidade, falta gás, energia e a água começa a escassear.

Leopoldina

A zona da Leopoldina não sofreu efeito direto de enchente e suas ruas estão limpas, à exceção de algumas poucas não pavimentadas que se tornaram praticamente intransitáveis. A exemplo de quase todos os outros bairros da Cidade, os da Leopoldina sofreram desta vez apenas pelos danos indiretos, causados pelas chuvas no Estado do Rio: falta de água, luz, gás e telefone.

A mesma confusão das donas-de-casa fazendo compras de última hora às pressas pôde ser vista na Leopoldina, onde diante das carroviarias e postos de gasolina as filas eram imensas, para a compra de carvão e queijos, substituindo o gás. Outro problema que a Leopoldina teve tanto quanto os demais bairros foi o de confusão nos cruzamentos de movimento mais intenso, pois com a falta de luz os sinais se apagaram. Em alguns desses cruzamentos foram colocados guardas, mas em outros, de não menos perigo, como o da Avenida Brasil com a Rua da Praia de São Cristóvão, a confusão ficou entregue ao deus-dará.

Catumbi

As voltas com problemas de desapropriação, os moradores do Catumbi, estavam ontem alegres, pois o bairro havia resistido às chuvas e apresentava um movimento normal pela manhã, desmentindo assim os integrantes do CEPE, que têm a área na conta de deteriorada e sem condições de segurança para seus moradores.

As águas que inundaram a Rua Catumbi baixaram rapidamente, e a lama que escorria do morro foi removida pelos próprios moradores, empilhados em zelar pelo bairro. Turmas do DER começaram, ainda pela manhã, a trabalhar para a remoção da lama acumulada e a desentupir os esgotos da Rua Catumbi.

A Rua D. Pedro Mascarenhas apresentava um aspecto de pantanal, com lama e detritos cobrindo as calçadas e algumas casas invadidas pelas águas.

Na Rua Aníbal Benévolo, formou-se uma grande praça, com a terra que escorreu do morro. Calçadas e carros ficaram submersos até a manhã de ontem, e alguns automóveis estacionados na rua tinham mais de um metro de terra a prendê-los.

Quintino

A Lemos Brito (início na Rua Clarimundo de Melo e fim nas favelas do Morro Inácio Dias) foi a rua mais afetada de Quintino beneficiada pelos temporais das últimas 24 horas. A rua galeria de águas pluviais, no contrário do que prometiam o 15.º Distrito de Obras, não foi desobstruída e as águas transformaram a rua em autêntico rio.

As obras promovidas no Instituto Profissional 15 de Novembro (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor) também contribuíram para as enchentes no bairro, pois o canal aberto naquela escola não corresponde à capacidade de escoamento da rede pluvial da maioria das ruas.

Estradas

A estrada de acesso no Alto da Boa Vista e grande parte da Estrada Velha da Tijuca encontravam-se com diversos trechos danificados pela ação das chuvas e das correntes de água que continuavam ainda ontem a descer das encostas dos morros, apresentando muito barro, algumas árvores caídas e pedras e pedacos de asfalto arrastados pela enxurrada.

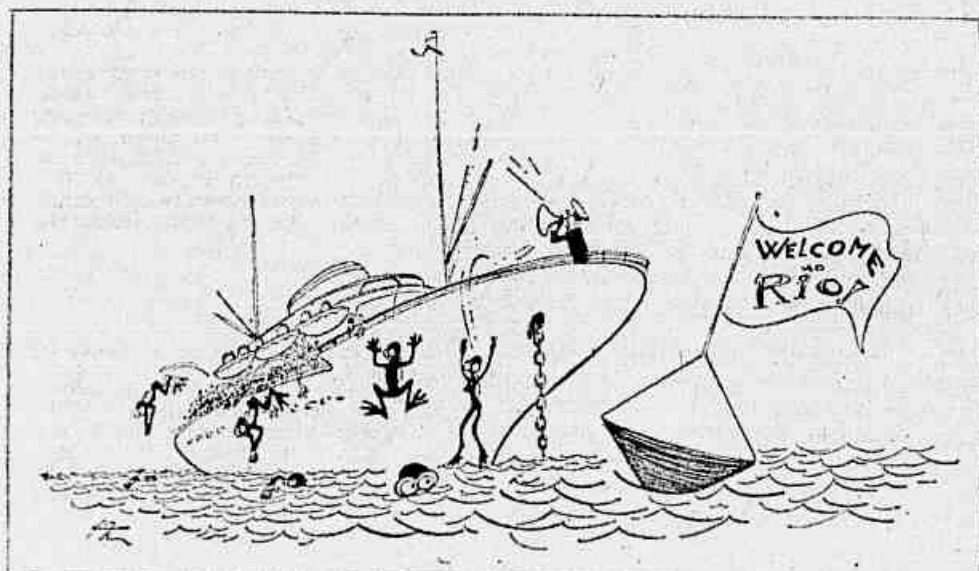
Em diversos pontos das duas estradas, notam-se apenas vestígios das barreiras que caíram e foram arrastadas para os barrancos pela força das águas. Na Estrada do Sumaré, o panorama é ainda pior, pois além das barreiras que tombaram — algumas reduzindo à metade a passagem para os veículos —, a enorme quantidade de água que continua a cair a cada hora em diversos trechos indica a possibilidade de ocorrerem novos deslizamentos.

Barreiras

A violência das enxurradas destruiu, em vários locais das estradas do Alto da Boa Vista, Sumaré e do Silvestre, a proteção para veículos existentes na beira dos barrancos, notando-se, pelo barro acumulado nas imediações, que a própria água empurrou para os barrancos e deslizou as barreiras que caíram.

Em muitas partes daquelas estradas, principalmente nas do Sumaré e do Silvestre, a água que continua a descer dos morros é tal que os caminhos se encontram, continuamente, cobertos por uma camada de água corrente.

Na Estrada do Silvestre — bastante avariada pelos temporais do ano passado —, o asfalto está ligeiramente afundado em pontos pontos, mas a contínua infiltração de água e as chuvas podem derrubar novas barreiras. O perigo no local ainda é maior, porque a estrada é estreita e quase sempre margeia profundos barrancos. Também aí a força das correntes destruiu, em alguns pontos, os pequenos muros de proteção.



"Estimando alcançar o melhor entendimento" entre o JORNAL DO BRASIL, "a Secretaria de Segurança Pública e os órgãos que lhe são subordinados", o assessor de Relações Públicas daquela Pasta, Sr. Armando Panho, convida este jornal "para uma visita cordial, em dia e hora de sua conveniência, ao Gabinete do Exm.º Sr. Secretário". Esclarece que nessa oportunidade, "por meio de sua disposição, para verificação e consulta, o que produzimos em um ano de trabalho profícuo", sendo também a ponta dos "os meus adversos contra os quais a Secretaria luta sem desalencimento".

Apelo à investigação

O Sr. Olavo de Meneses Vilar escreve dizendo que "a primeira arapuca de céduas de propriedade, de sócios patrimoniais, que são modalidades de sociedades anônimas camufladas em sociedades civis, foi estourada em São Paulo pelo Banco Central. Das arapucas já estouradas, faz parte o Hospital Presidente, nova modalidade de exploração das economias populares lançada por especialistas da especulação imobiliária dos tempos do Juscelino e do Jango. Quando será que o Governo e o Banco Central voltarão suas vistas para o Rio de Janeiro, onde esse tipo de negociata desonestas campeia livre e agressivamente, até em prejuízo das atividades comerciais e do progresso industrial do Estado da Guanabara?"

Devolução de adjetivos

O Deputado Oséas Cardoso envia de Brasília o seguinte telegrama: "Somente ontem tomei conhecimento, através de noticiário desse conceituado jornal, das ridículas e injuriosas acusações que me foram feitas na minha ausência à última reunião do Senado por um velho senador decrépito, sem compostura e sem linha, provocador de tragédias, cujo mandato por isso mesmo acaba de ser cassado pelo altivo e independente eleitorado alagoano no pleito de 15 de novembro. Trata-se do meu ferrenho inimigo, principal autor do covarde assassinato do meu pai e de ferimentos graves a bala em minhas irmãs, conforme se constata pelo veemente discurso de protesto proferido pelo seu próprio irmão, o então Senador Ismar Góis, no dia 23 de fevereiro de 1950, também vítima de sua sanha criminosa na eleição de 3 de outubro do mesmo ano. Meu miserável detratador é um cadáver moral e político, além do mais portador de esclerose em estado adiantadíssimo. Não posso perder tempo nem gastar céra com defunto tão ruim. Apenas devolvo-lhe intactos todos os adjetivos com que pretendeu enxovalhar minha honra, porque melhor se ajustam à sua pessoa. Deixando-me porque meu silêncio neste caso poderia ser interpretado como demonstração de covardia ou aceitação das torpes infâmias partidas de imaginação doentia. Nunca na minha vida cometi qualquer ato que pudesse dolo me envergonhar. Tenho 20 anos de vida parlamentar e agora sou o deputado federal mais votado de Alagoas e proporcionalmente de todo o País. Acabo de ser eleito pela crônica social de todos os jornais e emissoras do meu Estado Personalidade Política do Ano de 1967, prova evidente do insofismável conceito que desfruto em Alagoas."

Preságios de Pena Bôto

O Sr. Carlos Pena Bôto escreve sobre o que chama de "revanchismo na Marinha", discutindo os critérios de promoção naquela Força Armada e, afirmando que "a Marinha vem atravessando, sem dúvida, dias amargos". O Almirante, agora reformado, diz que, "desde os primórdios do Governo Revolucionário, ela vem sofrendo interferências desastrosas, como aquelas, por exemplo, reveladas pela grotesca troca triangular de mensagens telefônicas Rio—Washington—Brasília entre inexpressivos capitães-de-fraga versando sobre a escolha, pelo Marechal Castello Branco, de um Ministro da Marinha". Terminando, o Sr. Pena Bôto prevê que "dias amargos virão, quando o Marechal, antes de deixar o Poder, instituir o Ministério da Defesa, que levará a corporação naval a uma posição ainda pior, de desprestígio e subordinação".

JORNAL DO BRASIL

Diretor-Presidente:
C. Pereira Carneiro

Rio, 25 de Janeiro de 1967
Diretor:
M. F. do Nascimento Brito

Editor-Chefe:
Alberto Dines

Decisão

As explicações que as autoridades responsáveis aplicam ao renovado drama das enchentes demonstram, em primeiro lugar, que continuam tomando o acessório pelo principal; e também conduzem a uma reação de impaciência da opinião pública, que agora exige decisões e soluções imediatas, não mais aceitando a atitude simplista das justificativas, ainda que habilmente formuladas. Já nenhum habitante do Estado da Guanabara, para ficarmos só no problema carioca, pode ter dúvida de duas coisas: que as enchentes periódicas, com o seu séquito de desastres, se incorporaram à nossa realidade quase como um acontecimento de rotina; e que as enchentes constituem para esta Cidade uma fonte incalculável de prejuízos, não apenas expresso em perda de vidas humanas, mas ainda em impactos tremendos para as nossas atividades econômicas, que hoje mesmo estamos vendo à deriva com a crise no abastecimento de água, energia elétrica e gás e a interrupção de comunicações vitais.

A calamidade das grandes chuvas, portanto, deixou de ser um exagero retórico, que só impressionava os pessimistas e os alarmistas, para traduzir-se em fato da mais concreta dramaticidade. A tromba-d'água que desabou sobre o Vale do Paraíba simplesmente reduziu a Cidade do Rio de Janeiro à condição de uma grande aldeia indefesa, já que o seu complexo de serviços públicos de primeira necessidade deixou momentaneamente de existir. Não há como estimar os danos representados pela interrupção de atividades industriais e comerciais, pela destruição de patrimônios e serviços, pela devastação de obras públicas como estradas, pontes, ruas etc.

Eis por que o poder público deve sentir-se agora convocado a enfrentar o problema pelos seus aspectos básicos, já de há muito definidos pelos técnicos e especialistas na matéria, mas nunca objeto de decisões de envergadura, onde a investimentos maciços se somasse uma enérgica determinação executiva.

Está exaustivamente provado, por exemplo, que o desmatamento sistemático nos morros e nos

vales e os loteamentos às margens de rios volumosos constituem fatores intimamente relacionados com o problema das cheias e seus efeitos. Fora ou dentro da Cidade, a destruição das florestas facilita consideravelmente a erosão das encostas e dos morros, com isto agravando ao extremo a força predatória das chuvas torrenciais. O desmatamento e o favelamento conjugam-se, dentro da paisagem urbana do Rio, para transformar qualquer aguaceiro mais intenso num agente catastrófico, que iguala no mesmo perigo mortal tanto os próprios habitantes das favelas como toda a coletividade carioca. Levados de roldão, as encostas e os taludes dos morros obstruem os rios subterrâneos e as galerias de escoamento pluvial, situação que por sua vez se desdobra em alagamento dos logradouros, em desabamento de casas, em paralisação de serviços públicos e outras consequências funestas já bastante conhecidas do carioca. Dias antes de desencadear-se a atual catástrofe, a imprensa publicava reportagens com novas denúncias e advertências sobre o criminoso desmatamento do Vale do Paraíba: o que ali ocorria só fez confirmar em gênero, número e caso todas as previsões.

Conhecido, assim, o diagnóstico da calamidade, o que cumpre é partir para o seu tratamento eficiente. Impõe-se uma política de reforestamento considerada em termos de primeira prioridade, pela qual sejam também punidos exemplarmente os responsáveis pela liquidação das nossas matas. E teremos que enfrentar com absoluto realismo a questão das favelas, começando por proibir, da forma mais drástica possível, a construção de novos barracos nos morros. Já não há como admitir que por demagogia, sentimentalismo barato ou delírio de imaginação ainda se pretenda defender, entre nós, a manutenção das favelas, seja preservando-as simplesmente ou urbanizando-as.

A hora da decisão, que substituirá a dos devaneios, deverá levar em conta que os sonhadores e os insensatos só têm a seu lado, até agora, os argumentos da destruição e da morte.

Erro

Por maior que tenha sido o esforço do Congresso Nacional — e alguns parlamentares, como o Senador Mem de Sá, tiveram atuação destacada e louvável — para aprimorar ou atenuar o projeto de Lei de Imprensa, a verdade é que o diploma agora remetido à sanção presidencial continua igualmente inoportuno, inconveniente e desnecessário.

O erro lamentável do Executivo foi ter recorrido, no caso de seu mandato, ao expediente, por todos os títulos inadmissível, de buscar intimidar a Imprensa, através de uma lei discriminatória que felizmente mereceu a condenação nacional e internacional, sob a forma de autêntico clamor público a que o Governo parece permanecer insensível. A iniciativa governamental, sobre tentar coagir os jornais e limitar-lhes o exercício legítimo de sua atividade profissional, abriu oportunidade para toda uma série de discussões perfeitamente dispensáveis. Não faltou sequer o espetáculo deprimente de uma competição que, fazendo praça de defender a liberdade de opinião e o regime democrático, na verdade, mal disfarçou os objetivos que perseguia. Interesses de grupo vieram à tona, de forma despujorada, e tentaram, através de emendas que, de certo modo, sancionavam a iniciativa do Governo, desde que, à sombra dela, fosse possível acobertar finalidades imediatas de caráter material. A falta de princípios só fez, assim, acres-

centar uma nota desprimorosa ao constrangimento de um debate que, a rigor, seria inviável em qualquer país civilizado, capaz de demonstrar o apreço devido ao serviço público prestado pela Imprensa livre e independente.

A par da defesa dos interesses grupais, numa disputa pouco leal e nada lisonjeira para a classe dos jornalistas, vimos também a inobjetividade dos falsos entendidos campeando à solta. Menos do que convicções, especava, aqui e ali, o incoerente desejo de agradar, seja no Governo, seja a empresas envolvidas pelo projeto afinal prestes a transformar-se em lei.

Promulgada a nova Constituição, que os próprios congressistas se dispensaram de assinar, entramos agora num período de vazio institucional, que não estará sujeito a qualquer ordem jurídica, mas tão-somente aos caprichos e às vontades do poder pessoal. O Presidente da República poderá, se quiser, restabelecer a integridade dos dispositivos emendados no Congresso, como poderá, igualmente, votar, ou melhor, decretar, por seu arbitrio, as medidas que quiser. Agindo no ruinoso sentido antidemocrático que inspirou a Lei de Imprensa, o Governo estará juntando um dado essencial ao seu julgamento histórico, tanto mais lamentável quanto se sabe que esse mesmo Governo conseguiu atravessar o período mais difícil respeitando uma liberdade intocável como é a de informar e opinar.

Pesca

A Argentina estendeu a sua fronteira marítima para duzentas milhas, numa iniciativa unilateral e controversa. Abre-se, assim, no campo do Direito Marítimo, um debate que compreende um ângulo econômico em sua apreciação, já que a pesca representa hoje uma alternativa obrigatória para o problema da alimentação. A indústria da pesca dispõe hoje de uma tecnologia que reflete a importância crescente do mar como um dos celeiros da humanidade em futuro próximo. Em uma década, o Peru chegou ao primeiro plano, na industrialização da pesca, orientada racionalmente, em suas águas territoriais.

A opinião pública brasileira teve a sua atenção despertada para a iniciativa do Governo argentino e se ressentiu de uma palavra oficial do Brasil, embora se saiba, de forma imprecisa, que o Itamarati faz gestões, já que a ampliação da fronteira marítima argentina impede que barcos pesqueiros brasileiros possam apanhar a merluza, que é espécie de aceitação crescente no consumo nacional. Mas não é apenas no silêncio oficial que se revela a falta de uma consciência nacional no tocante à pesca, como forma de resolver o problema da alimentação de grandes parcelas da po-

pulação. Falta de hábitos de consumo de peixe e ausência de esclarecimento pedagógico, através de campanha publicitária, tornam o brasileiro desinteressado da presença do peixe em sua dieta. No entanto, o peixe é uma fonte de proteínas que não encontra concorrente em seu baixo custo. Mas o nível baixo de consumo e os elevados fretes rodoviários, bem como uma industrialização voltada para os produtos selecionados, impossibilitam a difusão do hábito de comer peixe.

O Governo vetou o Código de Pesca aprovado pelo Congresso, sob a alegação de que nele foram introduzidas alterações desfiguradoras do projeto. O problema continua sem solução e será preciso começar tudo de novo. Há uma deficiência essencial a assinalar na questão: é que a opinião pública brasileira não está motivada para o assunto, quer como consumidora, quer como interessada nas possibilidades econômicas de uma atividade industrial, num país com 7 mil, quatrocentos e oito quilômetros de costa marítima e ainda sem um mapa de sua fauna pesqueira. Este é, no entanto, um problema que reclama a atenção urgente do Governo e o interesse atuante da população.

COISAS DA POLÍTICA

Missão do líder do MDB é harmonizar quem quer com quem não quer "frente"

Enquanto na ARENA se encaminha para a escolha pacífica do seu futuro líder na Câmara, no MDB existem sinais de que a oposição terá de enfrentar importantes dificuldades antes de eleger o seu, quando sua bancada se reunir para decidir a 1 de fevereiro.

No lado governista a questão é, apesar dos esforços de incandescência, bastante singela: há como que um acordo geral de reconhecimento da liderança do Marechal Costa e Silva, cuja opinião pesará decisivamente na fixação de nomes e a quem não se quer criar o menor embaraço.

As especulações de que o sucessor do Marechal Castello Branco favorece ao Deputado Ernani Sátiro continuam tendo curso livre, mas, na realidade, nenhum dado de comprovação do rumor existe ainda. O grupo parlamentar encarregado das sondagens preliminares, na bancada, para a feitura da lista de nomes, não está suficientemente habilitado, quanto ao pensamento do Presidente eleito. E, assim, não se elimina a hipótese de que o futuro líder da Maioria somente seja escolhido à última hora, quando do regresso, a 1 de fevereiro, do Marechal Costa e Silva ao Brasil.

Com certeza, entretanto, o problema não se destina a representar crise na ARENA. Sua representação permanecerá solidária com a Presidência da República qualquer que seja o líder escolhido.

Igual destino, porém, não está reservado ao MDB, marcado por dissidências no enfoque da eleição do seu líder. Persiste a luta surda entre as tendências apressadamente reunidas sob a sigla, desde a extinção dos antigos partidos, por ato

revolucionário. E, encobertas, em cada tendência há uma tática política.

As articulações oposicionistas até o momento se fazem em torno dos nomes dos Srs. Osvaldo Lima Filho e Chagas Rodrigues, do setor trabalhista, Martins Rodrigues e Tancredo Neves, da área pedesista, e Franco Montoro, do grupo originário dos antigos pequenos partidos. Por exclusão natural, pelo conhecimento de temperamentos pessoais, estão aliadas — ou dados como improváveis — os Srs. Tancredo Neves, Chagas Rodrigues e Franco Montoro. Entretanto, o Sr. Martins Rodrigues já anunciou sua disposição de somente aspirar a liderança da minoria se sua candidatura for unânime e de unificação das múltiplas tendências da bancada.

Evoluiu-se, assim, a Oposição para crismar seu líder na Câmara, o Deputado Osvaldo Lima Filho, cuja designação terá, no entanto, de ser simultânea a um trabalho de harmonização de pontos-de-vista. É ponto pacífico, por exemplo, que a maioria da bancada vinda do antigo PTB, eleita a 15 de novembro último, reclamará que o MDB se constitua no ponto de apoio para a estruturação da frente ampla, a qual, agora, se dá como integrada pelos Srs. Juscelino Kubitschek, João Goulart e Carlos Lacerda. Esse pensamento se choca com o dos antigos pedesistas, que consideram o MDB como a única frente ampla possível e ao qual todos os oposicionistas devem se filiar ou prestigiar dentro e fora do Congresso.

Da fixação desse plano de harmonização de pontos-de-vista é que pode resultar a crise na Oposição quando dia 1 pró-

ximo vier a deliberar sobre o nome do seu líder na Câmara.

Mesa do Senado em final de entendimento

Estão praticamente ultimados os entendimentos para a composição da Mesa do Senado, a ser eleita no início do próximo mês. Segundo fonte responsável, são pacíficas a recondução do Sr. Auro de Moura Andrade à Presidência da Casa e a destinação da 1.ª Vice-Presidência a uma personalidade do MDB. O Senador Gilberto Marinho irá para a 2.ª Vice-Presidência, ficando o Senador Dinarte Mariz na 1.ª Secretaria. A 2.ª e 3.ª Secretarias serão dadas ao Senador Vitorino Freire e a um oposicionista.

Josafá para presidir MDB

O nome do Senador Josafá Marinho, do MDB baiano, está sendo articulado para ser colocado na linha de sucessão, no comando partidário. O trabalho está sendo desenvolvido fora do Senado mas tem a preocupação de não ferir suscetibilidades na bancada oposicionista do Senado.

Os que atuam em favor do Sr. Josafá Marinho consideram fatal a renúncia do atual Presidente do MDB, Senador Oscar Passos, por ação da rebelião que será instalada no Partido pelos novos parlamentares, eleitos em novembro do ano passado.

Entre os patronos da idéia em marcha há a convicção de que o Sr. Oscar Passos tem a solidariedade integral de seus companheiros no Senado, mas alimentam a certeza de que igual é o prestígio do Sr. Josafá Marinho.

Os direitos civis em 67

Por Thomas J. Marshall

ra o ano em curso é conseguir que se protejam os direitos políticos e econômicos proclamados pelas leis vigentes, direitos esses alcançados com tanto trabalho.

Insiste também a ANPPGC em que se submeta a revisão uma decisão do Senado que poderá permitir pôr fim ao chamamento "fubisteirismo" (o debate ilimitado) pela maioria simples. Atualmente, é necessária maioria de 2/3. Está considerando o Senado várias tentativas para rever essa norma, mas, em anteriores períodos de sessões do Congresso também se fizeram propostas de revisão, sem qualquer êxito. A negativa de pôr fim ao debate fez fracassar o projeto de lei dos Direitos Civis de 1966, o que encontrou considerável oposição, por causa de suas disposições proibitivas da discriminação na moradia.

É possível que se proponha, este ano, um projeto de lei similar. Em sua Mensagem sobre o Estado da União, disse o Presidente Johnson que "devemos encontrar solução para o assunto da habitação, de modo que todo o norte-americano, qualquer que seja a sua cor, tenha uma casa decente, de sua escolha. Todavia, não é provável que no 90.º período de sessões do Congresso se vote a favor de uma lei que proíba a discriminação na moradia.

A terceira meta que se propõe alcançar a ANPPGC em 1967 — segundo disse o Sr. Wilkins — é trabalhar nos bairros negros das cidades de todos os Estados Unidos para que se melhorem as escolas e a saúde e para que se aumentem as oportunidades de se conseguir empregos e moradias. São esses também objetivos da Grande Sociedade do Presidente Johnson, cujo fim é melhorar as condições de vida dos norte-

americanos de todas as raças.

Outro líder do movimento em prol dos Direitos Civis, Martin Luther King, pediu um "maciço programa de ação" para solucionar os problemas econômicos dos negros. Deseja campanhas para eliminar os bairros insalubres e preparar os trabalhadores para ocupar empregos melhores. Tentam alcançar esses dois objetivos tanto o Governo quanto grupos privados, embora não na escola que propõe o Sr. Luther King.

Floyd McKissick, Diretor Nacional do Congresso pró-Igualdade Racial, e A. Philip Randolph, Presidente do Sindicato de Camareiros de Vagões-Dormitórios, aconselham maior atividade política para os negros.

— Devemos atuar mais ativamente em ambos os partidos e no processo que conduzirá à decisão — declarou o Sr. Randolph.

Os objetivos do movimento em favor dos Direitos Civis ampliam-se, passando das decisões dos tribunais sulistas aos pedidos de ajuda que se publicam nos jornais do Norte. A ocupação da mão-de-obra de cor aumentou um pouco, mas não cresce com a mesma rapidez com que aumentou a população negra. Nas escolas não há segregação, legalmente, mas, em muitos casos, é como se existisse, por isso que seus alunos procedem da vizinhança imediata. Já são uma realidade em algumas zonas os bairros racialmente integrados. Em outras zonas, contudo, essa integração está encontrando tenaz resistência.

Embora a busca da igualdade de oportunidades possa ser em 1967 menos dramática do que nas lutas do passado, tudo indica que o movimento em prol dos Direitos Civis não morreu, mas está-se diversificando.

Cheia do Rio das Pedras expulsa de suas terras famílias de lavradores

Recuperação do Rio vai custar 4 bilhões

Os lavradores da região conhecida por Colônia Agrícola da Granja do Rio das Pedras foram obrigados a abandonar suas casas em consequência do transbordamento do Rio das Pedras que, por ter seu leito natural entupido sob uma ponte, invadiu a estrada de Jacarepaguá.

As águas tomaram conta da parte mais baixa do terreno, de onde já foram desviadas em parte pelo DER, que construiu uma espécie de represa no local, mas continuam atravessando a rodovia. Cerca de 30 homens trabalharam ontem no local.

Na altura do Clube Itanhangá, o Rio Cachoeira também transbordou provocando o desabamento de uma parte da Ponte do Jacaré, fazendo com que o trecho do Piscar-Piscar à Barra da Tijuca ficasse interditado. Com o deslocamento da ponte deu-se a ruptura do cano que abastece toda aquela região de água, além do prejuízo da enchente, que inundou todas as casas localizadas próximas ao rio e à lagoa.

Em consequência do desabamento de uma parte da Ponte do Jacaré, o trânsito foi desviado do local, obrigando a quem vier da Cidade a desviar-se pelas estradas das Canoas, da Gávea Pequena, de Furnas, ou então atingindo Jacarepaguá. Os que vierem de Jacarepaguá com destino à Barra da Tijuca têm de subir a estrada de Furnas, da Gávea Pequena e descer a Estrada das Canoas até São Conrado, para então dobrar em direção à Barra.

Interditada, a ponte do Rio Cachoeira está ameaçada de ruir completamente, encontrando-se permanentemente no local, em sistema de rodízio, uma guarda da Polícia da Vigilância. Os moradores das redondezas, entretanto, afirmaram que "agora o perigo já passou, pois mesmo que a ponte desabe, não nos pegará de surpresa". Informaram ainda que, quando o rio estava transbordando e inteiramente revoltoso anteontem, viram ser levados por suas águas o cadáver de uma criança e três de adultos, além de muitas criações, e os 80 porcos de uma chácara no Alto da Boa Vista.

O Governador Negrão de Lima assinou decreto, ontem à noite, concedendo um crédito extraordinário de Cr\$ 4 bilhões para cobrir os prejuízos decorrentes das inundações em vários pontos da Cidade.

Acreditam as autoridades estaduais que a importância seja insuficiente, "pois apenas o revestimento asfáltico de grande parte da Tijuca, zona mais atingida, deverá consumir boa porção da verba".

PRAIAS

O Governo do Estado anunciou ontem que a liberação das praias cariocas — interditadas para escoamento ao mar da rede de esgotos — somente ocorrerá quando todo o fornecimento de energia à Cidade estiver normalizado.

Depois de afirmar que a situação provocada pelas chuvas que estão caindo na Guanabara é muito menos séria que a de janeiro do ano passado, o Secretário de Governo, Sr. Humberto Braga, elogiou ontem, em entrevista coletiva, "as favelas, que estão resistindo brilhantemente às chuvas, e também seus moradores, com quem devemos congratular-nos".

— Evidentemente — afirmou — as chuvas estão muito menos intensas, principalmente na Zona Sul, fato a que devemos ser gratos, pois, se elas estivessem caindo com a violência do ano pas-

sado, ninguém poderia prever o que aconteceria com relação aos desabamentos e aos deslizamentos das encostas dos moradores.

PROVIDÊNCIAS

Disse o Sr. Humberto Braga, que também ocupa, internamente, a Secretaria de Serviços Sociais, já ter o Governo tomado todas as medidas cabíveis, principalmente através da Comissão Estadual de Defesa Civil — OEDEC —, a fim de restabelecer os serviços interrompidos pelas chuvas, como foi feito com relação ao suprimento de gás, já normalizado.

— Alguns serviços, entretanto — prosseguiu — estão fora de nossa alçada, como por exemplo a energia elétrica, que tem como responsável a Rio-Light. Por isso, não podemos precisar quando estará inteiramente restabelecido o fornecimento de energia elétrica a toda a Cidade, pois tudo dependerá dos órgãos competentes.

Com relação às inundações e suas vítimas, disse o Secretário Humberto Braga que "todos os serviços estão mobilizados para atender os necessitados. A Secretaria de Serviços Sociais dispõe de vários locais para abrigar mais de mil pessoas, entre eles a Fazenda-Modelo, em Campo Grande que recebeu 100 moradores de Santa Cruz que tiveram suas casas atingidas pelas chuvas.

— Posso assegurar — acrescentou — que estes 100 abrigados estão recebendo toda a assistência necessária. Há estoque suficiente de roupas, remédios e, principalmente, alimentos, pois há ali grande número de porcos e galinhas, que podem ser úteis numa emergência.

GALERIAS

Sobre as galerias pluviais da Tijuca, disse o Sr. Humberto Braga que elas não puderam resistir à intensidade das chuvas que caíram no bairro, com muito maior violência que em 1966, "pois agora foi atingido um índice pluviométrico de 108 milímetros em duas horas, e as galerias podem suportar apenas um índice de 50 milímetros durante uma hora".

— Mas, apesar de tudo, as consequências teriam sido muito mais graves se não houvesse sido realizado um grande trabalho nas galerias, totalmente desobstruídas: isso possibilitou maior rapidez no escoamento das águas.

Ao concluir, o Sr. Humberto Braga fez um pequeno balanço de todas as ocorrências, afirmando que, "apesar de tudo, o quadro não é muito negro, pois até agora existem oficialmente apenas 13 mortos e 100 desabrigados. E das mortes, apenas quatro foram provocadas por desmoronamentos em morros, o que mostra que as favelas estão resistindo bravemente às chuvas".

Não vacinados devem ir ao Posto mais perto

O Secretário de Saúde, Sr. Hildebrando Monteiro Marinho, em nota oficial, aconselhou ontem a população não vacinada contra o tifo a comparecer, "com a maior brevidade", aos Centros Médico-Sanitários, para imunizar-se contra as consequências das chuvas que inundaram alguns bairros e ruas da Cidade.

Disse o Secretário Hildebrando Marinho que o carilco deve evitar tomar água sem ser fervida e alimentar-se com frutas cruas, verduras e legumes, sem antes fervê-los. Acrescentou que o Estado, no setor de saúde, está aparelhado para atender à população.

A NOTA

É a seguinte a nota do Secretário de Saúde:

"O Secretário de Saúde reitera seu apelo à população não vacinada, a fim de que compareça com a maior brevidade aos Centros Médico-Sanitários da Superintendência de Saúde Pública, a fim de que

possa ser imunizada contra as consequências das recentes chuvas que inundaram alguns bairros e ruas da Cidade.

Apesar de a Secretaria de Saúde haver vacinado no ano passado mais de três milhões de pessoas contra o tifo, algumas parcelas da população ainda não foram imunizadas, devendo, por isso, comparecer aos Centros Médico-Sanitários próximos às suas residências.

A Superintendência de Saúde Pública conta com estoques suficientes para atender a toda população, enquanto os hospitais da Superintendência de Serviços Médicos estão funcionando normalmente, com todas as equipes mobilizadas, atendendo a população carioca e socorrendo vítimas das enchentes do Estado do Rio.

O Secretário de Saúde, aproveita a oportunidade, para tranquilizar a população de que não há ameaça de epidemia na Cidade, conforme foi anunciado por alguns jornais, aconselhando, no entanto, à população, a que tome as precau-

Sinalização apagada dificultou o trânsito

O trânsito carioca ficou praticamente abandonado ontem, com poucos policiais nos cruzamentos importantes, e os congestionamentos eram constantes porque os sinais estavam apagados — uns por falta de energia — pois o Departamento de Trânsito está desabastecido e em condições de atender situações de emergência.

O Batalhão de Trânsito da Polícia Militar informou que está pronto para qualquer eventualidade: suas viaturas percorrem constantemente

os principais pontos da Cidade e policiais são enviados para os locais mais importantes, "uma vez que é impossível desviar uma guarda para todas as esquinas".

CONGESTIONAMENTOS

No Centro da Cidade e na Avenida Brasil o trânsito tornou-se impossível na hora do rush. Nenhum motorista queria dar passagem nos cruzamentos e a todo instante havia congestionamento. Na Avenida Presi-

dente Vargas, entre a Rua Machado Coelho e a Praça da Bandeira, e na Rua 24 de Maio os sinais estavam queimados.

A lama nas principais ruas tornava o trânsito moroso e na Rua Ilapirú, em Rio Comprido, uma camioneta chapa branca chocou-se com uma pá mecânica que fazia a limpeza após uma curva sem colocar qualquer sinalização. Na Estrada de Jacarepaguá, apesar da ameaça de desabamento de uma barreira, o tráfego está normal, inclusive para ônibus.

QUEM VIU CARLA?



A mãe de Carla quis salvá-la da enchente e não mais a viu

Desaparecida menina de 1 ano e meio

A menina Carla Estelita, de um ano e meio, continua desaparecida para os seus parentes, que, apesar dos inúmeros telefonemas com indicações desconfiadas, não tiveram mais notícia positiva desde que a sua mãe a entregou a um passageiro de um ônibus da Viação Cometa que viajava para São

Paulo e que ficou retido em Itaguaí.

Carla Estelita é loura, tem um grande sinal vermelho nas costas e, como dizem os seus parentes, "gosta muito de brincar de boneca, de carrinho, de bola e de botar uma bolinha no brinco e sair dando chao para todo mundo". Qualquer infor-

mação deve ser dada pelos telefones 37-8674 ou 57-9039.

MAE ESTA DOENTE

A mãe de Carla, Dona Helena Estelita, que entregou a menina no ônibus na esperança de salvá-la da enchente, encontra-se doente e sob rigorosos cuidados médicos, que a impedem de receber visitas, à exceção dos familiares.

Mar não dá atrito com a Argentina

Brasília (Socursal) — Fontes autorizadas do Governo revelaram ontem no Palácio do Planalto que o Brasil não se preocupa com a decisão do Presidente Juan Carlos Onganía — transformada em decreto-lei — de ampliar de 12 para 200 milhas o mar territorial da Argentina.

Embora não tenha ainda recebido comunicação oficial do Governo argentino sobre tal decisão, o Governo brasileiro não teme que a medida venha a ocasionar incidentes do tipo da guerra da lagoa, pois entende que a Argentina não tem interesse algum em hostilizar o Brasil, quando suas relações são as melhores possíveis.

MUDANÇA VEM

— O Governo brasileiro — acrescentou o informante — acredita que, dentro de pouco tempo, os dispositivos do Acórdão de Genebra, fixando seis milhas como o limite padrão para o mar territorial, acabarão por ser adotados por todos os países amigos, inclusive a própria Argentina.

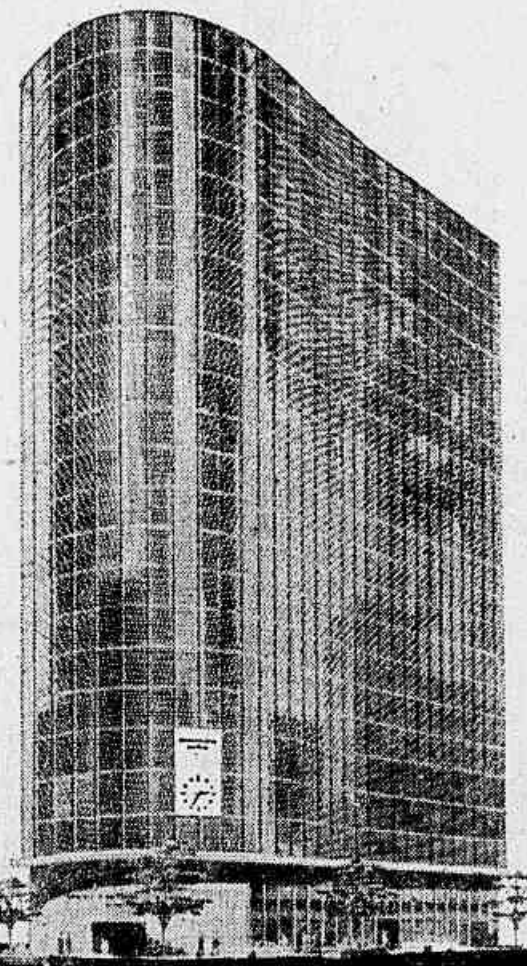
— Essa crença — explicou — é fortalecida pelo grande número de adesões que aquele Acórdão vem recebendo e por isso tende a se transformar numa lei internacional.

Energia deu trabalho a bombeiros

O Quartel-Central do Corpo de Bombeiros atendeu ontem a 10 chamados para a retirada de pessoas presas em elevadores paralisados entre andares durante os períodos de falta de energia no Centro. Na Tijuca, houve 12 chamadas para casos de inundações e desabamentos.

Na Travessa do Ouidor, o pânico dominou cinco pessoas que ficaram presas mais de uma hora num elevador. No Calabouço, os bombeiros também estiveram em ação para resgatar um corpo. Os bombeiros de Campinho continuaram ajudando o Exército na desobstrução do corpo no Km 56 da rodovia São-São Paulo.

pela casa se conhece o dono



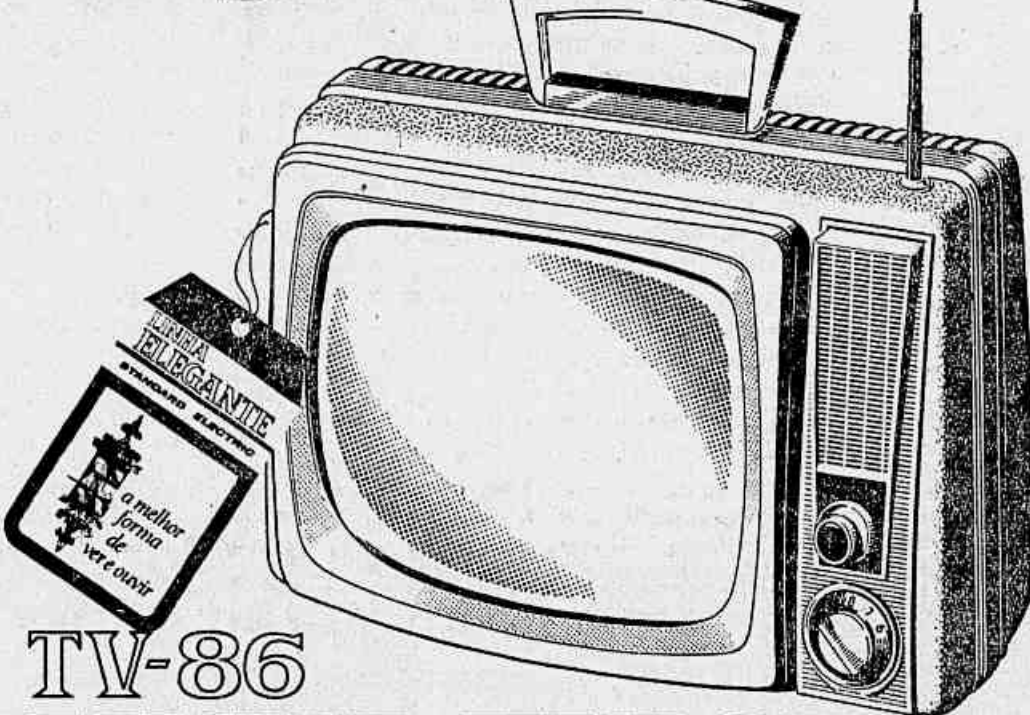
Esta é a nova filial Rio do BANCO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MINAS GERAIS, na Av. Rio Branco 123, esquina com Ouidor. É um símbolo de trabalho e de serviços atualizados. Ela é o centro de uma rede de 156 filiais e agências espalhadas em todos os Estados do Brasil — das quais 18 estão na Guanabara — com

correspondentes em todos os países. Milhares de clientes queram com o BANCO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MINAS GERAIS em descontos, câmbio, cobranças, transferências e depósitos. 44 anos de experiência, tradição e técnica são vigas mestras dessa nova casa.



BANCO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MINAS GERAIS S.A.
PADRÃO EM SERVIÇOS BANCÁRIOS

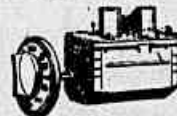
Veja o que a Standard Electrica traz para você



TV-86 LINHA ELEGANTE
a melhor forma de ver e ouvir

TV-86, S.E. Jóia de Luxo. Portátil. Leve e super resistente. Cores: bege e branco. Televisor com fidelidade de imagem ao vivo. Dotado do famoso TRI-SELECTOR MASTER, o mais perfeito seletor de canais do mundo: chave da harmonia entre SOM E IMAGEM. Garantia de sintonia automática, nitidez permanente e longo alcance. Para toda a vida.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA
É o que garante para toda a vida, o perfeito funcionamento do seu televisor ou estêreo. Aparelhos de alta precisão técnica, exigem uma assistência realmente técnica. Para isso a Standard Electrica treinou e formou um corpo de profissionais na própria fábrica. É o seu serviço autorizado. Eficiente, rápido e com peças genuínas. Confiar somente nêles!



STANDARD ELECTRIC
ASSOCIADA A TPT PADRÃO MUNDIAL EM ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES

CASSIO MUNIZ

Acôrdio garante liberdade a rebeldes na Nicarágua

De Gaulle mantém-se mudo ao apelo de Wilson para entrar no Mercado Comum

Paris (UPI-JB) — O Presidente Charles De Gaulle e o Primeiro-Ministro Harold Wilson voltarão a se reunir hoje para discutir o pedido de ingresso britânico no Mercado Comum, a fim de completar as negociações iniciadas ontem, que se caracterizaram, segundo os observadores, pelo silêncio do General.

Ao mesmo tempo que o *Le Monde* afirmava em manchete de primeira página que o *Premier* britânico teria problemas em convencer o General De Gaulle sobre a sinceridade de sua conversão aos ideais europeus, porta-vozes diplomáticos revelavam que a França só dará uma resposta definitiva quando Wilson completar sua excursão pelas seis capitais dos países membros do MCE.

ALIADOS E AMIGOS

Após o primeiro encontro de duas horas de duração, os dois estadistas almoçaram juntos no Palácio Eliseu. Em seu discurso, De Gaulle saudou Wilson e o Secretário do Exterior George Brown, classificando-os de bem-vindos representantes da Grã-Bretanha, "nossa aliada e amiga, sempre querida e admirada".

Sem fazer qualquer menção à política que será seguida pela França no momento de votar o pedido de ingresso, De Gaulle, que há quatro anos vetou a entrada da Grã-Bretanha, limitou-se a dizer em seu pronunciamento que as conversações trataram de "problemas particularmente graves e complexos, uma vez que dizem respeito à Europa".

CORDIALIDADE

Segundo fontes oficiais, as conversações de ontem decorreram num clima de cordialidade, de ambas as partes. Wilson começou fazendo uma exposição sobre os objetivos gerais de sua visita a Paris, e em seguida referiu-se aos problemas que precisariam ser resolvidos caso a Grã-Bretanha fosse aceita no MCE.

De Gaulle discutiu com Wilson problemas de defesa, união europeia, relações com o Leste Europeu e a libra esterlina, na que, segundo o Primeiro-Ministro britânico, está mais firme do que em abril de 1965, quando se reuniu pela última vez com o General. Questões polêmicas como o preço do ouro e dos produtos agrícolas não foram levantadas.

Inglêses podem mudar de atitude com Washington

Londres (UPI — JB) — As relações especiais, cada vez mais controversas, que unem a Grã-Bretanha aos Estados Unidos, atingiu uma fase decisiva que poderá redundar em sua modificação.

O discurso do Primeiro-Ministro Harold Wilson, pronunciado segunda-feira em Estrasburgo, na França, poderá assinalar, segundo alguns observadores diplomáticos, o fim das relações especiais, que foram, até agora, o sustentáculo dos Governos conservadores e trabalhistas da Grã-Bretanha.

As relações especiais, uma expressão atribuída a Sir Winston Churchill, se originaram da estreita aliança entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha na Segunda Guerra Mundial. Aquela relação floresceu em cooperação nuclear e em afinidade de interesses políticos no período da pós-guerra.

Os próximos meses mostrarão até que ponto a Grã-Bretanha está preparada para fazer um desvio em sua política. Com algum estímulo dos europeus, um drástico afastamento parece possível agora, pela primeira vez na história da pós-guerra.

Ao delinear seu conceito da política da Grã-Bretanha no futuro, Harold Wilson disse à Assembleia do Conselho da Europa, em Estrasburgo, num discurso histórico, que uma Europa reforçada pela Grã-Bretanha poderia "falar com vigor aos nossos aliados do Atlântico".

Reafirmando a contínua lealdade da Grã-Bretanha à Aliança Atlântica, Wilson advertiu que "lealdade não deve jamais significar subserviência". Tirando uma fôlha do compêndio antiamericano do General Charles De Gaulle, Wilson acrescentou: "E muito menos deve significar uma escravidão industrial que nos obrigue, na Europa, a produzir apenas a estrutura convencional de uma economia moderna, enquanto nos tornamos cada vez mais dependentes das empresas norte-americanas para possuímos o aparelho que dará o tom industrial nas décadas de 70 e de 80."

O último pronunciamento político do trabalhista Harold Wilson em favor de um avanço em direção à Europa tem o apoio formal do Partido Conservador, que o considera agora uma iniciativa de toda a Grã-Bretanha.

O Ministro do Exterior Couve de Murville, e o Secretário do Exterior, George Brown, assistiram ao encontro de Wilson e De Gaulle, e após o almoço se reuniram com membros do Governo francês para discutir questões bilaterais de caráter técnico.

VOLTA A PE

Sem saber qual será a decisão francesa quando a Grã-Bretanha apresentar formalmente o pedido de ingresso, Wilson deixou ontem o Palácio Eliseu e caminhou até a Embaixada britânica, seguido por 100 jornalistas, tendo no entanto se recusado a fazer qualquer declaração. O *Premier* pretende conceder uma entrevista coletiva hoje, antes de regressar a Londres após sua visita de dois dias.

FRENTE ÚNICA

Os observadores chamam a atenção para o fato de que o Vice-Ministro do Exterior francês, Jean de Broglie, não mencionou o pedido de ingresso britânico em seu pronunciamento sobre política externa francesa na Assembleia Nacional.

Da mesma forma, em Estrasburgo, o Ministro do Exterior, Willy Brandt, referiu-se apenas de passagem à questão britânica, ao dirigir-se à assembleia do Conselho da Europa.

Acredita-se que a semelhança entre os dois discursos possa indicar que a França e a Alemanha Ocidental não estão dispostas a deixar que Londres abale suas relações, fortalecidas pela recente visita do Chanceler Kurt-Georg Kiesinger a Paris.

O alcance desta nova atitude do Governo britânico dependerá da aceitação da Grã-Bretanha na Comunidade Econômica Europeia. Mas o desencantamento com a relação especial anglo-americana parece ser mais do que um capricho passageiro. Os comentaristas britânicos têm feito ultimamente críticas a esta relação que eles estigmatizam como um simples mito, pedindo ao Governo que a reconheça pelo que ela significa, ao invés de continuar vivendo com um fantasma.

Aquelas críticas, que refletem um grande segmento do pensamento britânico, alegam que os Estados Unidos, de qualquer modo, têm atribuído uma importância decrescente à chamada relação especial com a Grã-Bretanha.

A cooperação anglo-americana é uma coisa muito importante e ela prosseguirá, argumentam eles. Mas esta cooperação não deve ser considerada como oriunda de "um laço exclusivo ou místico".

A relação especial anglo-americana também foi anatematizada pelos críticos como sendo uma "aliança de desiguais", à qual os Estados Unidos dão muito pouca importância.

O *Times*, de Londres, comentou que há poucas razões para que se deplora o fim desta relação especial. E isso ocorre devido ao preço alto pedido por ambos os lados e porque são ignorados os interesses separados de ambos os países e a relativa fraqueza da Grã-Bretanha.

O primeiro sinal da nova posição britânica foi dado por Harold Wilson, no início deste mês, quando ele se pronunciou, em público, contra a "dominação" americana da indústria europeia. A lealdade à OTAN, disse ele na ocasião, não implica a aceitação do "domínio da vida industrial e econômica pelos interesses industriais norte-americanos".

O pronunciamento político em Estrasburgo sobre o futuro papel político da Grã-Bretanha foi um importante passo em direção ao reconhecimento da limitação, se não das desvantagens, da relação especial anglo-americana.

Balaguer vai libertar quem provar que não é subversivo nem trama queda do Governo

São Domingos e Paris (UPI-JB) — O Presidente dominicano Joaquín Balaguer autorizou a libertação das 50 pessoas que foram detidas nos últimos dias acusadas de conspirarem para derrubar o regime e instalar no país uma ditadura militar.

Balaguer ressaltou que os detidos somente serão libertados depois de serem interrogados e provarem que não são agitadores profissionais e não estão ligados com os grupos subversivos. Oficiosamente, informa-se que entre os presos estão "várias personalidades".

FE NO EXERCITO

Em discurso transmitido a todo o país, por uma cadeia de rádio e televisão, o Presidente Balaguer assegurou que não acreditava em um golpe militar na República Dominicana. Nosso Governo — acrescentou — está sendo apoiado pelas Forças Armadas e nós acreditamos no patriotismo e sinceridade de nossos militares.

O jornal *El Caribe* informou ontem que 12 oficiais das Forças Armadas foram aposentados ou afastados de seus cargos e que a maioria deles era de alta patente. Entre os que passaram para a reserva está o ex-Supremo do Exército, General Américo Ruiz Batista e mais cinco coronéis.

PROTEÇÃO

O General Antônio Imbert Barrera, que comandou as tropas governistas contra os rebeldes do Coronel Caamaño Deno durante a guerra civil, teve sua residência guardada por soldados com metralhadoras nas últimas 48 horas.

Mais tarde, o General Imbert informou que ficou sabendo da medida de proteção através da imprensa e que nada sabia sobre a proteção do Governo a "determinados militares". Oficialmente, explicou-se que a guarda a residência do General Imbert foi decidida a fim de protegê-lo contra "possíveis inimigos do militar". Imbert Barrera estava com Rafael Trujillo no dia em que o ditador dominicano foi assassinado.

INSTABILIDADE

Em Paris, o ex-Presidente Juan Bosch afirmou que a situação em seu país é extremamente instável, negando-se a entrar em detalhes sobre as notícias de mais prisões de oficiais do Exército e da Aeronáutica. — Na República Dominicana — acrescentou — há uma multiplicidade de poderes e nenhum regime democrático pode funcionar sem uma autoridade central. A situação atual poderá conduzir facilmente ao estabelecimento de uma ditadura militar.

ONU contra Manchester acusa homem de Kennedy

Nações Unidas (UPI-JB) — Uma Comissão Especial das Nações Unidas está tentando negociar com o Prefeito de Nova Iorque, John Lindsay, a suspensão do reboque dos carros que estacionam no Centro de Manhattan, que foi classificada pelo Embaixador da Arábia Saudita, Jamil Borjedy, de "ato injustificado de uma potência grande e influente".

A decisão do Prefeito entrou em vigor na segunda-feira e só na primeira leva sete carros com chapa diplomática foram levados ao depósito municipal, o que gerou uma onda de indignação em todas as legações estrangeiras sediadas em Nova Iorque.

TREGUA

Vários diplomatas junto às Nações Unidas protestaram contra a "linha dura" e a "manha de perseguição" de Lindsay e sugeriram a adoção de medidas idênticas contra os diplomatas norte-americanos que servem em seus países.

Logo após o reboque do carro, a Comissão da ONU para relações com o país anfitrião, que é integrada pelo próprio Embaixador dos Estados Unidos junto às Nações Unidas, Arthur Goldberg, dirigiu-se à Prefeitura para propor a Lindsay uma tregua na guerra aos automóveis.

Podgorny chega a Roma para tratar de comércio e ver com o Papa situação mundial

Roma (UPI-JB) — Dois estudantes foram presos durante uma manifestação anti-soviética nas proximidades do aeroporto onde desembarcou o Presidente Nicolai Podgorny para uma visita oficial de uma semana, na qual se reunirá com membros do Governo italiano e com o Papa Paulo VI.

O Chefe de Estado soviético, que discutirá sobre comércio com o Primeiro-Ministro Aldo Moro e sobre o Vietnã com o Papa, declarou ainda no aeroporto que esperava que sua permanência na Itália e sua ida à Cidade do Vaticano contribuissem para a causa da paz mundial.

PASSO A FRENTE

Na próxima terça-feira, Podgorny será recebido em audiência pelo Papa Paulo VI, e esta será a primeira vez que um Chefe de Estado soviético cruza as portas da Cidade do Vaticano. O encontro, segundo os observadores, poderá representar mais um passo para o restabelecimento das relações diplomáticas entre a Santa Sé e Moscou, rompidas depois de outubro de 1917, com a vitória da revolução comunista.

genro do ex-Primeiro-Ministro Nikita Krushchev.

Em abril, João XXIII promulgou a *Pacem in Terris*, a primeira encíclica dirigida a todos os homens de "boa vontade", na qual prega o diálogo com os não cristãos e aborda temas de interesse mundial.

No ano passado, o Papa Paulo VI recebeu o Ministro do Exterior Andrei Gromyko e discutiu com ele a paz mundial. Os observadores consideraram o fato decisivo para a reaproximação católico-soviética.

A ala conservadora da Igreja protestou contra a abertura do diálogo com a União Soviética, principalmente na Itália, onde se teme que os encontros do Papa com os dirigentes do Kremlin contribuam para fortalecer ainda mais o Partido Comunista.

VÍTIMA FARDADA



Um civil ajuda um guarda nacional ferido a procurar abrigo no centro de Manágua (UPI)

VÍTIMA CIVIL



Dois rebeldes carregam o companheiro ferido no levante frustrado na Nicarágua (UPI)

EXPLOSÃO DO NEOFASCISMO



Neofascistas protestaram contra a visita de Podgorny a Roma lançando bombas contra a sede do PC italiano (UPI)

Manágua (UPI-JB) — A rebelião contra a família Somoza na Nicarágua terminou ontem depois que o Coronel William Francisco e outros funcionários da Embaixada americana, servindo como mediadores, conseguiram a aceitação de um acordo pelo Governo e pelos dirigentes do movimento.

Nos termos do acordo, o líder rebelde e candidato oposicionista à Presidência, Fernando Agüero, comprometeu-se a depor armas, juntamente com mil partidários seus (o que foi feito no Grande Hotel, onde estavam entinchelados), e o Presidente da República, Lorenzo Guerrero, garantiu que o Governo não punirá ou processará qualquer dos envolvidos na insurreição.

ELEIÇÕES

Soubese também que o Governo assumiu o compromisso de conseguir do Tribunal Eleitoral resposta à consulta em 25 pontos, apresentada pela Oposição, sobre as garantias para as eleições presidenciais de fevereiro.

Firmado o acordo, os rebeldes depuseram as armas e dirigiram-se, livremente, a suas residências.

MORTOS

Segundo informações extra-oficiais, ainda sujeitas a confirmação, chegou a 40 o número de mortos nos combates de rua em Manágua. Pelos dados oficiais, morreram 25 pessoas. Os feridos, segundo os cálculos extra-oficiais, seriam 160, apenas no Hospital El Retiro. Pelos dados oficiais, seriam 100.

Antes das gestões da Embaixada americana, o Núncio Apostólico em Manágua e prelado da Igreja nicaraguense tentaram conciliar as duas facções, mas sem resultados positivos. Terminada a luta, voltou a calma à Capital, o comércio foi reaberto e o trânsito no centro da Cidade, liberado.

HEROÍSMO

As religiosas norte-americanas Mary Arthur e Jeanne Therese Deiman, da Ordem de São José, foram detidas pelos rebeldes no Le Grand Hotel com mais 123 pessoas de diversas nacionalidades e somente com muito sacrifício conseguiram que Fernando Agüero autorizasse a saída dos reféns.

Os 125 estrangeiros residentes no Hotel procediam da Argentina, Alemanha, Peru, Panamá, EUA e Grã-Bretanha e assim que se viram livres correram para o aeroporto de Las Mercedes a fim de sair do país. Quando os rebeldes negaram-se a comentar os fatos, porém concordaram que o tiroteio durou muito tempo e parecia uma "guerra de verdade, com centenas de homens armados correndo e gritando de um lado para outro." As duas irmãs norte-americanas conseguiram parar os tiros saindo à rua agitando uma bandeira branca para parlamentar com os oficiais da Guarda Nacional.

MENSAGEM

O Presidente Lorenzo Guerrero anunciou à nação o fim da luta em Manágua assegurando que os rebeldes entregaram suas armas aos oficiais da Guarda Nacional e que os líderes do movimento não tinham sido detidos "em consequência do acordo que estabelecemos para a cessação da luta."

A mensagem do Presidente foi lida através do rádio minutos após o fim da rebelião cujas consequências ainda não puderam ser estabelecidas. Os meios diplomáticos receberam com entusiasmo a notícia de que Agüero e seus seguidores estavam em liberdade, "mesmo depois da verdadeira batalha de rua que travaram durante 24 horas no centro de Manágua."

REPERCUSSÃO

A notícia da luta na Nicarágua obteve boa repercussão na Europa e nos Estados Unidos. Em Nova Iorque, o *The New York Times* divulgou a informação admitindo a possibilidade de se repetir a guerra civil dominicana.

Em Washington, o Departamento de Estado negou-se a fazer comentários. O Senador Robert Kennedy, democrata, insistiu ontem na necessidade do Conselho da Organização dos Estados Americanos se reunir para examinar a crise nicaraguense.

General SS confessa crime contra judeus

Munique (UPI-JB) — O ex-general de Estado negou-se a fazer comentários. O Senador Robert Kennedy, democrata, insistiu ontem na necessidade do Conselho da Organização dos Estados Americanos se reunir para examinar a crise nicaraguense.

Até agora, Harster, acusado de haver ajudado o extermínio de 90 000 judeus holandeses durante a segunda guerra mundial, insistira em que não tinha a menor ideia da sorte desses indivíduos.

Antes ainda Harster dissera ao tribunal que a principal tarefa de suas forças de assalto consistia em subugar a resistência da população holandesa para que esta "não molestasse o exército".

Reduzido a um quinto o abastecimento de hortigranjeiros

Água preocupa Governo federal

O Ministro João Gonçalves de Sousa, que está coordenando a ajuda do Governo federal às vítimas das enchentes, logo após chegar de Brasília, onde fizera ao Marechal Castello Branco um relato da catástrofe e das providências tomadas, reuniu-se ontem em seu gabinete com os principais assessores para coordenar novas medidas.

Por telefone, o Ministro Gonçalves de Sousa falou com o Chefe de Escritório da SUDENE em São Paulo, para saber como iam as demarques no sentido de se conseguir, na capital paulista, cerca de 500 toneladas de sulfato de alumínio a fim de que não haja um colapso no sistema de tratamento de água no Rio, sendo informado que a questão está bem encaminhada.

COOPERAÇÃO

Achou o Ministro, porém, "que a solução, para o problema grave apresentado pela CEDAG, pode ser apresentada com a ajuda dos industriais do ramo de sulfato de alumínio e do próprio Governador de São Paulo. Por isso, procurou a imprensa, para fazer um apelo às indústrias e ao Governo paulista no sentido de se conseguir rapidamente a quantidade de sulfato de alumínio desejada, para cujo transporte a FAB e a Rede Ferroviária estão mobilizadas e podem agir imediatamente".

Em conversa com o General Jardel Fabricio, que está coordenando no Estado do Rio, pessoalmente todos os esforços para reparar os danos causados pelas águas, o Ministro ficou sabendo que o Batalhão de Engenharia do Exército entregará hoje, já pronta, uma ponte de emergência, ligando o quilômetro 53 da Rodovia Presidente Dutra à represa das Lajes, o que facilitará os trabalhos de reparos naquela usina de eletricidade.

SERRA DAS ARARAS

Em relatório apresentado ontem ao Ministro João Gonçalves de Sousa, o General Jardel Fabricio informou que, percorrendo ontem demoradamente toda a Serra das Araras, conseguiu retirar oito dos dezesseis veículos que estavam soterrados na pista de subida, daquela estrada, não encontrando no local nenhum corpo ou mesmo flagelado, porque foram salvos, na véspera, por um Batalhão do BIB (Exército).

No lugarejo chamado Cacaria, porém, o quadro era mais desolador, porque seis cadáveres foram retirados de dentro da lama e existem, alojados debaixo de árvores, cerca de 150 flagelados, sem agasalhos, sem comida e sem remédios. A sua salvação está difícil, porque a lama e a água do rio, que passa pelos imedia-

ções deixou o lugarejo totalmente ilhado. Para salvar as dificuldades dessas pessoas e remover os corpos que se encontram colocados na Igreja local, a FAB foi mobilizada. Hoje, bem cedo, ali irá de helicópteros, deixando alimentos, agasalhos e remédios para os que se salvaram, trazendo na volta os corpos dos que morreram na enchente.

ESFORÇOS REDOBRADOS

O Ministro João Gonçalves de Sousa manteve, ainda ontem, contatos com os Governadores da Guanabara e do Estado do Rio, pedindo que cooperem, no máximo, com gente especializada — bombeiros sobretudo — para auxiliar as vítimas das águas residentes nas imediações da Serra das Araras, o local mais atingido. O Ministro João Gonçalves de Sousa deve voltar àquela região hoje, assistindo a escalada pioneira que se tentará pela pista de descida da serra, lugar até agora não alcançado, e sobrevoará também todo o vale, indo até Itaguaí, Piranema, Cacaria e outros povoados atingidos pelas águas.

Oficialmente, o Ministro tomou conhecimento do aparecimento, até ontem, de 43 cadáveres nos necrotérios de Nova Iguaçu e Paracambi, sem falar nos corpos, não retirados, que estão em Cácaria.

Chuvas de hoje serão mais fracas

O Serviço de Meteorologia prevê a continuação das chuvas, hoje, mas com menos intensidade, que nos últimos dois dias, esperando-se mesmo uma melhoria gradativa do tempo, que já era observada ontem em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.

O vento polar da frente fria estacionária sobre o Rio deslocou-se para o mar, com o centro a leste do Rio Grande do Sul. Os meteorologistas prevêem agora formações de ilhas de instabilidade sobre os Estados de Goiás, Minas Gerais e Bahia, com ocorrência de chuvas fortes e trovoadas.

AS CHUVAS NA TIJUCA

O estacionamento da frente fria sobre o Rio e a situação geográfica da Tijuca — zona montanhosa — foram as causas do agravamento da situação na região, onde em 24 horas choveu mais 20% do que o total de precipitações previstas para todo o mês, reproduzindo ali, em ponto menor, os transtornos do ano passado, nesta mesma época.

As chuvas da madrugada de domingo, porém, segunda-feira marcaram no Alto da Boa Vista um índice de 162,2 mm/m2, em 24 horas, muito inferior ao registrado a 10 de janeiro de 1966 na Praça Barão de Copacabana, também na Tijuca, de 271 mm/m2, recorde de recolhimento de chuva desde o início do registro pelo Serviço de Meteorologia.

ÍNDICES

Nos últimos 40 anos, entretanto, foram poucos os índices registrados maiores que o de segunda-feira: em 1934, 195 mm, no Jardim Botânico; 1942, 232,2 mm, Jardim Botânico; 1944, 171,6 mm, Praça 15; 1950, 235,6 mm, Jardim Botânico; 1954, 176,5 mm, Jardim Botânico; 1958, 235,2 mm, Tijuca; 1959, 179,3 mm, Jardim Botânico; 1961, 210,1 mm, Jardim Botânico; 1962, 171,4 mm, Jardim Botânico; e ano passado, 271 mm, na Tijuca.

Nota-se a incidência contínua de grandes precipitações no Jardim Botânico e na Tijuca, justamente os dois bairros que ficam mais ao pé das montanhas que dividem o Rio ao meio, recebendo as chuvas que se formam do encontro das correntes de ar ascendente, peculiares às encostas dos morros mais altos, e o ar frio e carregado de vapor de água no cume.

Entre as 9 horas de domingo e as 9 horas de segunda-feira, os diversos postos de pluviômetros registraram os seguintes índices, em milímetros por metro quadrado: Alto da Boa Vista, 162,2; Praça 15, 5,7; Laranjeiras, 43; Engenho de Dentro, 16,4; Morro da Conceição (Centro), 9,8; Penha, 11; Tijuca, 95; Jacarepaguá, 77,1; e Santa Cruz, 25,9. Entre segunda e terça-feira, no mesmo período, os índices foram os seguintes: Bangu, 5,8; Praça 15, 21; Laranjeiras, 17; Engenho de Dentro, 34,5; Morro da Conceição, 2,3; Penha, 8,9; Tijuca, 63,3; Jacarepaguá, 76,6; Santa Cruz, 81,9; e Alto da Boa Vista, 105,2.

SUP informa os cariocas sobre tudo

O Serviço de Utilidade Pública da RÁDIO JORNAL DO BRASIL atendeu ontem a mais de mil telefonemas, a maioria deles pedindo informações sobre as condições de tráfego nas principais rodovias do País, do trânsito na Guanabara, da normalização dos serviços de fornecimento de gás, dos rodízios de economia de luz e sobre notícias de pessoas desaparecidas.

Através de mais de 100 notas irradiadas durante todo o dia de ontem o SUP da RÁDIO JORNAL DO BRASIL divulgou as condições operacionais dos aeroportos da Guanabara, das Estradas de Ferro e do Serviço de Barcas, além de fazer apelos constantes para a economia de energia elétrica e de água, e informar sobre o acesso aos diversos pontos da Cidade.

AGÊNCIA DO JORNAL DO BRASIL NA

PENHA

PARA ANÚNCIOS CLASSIFICADOS E ASSINATURAS

RUA PINO DE OLIVEIRA / 44-M
DIAS 8:30 AS 17:30 HORAS
SABADOS: DAS 8 AS 11 HORAS

Dos mil caminhões que chegam diariamente à Guanabara com produtos hortigranjeiros vindos de São Paulo, Minas, Espírito Santo e Estado do Rio, principalmente, apenas 200 chegaram ontem aos centros de abastecimento São Sebastião, na Avenida Brasil, e nos dois mercados redistribuidores de São Cristóvão e Madureira, em consequência do mau estado das estradas.

O Presidente do Centro de Abastecimento São Sebastião, Sr. Domingos Pannella, afirmou que a chegada de caminhões vem se fazendo precariamente e com muito atraso porque têm de passar por Três Rios, havendo inclusive alguns prejuízos com frutas, como uvas e figos, que apodreceram na viagem de São Paulo para o Rio.

ABASTECIMENTO PREJUDICADO

Normalmente chegam à Guanabara entre 500 e mil caminhões com produtos hortigranjeiros. Não atingiu a 300 o número que chegaram ontem dos Estados de Goiás, Minas Gerais e Bahia, com ocorrência de chuvas fortes e trovoadas.

Segundo o Sr. Domingos Pannella, os caminhões têm chegado com atraso de até mais de um dia, e as consequências imediatas são o apodrecimento dos produtos mais perecíveis.

ESTOQUES PEQUENOS

Por não ser possível o estocamento de produtos hortigranjeiros, são mínimas as disponibilidades para consumo diário. As informações dos centros de abastecimento das feiras livres e mercados da Cidade dão como suficientes os estoques de laranja e de ovos. Quanto às hortaliças, dependem da entrada diária.

O resultado imediato da falta de entrada de produtos hortigranjeiros é a especulação. Um quilo de tomate atingiu ontem o preço de Cr\$ 1 mil e a dúzia de ovos chegou a Cr\$ 1.200.

Apesar disso a fiscalização da SUNAB considerou o mercado "sem nenhuma anormalidade".

Houve algum reflexo no movimento de cotação da Bolsa de Gêneros Alimentícios da Guanabara. A principal causa é a chegada de pequeno número de caminhões do Sul do País nas últimas 24 horas. Os técnicos da Bolsa estimaram ontem a queda em mais de 60%, mas mesmo assim não acreditam que haja qualquer possibilidade de aumento desenfreado dos preços.

Acreditam que dentro de 48 horas, segundo as informações dos caminhões, que chegaram à Guanabara nas últimas horas, será possível a normalização dos transportes.

Leite

O Diretor da Cooperativa Central dos Produtos de Leite, Sr. Avani Cortes Marinho, disse ontem que o abastecimento de leite à Guanabara não foi afetado, pois as bacias leiteiras estão situadas em zonas dos Estados de Minas e Espírito Santo, que não foram prejudicadas pelas chuvas. Os caminhões estão chegando normalmente porque vêm mais pela Rio-Bahia e pela estrada de Magé, que liga o Estado do Rio à Guanabara.

Qualquer irregularidade que tenha ocorrido em alguns bairros — explicou —

especialmente quanto à distribuição pelos varejistas, é explicada pelo fato de que muitos comerciantes reduziram suas quotas por não disporem de condições para conservação do leite em seus refrigeradores.

Apenas 280 mil litros foram distribuídos ontem pela CCPL, havendo uma redução de 40 mil litros. No dia 23, primeiro dia das chuvas, a SUNAB recebeu das firmas distribuidoras de leite um boletim acusando a distribuição de 453 244 litros, considerada normal.

Apenas o Posto da Tijuca da Cooperativa Central dos Produtos de Leite (CCPL) deixou de funcionar ontem normalmente porque fica na Rua Conde de Bonfim, um pouco acima da Muda, onde houve o maior índice de acúmulo de água.

O Posto Central, segundo informou um dos gerentes, não foi prejudicado pela falta de energia elétrica, nem mesmo a distribuição do leite para Petrópolis, Duque de Caxias e outras cidades fluminenses.

Enquanto isso, a Kibon completava mais um dia sem fabricar sorvetes e a Distribuidora Copaleme — responsável pelo abastecimento de Copacabana —, segundo o Gerente, tinha um prejuízo de cerca de Cr\$ 6 milhões, que poderia aumentar consideravelmente quando as geladeiras perdessem o restante de refrigeração.

Carne

A maioria dos proprietários de açougues, principalmente os da Tijuca e do Grajaú, temia ontem à noite que a falta de energia elétrica se prolongasse por mais algumas horas, porque a capacidade de refrigeração das câmaras frigoríficas começava a chegar ao fim e todo o estoque de carne não seria aproveitado.

Somente hoje a SUNAB divulgará o boletim de distribuição de carne aos açougues no dia de ontem. No dia 23, quando houve as primeiras interrupções de fornecimento de energia ao Estado, 461 984 quilos foram distribuídos aos açougues e é esperada uma redução nas entregas.

Ontem muitos comerciantes recusaram suas quotas normais de carne, porque ainda tinham dúvidas sobre o restabelecimento do fornecimento de energia.

Os preços, a não ser do frango e da galinha, que já estão a Cr\$ 2.300 e a Cr\$ 2.500 o quilo, continuam estáveis.

O Superintendente do Frio da CIBRAZEM, Coronel Darcido de Oliveira, após visita de inspeção ontem pela manhã ao Armazém Frigorífico do Cais do Porto, afirmou que já é normal o movimento de entrada de carne.

Garantiu que por isso não há motivo de preocupação da população, a carne não faltará por causa dos temporais. Disse ainda que as câmaras frias do Entrepósito da Pesca na Praça XV e do Cais do Porto voltaram às suas operações normais.

— Os exames de temperatura nas salas frias indicaram que, apesar do racionamento de eletricidade, as portas podem ser abertas para a entrada e saída de alimentos perecíveis, sem qualquer perda térmica das câmaras de resfriamento e de congelamento.

Os principais frigoríficos da Cidade — Sadia, Wilson, Armour e Anglo — funcionaram normalmente e sem prejuízos porque a falta de energia nos locais onde estão situados não se prolongou por muitas horas.

Açúcar

A falta de energia e de água agravou ainda mais ontem o problema de refinação de açúcar para consumo no Rio e, segundo informações dos distribuidores Párola e União poderá ocorrer uma relativa escassez do produto refinado caso não se restabeleça, conforme garantiram as autoridades, o fornecimento de energia e água nas próximas 48 horas.

Enquanto a Usina Piedade informava que não refinou açúcar ontem por falta de energia e de água, a Companhia Usinas Nacionais disse que deixou de operar a partir das 13 horas exclusivamente por falta de água, e em consequência será distribuído, hoje apenas o açúcar que ainda restava dos estoques formados no início da semana.

O Diretor da Companhia Usinas Nacionais, Sr. Tadeu de Lima Neto, após dizer que a empresa vinha operando normalmente porque tem energia própria, explicou que os trabalhos foram suspensos por falta de água. Acredita que mesmo com a interrupção da refinação não surgirão problemas no abastecimento, uma vez que os estoques dos comerciantes são suficientes.

A Usina Piedade, que normalmente refina e distribui diariamente 4 500 sacos de açúcar em pacotes de um e de cinco quilos, no dia 23 refinou apenas 2 468 sacos e ontem ficou parada.

Em média, a distribuição diária de açúcar na Guanabara atinge a seis mil sacos diários. Mas em decorrência do fornecimento irregular de energia, as usinas não estão operando com capacidade total, uma vez que o aquecimento dos motores tem que ser feito com antecedência.

Estado otimista

A Secretaria de Economia e a COCEA informaram ontem, em nota oficial, que não há problema de abastecimento de gêneros alimentícios na Cidade, "porque os estoques dos armazéns gerais e dos varejos são suficientes para suprir a população durante mais de dois meses".

Pediram à população que comunique qualquer indicio de abuso nos preços ou de sonegação de mercadorias no Departamento de Abastecimento pelo telefone 42-9565, informando que serão tomadas providências imediatas para evitar a especulação.

COOPERATIVA HABITACIONAL DA GUANABARA LTDA.

RUA DA LAPA — 180 — 9.º ANDAR
AUTORIZAÇÃO — N.º 1 do B.N.H.

EDITAL

235 — NOVAS ATRIBUIÇÕES

A COOPHAB-GS comunica aos seus cooperativados que, no dia 28 do corrente procederá à atribuição de 235 unidades residenciais que serão construídas na Av. Automóvel Club, em frente ao n.º 1309 com frente também para a Estrada Velha da Pavuna, em frente ao n.º 1800 — Conjunto Residencial "D. Sebastião", como segue:

	TIPO "A"	TIPO "B"	TIPO "C"
Ordem cronológica	18	14	38
Sorteio	35	28	76
Prioridades	6	5	13
Liq. Extraordinária	—	1	1

- As unidades relacionadas por sorteio obedecerão ao resultado da extração da Loteria Federal, na forma contratual.
- Caso os números sorteados pela Loteria Federal sejam superiores aos do contrato em vigor de número mais elevado, ou se a extração não permitir completa atribuição das unidades disponíveis, a Cooperativa realizará sorteio especial e exclusivo, também pela Loteria Federal, no dia 20 de fevereiro, às 14 horas, para atribuição das unidades que sobrarem.
- OS COOPERATIVADOS EM ATRASO QUE NÃO REGULARIZAREM SEUS DÉBITOS ATÉ O DIA 27 DO CORRENTE NÃO PARTICIPARÃO DA ATRIBUIÇÃO.
- A Cooperativa publicará no dia 5 de fevereiro em "O Dia" e "Diário de Notícias", a relação dos contratos contemplados com a atribuição das unidades residenciais, afixando em sua sede igual relação.

A UNIÃO FAZ A CASA

CARNAVAL É NO SÍRIO E LIBANÊS

VEJA QUE PROGRAMAÇÃO ESPETACULAR

28-1-67 • SÁBADO 5-2-67 • DOMINGO

BAILE DOS ARTISTAS

Cavalheiro e dama 20.000
Dama (individual) 5.000
Mesa especial 50.000
Mesa comum 40.000
Preços para SÓCIOS e não SÓCIOS

2-2-67 • 5.ª FEIRA

BAILE DAS ATRIZES

Cavalheiro e dama 20.000
Mesa especial 80.000
Mesa comum 60.000
Preços para SÓCIOS e não SÓCIOS

4-2-67 • 5-2-67 • 6-2-67

SÁBADO — DOMINGO — SEGUNDA 23 Hs.

BAILES PARA OS SÓCIOS

Convidados: Ingressos

Cavalheiro e dama 20.000
Dama 10.000

Mesa (para Sócios e Convidados)

Mesa especial 40.000
Mesa comum 30.000

Os Sócios e familiares não pagarão ingressos, desde que apresentem a carteira social acompanhada do último recibo, quer quanto aos contribuintes quer quanto aos proprietários, estes no que se refere à Taxa de Manutenção.

CONVITES À VENDA NA SEDE DO CLUBE NA RUA MARQUÊS DE OLINDA, 38 OU NAS LOJAS DA IMPERATRIZ DAS SÉDAS.

GRANDE BAILE INFANTIL - 16 Hs.

Baile oficializado pela Secretaria de Turismo. Desfile de Fantasias, com prêmios para as vencedoras.

Sócios e Dependentes não pagam ingressos.

Cavalheiro — não Sócio 5.000
Dama — não Sócia 5.000
Criança — não Sócia — não paga
Mesa 20.000

7-2-67 • TERÇA-FEIRA

BAILE DA VITÓRIA

O Baile de Gala do SÍRIO e LIBANÊS. Traje a rigor ou fantasia. Oficializado pela Secretaria de Turismo.

Ingressos para não Sócios

Cavalheiro 30.000
Dama 20.000

Ingressos para Sócios

Cavalheiro 20.000
Dama 10.000
Mesa 4 lugares c/ bulet 80.000
Mesa especial 60.000

11-2-67 • SÁBADO

BAILE DA CREMAÇÃO DAS TRISTEZAS

Convidados:

Cavalheiro e dama 15.000
Duas damas 5.000

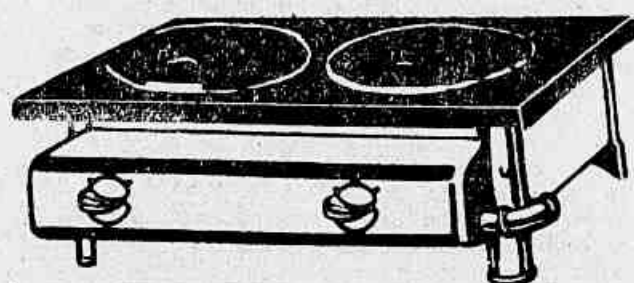
Sócios:

Cavalheiro e dama 10.000
Duas damas 5.000
Mesa especial 30.000
Mesa comum 20.000

NO CAMPO OU NA CIDADE o "MINI-ULTRAGAZ"

é sempre a melhor solução e você desfruta da economia e conforto que lhe oferece a tradição

ULTRAGAZ



Fogão de mesa — 2 bocas com regulador e garrafa Ultragaz

58.500

em 3 pagamentos de **19.500**

ou em prestações iguais de **7.400** sem entrada

ENTREGA IMEDIATA

ULTRAGAZ KULTRALAR

CENTRO: — Rua México, 168. ASSEMBLÉIA: — Rua da Assembléia, 104-A. COPACABANA: — Rua Siqueira Campos, 143-lojas 10, 11 e 12 (Super Shopping Center). BONSUCESSO: — Rua Cardoso de Moraes, 68 e 68-A. MADUREIRA: — Rua Domingos Lopes, 795. PENHA: — Estr. Brás de Pina, 96-A. MÉIER: — Rua Arquias Cordeiro, 278. CAMPO GRANDE: — Rua Viúva Dantas, 60-G e H. SÃO JOÃO DE MERITI: — Rua da Matriz, 133. NOVA IGUAÇU: — Rua Otávio Tarquínio, 165. CAXIAS: — Av. Nilo Peçanha, 207. NITERÓI: — Rua José Clemente, 47. BANGU: — Rua Ministro Ary Franco, 35. SÃO GONÇALO: — Rua Nilo Peçanha, 14 — Rôdo. PETRÓPOLIS: — Av. 15 de Novembro, 171. TERESÓPOLIS: — Rua Francisco Sá, 166. NILOPOLIS: — Av. Mirandela, 58 e agora também na Rua URUGUAIANA, 154. (P)

ULTRAGAZ

AVISO AOS CONSUMIDORES

Tendo em vista os próximos festejos carnavalescos, comunicamos aos senhores consumidores que, desde o dia 20 do corrente, a entrega automática de gás foi antecipada de um dia, até 4 de fevereiro, quando retornará à escala normal. Dias 6 e 7 de fevereiro, não haverá entrega de gás à domicílio.

Cia. Ultragaz S.A.

Informe JB

Vagas no André Maurois

A comissão de pais dos 413 alunos aprovados com médias entre 5 e 8 no exame de admissão do Colégio André Maurois reuniu-se segunda-feira à noite, no auditório do colégio, para levantar os recursos necessários à construção de salas de aulas suficientes para abrigar os excedentes.

A notícia da reunião, aqui publicada domingo, foi objeto de um telefonema de protesto de uma leitora, estranhando que se apolasse a iniciativa de um grupo de particulares, disposto a chamar a si uma tarefa que não é deles, mas do Governo do Estado.

A verdade, porém, é que se os pais dos alunos não fizerem alguma coisa, ninguém fará. E ainda mais agora, com os incalculáveis prejuízos causados ao Estado por estas chuvas de janeiro.

Os pais dos alunos reuniram-se no André Maurois. O pai de um aluno classificado e já matriculado compareceu, disposto a colaborar, embora seu filho não tenha o problema dos outros. Compareceram vários que não podiam contribuir, mas os outros, que podiam, deram por eles.

Uma representante da Secretaria de Educação esteve também presente. Reivindicou para a Secretaria de Educação o projeto e a fiscalização da obra, e isto foi aceito por todos.

Tudo foi muito bem até que a representante da Secretaria pôs água fria no entusiasmo de todos: este — disse ela — será um ano difícil, e não se pode garantir que nas salas de aulas a serem construídas haja professores.

Ora, é preciso que alguém dê algum jeito, faça qualquer coisa para que os professores apareçam. Não é possível que depois dessa demonstração dada pelos pais dos alunos vá o Estado deixar que se perca uma oportunidade como esta. O Governo terá que fazer das tripas coração e encontrar uma fórmula, um artifício qualquer. Do contrário, nunca desenvolveremos um espírito comunitário na Guanabara.

Inviável

Não está sendo muito fácil vender a Fábrica Nacional de Motores.

Uma empresa interessada mandou ao Brasil um grupo de auditoria e chegou à conclusão de que não poderia pagar pela Fenemê nem mesmo um preço simbólico.

Uma das grandes dificuldades está em que a FNM tem de manter uma vila operária para os seus empregados, com todos os serviços assistenciais. Só isso, ao que se sabe, onera em 20 por cento a sua produção industrial.

Imagem

O Sr. Abreu Sodré voltou recentemente de viagem impressionado com a recuperação da imagem do Brasil no exterior. O Marechal Costa e Silva tem dito repetidamente que melhorou muito a imagem do Brasil no exterior. O Ministro Roberto Campos, idem. O Sr. Délio Nogueira também; o Ministro Otávio Bulhões também.

Parece ponto pacífico que no exterior a imagem do Brasil melhorou muito. É preciso, agora, fazer alguma coisa para melhorar a imagem do Brasil aqui mesmo.

Museus

Alguém precisa tomar uma providência urgente para salvar os Museus do Rio.

Temos muitos Museus aqui, mas há qualquer coisa errada com eles. Poucas pessoas os visitam, não há recursos para preservar o acervo, são incalculáveis os prejuízos causados pela umidade e pela falta de conservação a peças raras, quadros e o mais que se guarda em museu.

Polícia

Como se diz lá em Ramos, basta ser polícia para ser folgado. Na última sexta-feira, durante o ensaio do Cacique de Ramos, uns três ou quatro desordeiros da Polícia de Vigilância, à paisana, desrespeitaram as regras da escola e começaram uma briga. Para não sair perdendo, puxaram as armas, que foram tomadas. Ai os outros PVs, estes fardados, fecharam a porta e mandaram vir o choque.

O choque veio e bateu em todo o mundo, até em criança. Os covardes insultaram, provocaram, humilharam e depois foram embora. Foi tão sério, o incidente, que os ensaios chegaram até a ser suspensos.

Lance-livre

O nacionalismo acaba de assinalar uma vitória estratégica na luta contra o contrabando estrangeiro, que se infiltra nas rachaduras da lei e da organização policial: as lâminas inoxidáveis, recém-lançadas pela Gillette do Brasil, ao que consta nos meios econômicos, assustaram um conhecido importador do produto estrangeiro, pela via do contrabando, o qual mandou cancelar via Western uma partida de trinta mil lâminas, já à véspera de ser despachada do Panamá.

Em São Paulo diz-se que o Sr. Medina Coeli terá importante papel a desempenhar no Governo Costa e Silva.

Hoje, às 22h30m, no Museu da Imagem e do Som, estreia de O Processo, filme baseado na obra de Kafka e estrelado por Anthony Perkins e Orson Welles.

Assume dia 1 de fevereiro, como Diretor-Adjunto da Standard Propaganda, o publicitário John G. Dello.

Chegou ontem ao Rio o Sr. Nel Braga, que hoje mesmo estará de volta ao Paraná.

A propósito: o Governador Paulo Pimenta e todo o seu Secretariado, vindo de Curitiba em avião especial, serão homenageados hoje com um almoço em Manchete.

Esta Polícia anda mesmo precisando de uma vassourada em regra. Frender bandido, eles não prendem. Mas provocar badernas, bater em gente indefesa, extorquir e humilhar — nisso são mestres.

Aluguel

Um milionário paulista acaba de assinar com uma empresa americana o maior contrato de locação de que se tem notícia no País. Um prédio de vinte andares, na esquina da Avenida Paulista com a Rua Augusta, renderá ao seu proprietário a soma líquida de 100 milhões de cruzeiros mensais.

O contrato é de dez anos, com correção monetária.

Claro que o inquilino poderia construir um prédio. Mas naquele ponto não há mais espaço — e o dono não quer vender.

Compulsório

Há indicações bastante seguras de que o Governo cogita de revogar o dispositivo da lei vigente que permite aos contribuintes do Imposto de Renda a utilização dos recibos do empréstimo compulsório para compensar a sua renda tributável.

Quer dizer: o recibo do empréstimo compulsório pago no ano passado não terá valor algum nas declarações de 1987 — nem nas de 1988, porque o Governo prontificar-se-ia a restituir, naquele ano, as importâncias compulsoriamente tomadas ao contribuinte.

Ora, isto é positivamente um abuso intolerável. Depois de sobrecarregar exageradamente com taxas e impostos de toda ordem o contribuinte indefeso a quem não presta os serviços correspondentes, vem o Governo, a esta altura, mudar as regras de um jogo que ele próprio estabeleceu.

Desentendimento

Há quem diga que na raiz das dificuldades do policiamento na Guanabara está um desentendimento que afasta cada vez mais o General Dario Coelho, Secretário de Segurança, e o Coronel Darci Lázaro, Comandante da Polícia Militar.

A divergência que separa os dois militares é de origem não esclarecida, mas afeta e desune os escalões inferiores subordinados a ambos.

E enquanto brigam o mar e o rochedo, quem sai perdendo é o marisco, isto é, o povo.

Pesca

O Comandante Paulo Moreira da Silva, da Marinha de Guerra, publica na revista Visão, que está nas bancas, um impressionante artigo sobre o problema da pesca no Brasil.

O Comandante Moreira da Silva, autoridade mundial no assunto, diz em resumo, que se nós não abrímos o olho perderemos a oportunidade de desenvolver no País uma indústria de pesca capaz de atender às nossas necessidades.

Enquanto ficamos aqui a discutir o sexto dos anjos, o Presidente Ongania estende para 200 milhas a fronteira marítima da Argentina, fechando ao pescador brasileiro e às indústrias gaúchas os fabulosos pesqueiros de merluza, "um peixe feioso", da família do bacalhau, que vive nas águas gelidas da corrente das Malvinas, mas no inverno avança até o Rio Grande.

"O pesqueiro de merluza que se estende de Mar del Plata ao Rio Grande (no inverno) — diz o Comandante Moreira da Silva — é o mais prodigioso do mundo. Navios de arrasto, com dezesseis homens de guarnição, dele extraem, não raro, 50 toneladas de merluza por dia, o equivalente, em carne, a 125 bois."

Com a decisão do Presidente Ongania, nós ficamos de fora.

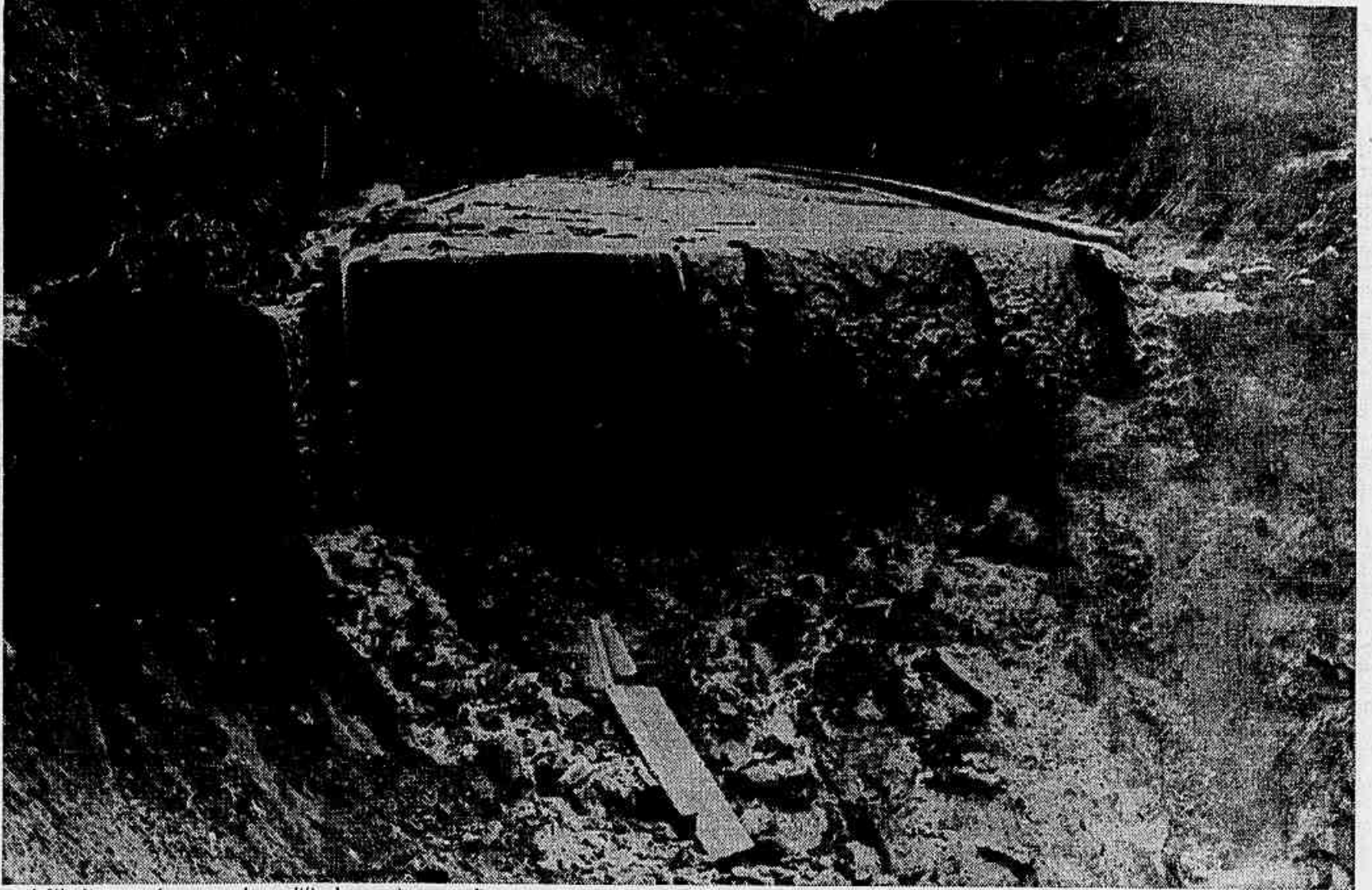
Biblioteca

A Biblioteca Nacional está precisando de socorro urgente.

O fichário dos livros registra um atraso de cinco anos.

A noite, marginais e desocupados refugiam-se nos degraus da Biblioteca e naqueles desvãos escuros acontecem coisas de que até Deus duvida, como no velho samba.

FIM DE UM CAMINHO



A Via Dutra terá seu traçado modificado em alguns trechos — como este, na Serra das Araras — porque já não há terreno onde possa ser assentado o asfalto

Via Dutra não fica pronta tão cedo

O Diretor-Geral do DNER, Sr. Alcázar Guimarães, sobrevoou ontem a área mais atingida da Rodovia Presidente Dutra, entre os quilômetros 55 e 60, e concluiu que os deslizamentos enfraqueceram a sustentação da pavimentação, pondo em risco a segurança da estrada e precisando de muito tempo para os reparos, sem que haja uma previsão de quando poderá ser utilizada novamente.

Várias máquinas trabalham desde ontem na desobstrução da Rodovia Rio-São Paulo, mas se as chuvas continuarem ou houver sol muito forte, o serviço será prejudicado pela queda de outras barreiras ou pelo secamento da terra, com o perigo de rachá-la.

CONTATO

Desde a manhã de ontem, três carros, munidos de rádio, estavam tentando manter contato permanente entre o trecho atingido da estrada e as estações da Polícia Rodoviária, que estavam fora do ar por falta de energia.

Grande número de funcionários do 7.º Distrito Rodoviário e o 1.º Batalhão de Infantaria Blindada, de Barra Mansa, estão trabalhando no local.

O DNER está apelando aos motoristas para que se utilizem das rodovias só em grande necessidade, devendo alcançar variantes da Rodovia Presidente Dutra se a viagem for através do eixo Rio-São Paulo.

Em tal caso, o único caminho é pela BR-135 (Rio-Petrópolis-Belo Horizonte), até Três Rios, retornando pela BR-116 (antiga BR-57) até Barra Mansa, onde se atinge a Via Dutra. De Barra Mansa a São Paulo, a estrada está desimpedida, tendo sido removida a barreira do Km 188, próxima a Queluz.

MAIOR DISTANCIA

O DNER informou ontem que o percurso entre Rio e São Paulo, por Três Rios, está aumentado de 145 quilômetros. Nas proximidades de Vassouras, na BR-116, o tráfego é feito através de pequena variante que dá passagem só para veículos leves, durante o dia, e um de cada vez.

Outra variante que pode ser utilizada é a da rodovia estadual RJ-117, que aumenta o percurso em aproximadamente 40 quilômetros e também se encontra em condições relativamente precárias, por ter sido abatida a ponte sobre o Rio Paracambi, próxima à localidade do mesmo nome. O tráfego, contudo, pode ser desviado também por essa variante.

A região de Paracambi foi inundada, podendo as águas do rio transbordarem novamente, se houver novas chuvas. O trajeto por esta variante é o seguinte: partindo do Rio, segue-se pela Via Dutra até

o Km 53, onde começa a RJ-117, que passa por Cabral e Mendes, terminando em Vassouras, cidade que é servida pela BR-116, de onde se vai até São Paulo. Esta rodovia tem alguns trechos asfaltados e outros em terra batida.

Uma queda de barreira na Avenida Washington Luis, ontem à tarde, modificou a passagem para Petrópolis; que deve ser feita pela estrada do contórnia, mas no Km 53 — devido ao deslizamento do aterro — passa um carro por vez.

De Volta Redonda até São Paulo — a partir do Km 102 — a estrada está desimpedida, tendo sido removidas as barreiras que caíram entre os Kms. 145 (Resende) e 189 (parcialmente).

O trecho correspondente à Serra das Araras, do Km 55 até 67, apresenta os maiores danos, com 10 deslizamentos sérios, e o DNER ainda não pode calcular o tempo que levará para restabelecer o tráfego, informando apenas que "os trabalhos são demorados".

Os deslizamentos, mais graves que as barreiras, solapam o terreno que está sob a estrada, deixando a pista sem apoio e exigindo a construção de muros de arrimo e nova pavimentação.

PROVIDENCIAS

O Ministro da Viação, Sr. Juarez Távora, determinou a todos os órgãos subordinados ao Ministério da Viação providências urgentes no sentido de serem atendidos no menor prazo possível os danos causados ao Estado do Rio e à Guanabara.

O Sr. Juarez Távora estabeleceu um programa de emergência, através do qual os diretores dos órgãos subordinados poderão autorizar diretamente as medidas, informando-as em seguida a seu Gabinete. Dentro de suas áreas de influência, os órgãos mobilizados são o DNER, DCT, DNOS e a RFF, responsável pelo tráfego da Central do Brasil e Leopoldina.

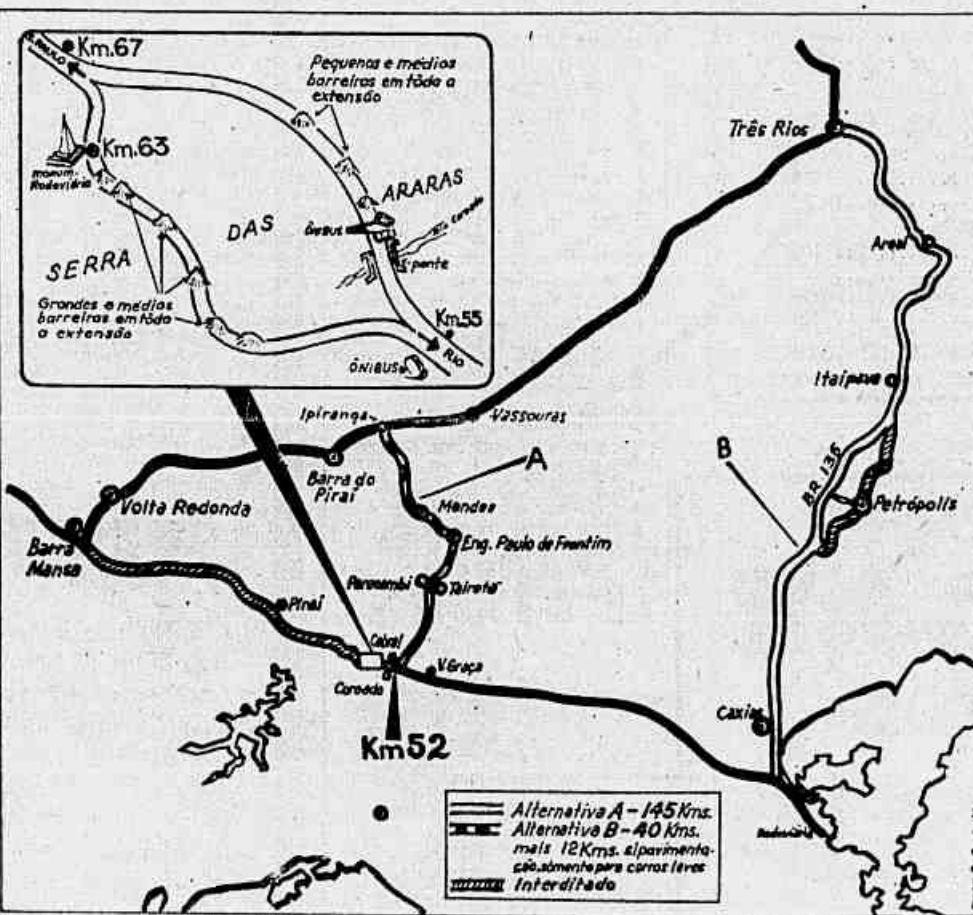
EXERCITO AJUDA

O 1.º Batalhão de Infantaria Blindada desviou o trânsito da BR-2 para Volta Redonda, Três Rios, Rio de Janeiro, por ser impraticável a passagem de viaturas na região afetada.

Na região de Ribeirão das Lajes, o 1.º Batalhão de Engenharia e o Batalhão Escola de Engenharia estão empenhados em trabalhos de apoio às equipes da Rio Light, que procuram atingir as usinas hidrelétricas, inundadas e isoladas de qualquer auxílio.

Na parte afetada da Rodovia Presidente Dutra (Ponte do Km 53 até a Serra das Araras), já se encontram elementos da 1.ª Divisão de Infantaria, da Divisão Blindada, da 1.ª Região Militar e do Grupamento de Unidades-Escola, que colaboram com as autoridades civis na remoção dos escombros.

A SOLUÇÃO DE EMERGÊNCIA



O desvio através de Três Rios aumenta a viagem entre Rio e São Paulo em quase 150 quilômetros

Ônibus saem hoje para S. Paulo, via Três Rios

A partir de hoje começarão a sair ônibus da Estação Rodoviária Novo Rio para São Paulo, num total de oito, das 14h45m até 14h45m, sendo que, ontem apenas cinco ônibus, todos do Expresso Brasileiro, fizeram a viagem através de Três Rios, com demora de cerca de 12 horas.

As outras companhias que fazem o percurso Rio-São Paulo estão com as viagens suspensas por tempo indeterminado, devendo normalizar os seus serviços logo que as condições das estradas melhorarem, segundo informações do Departamento de Divulgação da Estação Novo Rio.

OBSTRUÇÃO

A BR-135, rodovia que liga o Rio a Brasília, via Belo Horizonte e Juiz de Fora, ficou quase totalmente obstruída ontem pela manhã, porque o tráfego para São Paulo, através de Três Rios e Barra Mansa, aumentou muito de volume, com cerca de 25 mil veículos na estrada.

Ponte Aérea está fazendo 29 vôos, todos lotados

São Paulo (Socursal) — A ligação São Paulo-Rio, pela Ponte Aérea, está sendo feita desde ontem, com mais sete vôos extras, além dos 22 normais, e há aproveitamento total da capacidade dos aviões, devido a paralisação do sistema rodoviário entre os dois Estados.

Ontem, durante todo o dia, levando-se em conta a média dos 800 passageiros que se utilizam da Ponte Aérea, cerca de 1.500 pessoas saíram de São Paulo com destino ao Rio, com pouso sempre previsto para o Aeroporto do Galeão.

PREJUIZOS

Com a interrupção do trânsito normal, a Cometa, o Expresso Brasileiro e a Unica estavam tentando, ontem, chegar ao Rio de Janeiro através do desvio por Três Rios e Petrópolis, na esperança de reduzir os prejuízos que, só com a suspensão da venda de passageiros, já se eleva a Cr\$ 8 milhões por dia, em cada empresa.

Representantes daquelas empresas não souberam calcular os prejuízos gerais, por ignorar quantos carros ficaram inutilizados.

O carro da Unica, arremessado no Rio da Floresta, pelas águas, causando a morte de 36 pessoas, foi avaliado em 100 milhões de cruzeiros. Considerando que as despesas continuam, agravadas por ônibus retidos na estrada e pelos gastos extras, as empresas ainda não

O conserto que está sendo realizado pelo DNER na altura do Km 29 foi o responsável pelo aumento de uma hora no percurso, pois a fila de caminhões, ônibus e carros foi superior a cinco quilômetros, por volta das 12 horas, todos aguardando a vez de passar pelo trecho em obras.

PETRÓPOLIS

O aumento de carros na BR-135 provocou a estada formada de veículos em Petrópolis, que preferiram não enfrentar as riscos anunciados pelos motoristas da linha regular Rio-Petrópolis. Embora a manhã tenha sido de sol em Petrópolis, a maioria não desceu ao Rio, temendo as chuvas e enchentes anunciadas pelas estações de rádio.

Numa das notícias correntes em Petrópolis era a de que vários caminhões de São Paulo estavam querendo ganhar tempo na descida da terra e faziam "verdadeiras loucuras". Os carros do DNER não apareceram para o policiamento.

têm elementos para um levantamento geral dos prejuízos.

SEM RUMO

Cerca de mil caminhões e aproximadamente 100 automóveis e ônibus, saídos do Sul e do Norte do País, continuam parados no trecho paulista da Via Dutra, aguardando o desimpedimento das pistas. Equipes de firmas particulares, do DNER e da Polícia Rodoviária continuam trabalhando para remover terra e pedras nas proximidades de Queluz, no Estado de São Paulo.

Os motoristas dos caminhões improvisaram refeições, aproveitando os carregamentos de frutas, peixe congelado e enlatados de biscoitos e conservas que transportavam para o Rio.

INTENSIDADE

Mais de mil caminhões de empresas de transporte parados sem contar os particulares e os procedentes dos Estados do Sul — com 8 a 10 toneladas de gêneros alimentícios até produtos de consumo supérfluo — saem diariamente de São Paulo para abastecer o mercado do Rio de Janeiro e Estados do Norte.

Segundo o Sr. Samuel Rizzo, Presidente do Sindicato das Empresas de Transporte Interestadual de Carga, os prejuízos sobre os vários milhões de cruzeiros.

Trem segue lentamente para evitar os perigos

São Paulo (Socursal) — Chegou a São Paulo, às 19h35m, o primeiro trem que deixou ontem o Rio, percorrendo seu trajeto de 400 quilômetros em nove horas e meia, a uma velocidade de 50 km/h, embora pudesse desenvolver 220 km/h. Os passageiros narraram que extensas filas formaram-se na gare D. Pedro II desde as primeiras horas da manhã de ontem, quando cerca de 300 pessoas queriam informações — sem conseguí-las — sobre a saída dos trens.

CONFUSÃO

Embora a movimentação começasse às 5h30m da madrugada,

gadá, só às 10h saiu a primeira composição, dentro da qual a confusão era grande: foram vendidos dois bilhetes para os mesmos lugares, que eram disputados às corridas.

Nos quilômetros 107 e 108, entre Sanjandé e Barra do Piraí, os passageiros viram as depredações causadas pela enchente do Rio Paraíba, ficando horrorizados com centenas de casas das quais só aparecia o telhado, de onde muitos tentavam salvar o que restou de suas residências ou mesmo fazendo refeições. Pela estrada, vagões velhos eram ocupados por famílias desabrigadas.

E. do Rio tem 500 mortos e prejuízos vão a 5 bilhões

Niterói (Sucursal) — O Governador Teotônio Aráujo considera os prejuízos das chuvas deste ano bem maiores que os de janeiro do ano passado, calculando em mais de Cr\$ 5 bilhões os reparos dos serviços públicos essenciais nas cidades atingidas, enquanto se calcula que sobre a quase 500 o número de mortos.

Outra equipe de médicos-legistas e da-filosofia seguiu ontem para Nova Iguaçu, onde se realiza a necropsia dos cadáveres recolhidos na região do Ribeirão das Lajes, ao tempo em que Exército e Polícia associam-se nos trabalhos de socorro e vigilância na área, admitindo-se que vítimas tenham sido saqueadas.

SEM RECURSOS

O Governador fluminense confessa que o Estado não tem condições econômicas para a cobertura dos prejuízos, afetando o Erário, sobretudo, a queda das arrecadações.

— O ideal seria a elaboração de um plano de emergência, mas meu pouco tempo no Governo não me permitiu efetuar. Acredito que meu sucessor, que tomará posse a 31 de janeiro, o faça, olhando os exemplos deste ano.

VIGILÂNCIA

As autoridades policiais admitiram ter havido saque de cadáveres, mas asseveraram estar sendo exercida severa vigilância na área flagelada, pela Polícia do Estado e o Exército, cujos homens trabalham também nos serviços de socorros.

SERVIÇOS NORMAIS

A não ser na área de concessão da Light, que abrange os municípios de Três Rios, Barra Mansa, Barra do Piraí, Volta Redonda, Piraí, Vassouras, Valença, Itaguaí e Petrópolis — cidades sob o regime de racionamento energético — é normal a distribuição de força e luz no Estado do Rio.

O engenheiro Edgardo Machado disse que o sistema de centrais elétricas do Estado não sofreu nenhuma alteração, processando-se normalmente até mesmo o abastecimento de Resende, Angra dos Reis e Parati. O Secretário de Energia Elétrica, Almirante Helene Nunes, viajou ontem a Teresopolis, onde a luz está racionada.

O abastecimento de água em Niterói e São Gonçalo também permaneceu normal até a noite de ontem, segundo informou o Superintendente da Comissão de Água e Engenharia Sanitária, Sr. Filadelfo.

Retirados 20 corpos da Via Dutra

PONTE COBERTA

(De Mário-Lúcio Franklin, enviado especial) — Cerca de 20 corpos dos 200 soterrados em ônibus e caminhões na lama da Serra das Araras, no km 56 da Rodovia Presidente Dutra, surgiram ontem das escavações na cidadela de Ponte Coberta, onde o temporal provocou torres de lama, em vários pontos, atingiram o cume das colinas, matando 300 habitantes, além de animais e vegetação.

A violência da correnteza praticamente extinguiu a comunidade — armazém, oficina, farmácia, quatro fazendas e igreja —, deixando como vestígio numa ruína de 15 quilômetros apenas fendas nos pastos, árvores mortas, animais em fuga, mortos vivos e desesperança.

SOTERRAMENTO

Quinze carros soterrados, segundo estimativa da Delegacia de Nova Iguaçu, continuam perdidos no km 56 da Rodovia Presidente Dutra, além do ônibus da Unica que seguiu para São Paulo. Pela madrugada, perecendo vários críticos, investigadores acharam uma valise com Cr\$ 10 milhões, pertencente ao comerciante Rubem Praga Moreira, além de roupas, sapatos e jóias, a grinalda de Vanda Fernandes Costa, que se casara em São Paulo, e a bagagem da passageira Ester Seabra Neto dos Reis, cujo corpo será removido para Niterói. Todos morreram. Cerca de 200 cadáveres continuam desaparecidos, mergulhados na lama e dez homens da Delegacia de Nova Iguaçu, sem nenhuma pista, tentam encontrá-los.

A visão de Ponte Coberta, transformada numa clareira de 15 quilômetros em ambas as margens da Rodovia Presidente Dutra, lembra um deserto de lama. Quinze famílias que conseguiram escapar, abrigadas em cubículos do Hotel Cabral, situado no km 56, aguardam remoção. O Bar Cana, anexo ao Hotel, fornece café frio e pão dormido às crianças e a idosos, enquanto curiosos, soldados embalsamados, rodovias, engenheiros do DNER e vagabundos perambulam pela rodovia, na entrada de Paracambi. O acesso à Ponte Coberta é lento e restrito à imprensa, guardas e famílias das vítimas.

No Pólo Cabral, como em Ponte Coberta, há plantações destruídas, barrancos enfundados, pias quebradas, rios artificiais e raios fortes. A um quilômetro o ônibus da Unica, uma Kombi e um caminhão P-600 continuam repletos. Na pista da via Dutra, tráfego, caminhões e ônibus foram atirados uns contra os outros, ficando soterrados oito carros da Empresa Metropolitana.

Quando a água começou a subir — conta Gilvan Ferreira, motorista da empresa —, subi na mesa do quarto. Quando tentei chegar ao topo da casa, para livrar-me do temporal, tudo desabou. Aguardei a escuridão da janela e, de repente, senti que a casa andava como antes de desabar. Uma pedra caiu em minha cabeça e pensei que fosse morrer. Desmaiei. Devo ter sido levado um quilômetro pela correnteza. No Ribeirão das Lajes, pela madrugada, e ainda agarrado na janela, recuperei os sentidos. Estarrando em cadáveres, e até em alguns vivos que me pediam socorro, procurei desesperadamente um barranco. Enxangüentado vi o dia clarear e tropeçando em mortos conseguir chegar à casa do Deputado Júlio Ferreira, meu tio.

MILAGRES

O Deputado estadual Júlio Ferreira, proprietário da Fazenda Ivelise, juntava em Ponte Coberta com um vizinho, aguardando o motorista Abel Martins, com quem combinara encontrar-se às 23 horas para regressar. Quando o Studebaker chegou, debaixo de temporal forte, os amigos não o deixaram sair. O motorista, porém, retornou à Fazenda, mas não pôde transmitir o recado à mulher do patrão. Após buzinar na porteira, uma rede cobriu o carro, soterrando-o de repente à varanda.

— Na garagem — afirmou o Deputado —, dois caminhões batiam violentamente contra o teto. Por milagre a casa não sofreu. O temporal, porém, devastou plantações de pau-brasil e o pomar. O gado arrebou-se no cume do morro, tanguendo pelo capotão Cão Pelado. O Deputado placa RJ-2-07-64, com o motor coberto de lama, capim e gravetos, afundou no quintal. Minha mãe, devota de N. S. da Aparecida, rezava muito. Mandei descer um porco para servir às vítimas. Mas ninguém, nenhuma delas sobreviveu. Instalei um pósto da Polícia do Exército na sala. Aqui nasceu o meu abacateiro favorito. Desapareceu. Ali havia uma barra-

fo Venâncio, acrescentando que somente em Caxias houve problemas, por causa de um acidente em duas bombas da Estação de Tratamento.

As comunicações telefônicas entre Niterói e o interior continuam mais ou menos bem. Só o pósto público da CTB na localidade de Ponte Coberta foi quase totalmente destruído pelas enchentes. O Gerente Comercial da Cia. Telefônica Brasileira, Sr. Luis Libonati, informou que técnicos da empresa estão providenciando o restabelecimento total das comunicações não só para Ponte Coberta como para Mazomba e Coroados.

O Departamento de Estrada de Rodagem teve os seus serviços de rádio seriamente afetados pelos temporais, tendo ficado, durante o dia de ontem, sem comunicação com o sul fluminense.

SALVAMENTO

Quatro helicópteros, dois aviões de treinamento e um quadrimotor turboélice da FAB foram colocados à disposição dos Estados atingidos e das empresas concessionárias de serviços públicos para atender às vítimas dos temporais e auxiliar no transporte de material e equipes de socorro.

O Corpo de Para-Quedistas da FAB trabalha na remoção de flagelados filhos e presta socorros nos pontos de difícil acesso, informando os tripulantes de seus aviões que, entre a Guanabara e o Monumento Rodoviário — região agora sob o controle do Exército — não existem mais pessoas a socorrer.

SOLIDARIEDADE

O Palácio do Ingá recebeu ontem telegrama de solidariedade do Governador do Paraná, Sr. Paulo Pimentel, em face da tragédia do Estado do Rio, chegando também à Secretaria de Saúde telegramas dos Voluntários da Paz e do Coordenador-Geral da Campanha Aliança para a Paz, ambos se prontificando a enviar recursos do Estado norte-americano de Maryland, caso o Governo fluminense solicite.

É a seguinte a íntegra da mensagem enviada pelo Governador do Paraná:

— Constatando com a lamentável tragédia que se abateu sobre o Estado do Rio, apresento a Vossa Excelência, em nome do povo e do Governo do Paraná, os mais profundos sentimentos de pêsames com votos pela rápida recuperação de sua população. O Paraná neste momento está ao lado do Estado do Rio e tudo fará para minorar o sofrimento dos irmãos fluminenses.

gem, armazéns populares para os amigos, alojamentos da empresa Metropolitana. Vela como a Igreja do Padre João estava quase pronta. Tinha missas aos domingos e às quintas-feiras, culto protestante. As moças dançavam no Clube Relempage. Promovi vários casamentos. Você tem razão. Pareceu uma coisa bíblica.

Uma coisa bíblica — assentiu o motorista Cedenis José Freitas, que perdeu quatro filhos — Quando tudo começou, minha mulher me desparou. A água subia dois palmos por minuto, caindo do telhado. A mulher, com água no joelho, pôs o berço da criança. Shirley, de dez meses, em cima da cama. Os demais, Lancelotti, Elias e Isaias, trepavam na dispensa. Zico, gerente da Metropolitana, gritava para salvá-los os meninos. Tentel colocá-los na carroceria do caminhão, enquanto minha mulher apanhava a chave. Não a vi mais. A casa caiu, o carro tombou. A torrente me carregou 300 metros. Seis horas depois eu e a criança agarrada numa toca, sem roupa. Estávamos os dois no deito do rio da Light.

SEM ALMA

Três quilômetros além de Ponte Coberta, diante da cratera aberta no km 61, os engenheiros Angair Guimarães, Paulo Melo e Acilson Mota, do DNER, examinavam a capsa salitica.

O 1.º Batalhão de Engenharia de Combate — afirmou um — vai colocar uma ponte Bailey na estrada velha, que poderá permitir tráfego até 50 toneladas. Na Ponte Coberta, os danos talvez possam ser corrigidos em 15 dias. O tráfego Rio-São Paulo, nos próximos meses, poderá ficar restrito à estrada velha. Uma ponte Bailey fica pronta em três dias.

Depois de Ponte Coberta, área sobrevoada por um NA da FAB — avião de treinamento primário da Escola de Aeronáutica —, quatro crateras fracionaram a rodovia. Próximo à primeira, buscando fugir da avalanche causada pela erosão das encostas, chocaram-se um Aero Willys e um ônibus placa RJ-20-24 da Viação Normandi do Triângulo. Ambos estavam cobertos de lama. No ônibus, cujo interior exalava mau cheiro, não havia vítimas. Apenas roupas, uma máquina fotográfica, um cachecol e calças de mulher.

O Aero Willys placa RJ-33-94-26, pertencente ao Sr. Manuel Ferreira da Silva, sócio das Indústrias Alimentícias de Icarai Ltda., cujos empregados tentavam liberar o carro. No mesmo trecho, com o diferencial quebrado, jazia o ônibus Uberlândia-Rio, intacto, limpo e reluzente. No para-choque de dianteiro: Três crianças, meu amor. Um grupo de oficiais do Exército, liderado pelo 1.º Tenente Pereira, do 1.º Batalhão de Infantaria Blindada de Barra Mansa, aproximou-se dos engenheiros perguntando sobre um Morris verde, ano 1950, onde viajavam em férias o Capitão Edio Freitas Fonseca e os Tenentes Carlos Adilson Silva, Carlos Delfim e Celso Santos. — Nenhum deles está em casa — disse o Tenente.

— Acharam um Morris verde, ano 1950, soterrado em Ponte Coberta — informou um operário. — Todos os ocupantes estão mortos.

Na segunda cratera, com aproximadamente seis metros de diâmetro, duas árvores formando ponte permitiam a passagem de pedestres. Quatro porcos — três aleijados — arrastavam-se na lama, debaixo do que, antes do temporal, fora um viaduto. As duas seguintes, nos km 62 e 64, estavam foderas de barracos soterrados e barrancos enfundados. A área atingida, segundo os moradores de Ponte Coberta, estava delimitada por Paracambi, ao norte; Monumento Rodoviário, ao sul; Fazenda Floresta, a leste; e trevo da Presidente Dutra, a oeste. Ao meio dia, surgindo de uma neblina de céu azul, o sol voltou a brilhar nas poças de água.

ESPERANÇA

No Rio, enquanto aguarda alta do Hospital Souza Aguiar, a Sra. Almerinda Maria de Souza vive a esperança de localizar o companheiro Francisco Manuel da Cruz, sem saber que ele morreu ali mesmo, vítima dos ferimentos que sofreu em consequência da destruição da casa onde morava, na localidade de Ponte Coberta, no quilômetro 54 da Rodovia Rio-São Paulo.

A Sra. Almerinda é a única sobrevivente de uma família de quatro pessoas, pois que perdeu também as filhas Juraci, de três anos, e Iracilda, de um ano. A casa foi arrastada pela enxurrada na madrugada de segunda-feira, quando o acampamento de trabalhadores do DNER foi totalmente destruído.

OBSTÁCULO FÁCIL DE VENCER



Numa rua de Itaguaí, esta casa permaneceu ilhada durante duas ou três horas, mas terminou não suportando a pressão das águas e ruu parcialmente

Acesso difícil em Piraí impede ajuda às vítimas

Itaguaí (De Sérgio Galvão, En' l'ado Especial) — É difícil a situação das vítimas dos deslizamentos de encostas nas serras da Calçada e do Matoso, no Município de Piraí, pois o acesso aos locais tornou-se quase impossível, uma vez que o rio da Raiz da Serra mudou de curso, inundando todos as vias de comunicação.

Um destacamento do 1.º Batalhão de Engenharia do Exército tentou a escalada da encosta, levando víveres e material de primeiras socorros, mas as chuvas que caíram na tarde de ontem dificultaram ainda mais a subida. O Prefeito pediu o auxílio de um helicóptero do Exército e determinou que os corpos encontrados fossem enterrados no local.

SOBREVIVENTE

Na tarde de ontem, um senhor conseguiu descer a serra e trazer uma menina de dois anos e a entregou ao Prefeito dizendo:

— É a única sobrevivente de uma família numerosa. É filha do Anastácio. Encontrei-a ao lado dos corpos dos pais. Estava dentro de um buraco e não foi atingida pelo desabamento da casa.

A menina com uma das pernas picada por cobra, já bastante inchada, não chorava, mas seus olhos estavam espantados.

ATENDIMENTO

No Hospital São Francisco, em Itaguaí, foram recolhidos 272 flagelados, sendo duas mulheres em adiantado estado de gravidez e só havia dois médicos para atender a todos. A Dr.ª Lenir de Castro queixou-se ao JORNAL DO BRASIL da falta de medicamentos, especialmente antibióticos e vacinas, colchões, agasalhos e roupas de cama.

Na entrada do Hospital e na sala de espera, dezenas de flagelados aguardavam vez para serem atendidos. Sentada no alto de uma escada, com uma criança de pouco mais de um mês, Dr.ª Maria de Lurdes olhava com desespero para a criança, sem que lhe corresse uma lágrima. Morava em Mazomba. Sua casa foi totalmente destruída e não sabe onde está o marido.

DEPOIMENTO TRÁGICO

Na enfermaria, a Dr.ª Lenir de Castro, enquanto atendia Dr.ª Aurora Ambrosio Vieira, pedia detalhes da catástrofe de Mazomba.

Eu vou contar tudo do princípio — disse a mulher, sentando-se na cama. — Minha filhinha de 14 dias tinha chorado toda a noite e não deixava a gente dormir. Lá pelas tantas, ouvimos um estalo muito forte. Meus outros quatro filhos correram para junto de mim. Minha filha mais velha, que tem 15 anos, disse para mim: 'Mãe, minha mãe, Deus me livre, eu estou com tanto medo'. Meu marido disse que era melhor a gente ir para a cozinha que tinha o chão de cimento, mas, quando me levantei da cama com minha filhinha nos braços, ele brigou comigo — 'Mulher, você ainda está de resguardo. Deixa que eu carregue você'.

— Sentou-me num banquinho. Todos se aninharam junto a mim com medo dos relâmpagos. Pouco depois, um estalo maior. A parede da cozinha caiu e um mundo de água entrou dentro de casa. Corremos para a sala, com água acima da barriga. A parede da sala também caiu. Desmaiei e, quando acordei, só as roupas da minha filha estavam na minha mão. Meu marido me segurava. Estávamos todos agarrados a uma lanterna. A lanterna trazia muitas pedras e pedaços de pau. De repente, a lanterna despegou-se e eu não me lembro de mais nada. D. Aurora interrompeu a narração para enxugar as lágrimas, perguntando em seguida: — Nossa Senhora, por que que Deus manda pra gente tanta desgraça junta.

PREJUÍZOS

Na Serra da Calçada, o número de mortos é de 36, porém mais de 50 pessoas permanecem desaparecidas. No local residiam 70 famílias, aproximadamente, que viviam quase exclusivamente do plantio de bananas. O Prefeito de Itaguaí, Sr. Isoldackson Cruz da Cunha, estimou os prejuízos materiais em seu Município em Cr\$ 500 milhões, aproximadamente. Na localidade de Mazomba, em Itaguaí, foram encontrados 11 corpos, todos sepultados ontem à tarde. Famílias inteiras continuam desaparecidas.

MORTES

Elevara-se a 300 o número de mortes somente nos Municípios de Itaguaí e Piraí, principalmente na parte que fica na Rodovia Presidente Dutra, onde trechos foram destruídos desde o quilômetro 53 até o 68. Doze cadáveres foram recolhidos até a madrugada de ontem ao Cemitério de Itaguaí e, segundo as autoridades da Secretaria de Segurança, 150 foram levados para o Cemitério de Nova Iguaçu, pois Piraí ficou isolada.

Pela estimativa feita pelo Palácio do Ingá vão a mais de 400 os mortos nos Municípios de Volta Redonda, Piraí, Itaguaí, Duque de Caxias e Nova Iguaçu.

MOÇAS DESAPARECIDAS

Do grupo de 50 jovens da Igreja Presbiteriana de Niterói, que iam em dois ônibus da Viação Cometa para o Acampamento Palavras da Vida, em São Paulo, onde teriam uma semana de descanso e divertimentos, quatro moças continuavam desaparecidas até ontem, enquanto os outros já se encontram em suas casas, alguns com ferimentos leves.

O pastor Felipe Dias e outros membros da Igreja, que há dois dias fazem buscas nos hospitais e necrotérios, conseguiram encontrar ontem a jovem Arlete Tinoco, no Hospital de Itaguaí, o que aumentou suas esperanças de localizar Maria Lúcia Bonifácio Costa, Ana Maria de Almeida, Sônia Lúcia Pires e Sara Celeste do Rosário Cordeiro.

GRUPO

As moças e rapazes viajavam em dois ônibus da Viação Cometa, que saíram do Rio às 11h30m, um especial, e outro no qual ocupavam 15 lugares. Há vários meses planejavam a excursão, que seria o melhor de suas férias. O ônibus especial ia atrás, e o motorista voltou quando percebeu o perigo, na Serra das Araras. Os jovens que iam no ônibus da frente, entretanto, não tiveram a mesma sorte. O ônibus seguiu até que as águas obrigaram-no a parar, chocando-se levemente com um outro, do Expresso Brasileiro. Na Igreja Presbiteriana os jovens contaram que desceram porque o motorista os aconselhou, porque tinha medo que o ônibus virasse. Os jovens saíram de mãos dadas, formando uma corrente, e logo se rompeu porque a correnteza era forte demais e depois disso nenhum deles sabe contar direito o que aconteceu. Ficaram dentro da água, agarrados em galhos, até que de manhã, chegou gente para salvá-los. Mas as quatro moças continuam desaparecidas.

INSEPEÇO

O Governador eleito do Estado do Rio, Sr. Jeremias Fontes, visitará hoje em companhia do advogado Humberto Soeiro de Carvalho, escolhido para a chefia do seu Gabinete Civil, o Município de Itaguaí, para "verificar pessoalmente a extensão dos danos causados pelas enchentes".

Ponte ameaça cair em Paracambi

Paracambi — A situação agravou-se muito no dia de ontem, quando a ponte sobre o Ribeirão das Lajes, que dá acesso à Cidade, ameaçou ruir e foi interditada para ônibus e caminhões pelo DER, que reteve na estrada mais de 20 veículos vindos de São Paulo e do Paraná, com carregamentos de gêneros alimentícios.

Oito corpos foram encontrados nas enchentes de Paracambi, sendo uma menina de dois anos e um homem, de 25 anos aproximadamente, ainda não reconhecidos, e seis integrantes de uma família. A situação na região atingida é de desolação e ânsia de recuperar alguns objetos salvos das águas.

RECUPERAÇÃO

Na Vila Teodora, apesar das águas terem baixado pouco mais de um metro, cerca de 140 casas continuam quase submersas. Seus moradores utilizaram ontem jangadas, feitas com troncos de bananeiras, para retirar alguns objetos. Para D. Rosa Ferreira da Silva, que morava em uma das casas com um filho de 12 anos, "foi uma perda irreparável": ela só conseguiu salvar da casa uma bacia velha, duas panelas, três pratos de ágata e uma galola com um culeiro.

— O passarinho estava na casa? — quis saber o repórter.

— Estava sim, senhor. Ontem eu chorei tanto por causa do meu bichinho. Ele alegrava a minha vida. Felizmente, a galola dele estava pendurada na cumeleira da casa e a água só atingiu metade da galola.

O Sr. Pedro Carvalho da Silva atribui a culpa da catástrofe ao Município "que consentiu que uma firma vendesse lotes em um brejo constantemente ameaçado pelas águas do Ribeirão". Ele conseguiu sair a nado de sua casa inundada, antecorrendo às 5 horas da manhã, e salvou seus sete filhos menores e a esposa. Os únicos objetos que conseguiu salvar foram alguns documentos inutilizados pelas águas e uma fotografia sua, tirada quando servia na Marinha.

TIFO AMEAÇA

O Prefeito eleito de Paracambi, Sr. Délio Leal, enviou através do JORNAL DO BRASIL um pedido de remessa, urgente, de vacinas contra tifo e difteria, lembrando

Niterói tem 4 bairros inundados

A queda de uma pedra na Estrada da Cachoeira, em Niterói, destruiu parte de uma residência, obrigando a interdição do Corpo de Bombeiros. Não houve nenhuma vítima, embora por medida de precaução os moradores tenham se mudado para casas da vizinhança.

O Corpo de Bombeiros atendeu também a diversos chamados para os Bairros de São Martins, Santa Rosa e Engenho de onde as águas invadiram residências, devido ao entupimento das rdes de esgotos pluviais. Duzentos trabalhadores da Prefeitura estão trabalhando ininterruptamente para a limpeza das ruas nos bairros mais atingidos.

RIACHO TRANSBORDA

O transbordamento do riacho que passa pelo Centro da Alameda São Boaventura, principal via de acesso à Rodovia Amaral Peixoto, impediu a passagem de veículos ontem durante uma hora, formando-se uma grande fila de ônibus e carros particulares na Rua Feliciano Sodré, até que as águas baixassem.

SÃO JOÃO DE MERITI

O Rio Meriti transbordou ontem e em poucos instantes inundou o centro comercial de São João de Meriti, na Baixada Fluminense, além de alguns distritos, principalmente Pavuna, e até à tarde havia pelo menos 30 famílias flageladas recolhidas em prédios públicos, sendo que uma criança morreu tragada pelas águas.

O menino Antônio do Carmo Reis, que na localidade de Coelho da Rocha tentou apanhar uma bola de futebol que as águas levavam, foi arrastado pela correnteza.

Paraíba do Sul

As águas do rio Paraíba voltaram a invadir 60 residências do Bairro de Cruz das Almas, em Paraíba do Sul, embora o nível não tenha alarmado os moradores das pequenas ilhas e apenas atingido a Praça São João Marcos, e o clube social, no Centro da Cidade.

As 60 famílias flageladas foram recolhidas pela Prefeitura no Palacete Barão Ribeiro de Sá, onde estão sendo alimentadas pela municipalidade. Segundo o gabinete do Prefeito, não foi registrado nenhum caso de morte, explicando que as casas do

que duas pessoas já foram internadas no Hospital de Piranema com tifo. Solicitou também da Secretaria de Transportes do Estado do Rio e do DER uma vistoria na BR-117 e na ponte sobre o Ribeirão das Lajes.

O Prefeito atual, Sr. Venceslau Amaral Rodrigues, acusou o Governo do Estado pela catástrofe:

— No ano passado tivemos o mesmo estado de calamidade. Apontei ao Governo as causas e nenhuma providência foi tomada. Mandaram para cá uma turma de malandros que não fizeram nada. Amanhã vou voltar a Niterói e levar as fotografias das enchentes, como prova da irresponsabilidade governamental.

Cerca de 100 pessoas foram abrigadas no Centro Espírita Amor e Caridade. As autoridades de Paracambi não têm ainda o número preciso de flagelados, porque a maioria recolheu-se em casas de parentes e amigos.

EFEITOS

O centro da Cidade nada sofreu com as últimas chuvas, mas o calçamento foi bastante danificado com uma enchente ocorrida há 15 dias. No novo prédio da Prefeitura, inaugurado domingo passado, foram velados ontem dois corpos: um rapaz chamado Manuel, de 23 anos, encontrado na Fazenda do Grilo, e uma menina, de dois anos aproximadamente, encontrada na localidade chamada Floresta, e não identificada.

O Prefeito Venceslau Amaral Rodrigues marcou ontem uma quadra no cemitério local para sepultar todos os corpos que vierem a ser encontrados. O ambiente festivo da Prefeitura nova, ainda com as flores da inauguração, era bastante constrangedor no dia de ontem: o cadáver de uma menina permanecia à espera de reconhecimento, enquanto diversas pessoas procuravam abrigo.

As últimas horas da tarde, o Prefeito foi procurado, pois haviam encontrado mais um corpo. Desta vez, era um homem de 40, inteiramente nu, com a cabeça quebrada. Como única indicação, trazia no pulso um relógio.

Alguns moradores da Vila Teodora, revoltados com a falta de providências do Governo, já decidiram que não mais pagarão as prestações dos lotes: pagavam Cr\$ 1.600 por mês.

Alguns moradores da Vila Teodora, revoltados com a falta de providências do Governo, já decidiram que não mais pagarão as prestações dos lotes: pagavam Cr\$ 1.600 por mês.

Três Rios

Em Três Rios, embora não ocorresse na segunda-feira qualquer alagamento, as autoridades mostravam-se preocupadas na tarde de ontem com o aumento de volume de água do Rio Paraíba.

A Prefeitura esclareceu que não julgava ainda necessário a retirada das famílias das ilhas da Cidade, mas caso as águas continuassem a subir a medida seria adotada, e as famílias seriam abrigadas em prédios públicos no Centro da Cidade.

Petrópolis

Chuvas fortes caíram na tarde de ontem na região de Quitandinha, provocando a queda de uma barreira no Km 40 da antiga estrada Rio-Petrópolis e o transbordamento do Rio Quitandinha na altura da Rua Coronel Velga.

Turnas do DNER iniciaram imediatamente a remoção da barreira que caiu junto à localidade conhecida como Cristo. No Centro da Cidade não houve nenhum problema e a estrada antiga foi interditada, enquanto o tráfego passou a ser feito exclusivamente pela estrada do Contorno.

Duque de Caxias

Na Baixada Fluminense várias localidades tinham ontem ruas obstruídas, sendo que às primeiras horas da manhã desabou uma casa no Bairro Centenário, em Duque de Caxias, pouco depois que os seus moradores a tinham abandonado.

Em Caxias, a população localizada na faixa entre Xerém e Campos Elísios teme o rompimento da represa do Rio Mantiqueira, que recebe todo o volume de água da Serra de Petrópolis, o que, se acontecer, atingirá em cheio a Fábrica Nacional de Motores, cobrindo vários bairros na direção da Refinaria da Petrópolis.

As autoridades, entretanto, garantem que a represa do Rio Mantiqueira, situada no Distrito de Xerém, é suficientemente forte para conter as águas da Serra de Petrópolis. A represa desvia o curso do rio para o Canal Capivari, fazendo-o desembocar no Rio Iguaçu, pelo lado da Cidade das Meninas.

Estados querem compensações para isentar gêneros do ICM

Dênio revela que estímulo para Bôlsas no corrente ano é de Cr\$ 100 bilhões

Banco Central vai aumentar juros para os descontos

O encontro dos Secretários de Finanças dos Estados deverá ser encerrado às 10 horas de hoje, com a entrega, aos Ministros da Fazenda e do Planejamento, do relatório contendo as conclusões dos participantes da reunião sobre a possível isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias para os gêneros de primeira necessidade, sendo opinião dominante a de que os Governos estaduais não concordarão com uma isenção ampla, sem compensações.

Declaração conjunta dos Estados da Região Centro-Sul e que conta, em princípio, com o apoio dos Secretários de Finanças da Região Norte-Nordeste, defende, como compensação para uma isenção ampla, o subsídio federal ou o aumento da alíquota para os demais produtos e sugere a celebração de convênios estabelecendo política comum sobre favores fiscais para uma mesma região geo-econômica.

REFORMA REVOLUCIONÁRIA

O Presidente da Comissão da Reforma do Ministério da Fazenda, Sr. Gérson Augusto da Silva, disse ontem ao JORNAL DO BRASIL na reunião dos Secretários de Fazenda dos Estados onde se discute a adoção de uma lista de produtos de primeira necessidade que fiquem isentos do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, que "a Reforma Tributária que ora se faz é a mais revolucionária que já se fez no mundo nos últimos 25 anos".

Disse o Sr. Gérson Augusto da Silva que "o Imposto de Vendas e Consignações provocou distorções em todo o sistema econômico brasileiro, embora não sejam notadas aparentemente" acrescentando que "o ICM, que ora se implanta, vai redistribuir os vícios criados com o IVC, criando uma mentalidade nova nos meios empresariais brasileiros, fazendo com que se procure desenvolver uma empresa através do aumento de sua produção, especializando-se funções e não mais criando-se uma série de fabricquetes, coordenadas".

PERSPECTIVAS

Disse ainda o Sr. Gérson Augusto da Silva que o ICM resolverá, a prazo mais ou menos longo, o problema do capital de giro das empresas, uma vez que com o desestímulo da produção vertical, onde uma firma do Rio Grande do Sul, representamos um frigorífico, mantinha filiais e representações em quase todos os grandes centros de consumo do País e que ao efetuar uma venda tinha a precaução de fazer a seguir como transferência a fim de evitar a incidência do Imposto, criando problemas para o desconto da duplicata e retardando a entrada de capital, não mais se veria afetadas para tais operações tão comuns, pois o produto quando da primeira incidência do ICM oferece ao comerciante um crédito instantâneo e real.

DECLARAÇÃO CONJUNTA

Os Secretários de Fazenda dos Estados da Região Centro-Sul, após afirmarem que a maioria dos Estados brasileiros tem, como base à incidência do ICM, a comercialização de gêneros de primeira necessidade — que representa o grosso das transações na colocação da produção e nas vendas ao consumidor — admitiram ser possível a isenção do tributo apenas sobre ovos, legumes, hortaliças, verduras e frutas, pois "a concessão de isenção para os demais produtos de primeira necessidade, como feijão, arroz e batata, somente será possível havendo um subsídio federal correspondente à perda de arrecadação, ou aumento da alíquota do ICM para as demais mercadorias".

Ato Complementar para isenções

São Paulo (SUCURSAL) — Com o objetivo de procurar regularizar, diante da Reforma Tributária, o problema das isenções tributárias concedidas pelos Estados e Municípios para a instalação de indústrias em suas áreas, a Associação Comercial de São Paulo, através de seu Presidente, Sr. Daniel Machado de Campos, enviou ao Ministro do Planejamento minuta de um ato complementar, "talvez a única forma de solucionar definitivamente as dificuldades atuais".

O documento, elaborado pela ACPSP, salienta que a persistência de numerosas dúvidas sobre o problema das isenções tributárias vem trazendo incertezas para várias empresas que fizeram vultuosos investimentos, diante dos estímulos fiscais, correndo o risco de uma alteração completa nos seus projetos.

ATO COMPLEMENTAR

O projeto de ato complementar sugerido pela Associação Comercial ao Ministro do Planejamento é o seguinte, na íntegra:

"O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confiere o Artigo 30 do Ato Institucional n.º 2,

considerando que é necessário entrosar o sistema tributário introduzido pela Emenda Constitucional n.º 18, de 1.º de dezembro de 1965, com as disposições remanescentes do antigo regime tributário do País, bem como assegurar a uniformidade dessa adaptação em toda a Nação,

considerando que é desejável a disseminação das atividades produtivas em todo o território nacional, estimulando por favores fiscais concedidos isoladamente, considerando que seria injusto e provocaria o descrédito da administração pública frustrar as expectativas de favores fiscais, concedidos em função das condições onerosas satisfetivas pelos contribuintes, considerando, finalmente, o disposto na Art. 117, n.º 1, e 170 da Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Prossigue a declaração acentuando que "o alargamento da área de isenção também conduzir, como provam experiências anteriores, a uma enorme evasão tributária, sem reflexo algum na contenção dos preços. O argumento de que o ICM está provocando um aumento nos preços dos produtos de primeira necessidade não resiste ao confronto com os fatos, pois mercadorias como feijão, arroz e batata sofreriam antes de chegar ao consumidor no Rio ou em São Paulo, pelo menos quatro incidências do IVC. Primeiro do produtor ao atacadista no Estado de origem; segundo do atacadista do Estado de origem ao Estado de consumo; terceiro do atacadista ao varejista e quarto do varejista ao consumidor final. Eram portanto quatro incidências que representavam de 22 a 26% do preço de venda ao consumidor final.

A Declaração conjunta finaliza afirmando que, se o subsídio federal ou aumento da alíquota do ICM for impraticável, seria preferível que a conferência dos Secretários de Finanças defina, em convênio, os gêneros de primeira necessidade conforme está previsto no texto constitucional e no Código Tributário Nacional.

ATO COMPLEMENTAR

Poi elaborada minuta de Ato Complementar, aceita pelos membros da região Norte-Nordeste, com pequenas ressalvas, estabelecendo que "os Estados e Territórios situados numa mesma região geo-econômica celebrarão convênios estabelecendo uma política comum em matéria de isenção, redução ou outros favores fiscais, relativamente ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias".

Estabelecendo que os favores fiscais só poderão ser revogados também por convênio, celebrado entre as mesmas entidades de direito público que firmaram o convênio vigente, afirma que tais revogações só terão vigência a partir do exercício seguinte à assinatura do convênio, salvo se este dispuser em contrário, expressamente.

A minuta estabelece em seu artigo segundo que "os órgãos da administração pública, centralizada ou autárquica, federais, estaduais ou municipais e as sociedades de economia mista serão equiparadas aos contribuintes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, quando praticarem atos de transferência ou venda de produtos".

OPINIÃO E CONCLUSÃO

O Secretário de Finanças do Estado da Guanabara, Sr. Márcio Alves, acha imprescindível uma nova reunião dos Secretários nos primeiros dias de março próximo, quando serão fixadas alíquotas definitivas de acordo com o comportamento das arrecadações estabelecidas nos dois primeiros meses do ano. A unanimidade dos Secretários acha improvável a diminuição da alíquota enquanto informações da delegação de São Paulo assegurarem que o Estado teve uma diminuição de arrecadação da ordem de 7 bilhões em comparação com igual período do ano passado.

Hoje, às 10 horas, será encerrada a reunião, com a entrega do relatório final aos Ministros da Fazenda e do Planejamento, onde serão oferecidas sugestões e prerrogativas tomadas de comum acordo entre as regiões geo-econômicas para que o Governo federal possa ponderar e tomar resoluções definitivas.

Art. 1.º — As isenções de impostos estaduais ou municipais, até 31 de dezembro de 1966, por prazo determinado ou em função de condições satisfetivas pelo contribuinte, continuam em vigor por todo o período originalmente previsto na lei que as efetua.

Parágrafo 1.º — O disposto neste Artigo não se aplica a impostos transferidos pela Emenda Constitucional n.º 18, de 1.º de dezembro de 1965, à competência tributária de outro Poder, que decida sobre a manutenção ou supressão da isenção.

Parágrafo 2.º — Os Estados e Municípios poderão isentar dos novos impostos, introduzidos no sistema tributário brasileiro pela Emenda Constitucional n.º 18, os contribuintes anteriormente favorecidos, nos termos deste Artigo, com a isenção de impostos extintos pela Emenda, cabendo, em tal caso, a lei municipal determinar as condições de restituição ao contribuinte do imposto municipal sobre operações relativas a circulação de mercadorias, que for arrecadado pelo Estado e entregue ao Município onde se localiza o contribuinte.

Art. 2.º — O disposto no Parágrafo 1.º e a faculdade prevista no Parágrafo 2.º do Art. 1.º não se aplicam às hipóteses de isenção, concedida nos termos do Art. 1.º, de impostos estaduais e municipais que abrangiam, expressamente, os impostos que viessem a ser instituídos, prevalecendo obrigatoriamente tal isenção por todo o período originalmente previsto na lei que a deferiu, com relação aos novos impostos instituídos pela Emenda Constitucional n.º 18 e aos impostos por ela transferidos à competência tributária de outro Poder.

Parágrafo Único — As isenções de impostos municipais, que se enquadram nas disposições deste Artigo, incluído obrigatoriamente o imposto municipal sobre operações relativas a circulação de mercadorias, devendo a lei municipal estabelecer as condições para a pronta restituição do imposto arrecadado pelo Estado e entregue ao Município de localização do contribuinte beneficiado.

Belo Horizonte (SUCURSAL) — O Presidente do Banco Central, Sr. Dênio Nogueira, informou ontem, numa reunião com os empresários financeiros de Minas, que o Presidente da República assinará, ainda esta semana, um decreto determinando a aplicação de 10% dos recursos do Imposto de Renda, das pessoas físicas e jurídicas, na compra de ações de empresas de capital aberto, o que corresponderá a um estímulo superior a Cr\$ 100 bilhões durante este ano.

Acrescentou o Sr. Dênio Nogueira que este decreto — que já se encontra com o Ministro da Fazenda, Sr. Otávio Gouveia de Bulhões — é o resultado da redação final que foi dada à minuta de decreto que previa a aplicação de 10% do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço na compra de ações, tendo sido mantidos apenas os recursos provenientes do Imposto de Renda recolhido das pessoas físicas e jurídicas.

EFEITO INDIRETO

Durante a reunião de uma hora e meia realizada com os empresários financeiros de Minas, na sede da Associação Mineira das Empresas de Crédito, Investimento e Financiamento — AMECIF — disse o Sr. Dênio Nogueira, que o Decreto "tem como objetivo final a redução das taxas de juros a ser conseguida através da capitalização das empresas. A nossa tese é que se atermos a demanda de crédito, através do mercado de capitais, forcemos a redução da taxa de juros."

"Entendemos — disse — que se proporcionarmos um forte estímulo ao mercado de ações, as empresas de capital aberto terão as condições necessárias para promover a sua capitalização. Ora, quando elas atingirem um determinado estágio de capitalização, automaticamente irão reduzindo as suas necessidades de novos financiamentos e empréstimos e, em consequência, a demanda de crédito cairá sensivelmente. Esta situação provocará também, como efeito indireto nos estabelecimentos de crédito, uma redução na taxa de juros em face da concorrência que surgirá entre eles no sentido de oferecer crédito."

Entendemos que esta é a melhor fórmula para atingirmos o objetivo final, pois não é conveniente baratear a taxa de juros através da diminuição da oferta de crédito, mas, sim, através da redução da procura de crédito.

"A substituição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço pelo Imposto de Renda, como fonte de recursos, foi a melhor fórmula que encontramos para estimular o mercado de ações e as Bôlsas de Valores. Estes recursos deverão ser superiores a Cr\$ 100 bilhões durante este ano e a redução final do decreto já foi concluída, e se encontra sob exame do Ministro Gouveia de Bulhões.

Informou ainda, o Sr. Dênio Nogueira que o zoneamento das companhias de crédito, investimento e financiamento, deverá ser efetivado quando houver um novo aumento de capital para as empresas financeiras. Entende o Presidente do Banco Central que o

zoneamento é uma necessidade, a fim de que cada empresa financeira tenha uma jurisdição operacional de acordo com seu capital.

Adiantou ainda o Sr. Dênio Nogueira, que o Banco Central deverá divulgar, nos próximos dias, a Circular regulamentando a Lei que regula o funcionamento das Bôlsas de Valores no País, para que as empresas de crédito, investimento e financiamento tenham as condições necessárias para se transformarem em sociedades corretoras.

Revelou ainda, o Sr. Dênio Nogueira que ainda não existe nenhuma decisão sobre a regulamentação das Sociedades de Crédito Imobiliário pois "acreditamos, sem maiores estudos, que se aumentarmos o número de títulos no mercado estaremos contribuindo para que haja um aumento na taxa de juros."

POOL

Quando à constituição do pool das 17 empresas financeiras de Minas, para a execução da Resolução n.º 45 do Banco Central — concessão do crédito direto ao consumidor final — disse o Sr. Dênio Nogueira que "esta é uma última medida uma vez que se o projeto for totalmente executado o objetivo do Governo federal será facilmente atingido: a concessão de 100% de crédito ao consumidor final. Esta experiência é extremamente útil e pioneira e deve ser aplicada pelos demais Estados do País. Acreditamos que seja a solução para as empresas financeiras do Rio Grande do Sul aplicarem com sucesso total a Resolução 45".

O pool, um consórcio das 17 empresas — poderá chegar a uma fase em que o consumidor terá o crédito direto, sem a interferência das empresas comerciais. Por outro lado, esta fusão proporcionará a redução dos custos operacionais com o consequente barateamento da taxa de juros para esta faixa de crédito. Apesar de a Resolução 45 prever que as financeiras concederão apenas 40% de crédito ao consumidor e 60% para outras finalidades o pool, finalizado o Presidente do Banco Central — poderá conceder 100% de crédito ao consumidor".

Declaração de renda tem instruções

O Ministro da Fazenda, Sr. Otávio Bulhões, baixou Portaria determinando que os demonstrativos dos cálculos e dos lançamentos efetuados sejam apresentados às repartições do Imposto de Renda, por ocasião da entrega da declaração de rendimento que for instruída com o balanço em que figurar a correção monetária sobre o ativo imobilizado das pessoas jurídicas.

Estabeleceu a exigência considerando entre outras, a obrigatoriedade da correção monetária do valor original dos bens do ativo imobilizado das pessoas jurídicas.



FUNDADO EM 1911
CRESCENDO COM SEGURANÇA

SEDE:
BELO HORIZONTE
Pg. 7 de Setembro

SUCURSAL:
RIO DE JANEIRO (GB)
Rua Buenos Aires, 40

SUCURSAL:
SÃO PAULO, (SP)
Rua da Quitanda, 125

118 DEPARTAMENTOS EM 11 ESTADOS DO PAÍS

RESUMO DO BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1966

ATIVO		PASSIVO	
Caixa e Banco do Brasil, S/A	17.680.029.341	Capital e Reservas	11.557.189.997
Depósitos em Dinheiro e em Títulos, à ordem do Bancentral	5.723.749.358	Depósitos à Vista e a Prazo	71.347.345.053
Empréstimos a Outros Créditos	64.203.554.164	Agências e Correspondentes	21.567.230.724
Agências e Correspondentes	20.152.309.044	Outras Responsabilidades	16.510.030.889
Capital a Realizar	750.000.000	Contas de Resultados	1.466.598.041
Imóveis	323.722.201	Contas de Compensação	86.890.277.210
Títulos e Valores Mobiliários, não à ordem do Bancentral	2.248.624.072		
Imobilizado	11.226.174.200		
Contas de Resultados	140.232.324		
Contas de Compensação	86.890.277.210		
	209.338.671.914		209.338.671.914

RESUMO DA CONTA "LUCROS & PERDAS" EM 31 DE DEZEMBRO DE 1966

DÉBITO		CRÉDITO	
Despesas Gerais e Impostos	8.395.847.291	Receitas de Juros e Descontos (já deduzidos os do semestre seguinte)	2.663.554.893
Despesas de Juros e Outras Contas ..	974.734.005	Comissões recebidas ou debitadas	6.814.270.423
Amortizações do Ativo e Perdas Diversas	91.805.359	Rendas de Títulos e Valores Mobiliários	3.209.153
Percentagens dos Gerentes e Gratificações abonadas ao Pessoal	776.738.981	Rendas de Capitais não empregados em operações sociais e Outras Rendas	1.091.535.265
Fundo de Reserva Legal	55.500.000	Recuperações de Prejuízos lançados em "Lucros & Perdas"	1.942.562
Dividendos	247.500.000		
Percentagens dos Membros da Diretoria e do Conselho Consultivo	32.386.660		
	10.574.512.296		10.574.512.296

Presidente — Joviano Jardim
Celso Guerra Lage
José Alcino Bicalho

Diretores — Paulo Abercio Baptista de Oliveira
Paulo Macedo Gontijo
Walter Pierre

Orivaldo dos Santos Andrade
Contador Geral
Reg. no C.R.C. — Mg. sob n.º 8.311

BNH cria novo Centro de Coordenação no CIRJ para estudar planos de trabalho

O Banco Nacional da Habitação assinou convênio ontem com o Centro Industrial do Rio de Janeiro criando o Centro de Coordenação Industrial para o Plano Habitacional, o CIPHAB-GB, que terá por finalidade estudar e propor esquemas de trabalho correlatos com o Plano Nacional de Habitação, para a Guanabara.

O convênio foi assinado pelo Presidente do BNH, Sr. Mário Trindade, e o Presidente em exercício do CIRJ, Sr. Mário Leão Ludolf. Este é o terceiro centro dessa natureza criado no País pelo BNH, já estando em funcionamento os de São Paulo e Porto Alegre.

OBJETIVOS

Para estimular a criação desses Centros, o BNH considera que a plena realização dos objetivos do BNH está diretamente condicionada à quantidade, diversidade, qualidade, circulação, custos e padronização dos materiais de construção, além da normalização, implantação e racionalização das técnicas construtivas. Considera que tal condição exige e propicia o desenvolvimento do complexo de atividades ligadas à construção civil e às indústrias afins.

Considera ainda que se não forem criadas nas diferentes regiões do País, mediante programação racionalmente fundamentada, condições adequadas àquele desenvolvimento, sérios problemas dificultarão a dinâmica do Plano Nacional de Habitação. Cabendo ao BNH a promoção de estudos e pesquisas que garantam a consecução dos objetivos governamentais no campo da habitação, vai ser propiciado pelo CIRJ o surgimento de condições para dotar

a livre empresa da capacidade necessária ao atendimento da demanda resultante do desenvolvimento do Plano Nacional de Habitação.

TRABALHOS

Nos planos de trabalho dos Centros de Coordenação Industrial destacam-se os seguintes itens: análises do mercado consumidor, produção, comercialização e preços em relação aos materiais; possibilidade de ampliação das indústrias existentes e de instalação de novas; viabilidade de aplicação de novos processos de produção e adoção de novas linhas de materiais; normalização e padronização de materiais; esquema e financiamento de capital de giro e investimentos da indústria de materiais de construção e de construção civil; em relação às indústrias: levantamento cadastral das indústrias e das empresas construtoras, diagnóstico setorial, análise dos fatores condicionantes da evolução das empresas construtoras, entre outros.

Réde Ferroviária Federal S/A. Estradas de Ferro Leopoldina

CONCORRÊNCIA PARA PROJETO E CONSTRUÇÃO DE PONTES

Torno público que a concorrência pública n.º 11/66-DOI, objeto do edital constante do Diário Oficial — GB — Parte I de 30/12/66, fica adiada para 1/3/67, no mesmo local e hora.

Os interessados devem comparecer ao Departamento de Obras e Investimentos para receberem esclarecimentos técnicos complementares, relativos aos projetos das obras.

Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1967.

a) Eng.º Nun'Alvares Gomes de Moraes
Chefe do D.O.I.

Bôlsa de Valores do Estado da Guanabara

(em transformação)

A Câmara Sindical da Bôlsa de Valores do Rio de Janeiro comunica aos interessados que, de conformidade com o art. 124 da Resolução n.º 39 do Banco Central da República do Brasil, expirará no dia 9 de fevereiro próximo, o prazo para apresentação dos pedidos de inscrição de novos membros da Bôlsa.

Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1967

a) José Willemsens Junior
Presidente

a) José Brant Ribeiro
Vice-Presidente

Outro cadáver de mulher encontrado na Barra da Tijuca aumenta a coleção

Enquanto a argentina Carmem Berardo de Gozza depunha na Polícia Central, perante o Delegado José Marques, dizendo que nada tinha com o triplice homicídio da Barra da Tijuca, agentes daquela especializada diligenciavam, na mesma Barra da Tijuca, onde o corpo de uma jovem bonita, que estava completamente desnuda, era retirada das águas da Lagoa de Marapendi, tudo indicando que se tratava de mais um assassinio.

Carmem Berardo Gozza, de vestido amarelo estampado, muito elegante, disse ao Delegado José Marques que nunca viu Douglas nem outro qualquer elemento envolvido na morte de Milton, Ica e seu irmão José, afirmando que apenas conhecia Maria de Fátima, amante de Antônio Ribeiro, e que esta, por odiá-la, vem querendo prejudicar sua vida, envolvendo-a em seus depoimentos.

UM TAL RIBEIRO

Orientada pelo advogado Mourão Júnior, Carmem Berardo Gozza mostrava-se tranqüila durante toda a inquirição a que foi submetida, pormenorizando todos os seus passos, desde o dia 7 deste mês, quando — disse — viajou para Santos, onde tem um irmão de cabeleiro.

Sobre seus contatos com Maria de Fátima, amante de Antônio Ribeiro, disse Carmem que a conheceu quando tinha um escritório de representação no Centro do Rio de Janeiro, ocasião em que vendeu para Fátima alguns vestidos, que ela não pagou, razão por que foi procurá-la em seu apartamento, na Rua Tavares Bastos, algumas vezes. Numa dessas idas viu ali um homem que, pela fotografia mostrada pelo delegado, parece ser mesmo Antônio Ribeiro.

Carmem declarou que, no saber que seu nome estava envolvido no noticiário sobre o crime da Barra, pretendia retornar ao Rio, mas, por falta de dinheiro, não o fez. Ainda sobre Antônio Ribeiro, disse que em Santos viu um homem que muito se assemelha ao do retrato que lhe foi apresentado, não podendo, no entanto, afirmar categoricamente se é ou não a mesma pessoa.

NUNCA VIU DOUGLAS

Sobre os encontros que teria mantido com Douglas Marcos Guimarães, o homem-chave da chacinha, cujo nome entretanto é falso, Carmem declarou que tudo não passa de mentiras, porque nunca o viu e nem com ele mantinha quaisquer ligações, principalmente se fosse ele apresentado por Fátima em amigos desta, dando a entender que são pessoas de nível inferior ao seu.

Carmem Berardo Gozza disse também que está disposta a cooperar com as autoridades mas que, pelo pouco que sabe, quase nada poderá fazer para ajudar no esclarecimento da chacinha, porque não tem mesmo nenhuma ligação com o bando, só conhecendo Maria de Fátima, sua inimiga, contra quem já apresentou até queixa numa Delegacia Distrital.

O OUTRO CRIME

Com relação à morte de outra argentina, Carmem Ballejo Pezoa, morta num hotel da Lapa, disse Carmem Berardo que sua ligação com a vítima

DOPS vigia debate católico

Otto Engel
Enviado especial

São Paulo — A reunião convocada pelo Secretariado Nacional de Ação Social da Conferência dos Bispos do Brasil, sob a presidência do Arcebispo de Recife, Pe. Helder Câmara, analisou em seu penúltimo dia de atividades o tema Missão da Igreja no Desenvolvimento e desde o primeiro dia dos debates os congressistas identificaram a presença constante de um elemento do DOPS interessado em participar de todos os debates e círculos de estudo.

O fato notório de estarem sendo vigiados parece não ter atemorizado os técnicos que hoje fizeram um estudo detalhado dos seguintes temas: Como Viver na Prática a Primazia do Trabalho entre os Elementos da Vida Econômica, Causas de Fome e Pobreza, Possibilidades de Apresentar um Projeto Cristão de Desenvolvimento, Maneira de a Igreja Colaborar com o Desenvolvimento e Como a Igreja está Colaborando de Fato com o Desenvolvimento.

INSURREIÇÃO

O Bispo de Crato, Dom Antônio Frago, fez a explanação do valor do trabalho do ponto-de-vista teológico.

O anúncio da mensagem de Cristo pressupõe a primazia do trabalho na vida econômica, porque através do trabalho o homem completa a criação e se torna co-criador com Deus — disse Dom Antônio Frago, e acrescentou que "na ordem concreta hoje o valor do trabalho não está sendo respeitado na maioria dos casos. Inclui-se a Igreja instituição não está respeitando o valor do trabalho. Mais do que isso, a própria tomada de consciência sobre a primazia do trabalho ainda não começou".

Respondendo a uma das perguntas formuladas pelo plenário, Dom Antônio Frago afirmou, frisando que se tratava de uma opinião pessoal, que "a ética cristã em certos casos justifica os movimentos insurrecionais do povo".

Quando por exemplo a própria estrutura é injusta e não oferece chances a dois terços da população mundial, não se tem o direito de pedir ao povo que se abstenha da revolta em nome da ética cristã. Respeito a livre opção dos cristãos — afirmou o bispo — que em circunstâncias concretas devem optar pelo melhor caminho a ser seguido para que se possam fazer prevalecer a justiça social e os direitos de todos".

CONCLUSÕES

O Secretariado de Ação Social, que convocou esta reunião de técnicos para, através dela, oferecer subsídios para a elaboração da Pastoral da Conferência dos Bispos, não chegou ainda a uma decisão sobre qual seria a melhor maneira de apresentar e fazer valer as conclusões que surgiram dos debates.

O certo é que as conclusões serão publicadas na série de estudos que o Secretariado está editando e além disso os responsáveis estão ventilando a possibilidade de vir a ser elaborado um documento destinado à opinião pública, no qual se expliquem os resultados alcançados através dos debates.

O Bispo de Santos, Dom David Pello, um dos participantes do encontro, chegou atrasado e justificou o atraso nas preocupações que surgiram com a explosão de um gás metano na sua cidade. Explicou Dom David Pello que os efeitos da explosão, além de terem danificado centenas de casas de pobres, atingiram também 12 instituições católicas, entre as quais duas igrejas. Somente no Colégio Coração de Maria os danos ultrapassam a Cr\$ 500 milhões. Durante a missa do próximo dia 26, quando se comemora o aniversário da cidade, o Bispo fará um apelo às autoridades locais e federais para que venham em socorro da população prejudicada. Além disso o Bispo distribuiu circular apelando os esforços da Prefeitura local, que conclamou uma campanha para ajudar a população prejudicada. Foi instaurada também uma ação judicial para individualizar os culpados e seguiu Dom David, parece pouco provável que a explosão tenha sido provocada por agitadores.

O Encontro do Secretariado de Ação Social tem seu encerramento previsto para hoje, e a palestra conclusiva está a cargo do Secretário de Educação da CNBB, Dom Cândido Ladini.

O Alto Comando do Exército reuniu-se durante todo o dia de ontem no Ministério da Guerra, sob a presidência do Chefe do Estado-Maior do Exército, General Orlando Geisel, em substituição ao Ministro Ademar de Góes, que se encontrava em Brasília para assistir à sessão solene da promulgação da nova Constituição.

A reunião terá prosseguimento hoje, já com a presença do Ministro da Guerra, que continuará a debater com os generais que compõem a cúpula do Exército sobre assuntos de caráter administrativo, conforme revelou a Chefia de Relações Públicas daquele Ministério.

INÍCIO DE CARREIRA



Porto Alegre (Socursal) — Em solenidade realizada no Salão Nobre da Associação Rio-grandense de Imprensa, o estudante de Jornalismo Lucio Castelo Branco, o primeiro premiado do concurso de reportagem promovido no Rio Grande do Sul pelo JORNAL DO BRASIL, o autor do trabalho premiado — O Rio Grande é Bom — fará um estágio na Redação do jornal, com todas as despesas pagas. A solenidade foi prestigiada pela presença do Presidente da ARI, jornalista Alberto André, tendo o segundo prêmio sido entregue ao Sr. Jairo Pisani, pelo representante da Mesbla S. A., Sr. Amoré Sá, e o terceiro à Sra. Amália Martelli, pelo representante da Editora Globo S. A., Sr. Rui Diniz Neto

Arquivamento do processo contra Gen. Oliveira Leite foi sugerido por Gueiros

O Procurador-Geral da Justiça Militar, Sr. Eraldo Gueiros Leite, emitiu parecer sugerindo ao Superior Tribunal Militar o arquivamento do inquérito que apurou atividades subversivas relacionadas com o Congresso Continental de Solidariedade a Cuba, realizado de 28 a 30 de março de 1963, em Niterói, no qual figura como principal indiciado o General Luís Gonzaga de Oliveira Leite.

Segundo o Procurador Gueiros Leite, nesse inquérito, presidido pelo General-de-Divisão Alvaro Tavares Carmo, "nada se apresenta com idoneidade capaz de autorizar a instauração de um procedimento criminal contra o General Luís Gonzaga de Oliveira Leite".

DISCURSO

Revela aquela autoridade, em seu parecer, que "com efeito, o que efetivamente consta do IPM em estudo é a abundante prova de que o indiciado fora Presidente efetivo do chamado Congresso Continental de Solidariedade a Cuba, considerando, ainda, a reprodução de discursos que, na abertura do congresso, teria o indiciado pronunciado, atacando o regime capitalista, usando de expressões bem ao gosto dos que dirigiam a tentativa de subversão da ordem política e social vigente no país".

Prosegue o parecer: "Se, efetivamente, a análise do discurso em referência e constante dos respectivos Anais do Congresso, leva o intérprete ao reconhecimento das profundas tendências de esquerda do indiciado, revelando-se entronada em idéias e palavras, com os militantes comunistas de então. Contudo, isso só por si não induz à propulsão de uma ação penal contra o mesmo, por não haver definição legal para os seus atos no diploma que tutela a segurança do Estado".

Igualmente, nada, significa, no que concerne ao estudo de ilicitude penal, a Presidência do Congresso exercida pelo indiciado, porquanto, à época, o citado congressista veio a merecer a chancela das autoridades competentes, realizando-se em público aberto, o que se oferece como mero embargo à sua formação em ato injurídico. Não há sanção punitiva para a idéia, mas sim ao exercício da mesma e desde que tenha a feição própria do delito à luz dos quadros normativos penais existentes".

Concluiu o seu parecer, diz o Sr. Eraldo Gueiros Leite: "Diante disso, o arquivamento do feito melhor consulta à boa distribuição da Justiça, valendo a liberdade democrática como pena de advertência ao indiciado, para que se cuide, pois o Estado que assegura a liberdade de pensamento, não tolerará excessos, e a inteligência do princípio contido no parágrafo 5.º do Artigo 141 da Constituição Federal".

O mesmo Conselho, em sua sessão de ontem, condenou os réus Ivo Ferreira dos Santos e Francisco Galvão Bezerra a quatro anos de reclusão e a dois anos o réu José Moreira de Araújo, todos implicados em processo de subversão no Rio Grande do Norte.

Na mesma sessão foram absolvidos das mesmas acusações os réus Nélio de Vasconcelos, Válio Nunes da Silva, Aldo Tinoco, Francisco de Assis Teixeira e Raimundo Ferreira de Oliveira.

Costa e Silva conheceu foguetes americanos e vai a Washington hoje

Cabo Kennedy (UPI-JB) — O Marechal Costa e Silva deverá seguir para Washington às 15 horas de hoje, após ter assistido, ontem, ao lançamento de dois foguetes de sondagem Nike-Tomahawk e ter visitado as várias instalações desta base, inclusive o Complexo de Lançamentos 45, onde estão sendo preparados um foguete Saturno-1 e uma nave espacial Apollo, para o lançamento dos astronautas Virgil Grissom, Edward White e Roger Chaffee, dia 21 de fevereiro.

O Presidente eleito do Brasil chegou às 17h20m à Base Aérea de Patrick, onde foi recebido pelos mais altos dirigentes militares de Cabo Kennedy, onde veio assistir aos lançamentos.

APOLLO

Um resumo do Projeto Apollo, que se destina a levar os primeiros norte-americanos à Lua, foi feito para o Marechal Costa e Silva pelo Coronel Rocco Petrone, Diretor de Lançamentos do Plano, no interior de uma das câmaras de disparo, no Centro de Controle dos foguetes Saturno, percorrendo depois o edifício de montagem

do veículo lunar, que tem uma altura de 52 andares.

Após concluir a visita o Presidente eleito manteve contato com um grupo de cerca de 60 brasileiros que residem em Cabo Beach, nas proximidades do Cabo, e funcionários do Consulado do Brasil, dizendo que se sentia "felíssimo por estar aqui e por ver tantos brasileiros e americanos juntos".

Polícia Militar dissolveu mais uma vez acampamento dos excedentes de Medicina

A Polícia Militar voltou ontem a dissolver o acampamento dos excedentes de Medicina, que há uma semana se encontram reunidos no pátio do Ministério da Educação, agora dispostos a conseguir do Ministro Moniz de Aragão o aumento de número de vagas nas faculdades do Estado.

O número de estudantes que conseguiram média acima de 200 pontos já alcança a casa dos 328, aprovados portanto, e uma comissão por eles designada enviará ainda hoje ao Presidente eleito Costa e Silva um telegrama pedindo apoio para a campanha que estão desenvolvendo.

O ETERNO DRAMA

Após vencer a primeira etapa, conseguir que o Governo divulgasse as notas de todos os candidatos, aprovados ou não, os excedentes parecem agora para o aumento do número de vagas, sendo em todas, pelo menos nas três Faculdades do Estado, as sucessivas reuniões que vêm sendo realizadas no C. U. R. S. G. Galotti mostram aqueles estudantes que os pais também se mostram dispostos a participar do movimento. "tudo é sem caráter político" — esclareceram.

Unidos aos excedentes cariocas estão os de Niterói, que já

se mostram desanimados com o que classificam de "embronhado" do Rector da Universidade Federal Fluminense, Sr. Barreto Neto. "que agora, depois de nos prometer a divulgação das notas e o aumento do número de vagas, resolveu arrastar umas férias, solicitadas à última hora e que ninguém sabe explicar por que".

Está no plano dos estudantes manter um encontro entre os pais e a filha do Presidente Castelo Branco, Sr. Antonieta Castelo Branco, a fim de conseguir, através dela, que o Presidente os atenda.

Primeiro colocado é solidário com colegas

O primeiro colocado no concurso de habilitação às escolas de Medicina do Rio, estudante Renato Vieira, manifestou-se "solidário com os colegas que lutam pelas vagas, e se tivesse obtido mais de 200 pontos, mas não conseguisse classificação, também estaria acampado no pátio do Ministério da Educação".

Estudo intenso durante todo o ano e leitura do *Pato Donald* de vez em quando foi a fórmula que Renato Vieira usou para tirar o primeiro lugar entre os 350 que concorreram ao vestibular. Foi aluno do Colégio Santo Inácio e nunca fez cursos pré-vestibulares, apesar de achar que "eles são um mal necessário".

acompanhando de perto o drama dos excedentes de Medicina, Renato acha que o Governo deveria dar mais uma oportunidade a eles.

Mais de 500 concorrem a 150 vagas de Química

Mais de 500 estudantes lutam, ontem, no Instituto de Educação, o exame Vestibular à Escola de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que está oferecendo 150 vagas, 75 a mais do que no ano passado.

A primeira prova consistiu de 50 perguntas sobre Química Orgânica e Inorgânica e foi classificada, pela Comissão Organizadora do Concurso, como a mais importante. A correção será feita através de um computador eletrônico e os resultados deverão ser divulgados amanhã.

POR ETAPAS

O concurso de habilitação à Escola de Química está dividido em duas etapas: a eliminatória, com a prova de ontem e a de Matemática, que será realizada hoje, e a classificatória, com provas de inglês ou francês.

Os estudantes ocuparam quase todas as salas do Instituto de Educação e foi acenado o aumento do número de candidatas que, embora não tenha alcançado o dos rapazes, este ano supera bastante o do ano passado. Quase todas escolheram a profissão sob influência de elementos da família e muito poucas pretendem fazer carreira.

O PROBLEMA

A maior preocupação dos estudantes candidatos à Escola de Química é o reduzido número de vagas oferecidas. No ano passado os excedentes de Química não conseguiram, apesar de intensa campanha desenvolvida durante três meses no pátio do Ministério da Educação, ingressar na Faculdade e muitos deles retornaram este ano dispostos a iniciar o mesmo movimento se não forem classificados.

Bolsas-de-estudos com inscrições abertas

O Serviço de Bolsas de Estudo iniciou ontem a distribuição das fichas para aquisição do benefício no seu posto de inscrição, em funcionamento no Colégio Estadual Álvares Cabral.

No primeiro dia de funcionamento foram distribuídos 160 formulários, prosseguindo o trabalho hoje e amanhã. Os responsáveis deverão levar certidão de nascimento e comprovação dos vencimentos.

INSUFICIÊNCIA

A falta ou insuficiência de recursos para adquirir direito a bolsas-de-estudos será verificada através da seguinte fórmula: o aluguel de casa mais o produto do salário mínimo mensal pelo número de dependentes deve ser igual ou menor do que o rendimento mensal do pai ou responsável.

Por exemplo: se o responsável por um candidato para Cr\$ 60 mil de aluguel e tem cinco filhos menores e mais a esposa como dependentes, deve multiplicar 6 (número de dependentes) por Cr\$ 84 mil (salário mínimo), e o resultado (Cr\$ 504 mil) somar com Cr\$ 60 mil (aluguel). O resultado da operação é Cr\$ 564 mil. Para ter direito à bolsa não poderá ganhar mais do que isso por mês.

INPS reúne 60 de seus inspetores

Sessenta inspetores que serão treinados para acompanhar o andamento dos serviços da Previdência Social, já uniformizados no Sul do País, reuniram-se ontem na presença do Presidente do Instituto Nacional de Previdência Social, Sr. José de Nazaré Teixeira Dias e do Diretor Valdir Antônio Luis, no auditório da Secretaria dos Comércios.

nho de criança é o principal objetivo de Renato Vieira, que está com 18 anos e não pretende modificar seus hábitos: frequentar o Castellinho, ir ao cinema do bairro onde mora, continuar lendo o *Pato Donald* para descansar a mente e levar as cinco irmãs à praia.

Renato conta que não sofreu nenhuma influência na escolha da carreira. Não há nenhum médico em sua família, nem tem amigos médicos. Acha, entretanto, que sendo o único filho homem sua responsabilidade é grande e o peso "bem maior do que pensava".

Acompanhando de perto o drama dos excedentes de Medicina, Renato acha que o Governo deveria dar mais uma oportunidade a eles.

No ano passado, o Ministério da Educação diante das múltiplas denúncias a respeito da escassez de químicos no Brasil, solicitou ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro um relatório sobre a demanda desses profissionais.

Para o ano de 1966, o IUP mostrou a necessidade de, pelo menos, 1.720 químicos, sendo que 1.072 deveriam ser de nível superior. Apenas uma pequena fração desta procura foi coberta.

SEM SISTEMA

Segundo o IUP, não existe um sistema educacional de formação de químicos. Somente três Estados já formaram químicos: São Paulo com 765 diplomados em 1964; Paraná e Guanabara com 26 diplomados no mesmo ano. Em outros Estados, como Minas Gerais e Bahia, só a partir de 1965 é que houve a primeira turma de diplomados.

Diz ainda o relatório que a indústria química tem características singulares que asseguram a sua própria expansão. Assim, a indústria petroquímica deverá crescer 20% anualmente; a barrilha e a soda cáustica, desde que eliminados alguns pontos de estrangulamento, poderão subir até 15% anuais; os plásticos, fraldas, até 15%, com a substituição de importações; os fertilizantes nitrogenados e fosfatados terão a produção acrescida de 10% anuais cumulativos.

As conclusões finais do relatório são de que a análise de 31 projetos de unidades industriais de base, todas em pleno funcionamento até 1970, revelou que a demanda prevista de químicos está no seguinte estado: 23 engenheiros-químicos; 102 químicos industriais e 402 técnicos-químicos.

Barcelos almoça no JB

em Minas

Belo Horizonte (Socursal) — O Secretário de Viação e Obras Públicas, Sr. José de Lima Barcelos, almoçou ontem no Suco do JORNAL DO BRASIL, em companhia dos professores Antônio Lara Resende e Valdemar Tavares Paris, com os quais conversou sobre os seus planos à frente da Secretaria.

AVISOS RELIGIOSOS

À Santa Filomena

Por uma grande graça alcançada — P. B.

Santa Marta

Agradço às graças alcançadas — Lygia Dias Fernandes.

ALBINO MARTINS ALVES

(MISSA DE 7.º DIA)

Carmita Collin Alves, filhos, genro, netos, irmãos, cunhados e sobrinhos agradecem as manifestações de pesar recebidas por ocasião do falecimento e convidam parentes e amigos para assistirem a missa de 7.º dia, que será celebrada hoje, às 11,30, no altar-mor da Igreja do Carmo, em sufrágio da alma do saudoso desaparecido.

JOSEPHA BUCKER AGUIAR

(MISSA DE 7.º DIA)

Sua família agradece as manifestações de pesar recebidas por ocasião do seu falecimento e convida para a missa que manda celebrar na Igreja do Colégio Santo, à Rua São Clemente, n.º 226, amanhã, dia 26 às 18 horas.

Flôres que ajudam uma vida em botão

PRO MATRE

A melhor homenagem que se pode prestar aos entes queridos que partem e só deixam saudade é ajudar a vida daqueles que chegam e só encontram lágrimas. Converte uma parcela do dinheiro destinado a flôres para os mortos em ajuda aos que vão nascer em extrema pobreza. Seu gesto nobre e espiritual será comunicado à família. O BANCO BOAVISTA S.A. — MATRIZ E AGÊNCIAS recebe seu doativo "in memoriam" e comunica sua generosa atitude, conforme revelou a Chefia de Relações Públicas daquele Ministério.



BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO

FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

**ORDENS DE SERVIÇO
DE SERVIÇO
BAIXADAS PELO
PRESIDENTE DO
CONSELHO
CURADOR DO FGTS**

ORDEN DE SERVIÇO:

FGTS — POS n.º 01/67.

Fixa orientação à Rede Arrecadora do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

O PRESIDENTE DO BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO (BNH), no uso de suas atribuições, baixa a seguinte Ordem de Serviço:

- Os Bancos integrantes da Rede Arrecadora do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, mediante recolhimento feito pelas empresas, abrirem contas de depósitos vinculados, em nome:
 - das empresas, individualmente, quando estas foram optantes;
 - das empresas, individualmente os empregados, quando estes não houverem optado pela Lei n.º 5.107.
- As empresas, juntamente com a "Guia de Recolhimento", fornecerão aos Bancos, uma "Relação de Empregados" contendo os dados necessários à abertura das contas e posteriores lançamentos. Os Bancos deverão conferir esses documentos, exigindo o fornecimento de todos os dados neles solicitados.
- Deverão constar nas folhas das contas de depósitos vinculados (modelos anexos) os seguintes dados:
 - nome do titular da conta;
 - o número, tipo, série e Estado emissor da Carteira Profissional de cada empregado;
 - o nome e número do cadastro geral de contribuintes, da empresa empregadora;
 - a data, a partir da qual começa o empregado a contar tempo de serviço para efeito do FGTS;
 - dia, mês e ano em que são feitos os lançamentos;
 - o mês de competência, no caso dos depósitos, e o trimestre civil, no caso dos juros e correção monetária, a que se referem os lançamentos;
 - o montante dos depósitos e o montante de juros mais correção monetária, ao ser encerrada uma folha.
- Mesmo que recolhidos num mesmo dia os depósitos de dois ou mais meses, estes deverão ser lançados separadamente, o mesmo acontecendo com os juros e correção monetária.
- Quando por qualquer motivo previsto no Regulamento do FGTS for solicitado ao Banco o saldo de uma conta, este deverá ser fornecido discriminando-se a parcela referente aos depósitos e a parcela referente aos juros e correção monetária.
- Os Bancos calcularão e creditarão os juros e correção monetária das contas de depósitos vinculados, no último dia de cada trimestre civil:
 - considerando-se como "último dia de cada trimestre civil" os seguintes: 31 de março; 30 de junho; 30 de setembro e 31 de dezembro;
 - os cálculos de juros e correção monetária serão feitos de acordo com índices fornecidos trimestralmente pelo BNH, incidindo sobre o saldo existente no último dia do trimestre civil imediatamente anterior.

Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1967

as.) MARIO TRINDADE
Presidente

MODELO 1

- OPTANTES -

Contagem de tempo: 1/1/67

TITULAR: João da Silva

CART. PROFISSIONAL: 157 888 Número 133 Série A Tipo GR Estado RJ

EMPRESA: J.J. & Cia. Ltda. (Nome) 187 676 Inf. cadastro geral de contribuintes

Data	Histórico	Débito	Crédito	Saldo
24-II-67	Dep. Ref. a 1/67	10 000	10 000	
31-III-67	Dep. Ref. a 3/67	10 000	20 000	
30-IV-67	Dep. Ref. a 4/67	10 000	30 000	
30-VI-67	Dep. Ref. a 6/67	10 000	40 000	
30-VI-67	Juros e C.M. Ref. a 7/67 TC	400	30 400	
30-VII-67	Dep. Ref. a 7/67	10 000	50 400	
30-VIII-67	Juros e C.M. Ref. a 8/67 TC	756	71 156	
30-IX-67	Dep. Ref. a 9/67	10 000	81 156	
30-X-67	Juros e C.M. a recol. atrasado, Ref. a 9/67 TC	300	81 456	
30-XI-67	Dep. Ref. a 10/67	10 000	91 456	
31-XII-67	Dep. Ref. a 11/67	12 000	103 456	
31-I-68	Juros e C.M. Ref. a 12/67 TC	2 121	105 577	
31-II-68	Dep. Ref. a 1/68	12 000	117 577	
31-III-68	Dep. Ref. a 2/68	12 000	129 577	
31-IV-68	Juros e C.M. Ref. a 3/68 TC	2 828	132 405	
31-V-68	Dep. Ref. a 4/68	12 000	144 405	
31-VI-68	Juros e C.M. a recol. atrasado, Ref. a 4/68 TC	300	144 705	
31-VII-68	Dep. Ref. a 5/68	12 000	156 705	
31-VIII-68	Dep. Ref. a 6/68	12 000	168 705	
31-IX-68	Juros e C.M. Ref. a 7/68 TC	2 828	171 533	
31-X-68	Dep. Ref. a 8/68	12 000	183 533	
31-XI-68	Juros e C.M. a recol. atrasado, Ref. a 8/68 TC	300	183 833	
31-XII-68	Dep. Ref. a 9/68	12 000	195 833	
31-I-69	Dep. Ref. a 10/68	12 000	207 833	
31-II-69	Juros e C.M. Ref. a 11/68 TC	2 828	210 661	
31-III-69	Dep. Ref. a 12/68	12 000	222 661	
31-IV-69	Juros e C.M. a recol. atrasado, Ref. a 12/68 TC	300	222 961	
31-V-69	Dep. Ref. a 1/69	12 000	234 961	
31-VI-69	Dep. Ref. a 2/69	12 000	246 961	
31-VII-69	Juros e C.M. Ref. a 3/69 TC	2 828	249 789	
31-VIII-69	Dep. Ref. a 4/69	12 000	261 789	
31-IX-69	Dep. Ref. a 5/69	12 000	273 789	
31-X-69	Juros e C.M. Ref. a 6/69 TC	2 828	276 617	
31-XI-69	Dep. Ref. a 7/69	12 000	288 617	
31-XII-69	Dep. Ref. a 8/69	12 000	300 617	
31-I-70	Juros e C.M. Ref. a 9/69 TC	2 828	303 445	
31-II-70	Dep. Ref. a 10/69	12 000	315 445	
31-III-70	Dep. Ref. a 11/69	12 000	327 445	
31-IV-70	Juros e C.M. Ref. a 12/69 TC	2 828	330 273	
31-V-70	Dep. Ref. a 1/70	12 000	342 273	
31-VI-70	Dep. Ref. a 2/70	12 000	354 273	
31-VII-70	Juros e C.M. Ref. a 3/70 TC	2 828	357 101	
31-VIII-70	Dep. Ref. a 4/70	12 000	369 101	
31-IX-70	Dep. Ref. a 5/70	12 000	381 101	
31-X-70	Juros e C.M. Ref. a 6/70 TC	2 828	383 929	
31-XI-70	Dep. Ref. a 7/70	12 000	395 929	
31-XII-70	Dep. Ref. a 8/70	12 000	407 929	
31-I-71	Juros e C.M. Ref. a 9/70 TC	2 828	410 757	
31-II-71	Dep. Ref. a 10/70	12 000	422 757	
31-III-71	Dep. Ref. a 11/70	12 000	434 757	
31-IV-71	Juros e C.M. Ref. a 12/70 TC	2 828	437 585	
31-V-71	Dep. Ref. a 1/71	12 000	449 585	
31-VI-71	Dep. Ref. a 2/71	12 000	461 585	
31-VII-71	Juros e C.M. Ref. a 3/71 TC	2 828	464 413	
31-VIII-71	Dep. Ref. a 4/71	12 000	476 413	
31-IX-71	Dep. Ref. a 5/71	12 000	488 413	
31-X-71	Juros e C.M. Ref. a 6/71 TC	2 828	491 241	
31-XI-71	Dep. Ref. a 7/71	12 000	503 241	
31-XII-71	Dep. Ref. a 8/71	12 000	515 241	
31-I-72	Juros e C.M. Ref. a 9/71 TC	2 828	518 069	
31-II-72	Dep. Ref. a 10/71	12 000	530 069	
31-III-72	Dep. Ref. a 11/71	12 000	542 069	
31-IV-72	Juros e C.M. Ref. a 12/71 TC	2 828	544 897	
31-V-72	Dep. Ref. a 1/72	12 000	556 897	
31-VI-72	Dep. Ref. a 2/72	12 000	568 897	
31-VII-72	Juros e C.M. Ref. a 3/72 TC	2 828	571 725	
31-VIII-72	Dep. Ref. a 4/72	12 000	583 725	
31-IX-72	Dep. Ref. a 5/72	12 000	595 725	
31-X-72	Juros e C.M. Ref. a 6/72 TC	2 828	598 553	
31-XI-72	Dep. Ref. a 7/72	12 000	610 553	
31-XII-72	Dep. Ref. a 8/72	12 000	622 553	
31-I-73	Juros e C.M. Ref. a 9/72 TC	2 828	625 381	
31-II-73	Dep. Ref. a 10/72	12 000	637 381	
31-III-73	Dep. Ref. a 11/72	12 000	649 381	
31-IV-73	Juros e C.M. Ref. a 12/72 TC	2 828	652 209	
31-V-73	Dep. Ref. a 1/73	12 000	664 209	
31-VI-73	Dep. Ref. a 2/73	12 000	676 209	
31-VII-73	Juros e C.M. Ref. a 3/73 TC	2 828	679 037	
31-VIII-73	Dep. Ref. a 4/73	12 000	691 037	
31-IX-73	Dep. Ref. a 5/73	12 000	703 037	
31-X-73	Juros e C.M. Ref. a 6/73 TC	2 828	705 865	
31-XI-73	Dep. Ref. a 7/73	12 000	717 865	
31-XII-73	Dep. Ref. a 8/73	12 000	729 865	
31-I-74	Juros e C.M. Ref. a 9/73 TC	2 828	732 693	
31-II-74	Dep. Ref. a 10/73	12 000	744 693	
31-III-74	Dep. Ref. a 11/73	12 000	756 693	
31-IV-74	Juros e C.M. Ref. a 12/73 TC	2 828	759 521	
31-V-74	Dep. Ref. a 1/74	12 000	771 521	
31-VI-74	Dep. Ref. a 2/74	12 000	783 521	
31-VII-74	Juros e C.M. Ref. a 3/74 TC	2 828	786 349	
31-VIII-74	Dep. Ref. a 4/74	12 000	798 349	
31-IX-74	Dep. Ref. a 5/74	12 000	810 349	
31-X-74	Juros e C.M. Ref. a 6/74 TC	2 828	813 177	
31-XI-74	Dep. Ref. a 7/74	12 000	825 177	
31-XII-74	Dep. Ref. a 8/74	12 000	837 177	
31-I-75	Juros e C.M. Ref. a 9/74 TC	2 828	840 005	
31-II-75	Dep. Ref. a 10/74	12 000	852 005	
31-III-75	Dep. Ref. a 11/74	12 000	864 005	
31-IV-75	Juros e C.M. Ref. a 12/74 TC	2 828	866 833	
31-V-75	Dep. Ref. a 1/75	12 000	878 833	
31-VI-75	Dep. Ref. a 2/75	12 000	890 833	
31-VII-75	Juros e C.M. Ref. a 3/75 TC	2 828	893 661	
31-VIII-75	Dep. Ref. a 4/75	12 000	905 661	
31-IX-75	Dep. Ref. a 5/75	12 000	917 661	
31-X-75	Juros e C.M. Ref. a 6/75 TC	2 828	920 489	
31-XI-75	Dep. Ref. a 7/75	12 000	932 489	
31-XII-75	Dep. Ref. a 8/75	12 000	944 489	
31-I-76	Juros e C.M. Ref. a 9/75 TC	2 828	947 317	
31-II-76	Dep. Ref. a 10/75	12 000	959 317	
31-III-76	Dep. Ref. a 11/75	12 000	971 317	
31-IV-76	Juros e C.M. Ref. a 12/75 TC	2 828	974 145	
31-V-76	Dep. Ref. a 1/76	12 000	986 145	
31-VI-76	Dep. Ref. a 2/76	12 000	998 145	
31-VII-76	Juros e C.M. Ref. a 3/76 TC	2 828	1000 973	
31-VIII-76	Dep. Ref. a 4/76	12 000	1012 973	
31-IX-76	Dep. Ref. a 5/76	12 000	1024 973	
31-X-76	Juros e C.M. Ref. a 6/76 TC	2 828	1027 801	
31-XI-76	Dep. Ref. a 7/76	12 000	1039 801	
31-XII-76	Dep. Ref. a 8/76	12 000	1051 801	
31-I-77	Juros e C.M. Ref. a 9/76 TC	2 828	1054 629	
31-II-77	Dep. Ref. a 10/76	12 000	1066 629	
31-III-77	Dep. Ref. a 11/76	12 000	1078 629	
31-IV-77	Juros e C.M. Ref. a 12/76 TC	2 828	1081 457	
31-V-77	Dep. Ref. a 1/77	12 000	1093 457	
31-VI-77	Dep. Ref. a 2/77	12 000	1105 457	
31-VII-77	Juros e C.M. Ref. a 3/77 TC	2 828	1108 285	
31-VIII-77	Dep. Ref. a 4/77	12 000	1120 285	
31-IX-77	Dep. Ref. a 5/77	12 000	1132 285	
31-X-77	Juros e C.M. Ref. a 6/77 TC	2 828	1135 113	
31-XI-77	Dep. Ref. a 7/77	12 000	1147 113	
31-XII-77	Dep. Ref. a 8/77	12 000	1159 113	
31-I-78	Juros e C.M. Ref. a 9/77 TC	2 828	1161 941	
31-II-78	Dep. Ref. a 10/77	12 000	1173 941	
31-III-78	Dep. Ref. a 11/77	12 000	1185 941	
31-IV-78	Juros e C.M. Ref. a 12/77 TC	2 828	1188 769	
31-V-78	Dep. Ref. a 1/78	12 000	1200 769	
31-VI-78	Dep. Ref. a 2/78	12 000	1212 769	
31-VII-78	Juros e C.M. Ref. a 3/78 TC	2 828	1215 597	
31-VIII-78	Dep. Ref. a 4/78	12 000	1227 597	
31-IX-78	Dep. Ref. a 5/78	12 000	1239 597	
31-X-78	Juros e C.M. Ref. a 6/78 TC	2 828	1242 425	
31-XI-78	Dep. Ref. a 7/78	12 000	1254 425	
31-XII-78	Dep. Ref. a 8/78	12 000	1266 425	
31-I-79	Juros e C.M. Ref. a 9/78 TC	2 828	1269 253	
31-II-79	Dep. Ref. a 10/78	12 000	1281 253	
31-III-79	Dep. Ref. a 11/78	12 000	1293 253	
31-IV-79	Juros e C.M. Ref. a 12/78 TC	2 828	1296 081	
31-V-79	Dep. Ref. a 1/79	12 000	1308 081	
31-VI-79	Dep. Ref. a 2/79	12 000	1320 081	
31-VII-79	Juros e C.M. Ref. a 3/79 TC	2 828	1322 909	
31-VIII-79	Dep. Ref. a 4/79	12 000	1334 909	
31-IX-79	Dep. Ref. a 5/79	12 000	1346 909	
31-X-79	Juros e C.M. Ref. a 6/79 TC	2 828	1349 737	
31-XI-79	Dep. Ref. a 7/79	12 000	1361 737	
31-XII-79	Dep. Ref. a 8/79	12 000	1373 737	
31-I-80	Juros e C.M. Ref. a 9/79 TC	2 828	1376 565	
31-II-80	Dep. Ref. a 10/79	12 000	1388 565	
31-III-80	Dep. Ref. a 11/79	12 000	1400 565	
31-IV-80	Juros e C.M. Ref. a 12/79 TC	2 828	1403 393	
31-V-80	Dep. Ref. a 1/80	12 000	1415 393	
31-VI-80	Dep. Ref. a 2/80	12 000	1427 393	
31-VII-80	Juros e C.M. Ref. a 3/80 TC	2 828	1430 221	
31-VIII-80	Dep. Ref. a 4/80	12 000		

A CONSTITUIÇÃO COMO FICOU APÓS PASSAR NO CONGRESSO

O Congresso Nacional, invocando a proteção de Deus, decreta e promulga a seguinte

CONSTITUIÇÃO DO BRASIL

TÍTULO I

Da Organização Nacional

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1.º — O Brasil é uma República Federativa, constituída, sob o regime representativo, pela União Indivisível dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 1.º — Todo poder emana do povo e em seu nome é exercido.

§ 2.º — São símbolos nacionais a bandeira e o hino vigentes na data da promulgação desta Constituição e outros estabelecidos em lei.

§ 3.º — Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão ter símbolos próprios.

Art. 2.º — O Distrito Federal é a Capital do Brasil.

Art. 3.º — A criação de novos Estados e Territórios, assim como a alteração das respectivas áreas, dependerá de lei complementar.

Art. 4.º — Incluem-se entre os bens da União:

I — a porção de terras devolutas indispensável à defesa nacional ou essencial ao seu desenvolvimento econômico;

II — os lagos e quaisquer correntes de água, em terrenos de seu domínio ou que banhem mais de um Estado, que sirvam de limite com outros países ou se estendam a território estrangeiro, as ilhas oceânicas, assim como as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países;

III — a plataforma submarina;

IV — as terras ocupadas pelos silvícolas;

V — as que atualmente lhe pertencem.

Art. 5.º — Incluem-se entre os bens dos Estados os lagos e rios em terrenos de seu domínio e os que têm nascentes e foz no território estadual, as ilhas fluviais e lacustres e as terras devolutas não compreendidas no artigo anterior.

Art. 6.º — São Poderes da União, independentes e harmônicos, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Parágrafo único — Salvo as exceções previstas nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições; o cidadão investido na função de um deles não poderá exercer a de outro.

Art. 7.º — Os conflitos internacionais deverão ser resolvidos por negociações diretas, arbitragem e outros meios pacíficos, com a cooperação dos organismos internacionais de que o Brasil participe.

Parágrafo único — É vedada a guerra de conquista.

CAPÍTULO II

Da Competência da União

Art. 8.º — Compete à União:

I — manter relações com Estados estrangeiros e com eles celebrar tratados e convenções; participar de organizações internacionais;

II — declarar guerra e fazer a paz;

III — decretar o estado de sítio;

IV — organizar as forças armadas; planejar e garantir a segurança nacional;

V — permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;

VI — autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico;

VII — organizar e manter a polícia federal com a finalidade de prover:

a) as atividades de polícia marítima, aérea e de fronteiras;

b) a repressão, no tráfico de entorpecentes;

c) a apuração de infrações penais contra a segurança nacional, a ordem política e social, ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União, assim como de outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

d) a censura de diversas públicas;

VIII — emitir moeda;

IX — fiscalizar as operações de crédito, capitalização e de seguros;

X — estabelecer o plano nacional de viação;

XI — manter o serviço postal e o Correio Aéreo Nacional;

XII — organizar a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações;

XIII — estabelecer e executar planos regionais de desenvolvimento;

XIV — estabelecer planos nacionais de educação e de saúde;

XV — explorar, diretamente ou mediante autorização ou concessão:

a) os serviços de telecomunicações;

b) os serviços e instalações de energia elétrica de qualquer origem ou natureza;

c) a navegação aérea;

d) as vias de transporte entre portos marítimos e fronteiras nacionais ou que transponham os limites de um Estado ou Território;

XVI — conceder anistia;

XVII — legislar sobre:

a) a execução da Constituição e dos serviços federais;

b) direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, aéreo, marítimo e do trabalho;

c) normas gerais de direito financeiro, de seguro e previdência social; de defesa e proteção da saúde; de regime penitenciário;

d) produção e consumo;

e) registros públicos e juntas comerciais;

f) desapropriação;

g) requisições civis e militares em tempo de guerra;

h) jazidas, minas e outros recursos minerais, metalurgia, florestas, caça e pesca;

i) águas, energia elétrica e telecomunicações;

j) sistema monetário e de medidas; título e garantia dos metais;

k) política de crédito; câmbio, comércio exterior e interestadual; transferência de valores para fora do País;

l) regime dos portos e da navegação de cabotagem, fluvial e lacustre;

m) tráfego e trânsito nas vias terrestres;

n) nacionalidade, cidadania e naturalização; incorporação dos silvícolas à comunidade nacional;

o) emigração e imigração; entrada, extradição e expulsão de estrangeiros;

p) diretrizes e bases da educação nacional; normas gerais sobre desportos;

r) condições de capacidade para o exercício das profissões liberais e técnicas;

s) uso dos símbolos nacionais;

t) organização administrativa e judiciária do Distrito Federal e dos Territórios;

u) sistemas estatístico e cartográfico nacionais;

v) organização, efetivos, instrução, justiça e garantias das polícias militares e condições gerais de sua convocação, inclusive mobilização.

§ 1.º — A União poderá celebrar convênios com os Estados para a execução, por funcionários estaduais, de suas leis, serviços ou decisões.

§ 2.º — A competência da União não exclui a dos Estados para legislar supletivamente sobre as matérias das letras e, d, e, n, q e v do item XVII, respeitadas a lei federal.

Art. 9.º — A União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios é vedado:

I — criar distinções entre brasileiros ou preferências em favor de uns contra outros Estados ou Municípios;

II — estabelecer cultos religiosos ou igrejas; subvencioná-las; embaraçar-lhes o exercício; ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada a colaboração de interesse público, notadamente nos setores educacional, assistencial e hospitalar;

III — recusar fé aos documentos públicos.

Art. 10.º — A União não intervirá nos Estados, salvo para:

I — manter a integridade nacional;

II — repelir invasão estrangeira ou a de um Estado em outro;

III — por termo a grave perturbação da ordem, ou ameaça de sua ruptura;

IV — garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes estaduais;

V — reorganizar as finanças do Estado que:

a) responder o pagamento de sua dívida fundada, por mais de dois anos consecutivos, salvo por motivo de força maior;

b) deixar de entregar aos Municípios as quotas tributárias a eles destinadas;

c) adotar medidas ou executar planos econômicos ou financeiros que contrariem as diretrizes estabelecidas pela União através de lei;

VI — prover à execução de lei federal, ordem ou decisão judiciária;

VII — assegurar a observância dos seguintes princípios:

a) forma republicana representativa;

b) temporariedade dos mandatos eletivos, limitada a duração destes à dos mandatos federais correspondentes;

c) proibição de reeleição de governadores e de prefeitos para o período imediato;

d) independência e harmonia dos Poderes;

e) garantias do Poder Judiciário;

f) autonomia municipal;

g) prestação de contas da administração.

Art. 11.º — Compete ao Presidente da República decretar a intervenção.

§ 1.º — A decretação da intervenção dependerá:

a) no caso do n.º IV do Art. 10, de solicitação do Poder Legislativo ou do Executivo ou do impedimento, ou de requisição do Supremo Tribunal Federal, se a ação for exercida contra o Poder Judiciário;

b) no caso do n.º VI do Art. 10, de requisição do Supremo Tribunal Federal, ou do Tribunal Superior Eleitoral, conforme a matéria, ressalvado o disposto na letra e deste parágrafo;

c) do provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, nos casos do item VII, assim como no do item VI, antes da decretação da intervenção.

§ 2.º — Nos casos dos itens VI e VII do Art. 10, o decreto do Presidente da República limitará-se a suspender a execução do ato impugnado, se essa medida tiver eficácia.

Art. 12.º — O decreto de intervenção, que será submetido à apreciação do Congresso Nacional, dentro de cinco dias, especificará:

I — a sua amplitude, duração e condições de execução;

II — a nomeação do Interventor.

§ 1.º — Caso não esteja funcionando, o Congresso Nacional será convocado extraordinariamente, dentro do mesmo prazo de cinco dias, para apreciar o ato do Presidente da República.

§ 2.º — No caso do § 2.º do artigo anterior, fica dispensada a apreciação do decreto do Presidente da República pelo Congresso Nacional, se a suspensão do ato tiver produzido os seus efeitos.

§ 3.º — Cessados os motivos que houverem determinado a intervenção, voltará aos seus cargos, salvo impedimento legal, as autoridades deles afastadas.

CAPÍTULO III

Da Competência dos Estados e Municípios

Art. 13.º — Os Estados se organizam e se regem pelas Constituições e pelas leis que adotarem, respeitadas, dentro dos princípios estabelecidos nesta Constituição, as seguintes:

I — os mencionados no Art. 10, número VII;

II — a forma de investidura nos cargos eletivos;

III — o processo legislativo;

IV — a elaboração orçamentária e a fiscalização orçamentária e financeira, inclusive a aplicação dos recursos recebidos da União e atribuídos aos Municípios;

V — as normas relativas aos funcionários públicos;

VI — proibição de pagar a deputados estaduais mais de dois terços dos subsídios atribuídos aos deputados federais;

VII — a emissão de títulos da dívida pública fora dos limites estabelecidos por lei federal.

§ 1.º — Cabem aos Estados todos os poderes não conferidos por esta Constituição à União ou aos Municípios.

§ 2.º — A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado far-se-á por sufrágio universal e voto direto e secreto.

§ 3.º — Para a execução, por funcionários federais ou municipais, de suas leis, serviços ou decisões, os Estados poderão celebrar convênios com a União ou os Municípios.

§ 4.º — As polícias militares, instituídas para a manutenção da ordem e segurança interna nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, e os corpos de bombeiros militares são considerados forças auxiliares, reserva do Exército.

§ 5.º — Não será concedido, pela União, auxílio a Estado ou Município, sem a prévia entrega, ao órgão federal competente, do plano de aplicação dos respectivos créditos. A prestação de contas, pelo Governador ou Prefeito, será feita

na nos prazos e na forma da lei e precedida de publicação no Jornal oficial do Estado.

Art. 14.º — Lei complementar estabelecerá os requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia às populações locais, para a criação de novos Municípios.

Art. 15.º — A criação de Municípios, bem como sua divisão em distritos, dependerá de lei estadual. A organização municipal poderá variar, tendo-se em vista as peculiaridades locais.

Art. 16.º — A autonomia municipal será assegurada:

I — pela eleição direta de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, realizada simultaneamente em todo o País, dois anos antes das eleições gerais para Governador, Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas;

II — pela administração própria, no que concerne ao seu peculiar interesse, especialmente quanto:

a) à decretação e arrecadação dos tributos de sua competência e à aplicação de suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balanços nos prazos fixados em lei estadual;

b) à organização dos serviços públicos locais.

§ 1.º — Serão nomeados pelo Governador, com prévia aprovação:

a) da Assembleia Legislativa, os Prefeitos das Capitais dos Estados e dos Municípios considerados estâncias hidro-minerais em lei estadual;

b) do Presidente da República, os Prefeitos dos Municípios declarados de interesse da segurança nacional, por lei de iniciativa do Poder Executivo.

§ 2.º — Somente terão remuneração os Vereadores das capitais e dos Municípios de população superior a cem mil habitantes, dentro dos limites e critérios fixados em lei complementar.

§ 3.º — A intervenção nos Municípios será regulada na Constituição do Estado, não podendo ocorrer:

a) quando se verificar impotência de pagamento de empréstimo garantido pelo Estado;

b) se deixarem de pagar, por dois anos consecutivos, dívida fundada;

c) quando a administração municipal não prestar contas a que esteja obrigada na forma da lei estadual.

§ 4.º — Os Municípios poderão celebrar convênios para a realização de obras ou exploração de serviços públicos de interesse comum, cuja execução ficará dependendo de aprovação das respectivas Câmaras Municipais.

§ 5.º — O número de Vereadores será, no máximo, de vinte e um, guardando-se proporcionalidade com o eleitorado do Município.

CAPÍTULO IV

Do Distrito Federal e dos Territórios

Art. 17.º — A lei disporá sobre a organização administrativa e judiciária do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 1.º — Caberá ao Senado discutir e votar projetos de lei sobre matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração do Distrito Federal.

§ 2.º — O Prefeito do Distrito Federal e os Governadores dos Territórios serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado.

§ 3.º — Caberá ao Governador do Território a nomeação dos Prefeitos Municipais.

CAPÍTULO V

Do Sistema Tributário

Art. 18.º — O sistema tributário nacional compõe-se de impostos, taxas, contribuições de melhoria e é regido pelo disposto neste Capítulo, em leis complementares, em resoluções do Senado e, nos limites das respectivas competências, em leis federais, estaduais e municipais.

Art. 19.º — Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, arrecadar:

I — os impostos previstos nesta Constituição;

II — taxas pelo exercício regular do poder de polícia ou pela utilização de serviços públicos de sua atribuição, específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;

III — contribuição de melhoria dos proprietários de imóveis valorizados pelas obras públicas que os beneficiaram.

§ 1.º — Lei complementar estabelecerá normas gerais de direito tributário, disporá sobre os conflitos de competência tributária entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e regulará as limitações constitucionais do poder tributário.

§ 2.º — Para cobrança das taxas não se poderá tomar como base de cálculo a que tenha servido para a incidência dos impostos.

§ 3.º — A lei fixará os critérios, os limites e a forma de cobrança da contribuição de melhoria a ser exigida sobre cada imóvel, sendo que o total da sua arrecadação não poderá exceder o custo da obra pública que lhe der causa.

§ 4.º — Somente a União, nos casos excepcionais definidos em lei complementar, poderá instituir empréstimo compulsório.

§ 5.º — Competem ao Distrito Federal e aos Estados não divididos em Municípios, cumulativamente, os impostos atribuídos aos Estados e Municípios; e à União, nos Territórios Federais, os impostos atribuídos aos Estados e, se o Território não for dividido em Municípios, os impostos municipais.

§ 6.º — A União poderá, desde que não tenham base de cálculo e fato gerador identificados nos impostos previstos nesta Constituição, instituir outros além daqueles a que se referem os arts. 22 e 23 e que não se contenham na competência tributária privativa dos Estados, do Distrito Federal e Municípios, assim como transferir-lhes o exercício da competência residual em relação a determinados impostos, cuja incidência seja definida em lei federal.

§ 7.º — Mediante convênio, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão delegar, aos seus órgãos, atribuições de administração tributária, e coordenar ou unificar serviços de fiscalização e arrecadação de tributos.

§ 8.º — A União, os Estados e os Municípios criarão incentivos fiscais à industrialização dos produtos do solo e do subsolo, realizada no imóvel de origem.

Art. 20.º — É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I — instituir ou aumentar tributo sem que a lei o estabeleça, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

II — estabelecer limitações ao tráfego, no território nacional, de pessoas ou mercadorias, por meio de tributos inter-

restaduais ou intermunicipais, exceto o pedágio para atender ao custo de vias de transporte;

III — criar imposto sobre:

a) o patrimônio, a renda ou os serviços uns dos outros;

b) templos de qualquer culto;

c) o patrimônio, a renda ou os serviços de partidos políticos e de instituições de educação ou de assistência social, observados os requisitos fixados em lei;

d) o livro, os jornais e os periódicos, assim como o papel destinado à sua impressão.

§ 1.º — O disposto na letra a do n.º III é extensivo às autarquias, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais, ou delas decorrentes; não se estendendo, porém, aos serviços públicos concedidos, cujo tratamento tributário é estabelecido pelo poder concedente no que se refere aos tributos de sua competência, observado o disposto no parágrafo seguinte.

§ 2.º — A União, mediante lei complementar, atendendo a relevante interesse social ou econômico-nacional, poderá conceder isenções de impostos federais, estaduais e municipais.

Art. 21.º — É vedado:

I — à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional, ou que importe distinção ou preferência em relação a determinado Estado ou Município;

II — à União tributar a renda das obrigações da dívida pública estadual ou municipal e os proventos dos agentes dos Estados e Municípios, em níveis superiores aos que fixar para as suas próprias obrigações e para os proventos dos seus próprios agentes;

III — aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens de qualquer natureza, em razão da sua procedência ou do seu destino.

§ 1.º — Compete à União decretar impostos sobre:

I — importação de produtos estrangeiros;

II — exportação, para o estrangeiro, de produtos nacionais ou nacionalizados;

III — propriedade territorial rural;

IV — rendas e proventos de qualquer natureza, salvo ajuda de custo e diárias pagas pelos coíres públicos;

V — produtos industrializados;

VI — operações de crédito, câmbio, seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;

VII — serviços de transporte e comunicações, salvo os de natureza estritamente municipal;

VIII — produção, importação, circulação, distribuição ou consumo de lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos;

IX — produção, importação, distribuição ou consumo de energia elétrica;

X — extração, circulação, distribuição ou consumo de minerais do País.

§ 1.º — O imposto territorial, de que trata o item III, não incidirá sobre terras rurais de área não excedente a vinte e cinco hectares, quando as cultivar, só ou com sua família, o proprietário que não possua outro imóvel.

§ 2.º — É facultado ao Poder Executivo, nas condições e nos limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas ou as bases de cálculo dos impostos a que se referem os n.ºs I, II e VI, a fim de ajustá-los aos objetivos da política cambial e de comércio exterior, ou de política monetária.

§ 3.º — A lei poderá destinar a receita dos impostos referidos nos itens II e VI à formação de reservas monetárias.

§ 4.º — O imposto sobre produto industrializado será seletivo, em função da essencialidade dos produtos, e não cumulativo, abatendo-se, em cada operação, o montante cobrado nas anteriores.

§ 5.º — Os impostos a que se referem os n.ºs VIII, IX e X incidem, uma só vez, sobre uma dentre as operações ali previstas e excluem quaisquer outros tributos, sejam quais forem a sua natureza e competência, relativos às mesmas operações.

§ 6.º — O disposto no parágrafo anterior não inclui, todavia, a incidência, dentro dos critérios e limites fixados em lei federal, do imposto sobre a circulação de mercadorias na operação de distribuição, ao consumidor final, dos lubrificantes e combustíveis líquidos utilizados por veículos rodoviários, cuja receita seja aplicada exclusivamente em investimentos rodoviários.

Art. 23.º — Compete à União, na incidência ou no caso de guerra externa, instituir, temporariamente, impostos extraordinários com caráter de contribuição, cuja competência tributária, que serão atribuídos gradativamente, cessadas as causas que determinaram a cobrança.

Art. 24.º — Compete aos Estados e ao Distrito Federal decretar impostos sobre:

I — transmissão, a qualquer título, de bens imóveis por natureza e acesso física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como sobre direitos à aquisição de imóveis;

II — operações relativas à circulação de mercadorias, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos, na forma do Artigo 22, § 6.º, realizadas por produtores, industriais e comerciantes.

§ 1.º — Pertence ao produto da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza que, de acordo com a lei federal, são obrigados a reter como fontes pagadoras de rendimentos do trabalho e dos títulos da sua dívida pública.

§ 2.º — O imposto a que se refere o n.º I compete ao Estado da situação do imóvel; ainda que a transmissão resulte de sucessão aberta no estrangeiro, sua alíquota não excederá dos limites fixados em resolução do Senado Federal, nos termos do disposto na lei, e o seu montante será dedutível do imposto cobrado pela União sobre a renda auferida na transmissão.

§ 3.º — O imposto a que se refere o n.º I não incide sobre a transmissão de pessoas jurídicas nem sobre a fusão, incorporação, extinção ou redução do capital de pessoas jurídicas, salvo se estas tiverem por atividade preponderante o comércio desses bens ou direitos, ou a locação de imóveis.

A CONSTITUIÇÃO

II — proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

SEÇÃO III

Do Senado Federal

Art. 43 — O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados, eleitos pelo voto direto e secreto, segundo o princípio majoritário.

§ 1.º — Cada Estado elegerá três senadores, com mandato de oito anos, renovando-se a representação, de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e por dois terços.

§ 2.º — Cada Senador será eleito com seu suplente.

Art. 44 — Compete privativamente ao Senado Federal:

I — julgar o Presidente da República nos crimes de responsabilidade e os Ministros de Estado, havendo conexão; II — processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal e o Procurador-Geral da República, nos crimes de responsabilidade.

Parágrafo único — Nos casos previstos neste artigo funcionarão como Presidente do Senado o do Supremo Tribunal Federal; somente por dois terços de votos poderá ser proferida a sentença condenatória, e a pena limitar-se-á à perda do cargo com inabilitação, por cinco anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo de ação da justiça ordinária.

Art. 45 — Compete, ainda, privativamente, ao Senado:

I — aprovar, previamente, por voto secreto, a escolha de magistrados, membros do Conselho de Estado, do Procurador-Geral da República, dos Ministros do Tribunal de Contas, do Prefeito do Distrito Federal, dos Governadores dos Territórios, dos Chefes de Missão Diplomática e de caráter permanente e, quando determinado em lei, a de outros servidores; II — autorizar empréstimos, operações ou acordos externos, de qualquer natureza, nos Estados, Distrito Federal e Municípios;

III — legislar sobre o Distrito Federal, na forma do Art. 17, § 1.º, e, com o auxílio do respectivo Tribunal de Contas, não exercer as atribuições mencionadas no Art. 71;

IV — suspender a execução, no todo ou em parte, de lei ou decreto, declarando a inconstitucionalidade por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;

V — expedir resoluções.

SEÇÃO IV

Das Atribuições do Poder Legislativo

Art. 46 — Ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, cabe dispor, mediante lei, sobre todas as matérias de competência da União, especialmente:

I — os tributos, a arrecadação e a distribuição de rendas;

II — o orçamento; a abertura e as operações de crédito; a dívida pública; as emissões de curso forçado;

III — planos e programas nacionais, regionais e orçamentários plurianuais;

IV — a criação e extinção de cargos públicos e fixação dos respectivos vencimentos;

V — a fixação das forças armadas para o tempo de paz;

VI — os limites do território nacional; o espaço aéreo; os bens do domínio da União;

VII — a transferência temporária da sede do Governo da União;

VIII — a concessão de anistia.

Art. 47 — É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I — resolver definitivamente sobre os tratados celebrados pelo Presidente da República;

II — autorizar o Presidente da República a declarar guerra e a fazer a paz; a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente nos casos previstos em lei complementar;

III — autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País;

IV — aprovar ou suspender a intervenção federal ou o estado de sítio;

V — aprovar a incorporação ou desmembramento de áreas de Estados ou de Territórios;

VI — mudar temporariamente a sua sede;

VII — fixar, de uma para a outra legislatura, a ajuda de custo dos membros do Congresso Nacional, assim como os subsídios destes e os do Presidente e Vice-Presidente da República;

VIII — julgar as contas do Presidente da República.

Parágrafo único — O Poder Executivo enviará ao Congresso Nacional, até quinze dias após sua assinatura, os tratados celebrados pelo Presidente da República.

Art. 48 — A lei regulará o processo de fiscalização, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, dos atos do Poder Executivo e da administração descentralizada.

SEÇÃO V

Do Processo Legislativo

Art. 49 — O processo legislativo compreende a elaboração de:

I — emendas à Constituição;

II — leis complementares da Constituição;

III — leis ordinárias;

IV — leis delegadas;

V — decretos-leis;

VI — decretos legislativos;

VII — resoluções.

Art. 50 — A Constituição poderá ser emendada por proposta:

I — de membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II — do Presidente da República;

III — de Assembleias Legislativas dos Estados.

§ 1.º — Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a Federação ou a República.

§ 2.º — A Constituição não poderá ser emendada na vigência do estado de sítio.

§ 3.º — A proposta, quando apresentada à Câmara dos Deputados ou ao Senado Federal, deverá ter a assinatura da quarta parte de seus membros.

§ 4.º — Será apresentada ao Senado Federal a proposta aceita por mais de metade das Assembleias Legislativas dos Estados, manifestando-se cada uma delas pela maioria dos seus membros.

Art. 51 — Em qualquer dos casos do artigo 50, itens I, II e III, a proposta será discutida e votada em reunião do Congresso Nacional, dentro de sessenta dias a contar do seu recebimento ou apresentação, em duas sessões, consecutivas, aprovada quando obtiver em ambas as votações a maioria absoluta dos votos dos membros das duas Casas do Congresso.

Art. 52 — A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

Art. 53 — As leis complementares da Constituição serão votadas por maioria absoluta dos membros das duas Casas do Congresso Nacional, observados os demais termos da votação das leis ordinárias.

Art. 54 — O Presidente da República poderá enviar ao Congresso Nacional projetos de lei sobre qualquer matéria, os quais, se assim o solicitar, deverão ser apreciados dentro de quarenta e cinco dias, a contar do seu recebimento na Câmara dos Deputados, e de igual prazo no Senado Federal.

§ 1.º — Esgotados esses prazos, sem deliberação, serão os projetos considerados como aprovados.

§ 2.º — A apreciação das emendas do Senado Federal pela Câmara dos Deputados far-se-á no prazo de dez dias, findo o qual serão tidas como aprovadas.

§ 3.º — Se o Presidente da República julgar urgente a medida, poderá solicitar que a apreciação do projeto se faça em quarenta dias em sessão conjunta do Congresso Nacional, na forma prevista neste artigo.

§ 4.º — Os prazos fixados neste artigo não correm nos períodos de recesso do Congresso Nacional.

§ 5.º — O disposto neste artigo não é aplicável à tramitação dos projetos de codificação, ainda que de iniciativa do Presidente da República.

Art. 55 — As leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República, com a aprovação do Congresso Nacional, em qualquer de suas Casas.

Parágrafo único — Não poderão ser objeto de delegação os atos da competência exclusiva do Congresso Nacional, bem assim as da competência privativa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal e a legislação sobre:

I — a organização dos juízes e tribunais e as garantias da magistratura;

II — a nacionalidade, a cidadania, os direitos políticos, o direito eleitoral, o direito civil e o direito penal;

III — o sistema monetário e o de medidas.

Art. 56 — No caso de delegação a comissão especial, regulada no regimento do Congresso Nacional, o projeto aprovado será enviado a sanção, salvo se, no prazo de dez dias da sua publicação, a maioria dos membros da Comissão ou um quinto da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal requerer a sua votação pelo Plenário.

Art. 57 — A delegação ao Presidente da República terá a forma de resolução do Congresso Nacional, cuja especificação e os termos para o seu exercício.

Parágrafo único — Se a resolução determinar a aprovação do projeto pelo Congresso Nacional, esta será em votação única, vedada qualquer emenda.

Art. 58 — O Presidente da República, em casos de urgência ou de interesse público relevante, e desde que não resulte aumento de despesa, poderá expedir decretos com força de lei sobre as seguintes matérias:

I — segurança nacional;

II — finanças públicas;

Parágrafo único — Publicado o texto, que terá vigência imediata, o Congresso Nacional o aprovará ou rejeitará, dentro de sessenta dias, não podendo emendá-lo; se, nesse prazo, não houver deliberação, o texto será tido como aprovado.

Art. 59 — A iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, ao Presidente da República, e aos Tribunais Federais com jurisdição em todo o território nacional.

Parágrafo único — A discussão e votação dos projetos de iniciativa do Presidente da República começarão na Câmara dos Deputados, salvo o disposto no § 3.º do Art. 54.

Art. 60 — É da competência exclusiva do Presidente da República a iniciativa das leis que:

a) dispõem sobre matéria financeira;

b) criem cargos, funções ou empregos públicos ou aumentem vencimentos ou a despesa pública;

c) fixem ou modifiquem os efetivos das forças armadas;

IV — disponham sobre a administração do Distrito Federal e dos Territórios.

Parágrafo único — Não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista;

a) nos projetos oriundos da competência exclusiva do Presidente da República;

b) naquelas relativas à organização dos serviços administrativos da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e dos Tribunais Federais.

Art. 61 — O projeto de lei aprovado por uma Câmara será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação.

§ 1.º — Se a Câmara revisora o aprovar, o projeto será enviado a sanção ou a promulgação; se o emendar, volverá à Casa iniciadora, para que aprecie a emenda; se o rejeitar, será arquivado.

§ 2.º — O projeto de lei, que receber parecer contrário quanto ao mérito de todas as Comissões, será tido como rejeitado.

§ 3.º — As matérias constantes dos projetos de lei, rejeitados ou não sancionados, somente poderão constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Câmaras.

Art. 62 — Nos casos do Art. 46, a Câmara na qual se concluiu a votação enviará o projeto ao Presidente da República, que, aguescendo, o sancionará.

§ 1.º — Se o Presidente da República julgar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á, total ou parcialmente, dentro de dez dias úteis, contados da data em que o receber, e comunicará dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal, os motivos do veto. Se a sanção for negada quando estiver finda a sessão legislativa o Presidente da República publicará o veto. O veto parcial deve abranger o texto do artigo, parágrafo, inciso, item, número ou alínea.

§ 2.º — Decorrido o decêndio, o silêncio do Presidente da República importará em sanção.

§ 3.º — Comunicado o veto ao Presidente do Senado Federal, este convocará as duas Câmaras para, em sessão conjunta, dele conhecerem, considerando-se aprovado o projeto que obtiver o voto de dois terços dos deputados e senadores presentes, em escrutínio secreto. Neste caso, será o projeto enviado, para promulgação, ao Presidente da República.

§ 4.º — Se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Presidente da República, nos casos do § 1.º e § 2.º, o Poder Legislativo não o fizer em igual prazo, fá-lo-á o Vice-Presidente do Senado Federal.

§ 5.º — Nos casos do art. 47, realizada a votação final, a lei será promulgada pelo Presidente do Senado Federal.

SEÇÃO VI

Do Orçamento

Art. 63 — A despesa pública obedecerá à lei orçamentária anual, que não conterá dispositivo estranho à fixação da despesa e à previsão da receita. Não se incluem na proibição:

I — a autorização para abertura de créditos suplementares e operações de crédito por antecipação da receita;

II — a aplicação do saldo e o modo de cobrir o déficit se houver.

Parágrafo único — As despesas de capital obedecerão ainda a orçamentos plurianuais de investimento, na forma prevista em lei complementar.

Art. 64 — A lei federal disporá sobre o exercício financeiro, a elaboração e a organização dos orçamentos públicos.

§ 1.º — São vedados, nas leis orçamentárias ou na sua execução:

a) o estorno de verbas;

b) a concessão de créditos limitados;

c) a abertura de crédito especial ou suplementar sem prévia autorização legislativa e sem indicação da receita correspondente;

d) a realização, por qualquer dos Poderes, de despesas que excedam as verbas votadas pelo Legislativo, salvo as autorizadas em crédito extraordinário.

§ 2.º — A abertura de crédito extraordinário somente será admitida em caso de necessidade imprevista, como guerra, subversão interna ou calamidade pública.

Art. 65 — O orçamento anual dividirá-se em corrente e de capital e compreenderá obrigatoriamente as despesas e receitas relativas a todos os Poderes, órgãos e fundos, tanto da administração direta quanto da indireta, excluídas apenas as entidades que não recebem subvenções ou transferências à conta do orçamento.

§ 1.º — A inclusão, no orçamento anual, da despesa e receita dos órgãos da administração indireta será feita em dotações globais e não lhes prejudicará a autonomia na gestão dos seus recursos, nos termos da legislação específica.

§ 2.º — A previsão da receita abrangerá todas as rendas e suprimentos de fundos, inclusive o produto de operações de crédito.

§ 3.º — Ressalvados os impostos únicos e as disposições desta Constituição, e de leis complementares, nenhum tributo será a sua arrecadação vinculada a determinado órgão, fundo ou despesa. A lei poderá, todavia, instituir tributos cuja arrecadação constitua receita do orçamento, desde que, recada sua aplicação no qual o de despesas e receitas.

§ 4.º — Nenhum projeto, programa, obra ou despesa, cuja execução se prolongue além de um exercício financeiro, poderá ter verba consignada no orçamento anual, nem ser iniciado ou contratado, sem prévia inclusão no orçamento plurianual de investimento, ou sem prévia lei que o autorize e fixe o montante das verbas que anualmente constarão do orçamento, durante todo o prazo de sua execução.

§ 5.º — Os créditos especiais e extraordinários não poderão ter vigência além do exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses do exercício financeiro, quando poderão vigor até o término do exercício subsequente.

§ 6.º — O orçamento consignará dotações plurianuais para a execução dos planos de valorização das regiões menos desenvolvidas do País.

Art. 66 — O montante da despesa autorizada, da emenda exercida financeira não poderá ser superior ao total das receitas estimadas para o mesmo período.

§ 1.º — O disposto neste artigo não se aplica:

a) nos limites e pelo prazo fixados em resolução do Senado Federal, por proposta do Presidente da República, em execução de política corretiva de recessão econômica;

b) as despesas que, nos termos desta Constituição, podem correr à conta de créditos extras;

§ 2.º — Conjuntamente com a proposta de orçamento anual ou de lei que ele crie ou aumente a despesa, o Poder Executivo submeterá ao Poder Legislativo as modificações na legislação da receita, necessárias para que o total da despesa autorizada não exceda a prevista.

§ 3.º — Se no curso do exercício financeiro a execução orçamentária demonstrar a probabilidade de déficit superior a dez por cento do total da receita estimada, o Poder Executivo deverá propor ao Poder Legislativo as medidas necessárias para restabelecer o equilíbrio orçamentário.

§ 4.º — A despesa de pessoal da União, Estados ou Municípios não poderá exceder de cinquenta por cento das respectivas receitas correntes.

Art. 67 — É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio, ou de qualquer modo autorizem, criem ou aumentem a despesa pública.

§ 1.º — Não será objeto de deliberação emendas de que decorra aumento da despesa global ou de cada órgão, projeto ou programa, ou as que visem a modificar o seu montante, natureza e objetivo.

§ 2.º — Os projetos de lei referidos neste artigo somente sofrerão emendas nas comissões do Poder Legislativo. Será final o pronunciamento das comissões sobre emendas, salvo se um terço dos membros da Câmara respectiva pedir ao seu Presidente a votação em plenário, sem discussão, de emenda aprovada ou rejeitada nas comissões.

§ 3.º — Ao Poder Executivo será facultado enviar mensagem a qualquer das Casas do Legislativo, em que esteja tramitando o Projeto de Orçamento, propondo a sua retificação, desde que não esteja concluída a votação do subnexo a ser alterado.

Art. 68 — O projeto de lei orçamentária anual será enviado pelo Presidente da República à Câmara dos Deputados até cinco meses antes do início do exercício financeiro seguinte; se, dentro do prazo de quatro meses, a contar de seu recebimento, o Poder Legislativo não o devolver para sanção, será promulgado como lei.

§ 1.º — A Câmara dos Deputados deverá concluir a votação do projeto de lei orçamentária dentro de sessenta dias, findo esse prazo, se não concluída a votação, o projeto será imediatamente remetido ao Senado Federal, em sua redação primitiva e com as emendas aprovadas.

§ 2.º — O Senado Federal se pronunciará sobre o projeto de lei orçamentária dentro de trinta dias, findo esse prazo não concluída a revisão, voltará o

projeto à Câmara dos Deputados com as emendas aprovadas, e, se não as houver, irá à sanção.

§ 3.º — Dentro do prazo de vinte dias, a Câmara dos Deputados deliberará sobre as emendas oferecidas pelo Senado Federal. Findo esse prazo, sem deliberação, as emendas serão tidas como aprovadas e o projeto enviado a sanção.

§ 4.º — Aplicam-se ao projeto de lei orçamentária, no que não contrarie o disposto nesta Seção, as demais regras constitucionais da elaboração legislativa.

Art. 69 — As operações de crédito por antecipação da receita autorizada no orçamento anual não poderão exceder a quarta parte da receita total estimada para o exercício financeiro, e serão obrigatoriamente liquidadas até trinta dias depois do encerramento deste.

§ 1.º — A lei que autorizar operação de crédito, a ser liquidada em exercício financeiro subsequente, fixará desde logo os dotativos a serem incluídos no orçamento anual, para os respectivos serviços de juros, amortização e resgate.

§ 2.º — Por proposta do Presidente da República, o Senado Federal, mediante resolução, poderá:

a) fixar limites globais para o montante da dívida consolidada dos Estados e Municípios;

b) estabelecer e alterar limites de prazos, mínimo e máximo, taxas de juros e demais condições das obrigações emitidas pelos Estados e Municípios;

c) proibir ou limitar temporariamente a emissão e o lançamento de obrigações, de qualquer natureza, dos Estados e Municípios.

Art. 70 — O numerário correspondente às dotações constantes dos suborçamentos orçamentários da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e dos Tribunais Federais com jurisdição em todo o território nacional será entregue no início de cada trimestre, em cotas correspondentes a três duodécimos.

Parágrafo único — Os créditos adicionais autorizados por lei, em favor dos órgãos autônomos deste artigo, terão o mesmo processamento, devendo a entrega do numerário efetuar-se, no máximo, quinze dias após a sanção ou promulgação.

SEÇÃO VII

Da Fiscalização Financeira e Orçamentária

Art. 71 — A fiscalização financeira e orçamentária da União será exercida pelo Congresso Nacional através de controle externo, e dos sistemas de controle interno do Poder Executivo, instituídos por lei.

§ 1.º — O controle externo do Congresso Nacional será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas e compreenderá a apreciação das contas do Presidente da República, o desempenho das funções de auditoria financeira e orçamentária, e o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

§ 2.º — O Tribunal de Contas dará parecer prévio, em sessenta dias, sobre as contas que o Presidente da República prestar anualmente. Não sendo estas enviadas dentro do prazo, o fato será comunicado ao Congresso Nacional, para os fins de direito, devendo o Tribunal, em qualquer caso, apresentar minucioso relatório do exercício financeiro encerrado.

§ 3.º — A auditoria financeira e orçamentária será exercida sobre as contas das unidades administrativas por três Poderes da União, que, para esse fim, deverão remeter demonstrações contábeis ao Tribunal de Contas, a quem caberá realizar as inspeções que considerar necessárias.

§ 4.º — O julgamento da regularidade das contas dos administradores e demais responsáveis será baseado em levantamentos contábeis, certificados de auditoria e pronunciamentos das autoridades administrativas, sem prejuízo das inspeções referidas no parágrafo anterior.

§ 5.º — As normas de fiscalização financeira e orçamentária estabelecidas nesta seção aplicam-se às autarquias.

Art. 72 — O Poder Executivo manterá sistema de controle interno, visando a:

I — clarificar condições indispensáveis para eficácia do controle externo e para assegurar regularidade à realização da receita e da despesa;

II — acompanhar a execução de programas de trabalho e do orçamento;

III — avaliar os resultados alcançados pelos administradores e verificar a execução dos contratos.

Art. 73 — O Tribunal de Contas tem sede na Capital da União e jurisdição em todo o território nacional.

§ 1.º — O Tribunal exercerá, no que couber, as atribuições previstas no art. 119, e terá quadro próprio para o seu pessoal.

§ 2.º — A lei disporá sobre a organização do Tribunal, podendo dividi-lo em Câmaras e criar delegações ou órgãos destinados à auxiliar no exercício das suas funções e na descentralização dos seus trabalhos.

§ 3.º — Os Ministros do Tribunal de Contas serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, dentre brasileiros, maiores de trinta e cinco anos, de idoneidade moral e notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros ou de administração pública, e terão as mesmas garantias, prerrogativas, vencimentos e impedimentos dos ministros do Tribunal Federal de Recursos.

§ 4.º — No exercício de suas atribuições de controle da administração financeira e orçamentária, o Tribunal representará ao Poder Executivo e ao Congresso Nacional sobre irregularidades e abusos por ele verificados.

§ 5.º — O Tribunal de Contas, de ofício ou mediante provocação do Ministério Público ou das Auditorias Financeiras e Orçamentárias e demais órgãos auxiliares, se verificar a ilegalidade de qualquer despesa, inclusive as decorrentes de contratos, aposentadorias, reformas e pensões, deverá:

a) assinar prazo razoável para que o órgão da administração pública adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei;

b) no caso do não-atendimento, sustar a execução do ato, exceto em relação aos contratos;

c) na hipótese de contrato, solicitar ao Congresso Nacional que determine a medida prevista na alínea anterior, ou, outras que julgar necessárias ao resguardo dos objetivos legais.

§ 6.º — O Congresso Nacional deliberará sobre a solicitação de que cogita a alínea e do parágrafo anterior, no prazo de trinta dias, findo o qual, sem pronunciamento do Poder Legislativo, será considerada insubsistente a impugnação.

§ 7.º — O Presidente da República poderá ordenar a execução do ato a que se refere a alínea b do § 5.º, ad referendum do Congresso Nacional.

§ 8.º — O Tribunal de Contas julgará da legalidade das concessões iniciais de

aposentadorias, reformas e pensões. Independentemente de sua decisão as melhorias posteriores.

CAPÍTULO VII

Do Poder Executivo

Seção I

Do Presidente e do Vice-Presidente da República

Art. 74 — O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado.

Art. 75 — São condições de elegibilidade para Presidente e Vice-Presidente:

I — ser brasileiro nato;

II — estar no exercício dos direitos políticos;

III — ser maior de trinta e cinco anos.

Art. 76 — O Presidente será eleito pelo sufrágio de um colégio eleitoral, em sessão pública e mediante votação nominal.

§ 1.º — O colégio eleitoral será composto dos membros do Congresso Nacional e de delegados indicados pelas Assembleias Legislativas dos Estados.

§ 2.º — Cada Assembleia indicará três delegados e mais um por quinhentos mil eleitores inscritos no Estado, não podendo nenhuma representação ter menos de quatro delegados.

§ 3.º — A composição e o funcionamento do colégio eleitoral serão regulados em lei complementar.

Art. 77 — O colégio eleitoral reunirá-se na sede do Congresso Nacional, a 15 de janeiro do ano em que se findar o mandato presidencial.

§ 1.º — Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver maioria absoluta de votos do colégio eleitoral.

§ 2.

A CONSTITUIÇÃO

de autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista, não terá direito de militar da ativa aos vencimentos e vantagens do seu posto, assegurada a opção.

§ 6.º — Aplica-se aos militares o disposto nos §§ 1.º, 2.º e 3.º do art. 100, bem como aos da reserva e reformados ainda o previsto no § 3.º, do art. 96.

§ 7.º — A lei estabelecerá os limites de idade e outras condições para a transferência dos militares à inatividade.

§ 8.º — A carreira de oficial do Exército, da Marinha de Guerra e da Aeronáutica Militar é privativa dos brasileiros natos.

SEÇÃO VII

Dos Funcionários Públicos

Art. 95 — Os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros, preenchidos os requisitos que a lei estabelecer.

§ 1.º — A nomeação para cargo público exige aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 2.º — Prescinde de concurso a nomeação para cargos em comissão, declarados em lei, de livre nomeação e exoneração.

Art. 96 — Não se admitirá vinculação ou equiparação de qualquer natureza para o efeito de remuneração do pessoal do serviço público.

Art. 97 — É vedada a acumulação remunerada, exceto:

- I — a de juiz e um cargo de professor;
- II — a de dois cargos de professor;
- III — a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
- IV — a de dois cargos privativos do médico.

§ 1.º — Em qualquer dos casos, a acumulação somente é permitida quando haja correlação de matérias e compatibilidade de horários.

§ 2.º — A proibição de acumular se estende a cargos, funções ou empregos em autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista.

§ 3.º — A proibição de acumular proventos não se aplica aos aposentados, quanto ao exercício de mandato eletivo, cargo em comissão ou no contrato para prestação de serviços técnicos ou especializados.

Art. 98 — São vitalícios os magistrados e os Ministros do Tribunal de Contas.

Art. 99 — São estáveis, após dois anos, os funcionários, quando nomeados por concurso.

§ 1.º — ninguém pode ser efetivado ou adquirir estabilidade, como funcionário, se não prestar concurso público.

§ 2.º — Extinto o cargo, o funcionário estável ficará em disponibilidade remunerada, com vencimentos integrais, até o seu obrigatório aproveitamento em cargo equivalente.

Art. 100 — O funcionário será aposentado:

- I — por invalidez;
- II — compulsoriamente, aos setenta anos de idade;
- III — voluntariamente, após trinta e cinco anos de serviço.

§ 1.º — No caso do número III, o prazo é reduzido a trinta anos, para as mulheres.

§ 2.º — Atendendo a natureza especial do serviço, a lei federal poderá reduzir os limites de idade e de tempo de serviço, nunca inferiores a sessenta e cinco e vinte e cinco anos, respectivamente, para a aposentadoria compulsória e a facultativa, com as vantagens do item I, do art. 100.

Art. 101 — Os proventos da aposentadoria serão:

- I — integrais, quando o funcionário: a) contar trinta e cinco anos de serviço, se do masculino;
- b) ou trinta anos de serviço, se do feminino;
- II — invalidar-se por acidente ocorrido em serviço, por moléstia profissional, ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei;

§ 1.º — O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

§ 2.º — Os proventos da inatividade serão revisados sempre que, por motivo de alteração do poder aquisitivo da moeda, se modificarem os vencimentos dos funcionários em atividade.

§ 3.º — Ressalvado o disposto no parágrafo anterior, em caso nenhum os proventos da inatividade poderão exceder a remuneração percebida em atividade.

Art. 102 — Enquanto durar o mandato, o funcionário público ficará afastado do exercício do cargo e só por antiguidade poderá ser promovido, contanto-se-lhe o tempo de serviço apenas para essa promoção e para a aposentadoria.

§ 1.º — Os impedimentos constantes deste artigo somente vigorarão quando os mandatos eletivos forem federais ou estaduais.

§ 2.º — A lei poderá estabelecer outros impedimentos para o funcionário candidato, diplomado, ou em exercício de mandato eletivo.

Art. 103 — A demissão somente será aplicada ao funcionário:

- I — vitalício, em virtude de sentença judicial;
- II — estável, na hipótese do número anterior, ou mediante processo administrativo, em que se lhe tenha assegurado ampla defesa.

Parágrafo único — Invalidez por sentença de demissão de funcionário, será reintegrado e quem lhe ocupava o lugar será exonerado, ou, se ocupava outro cargo, a este será reconduzido, sem direito a indenização.

Art. 104 — Aplica-se a legislação trabalhista aos servidores admitidos temporariamente, para obras, ou contratados para funções de natureza técnica ou especializada.

Art. 105 — As pessoas jurídicas de direito público respondem pelos danos que os seus funcionários, nessa qualidade, causarem a terceiros.

Parágrafo único — Caberá ação regressiva contra o funcionário responsável, nos casos de culpa ou dolo.

Art. 106 — Aplica-se aos funcionários os Poderes Legislativo e Judiciário, assim como aos dos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios, o disposto na Seção, inclusive, no que couber, os sistemas de classificação e níveis de vencimento dos cargos do serviço civil do respectivo Poder Executivo, ficando-lhes, outrossim, vedada a vinculação ou equiparação de qualquer natureza para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

§ 1.º — Os Tribunais federais e estaduais, assim como o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, as Assembléias Legislativas Estaduais e as Câmaras Municipais somente poderão admitir servidores, mediante concurso público de provas, ou provas e títulos, após a criação dos

cargos respectivos, através de leis ou resolução aprovadas pela maioria absoluta dos membros das Casas legislativas competentes.

§ 2.º — As leis ou resoluções a que se refere o parágrafo anterior serão votadas em dois turnos, com intervalo mínimo de quarenta e oito horas entre eles.

§ 3.º — Somente serão admitidas emendas, que aumentem de qualquer forma as despesas ou o número de cargos previstos, em projeto de lei ou resolução, que obtenham a assinatura de um terço, no mínimo dos membros de qualquer das Casas legislativas.

CAPÍTULO VIII

Do Poder Judiciário

SEÇÃO I

Disposições Preliminares

Art. 107 — O Poder Judiciário da União é exercido pelos seguintes órgãos:

- I — Supremo Tribunal Federal;
- II — Tribunal Federal de Recursos e Juizes Federais;
- III — Tribunais e Juizes militares;
- IV — Tribunais e Juizes eleitorais;
- V — Tribunais e Juizes do Trabalho.

Art. 108 — Salvo as restrições expressas nesta Constituição, gozarão os Juizes das garantias seguintes:

- I — vitaliciedade, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial;
- II — inamovibilidade, exceto por motivo de interesse público, na forma do § 2.º;
- III — irredutibilidade de vencimentos, sujeitos, entretanto, aos impostos gerais.

§ 1.º — A aposentadoria será compulsória aos setenta anos de idade ou por invalidez comprovada, e facultativa antes trinta anos de serviço público, em todos esses casos com os vencimentos integrais.

§ 2.º — O Tribunal competente poderá, por motivo de interesse público, em escrutínio secreto, pelo voto de dois terços dos Juizes efetivos, determinar a remoção ou a disponibilidade do Juiz da categoria inferior, assegurando-lhe a defesa. Os tribunais poderão proceder da mesma forma, em relação a seus Juizes.

Art. 109 — É vedado ao Juiz, sob pena de perda do cargo judicial:

- I — exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo um cargo de magistrado e nos casos previstos nesta Constituição;
- II — receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, percentagens nos processos sujeitos a seu despacho e julgamento;
- III — exercer atividade político-partidária.

Art. 110 — Compete aos Tribunais:

- I — eleger seus Presidentes e demais órgãos de direção;
- II — elaborar seus regulamentos internos e organizar os serviços auxiliares, providendo-lhes os cargos na forma da lei; propor (Art. 59) ao Poder Legislativo a criação ou a extinção de cargos e a fixação dos respectivos vencimentos;
- III — conceder licença e férias, nos termos da lei, aos seus membros e aos Juizes e serventários que lhes forem imediatamente subordinados.

Art. 111 — Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros poderão os Tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato de poder público.

Art. 112 — Os pagamentos devidos pela Fazenda federal, estadual ou municipal, em virtude de sentença, far-se-ão na ordem de apresentação dos precatórios e a conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos extra-orçamentários abertos para esse fim.

§ 1.º — É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento dos seus débitos constantes de precatórios judiciais, apresentados até primeiro de julho.

§ 2.º — As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados ao Poder Judiciário, recolhendo-se as importâncias respectivas à repartição competente. Cabe ao Presidente do Tribunal, que proferir a decisão executada, determinar o pagamento, segundo as possibilidades do depósito, e autorizar a requisição do credor preferido no seu direito de preferência, e depois de ouvido o chefe do Ministério Público, o crédito de quantia necessária à satisfação do débito.

SEÇÃO II

Do Supremo Tribunal Federal

Art. 113 — O Supremo Tribunal Federal, com sede na Capital da União e jurisdição em todo o território nacional, compõe-se de dezesseis Ministros.

§ 1.º — Os Ministros serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, dentre brasileiros natos, maiores de trinta e cinco anos, de notório saber jurídico e reputação ilibada.

§ 2.º — Os Ministros serão, nos crimes de responsabilidade, processados e julgados pelo Senado Federal.

Art. 114 — Compete ao Supremo Tribunal Federal:

- I — processar e julgar originariamente: a) nos crimes comuns, o Presidente da República, os seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República;
- b) nos crimes comuns e de responsabilidade, os Ministros de Estado, ressalvado o disposto no final do art. 68 os Juizes Federais, os Juizes do Trabalho e os Membros dos Tribunais Superiores da União, dos Tribunais Regionais do Trabalho, dos Tribunais de Justiça dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, os Ministros dos Tribunais de Contas da União, dos Estados e do Distrito Federal, e os Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente;
- c) os litígios entre Estados estrangeiros ou organismos internacionais e a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
- d) as causas e conflitos entre a União e os Estados, ou Territórios, ou entre uns e outros;
- e) os conflitos de jurisdição entre Juizes ou tribunais federais de categorias diversas; entre quaisquer Juizes ou tribunais federais e os dos Estados; entre os Juizes federais subordinados a tribunais diferentes; entre Juizes ou tribunais de Estados diversos, inclusive os do Distrito Federal e Territórios;
- f) os conflitos de atribuições entre autoridade administrativa e judiciária da União ou entre autoridade judiciária de um Estado e a administrativa de outro, ou do Distrito Federal e dos Territórios, ou entre estes e as da União;
- g) a extradição requerida por Estados estrangeiros e a homologação das sentenças estrangeiras;
- h) o habeas corpus, quando o coator ou paciente for tribunal, funcionário ou autoridade cujos atos estejam diretamente

Art. 115 — Compete ao Supremo Tribunal Federal:

- I — processar e julgar originariamente: a) nos crimes comuns, o Presidente da República, os seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República;
- b) nos crimes comuns e de responsabilidade, os Ministros de Estado, ressalvado o disposto no final do art. 68 os Juizes Federais, os Juizes do Trabalho e os Membros dos Tribunais Superiores da União, dos Tribunais Regionais do Trabalho, dos Tribunais de Justiça dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, os Ministros dos Tribunais de Contas da União, dos Estados e do Distrito Federal, e os Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente;
- c) os litígios entre Estados estrangeiros ou organismos internacionais e a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
- d) as causas e conflitos entre a União e os Estados, ou Territórios, ou entre uns e outros;
- e) os conflitos de jurisdição entre Juizes ou tribunais federais de categorias diversas; entre quaisquer Juizes ou tribunais federais e os dos Estados; entre os Juizes federais subordinados a tribunais diferentes; entre Juizes ou tribunais de Estados diversos, inclusive os do Distrito Federal e Territórios;
- f) os conflitos de atribuições entre autoridade administrativa e judiciária da União ou entre autoridade judiciária de um Estado e a administrativa de outro, ou do Distrito Federal e dos Territórios, ou entre estes e as da União;
- g) a extradição requerida por Estados estrangeiros e a homologação das sentenças estrangeiras;
- h) o habeas corpus, quando o coator ou paciente for tribunal, funcionário ou autoridade cujos atos estejam diretamente

Art. 116 — Compete ao Supremo Tribunal Federal:

- I — processar e julgar originariamente: a) nos crimes comuns, o Presidente da República, os seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República;
- b) nos crimes comuns e de responsabilidade, os Ministros de Estado, ressalvado o disposto no final do art. 68 os Juizes Federais, os Juizes do Trabalho e os Membros dos Tribunais Superiores da União, dos Tribunais Regionais do Trabalho, dos Tribunais de Justiça dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, os Ministros dos Tribunais de Contas da União, dos Estados e do Distrito Federal, e os Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente;
- c) os litígios entre Estados estrangeiros ou organismos internacionais e a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
- d) as causas e conflitos entre a União e os Estados, ou Territórios, ou entre uns e outros;
- e) os conflitos de jurisdição entre Juizes ou tribunais federais de categorias diversas; entre quaisquer Juizes ou tribunais federais e os dos Estados; entre os Juizes federais subordinados a tribunais diferentes; entre Juizes ou tribunais de Estados diversos, inclusive os do Distrito Federal e Territórios;
- f) os conflitos de atribuições entre autoridade administrativa e judiciária da União ou entre autoridade judiciária de um Estado e a administrativa de outro, ou do Distrito Federal e dos Territórios, ou entre estes e as da União;
- g) a extradição requerida por Estados estrangeiros e a homologação das sentenças estrangeiras;
- h) o habeas corpus, quando o coator ou paciente for tribunal, funcionário ou autoridade cujos atos estejam diretamente

Art. 117 — Compete aos Tribunais Federais de Recursos:

- I — processar e julgar originariamente: a) as revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados;
- b) os mandados de segurança contra ato de Ministro de Estado, do Presidente do próprio Tribunal, ou de suas turmas, do responsável pela direção geral da polícia federal, ou de juiz federal;
- c) os habeas corpus, quando a autoridade coatora for Ministro de Estado, ou responsável pela direção geral da polícia federal, ou juiz federal;
- d) os conflitos de jurisdição entre Juizes federais subordinados ao mesmo tribunal ou entre suas turmas;
- II — julgar, em grau de recurso, as causas decididas pelos Juizes federais.

Parágrafo único — A lei poderá estabelecer a competência originária dos Tribunais Federais de Recursos para a anulação de atos administrativos de natureza tributária.

SEÇÃO III

Dos Tribunais Federais de Recursos

Art. 116 — O Tribunal Federal de Recursos compõe-se de treze Ministros vitalícios nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, sendo oito entre Magistrados e cinco entre advogados e membros do Ministério Público, todos com os requisitos do art. 113, § 1.º

§ 1.º — A Lei Complementar poderá criar mais dois Tribunais Federais de Recursos, um no Estado de Pernambuco e outro no Estado de São Paulo, fixando-lhes a jurisdição e menor número de Ministros, cuja escolha se fará com o mesmo critério mencionado neste artigo.

§ 2.º — É privativo do Tribunal Federal de Recursos, com sede na Capital da União, o julgamento de mandado de segurança contra ato de Ministro de Estado.

§ 3.º — Os Tribunais Federais de Recursos funcionarão em plenário ou em turmas.

Art. 117 — Compete aos Tribunais Federais de Recursos:

- I — processar e julgar originariamente: a) as revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados;
- b) os mandados de segurança contra ato de Ministro de Estado, do Presidente do próprio Tribunal, ou de suas turmas, do responsável pela direção geral da polícia federal, ou de juiz federal;
- c) os habeas corpus, quando a autoridade coatora for Ministro de Estado, ou responsável pela direção geral da polícia federal, ou juiz federal;
- d) os conflitos de jurisdição entre Juizes federais subordinados ao mesmo tribunal ou entre suas turmas;
- II — julgar, em grau de recurso, as causas decididas pelos Juizes federais.

Parágrafo único — A lei poderá estabelecer a competência originária dos Tribunais Federais de Recursos para a anulação de atos administrativos de natureza tributária.

SEÇÃO IV

Dos Juizes Federais

Art. 118 — Os Juizes federais serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros, maiores de trinta anos, de cultura e idoneidade moral, mediante concurso de títulos e provas, organizado pelo Tribunal Federal de Recursos, conforme a respectiva jurisdição.

§ 1.º — Cada Estado ou Território, assim como o Distrito Federal, constituirá uma seção judiciária, que terá por sede a respectiva Capital. Lei complementar poderá criar novas seções.

§ 2.º — A lei fixará o número de Juizes de cada seção e regulará o provimento dos cargos de Juizes substitutos, serventários e funcionários da Justiça.

Art. 119 — Aos Juizes federais compete processar e julgar, em primeira instância:

- I — as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal for interessada na condição de autora, ré, assistente ou oponente, exceto nas de falência e as sujeitas à Justiça Eleitoral, à Militar ou à do Trabalho, conforme determinação legal;
- II — as causas entre Estado estrangeiro, ou organismo internacional, e pessoa domiciliada ou residente no Brasil;
- III — as causas fundadas em tratado ou em contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional;
- IV — os crimes políticos e os praticados em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral;
- V — os crimes previstos em tratado ou convenção internacional e os cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar;
- VI — os crimes contra a organização do trabalho, ou decorrentes de greve;
- VII — os habeas corpus em matéria criminal de sua competência, ou quando o constrangimento provier de autoridade, cujos atos não estejam diretamente sujeitos a outra jurisdição;
- VIII — os mandados de segurança contra ato de autoridade federal, executados os casos de competência do Su-

premo Tribunal Federal ou dos Tribunais Federais de Recursos;

IX — as questões de direito marítimo e de navegação, inclusive a aérea;

X — os crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro; a execução das cartas rogatórias, após o esgotar, e das sentenças estrangeiras, após a homologação; as causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização.

§ 1.º — As causas em que a União for autora serão aforadas na Capital do Estado ou Território em que tiver domicílio a outra parte. As intentadas contra a União poderão ser aforadas na Capital do Estado ou Território em que for domiciliado o autor; na Capital do Estado em que se verificar o ato ou fato que deu origem à demanda ou esteja situada a coisa; ou ainda no Distrito Federal.

§ 2.º — As causas propostas perante outros Juizes, se a União nelas intervir, com assistência ou oponente, passarão a ser da competência do Juiz federal respectivo.

§ 3.º — A lei poderá permitir que a ação fiscal seja proposta noutro foro, e atribuir ao Ministério Público estadual a representação judicial da União.

SEÇÃO V

Dos Tribunais e Juizes Militares

Art. 120 — São órgãos da Justiça Militar o Superior Tribunal Militar e os Tribunais e Juizes inferiores instituídos por lei.

Art. 121 — O Superior Tribunal Militar compor-se-á de quinze Ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, sendo quatro entre oficiais-generais da ativa do Exército, três entre oficiais-generais da reserva da Marinha de Guerra, três entre oficiais-generais da ativa da Aeronáutica Militar e cinco entre civis.

§ 1.º — Os Ministros civis serão brasileiros natos, maiores de trinta e cinco anos de idade, livremente escolhidos pelo Presidente da República, sendo:

- a) três de notório saber jurídico e idoneidade moral, com prática forense de mais de dez anos;
- b) dois auditores e membros do Ministério Público da Justiça Militar, de comprovado saber jurídico.

§ 2.º — Os Ministros militares e togados do Superior Tribunal Militar terão vencimentos iguais aos dos ministros dos Tribunais Federais de Recursos.

Art. 122 — A Justiça Militar compete processar e julgar, nos crimes militares definidos em lei, os militares e as pessoas que lhes são semelhantes.

§ 1.º — Esse foro especial poderá estender-se aos civis, nos casos expressos em lei para repressão de crimes contra a segurança nacional ou as instituições militares, com recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal.

§ 2.º — Compete originariamente ao Superior Tribunal Militar processar e julgar os Governadores de Estado e seus Secretários, nos crimes referidos no § 1.º.

§ 3.º — A lei regulará a aplicação das penas da legislação militar em tempo de guerra.

SEÇÃO VI

Dos Tribunais e Juizes Eleitorais

Art. 123 — Os órgãos da Justiça Eleitoral são os seguintes:

- I — Tribunal Superior Eleitoral;
- II — Tribunais Regionais Eleitorais;
- III — Juizes Eleitorais;
- IV — Juntas Eleitorais.

Parágrafo único — Os Juizes dos Tribunais Eleitorais, salvo motivo justificado, servirão obrigatoriamente, no mínimo, por dois anos, e nunca por mais de dois biênios consecutivos; os substitutos serão escolhidos na mesma ocasião e pelo mesmo processo, em número igual para cada categoria.

Art. 124 — O Tribunal Superior Eleitoral, com sede na Capital da União, compor-se-á:

- I — mediante eleição, pelo voto secreto: a) de dois Juizes, entre os Ministros do Supremo Tribunal Federal;
- b) de dois Juizes, entre os membros do Tribunal Federal de Recursos da Capital da República;
- II — por nomeação do Presidente da República, de dois entre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.

Parágrafo único — O Tribunal Superior Eleitoral elegerá Presidente um dos dois Ministros do Supremo Tribunal Federal, cabendo ao outro a Vice-Presidência.

Art. 125 — Haverá um Tribunal Regional Eleitoral na Capital de cada Estado e no Distrito Federal.

Art. 126 — Os Tribunais Regionais Eleitorais compor-se-ão:

- I — mediante eleição, pelo voto secreto: a) de dois Juizes dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça;
- b) de dois Juizes, dentre Juizes de direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça;
- II — de juiz federal e, havendo mais de um, que for escolhido pelo Tribunal de Justiça.

III — por nomeação do Presidente da República, de dois dentre seis cidadãos de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça.

§ 1.º — O Tribunal Regional Eleitoral elegerá Presidente um dos dois desembargadores do Tribunal de Justiça, cabendo ao outro a Vice-Presidência.

§ 2.º — O número dos Juizes dos Tribunais Regionais Eleitorais é irredutível, mas poderá ser elevado, por lei, mediante proposta do Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 127 — A lei disporá sobre a organização das Juntas eleitorais que serão presididas por juiz de direito e nomeados seus membros pelo Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, depois de aprovação desta.

Art. 128 — Compete aos Juizes de direito exercer as funções plenas de Juizes eleitorais, podendo eles outorgar a outros Juizes funções não decisorias.

Art. 129 — Os Juizes e membros dos tribunais e Juntas eleitorais, no exercício de suas funções, e no que lhes for aplicável, gozarão de plenas garantias e serão inamovíveis.

Art. 130 — A lei estabelecerá a competência dos Juizes e Tribunais Eleitorais, incluindo-se entre as suas atribuições:

- I — o registro e a cassação de registro dos partidos políticos, assim como a fiscalização das suas finanças;
- II — a divisão eleitoral do país;
- III — o alistamento eleitoral;
- IV — a fixação das datas das eleições, quando não determinada por disposição constitucional ou legal;
- V — o processamento e apuração das eleições, e a expedição dos diplomas;

VI — a decisão das arguições de inelegibilidade;

VII — o processo e julgamento dos crimes eleitorais e os conexos, e, bem assim, o de habeas corpus e mandado de segurança em matéria eleitoral;

VIII — o julgamento de reclamações relativas a obrigações impostas por lei aos partidos políticos.

Art. 131 — Das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais somente caberá recurso para o Tribunal Superior Eleitoral, quando:

- I — proferidas contra expressa disposição de lei;
- II — ocorrer divergência na interpretação de lei entre dois ou mais tribunais eleitorais;
- III — versarem a inelegibilidade, ou expedição de diploma nas eleições federais e estaduais;
- IV — denegarem habeas corpus ou mandado de segurança.

Art. 132 — São irrecorríveis as decisões do Tribunal Superior Eleitoral, salvo as que contrariarem esta Constituição, as denegatórias de habeas corpus e mandado de segurança, das quais caberá recurso para o Supremo Tribunal Federal.

SEÇÃO VII

Dos Juizes e Tribunais do Trabalho

Art. 133 — Os órgãos da Justiça do Trabalho são os seguintes:

- I — Tribunal Superior do Trabalho;
- II — Tribunais Regionais do Trabalho;
- III — Juntas de Conciliação e Julgamento.

§ 1.º — O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de dezesseis Juizes, com a denominação de ministros, sendo:

- a) onze togados e vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal; sete entre magistrados da Justiça do Trabalho; dois entre advogados no efetivo exercício da profissão; e dois entre membros do Ministério Público da Justiça do Trabalho, todos com os requisitos do art. 113, § 1.º;
- b) seis classistas e temporários, em representação paritária dos empregadores e dos trabalhadores, nomeados pelo Presidente da República, de conformidade com o que a lei dispuser.

§ 2.º — A lei fixará o número dos Tribunais Regionais do Trabalho e respectivas sedes e instituirá as Juntas de Conciliação e Julgamento, podendo, nas comarcas onde elas não forem instituídas, atribuir sua jurisdição aos Juizes de Direito.

§ 3.º — Poderão ser criados por lei outros órgãos da Justiça do Trabalho.

§ 4.º — A lei, observando o disposto no § 1.º, disporá sobre a constituição, investidura, jurisdição, competência, garantias e condições de exercício dos órgãos da Justiça do Trabalho, assegurada a paridade de representação de empregadores e trabalhadores.

§ 5.º — Os Tribunais Regionais do Trabalho serão compostos de dois terços de Juizes togados vitalícios e um terço de Juizes classistas temporários, assegurada, entre os Juizes togados, a participação de advogados e membros do Ministério Público da Justiça do Trabalho nas proporções estabelecidas na alínea a do § 1.º.

Art. 134 — Compete à Justiça do Trabalho conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre empregados e empregadores e as demais controvérsias oriundas de relações de trabalho regidas por lei especial.

§ 1.º — A lei especificará as hipóteses em que as decisões, nos dissídios coletivos, poderão estabelecer normas e condições de trabalho.

A CONSTITUIÇÃO

b) por motivo de condenação criminal, enquanto durarem seus efeitos;
II — perdem-se:
a) nos casos do art. 141;
b) pela recusa, baseada em convicção religiosa, filosófica ou política, à prestação de encargo ou serviço impostos aos brasileiros em geral;

c) pela aceitação de título nobiliário ou condecoração estrangeira que importe restrição de direito de cidadania ou dever para com o Estado brasileiro.

§ 1.º — Nos casos do n.º II deste artigo, a perda de direitos políticos determina a perda de mandato eletivo, cargo ou função pública; e a suspensão dos mesmos direitos, nos casos previstos neste artigo, acarreta a suspensão de mandato eletivo, cargo ou função pública, enquanto perdurarem as causas que a determinaram.

§ 2.º — A suspensão ou perda dos direitos políticos será decretada pelo Presidente da República, nos casos do art. 141, I e II, e do n.º II, b e c, deste artigo, e, nos demais, por decisão judicial, assegurando-se sempre ao paciente ampla defesa.

Art. 145 — São inelegíveis os inalistáveis.

Parágrafo único — Os militares alistáveis são elegíveis, atendidas as seguintes condições:

a) o militar que tiver menos de cinco anos de serviço, não se candidatará a cargo eletivo, excluído do serviço ativo;
b) o militar em atividade, com cinco ou mais anos de serviço, ao se candidatar a cargo eletivo será afastado, temporariamente, do serviço ativo, e agregado para tratar de interesse particular;
c) o militar não excluído, se eleito, será, no ato da diplomação, transferido para a reserva ou reformado, nos termos da lei.

Art. 146 — São também inelegíveis:

I — Para Presidente e Vice-Presidente da República:
a) o Presidente que tenha exercido o cargo, por qualquer tempo, no período imediatamente anterior, ou quem, dentro dos seis meses anteriores ao pleito, lhe haja sucedido ou o tenha substituído;

b) até seis meses depois de afastados definitivamente das suas funções, os Ministros de Estado, Governadores, Intervenientes Federais, Ministros do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral da República, Comandantes do Exército, Chefes de Estado-Maior da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, Prefeitos, Juizes, Membros do Ministério Público Eleitoral, Chefes da Casa Militar da Presidência da República, os Secretários de Estado, o responsável pela direção geral da Polícia Federal e os Chefes de Polícia, os Presidentes, Diretores e Superintendentes de sociedades de economia mista, autarquias e empresas públicas federais;

II — para Governador e Vice-Governador:

a) em cada Estado, o Governador que haja exercido o cargo por qualquer tempo, no período imediatamente anterior, quem lhe haja sucedido ou, dentro dos seis meses anteriores ao pleito, o tenha substituído; o interventor federal que tenha exercido as funções por qualquer tempo, no período imediatamente anterior;

b) até um ano depois de afastados definitivamente das funções, o Presidente da República e os que hajam assumido a Presidência;

c) até seis meses depois de cessadas definitivamente as suas funções, os que forem inelegíveis para Presidente da República, salvo os mencionados nas alíneas a e b deste número; e ainda os Chefes dos Gabinetes Civil e Militar da Presidência da República e os Governadores de outros Estados;

d) em cada Estado, até seis meses depois de cessadas definitivamente as suas funções, os comandantes de região, zona aérea, distrito naval, guarnição militar e polícia militar, Secretários de Estado, Chefes dos Gabinetes Civil e Militar de Governador, Chefes de Polícia, prefeitos municipais, magistrados federais e estaduais, chefes do Ministério Público, presidentes, superintendentes e diretores de bancos da União, dos Estados ou dos Municípios, sociedades de economia mista, autarquias e empresas públicas estaduais, assim como dirigentes de órgãos e de serviços da União ou de Estado, qualquer que seja a natureza jurídica de sua organização, que executem obras ou apliquem recursos públicos;

e) quem, à data da eleição, não contar, nos quatro anos anteriores, pelo menos dois anos de domicílio eleitoral no Estado;

III — para prefeito e vice-prefeito:
a) quem houver exercido o cargo de prefeito, por qualquer tempo, no período imediatamente anterior, e quem lhe tenha sucedido ou, dentro dos seis meses anteriores ao pleito, o haja substituído;

b) até seis meses depois de cessadas definitivamente suas funções, as pessoas mencionadas no item II e as autoridades policiais e militares com jurisdição no Município ou no Território;

c) quem, à data da eleição, não contar pelo menos dois anos de domicílio eleitoral no Estado durante os últimos quatro anos, no Município, pelo menos um ano, nos últimos dois anos.

IV — para a Câmara dos Deputados e o Senado Federal:

a) as autoridades mencionadas nos itens I, II e III, nas mesmas condições e nos mesmos prazos, as pessoas mencionadas no item II e as autoridades policiais e militares com jurisdição no Município ou no Território;

b) quem, durante os últimos quatro anos anteriores à data da eleição, não contar, pelo menos, dois anos de domicílio eleitoral no Estado ou Território.

V — para as Assembleias Legislativas:

a) as autoridades referidas nos itens I, II e III, até quatro meses depois de cessadas definitivamente as suas funções;

b) quem não contar, pelo menos, dois anos de domicílio eleitoral no Estado.

Parágrafo único — Os preceitos deste artigo aplicam-se aos titulares, efetivos ou interinos, dos cargos mencionados.

Art. 147 — São ainda inelegíveis, nas mesmas condições do artigo anterior, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, ou por adoção:

I — do Presidente e do Vice-Presidente da República, ou do substituto que tenha assumido a Presidência, para:
a) Presidente e Vice-Presidente;

b) governador;
c) deputado ou senador, salvo se já tiverem exercido o mandato eletivo pelo mesmo Estado;

II — do Governador ou Interventor Federal em cada Estado, para:
a) governador;

b) deputado ou senador;
c) de prefeito, para:
a) governador;

b) prefeito.

Art. 148 — A lei complementar poderá

estabelecer outros casos de inelegibilidade visando à preservação:
I — do regime democrático;
II — da probidade administrativa;
III — da normalidade e legitimidade das eleições, contra o abuso do poder econômico e do exercício dos cargos ou funções públicas.

CAPÍTULO III

Dos Partidos Políticos

Art. 149 — A organização, o funcionamento e a extinção dos partidos políticos serão regulados em lei federal, observados os seguintes princípios:

I — regime representativo e democrático, baseado na pluralidade de partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem;

II — personalidade jurídica, mediante registro dos estatutos;

III — atuação permanente, dentro de programa aprovado pelo Tribunal Superior Eleitoral, e sem vinculação, de qualquer natureza, com a ação de governos, entidades ou partidos estrangeiros;

IV — fiscalização financeira;
V — disciplina partidária;
VI — âmbito nacional, sem prejuízo das funções deliberativas dos diretórios locais;

VII — exigência de dez por cento do eleitorado que haja votado na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, distribuídos em dois terços dos Estados, com o mínimo de sete por cento em cada um deles, bem assim dez por cento de deputados, em, pelo menos, um terço dos Estados, e dez por cento de senadores;

VIII — proibição de coligações partidárias;

CAPÍTULO IV

Dos Direitos e Garantias Individuais

Art. 150 — A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 1.º — Todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas. O preconceito de raça será punido pela lei.

§ 2.º — Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

§ 3.º — A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

§ 4.º — A lei não poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão de direito individual.

§ 5.º — É plena a liberdade de consciência e fidei, assegurada aos crentes o exercício dos cultos religiosos que não contrariem a ordem pública e os bons costumes.

§ 6.º — Por motivo de crença religiosa, ou de convicção filosófica ou política, ninguém será privado de qualquer dos seus direitos, salvo se a lei, para eximir-se de obrigação legal imposta a todos, caso em que a lei poderá determinar a perda dos direitos incompatíveis com a ausência de consciência.

§ 7.º — Sem constrangimento dos favorecidos, será prestada por brasileiros, nos termos da lei, assistência religiosa às Forças Armadas e auxiliares e, quando solicitada pelos interessados ou seus representantes legais, também nos estabelecimentos de internação coletiva.

§ 8.º — É livre a manifestação de pensamento, de convicção política ou filosófica e a prestação de informação sem sujeição a censura, salvo quanto a espetáculos e diversões públicas, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros, jornais e periódicos requererá licença da autoridade. Não será, porém, tolerada a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de raça ou de classe.

§ 9.º — São invioláveis a correspondência e o sigilo das comunicações telefônicas e telegráficas.

§ 10 — A casa é o asilo inviolável do indivíduo. Ninguém pode penetrar nela, à noite, sem consentimento do morador, a não ser em caso de crime ou deastre, nem durante o dia, fora dos casos e na forma que a lei estabelecer.

§ 11 — Não haverá pena de morte, de prisão perpétua, de banimento nem de confisco. Quanto à pena de morte, fica reservada a legislação militar aplicável em caso de guerra externa. A lei disporá sobre o perdimento de bens por danos causados ao erário ou no caso de enriquecimento ilícito no exercício de função pública.

§ 12 — Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita de autoridade competente. A lei disporá sobre a prestação de fiança. A prisão ou detenção de qualquer pessoa será imediatamente comunicada ao juiz competente, que a relaxará, se não for legal.

§ 13 — Nenhuma pena passará da pessoa do delincente. A lei regulará a individualização da pena.

§ 14 — Impõe-se a todas as autoridades o respeito à integridade física e moral do detento e do presidiário.

§ 15 — A lei assegurará aos acusados ampla defesa, com os recursos a ela inerentes. Não haverá foro privilegiado nem tribunais de exceção.

§ 16 — A instrução criminal será contraditória, observada a lei anterior quanto ao crime e à pena, salvo quando agravar a situação do réu.

§ 17 — Não haverá prisão civil por dívida, multa ou custas, salvo o caso do depositário infiel, ou do responsável pelo inadimplemento de obrigação alimentar, na forma da lei.

§ 18 — São mantidas a instituição e a soberania do júri, que será competente no julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

§ 19 — Não será concedida a extradição do estrangeiro por crime político ou de opinião, nem em caso algum, a de brasileiro.

§ 20 — Dar-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder. Nas transgressões disciplinares não caberá habeas corpus.

§ 21 — Conceder-se-á mandado de segurança, para proteger direito individual líquido e certo não amparado por habeas corpus, seja qual for a autoridade responsável pela ilegalidade ou abuso de poder.

§ 22 — É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro, ressalvado o disposto no art. 157, VI, § 1.º.

Em caso de perigo público iminente, as autoridades competentes poderão usar da propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior.

§ 23 — É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, observadas as condições de capacidade que a lei estabelecer.

§ 24 — A lei garantirá aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização e assegurará a

propriedade das marcas de Indústria e comércio, bem como a exclusividade do nome comercial.

§ 25 — Aos autores de obras literárias, artísticas e científicas pertence o direito exclusivo de utilizá-las. Esse direito é transmissível por herança, pelo tempo que a lei fixar.

§ 26 — Em tempo de paz, qualquer pessoa poderá entrar com seus bens no território nacional, não permanecer ou dele sair, respeitados os preceitos da lei.

§ 27 — Todos podem reunir-se sem armas, não intervindo a autoridade senão para manter a ordem. A lei poderá determinar os casos em que será necessária a comunicação prévia à autoridade, bem como a designação, por esta, do local da reunião.

§ 28 — É garantida a liberdade de associação. Nenhuma associação poderá ser dissolvida, senão em virtude de decisão judicial.

§ 29 — Nenhum tributo será exigido ou aumentado sem que a lei o estabeleça; nenhum será cobrado em cada exercício sem prévia autorização orçamentária, ressalvados a tarifa aduaneira e o imposto lançado por motivo de guerra.

§ 30 — É assegurado a qualquer pessoa o direito de representação e de petição aos poderes públicos, em defesa de direitos ou contra abusos de autoridade.

§ 31 — Qualquer cidadão será parte legítima para propor ação popular que vise a anular atos lesivos ao patrimônio de entidades públicas.

§ 32 — Será concedida assistência judiciária nos necessários, na forma da lei.

§ 33 — A sucessão de bens de estrangeiros situados no Brasil será regulada pela lei brasileira, em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei nacional do país de origem.

§ 34 — A lei assegurará a expedição de certidões requeridas às repartições administrativas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações.

§ 35 — A especificação dos direitos e garantias expressos nesta Constituição não exclui outros direitos e garantias decorrentes do regime e dos princípios que ela adota.

Art. 151 — Aquêle que abusar dos direitos individuais previstos nos parágrafos 8.º, 23, 27 e 28 do artigo anterior e dos direitos políticos, para atentar contra a ordem democrática ou praticar a corrupção, incorrerá na suspensão dos mesmos direitos pelo prazo de dois a dez anos, declarada pelo Supremo Tribunal Federal, mediante representação do Procurador-Geral da República, sem prejuízo da ação civil ou penal cabível, assegurada ao paciente a ampla defesa.

Parágrafo único — Quando se tratar de titular de mandato eletivo federal, o processo dependerá de licença da respectiva Câmara, nos termos do artigo 34, § 3.º.

CAPÍTULO V

Do Estado de Sítio

Art. 152 — O Presidente da República poderá decretar o estado de sítio nos casos de:

I — grave perturbação da ordem ou ameaça de sua interrupção;
II — guerra.

§ 1.º — O decreto de estado de sítio especificará as regiões que deva abranger, nomeará as pessoas incumbidas de sua execução e as normas a serem observadas.

§ 2.º — O estado de sítio autoriza as seguintes medidas coercitivas:
a) obrigação de residência em localidade determinada;
b) detenção em edifícios não destinados aos réus de crimes comuns;
c) busca e apreensão em domicílio;
d) suspensão da liberdade de reunião e de associação;

e) censura de correspondência, da imprensa, das telecomunicações e diversões públicas;
f) o uso ou a ocupação temporária de bens das autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista ou concessionárias de serviços públicos, assim como a suspensão do exercício do cargo, função ou emprego nas mesmas entidades.

§ 3.º — A fim de preservar a integridade e a independência do País, o livre funcionamento dos Poderes e a prática das instituições, quando gravemente ameaçados por fatores de subversão ou corrupção, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, poderá tomar outras medidas atinentes.

Art. 153 — A duração do estado de sítio, salvo em caso de guerra, não será superior a sessenta dias, podendo ser prorrogada por igual prazo.

§ 1.º — Em qualquer caso o Presidente da República submeterá o seu ato ao Congresso Nacional, acompanhado de justificativa, dentro de cinco dias.

§ 2.º — Se o Congresso Nacional não estiver reunido, será convocado imediatamente pelo Presidente do Senado Federal.

Art. 154 — Durante a vigência do estado de sítio e sem prejuízo das medidas previstas no art. 151, também o Congresso Nacional, mediante lei, poderá determinar a suspensão de garantias constitucionais.

Parágrafo único — As imunidades dos deputados federais e senadores poderão ser suspensas durante o estado de sítio, pelo voto secreto de dois terços dos membros da Casa a que pertencer o congressista.

Art. 155 — Findo o estado de sítio, cessarão os efeitos e o Presidente da República, dentro de trinta dias, enviará mensagem ao Congresso Nacional com a justificativa das providências adotadas.

Art. 156 — A inobservância de qualquer das prescrições relativas ao estado de sítio tornará ilegal a coação e permitirá ao paciente recorrer ao Poder Judiciário.

TÍTULO III

Da Ordem Econômica e Social

Art. 157 — A ordem econômica tem por fim realizar a justiça social, com base nos seguintes princípios:

I — liberdade de iniciativa;
II — valorização do trabalho como condição da dignidade humana;

III — função social da propriedade;
IV — harmonia e solidariedade entre os fatores de produção;

V — desenvolvimento econômico;
VI — repressão ao abuso do poder econômico, caracterizado pelo domínio dos mercados, a eliminação da concorrência e o aumento arbitrário dos lucros.

§ 1.º — Para os fins previstos neste artigo, a União poderá promover a desapropriação da propriedade territorial rural, mediante pagamento de prévia e justa indenização em títulos da dívida pública, com cláusula de correção monetária, resgatáveis no prazo máximo

de vinte anos, em parcelas anuais sucessivas, assegurada a sua aceleração, a qualquer tempo, como meio de pagamento de até cinquenta por cento do Imposto Territorial Rural e como pagamento do preço de terras públicas.

§ 2.º — A lei disporá sobre o volume anual ou periódico das emissões sobre as características dos títulos, a taxa dos juros, o prazo e as condições de resgate.

§ 3.º — A desapropriação de que trata o § 1.º é da competência exclusiva da União e limitar-se-á às áreas incluídas nas zonas prioritárias, fixadas em decreto do Poder Executivo, só recaindo sobre propriedades rurais cuja forma de exploração contrarie o disposto neste artigo, conforme for definido em lei.

§ 4.º — A indenização em títulos somente se fará quando se tratar de latifúndio, como tal concebido em lei, excetuadas as benfeitorias necessárias e úteis, que serão sempre pagas em dinheiro.

§ 5.º — Os planos que envolvem desapropriação para fins de reforma agrária serão aprovados por decreto do Poder Executivo, e sua execução será da competência de órgãos colegiados, constituídos por brasileiros de notável saber e idoneidade, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal.

§ 6.º — Nos casos de desapropriação, na forma do § 1.º do presente artigo, os proprietários ficarão isentos dos impostos federais, estaduais e municipais que incidam sobre a transferência da propriedade de desapropriação.

§ 7.º — Não será permitida greve nos serviços públicos e atividades essenciais, definidas em lei.

§ 8.º — São facultados a intervenção no domínio econômico e o monopólio de determinada indústria ou atividade, mediante lei da União, quando indispensável por motivos de segurança nacional, ou para organizar setor que não possa ser desenvolvido com eficiência no regime de competição e de liberdade de iniciativa, assegurados os direitos e garantias individuais.

§ 9.º — Para atender à intervenção no domínio econômico, de que trata o parágrafo anterior, poderá a União instituir contribuições destinadas ao custeio dos respectivos serviços e encargos, na forma que a lei estabelecer.

§ 10 — A União, mediante lei complementar, poderá estabelecer regiões metropolitanas, constituídas por Municípios que, independentemente de sua vinculação administrativa, integrem a mesma comunidade sócio-econômica, visando à realização de serviços de interesse comum.

§ 11 — A produção de bens superfluos será limitada por empresa, proibida a participação de pessoa física em mais de uma empresa ou de uma em outra, nos termos da lei.

Art. 158 — A Constituição assegura aos trabalhadores os seguintes direitos, além de outros que, nos termos da lei, visem à melhoria de sua condição social:

I — salário mínimo capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, as necessidades normais do trabalhador e de sua família;

II — salário família aos dependentes do trabalhador;

III — proibição de diferença de salários e de critérios de admissão por motivo de sexo, cor e estado civil;

IV — salário de trabalho noturno superior ao diurno;

V — integração do trabalhador na vida e no desenvolvimento da empresa, com participação nos lucros e, excepcionalmente, na gestão, nos casos e condições que forem estabelecidos;

VI — duração diária do trabalho não excedente de oito horas, com intervalo, para descanso, salvo casos especialmente previstos;

VII — repouso semanal remunerado e nos feriados civis e religiosos, de acordo com a tradição local;

VIII — férias anuais remuneradas;

IX — higiene e segurança do trabalho;

X — proibição de trabalho a menores de doze anos e de trabalho noturno a menores de dezoito anos, em indústrias insalubres a estes e às mulheres;

XI — descanso remunerado da gestante, antes e depois do parto, sem prejuízo do emprego e do salário;

XII — fixação das percentagens de empregados brasileiros nos serviços públicos dados em concessão e nos estabelecimentos de determinados ramos comerciais e industriais;

XIII — estabilidade, com indenização ao trabalhador despedido, ou fundo de garantia equivalente;

XIV — reconhecimento das convenções coletivas de trabalho;

XV — assistência sanitária, hospitalar e médica preventiva;

XVI — previdência social, mediante contribuição da União, do empregador e do empregado, para seguro-desemprego, proteção da maternidade nos casos de doença, velhice, invalidez e morte;

XVII — seguro obrigatório pelo empregador contra acidentes de trabalho;

XVIII — proibição de distinção entre trabalho manual, técnico ou intelectual, ou entre os profissionais respectivos;

XIX — colônias de férias e de férias de repouso, recuperação e convalescença, mantidas pela União, conforme dispuser a lei;

XX — aposentadoria para a mulher, nos trinta anos de trabalho, com salário integral;

XXI — greve, salvo o disposto no art. 157, § 7.º.

§ 1.º — Nenhuma prestação de serviço ou caráter assistencial ou de benefício compreendido na previdência social será criada, mantida ou estendida, sem a correspondente fonte de custeio total.

§ 2.º — A parte da União no custeio dos encargos a que se refere o n.º XVII, deste artigo será atendida mediante dotação orçamentária, ou com o produto de contribuições de previdência arrecadadas, com caráter geral, na forma da lei.

Art. 159 — É livre a associação profissional ou sindical; a sua constituição, a representação legal nas convenções coletivas de trabalho e o exercício de funções delegadas de poder público serão regulados em lei.

Art. 160 — É livre a associação profissional ou sindical; a sua constituição, a representação legal nas convenções coletivas de trabalho e o exercício de funções delegadas de poder público serão regulados em lei.

§ 1.º — Entre as funções delegadas a que se refere este artigo, compreende-se a de arrecadar, na forma da lei, contribuições para o custeio da atividade dos órgãos sindicais e profissionais e para a execução de programas de interesse das categorias por eles representadas.

§ 2.º — É obrigatório o voto nas eleições sindicais.

Art. 161 — As jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta do solo para o efeito de exploração ou aproveitamento industrial.

§ 1.º — A exploração e o aproveitamento das jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica dependem de autorização ou concessão federal, na forma da lei, dada exclusivamente a brasileiros ou a sociedades organizadas no País.

§ 2.º — É assegurada ao proprietário do solo a participação nos resultados da lavra; quanto às jazidas e minas cuja exploração constituir monopólio da União, a lei regulará a forma da indenização.

§ 3.º — A participação referida no parágrafo anterior será igual ao dízimo do imposto único sobre minerais.

§ 4.º — Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento de energia hidráulica de potência reduzida.

Art. 162 — A pesquisa e a lavra de petróleo em território nacional constituem monopólio da União, nos termos da lei.

Art. 163 — As empresas privadas compete preferencialmente, com o estímulo e apoio do Estado, organizar e explorar atividades econômicas.

§ 1.º — São permitidas para suplementar a iniciativa privada, o Estado organizará e explorará diretamente atividade econômica.

§ 2.º — Na exploração, pelo Estado, da atividade econômica, as empresas públicas, as autarquias e sociedades de economia mista reger-se-ão pelas normas aplicáveis às empresas privadas, inclusive quanto ao direito de trabalho e das obrigações.

§ 3.º — A empresa pública que explorar atividade não monopolizada ficará sujeita ao mesmo regime tributário aplicável às empresas privadas.

Art. 164 — A lei federal disporá sobre as condições de legitimação da posse e de preferência à aquisição de até cem hectares de terras públicas com o seu trabalho e de sua família.

Parágrafo único — Salvo para execução de planos de reforma agrária, não se fará, sem prévia aprovação do Senado Federal, alienação ou concessão de terras públicas com área superior a três mil hectares.

Art. 165 — A navegação de cabotagem para o transporte de mercadorias é privativa dos navios nacionais, salvo caso de necessidade pública.

Parágrafo único — Os proprietários, armadores e comandantes de navios nacionais, assim como dois terços, pelo menos, dos seus tripulantes devem ser brasileiros natos.

Art. 166 — São vedadas a propriedade e a administração de empresas jornalísticas, de qualquer espécie, inclusive de televisão e de radiodifusão:

I — a estrangeiros;

II — a sociedades por ações ao portador;

III — a sociedades que tenham, como acionistas ou sócios, estrangeiros ou pessoas jurídicas, exceto os partidos políticos.

§ 1.º — Somente os brasileiros natos caberá a responsabilidade, a orientação intelectual e administrativa das empresas referidas neste artigo.

§ 2.º — Sem prejuízo da liberdade de pensamento e de informação, a lei poderá estabelecer outras condições para a organização e o funcionamento das empresas jornalísticas ou de televisão e radiodifusão, no interesse do regime democrático e do combate à subversão e à corrupção.

Programas com chaves para corridas do fim de semana e jôqueis que atuarão amanhã

AMANHÃ

1.º PAREO — As 20 horas — 1.300 metros — Cr\$ 1.000.000 (Computatório)	2.º PAREO — As 20 horas — 1.300 metros — Cr\$ 800.000 (Netting)
1-1 Maniche, A. Hodecker x 37	1-1 Pimentinha, J. Torres x 36
2-2 Happy Kid, J. P. Filho x 37	2-2 Pimentinha, J. Torres x 36
3-3 Paranal, O. F. Silva x 37	3-3 Quebrada, S. M. Cruz x 37
4-4 Carneiro, C. R. C. x 37	4-4 G. de Paris, D. Neto x 37
5-5 Old Paulino, R. P. x 37	5-5 Derrada, A. Santos x 37
6-6 Chateau, B. Correa x 37	6-6 Senna-Mine, J. P. x 37
7-7 Hajibe, L. Carvalho x 37	7-7 Quebrada, S. M. Cruz x 37
8-8 Bertina, A. Santos x 37	

3.º PAREO — As 21 horas — 1.300 metros — Cr\$ 1.000.000 (PROVA ESPECIAL)	4.º PAREO — As 21 horas — 1.300 metros — Cr\$ 800.000
1-1 Venuto, A. Santos x 37	1-1 Crispim, M. Silva x 36
2-2 Venuto, A. Santos x 37	2-2 Giano, I. Oliveira x 36
3-3 Fronton, O. Cardoso x 37	3-3 Dona Ilka, J. Diniz x 36
4-4 Gerardo, R. P. Filho x 37	4-4 Arapuanã, J. R. M. x 36
5-5 Derrada, A. Santos x 37	5-5 Eklund, O. Ricardo x 36
6-6 Chateau, B. Correa x 37	6-6 Gasparzinho, J. T. x 36
7-7 Hajibe, L. Carvalho x 37	7-7 Dampier, P. Fernandes x 36
8-8 Bertina, A. Santos x 37	8-8 Armada, R. Roberto x 36

5.º PAREO — As 22 horas — 1.200 metros — Cr\$ 800.000	6.º PAREO — As 22 horas — 1.200 metros — Cr\$ 800.000
1-1 Niva, J. Brizola x 36	1-1 Miss Mochumbi, J. G. x 36
2-2 Giraluz, J. Borja x 36	2-2 Maniê, P. Meneses x 36
	3-3 Touch-Me-Not, J. B. x 36
	4-4 Tabulei, R. Carmo x 36
	5-5 Cava, D. V. L. Correia x 36
	6-6 Speed Boy, S. M. C. x 36
	7-7 Hemiciclo, J. Ramos x 36
	8-8 James Bond, M. H. x 36

SÁBADO

1.º PAREO — As 14h30m — 1.300 metros — Cr\$ 1.000.000	2.º PAREO — As 14h30m — 1.300 metros — Cr\$ 800.000
1-1 Emy x 36	1-1 Par Boy x 37
2-2 Benedita x 36	2-2 Maniê x 37
3-3 Marcos x 36	3-3 Marçago x 37
4-4 Camprosa x 36	4-4 Hippo x 37
5-5 Tris x 36	5-5 Gachos x 37
6-6 Rolando x 36	6-6 Lord Byron x 37
7-7 Malu x 36	7-7 Malu x 37
8-8 Empolgante x 36	8-8 Empolgante x 37

3.º PAREO — As 15h30m — 1.000 metros — Cr\$ 1.000.000	4.º PAREO — As 15h30m — 1.000 metros — Cr\$ 800.000
1-1 Escurinho x 36	1-1 Baluca x 36
2-2 Emmon x 36	2-2 Lele x 36
3-3 Uster x 36	3-3 Gueba x 36
4-4 Espadachim x 36	4-4 Gironia x 36
5-5 Baure x 36	5-5 Quinquante x 36
6-6 Delu x 36	6-6 Que Samba x 36
7-7 Hal-Thro x 36	7-7 Duce Racema x 36
8-8 Arleira x 36	8-8 Glípica x 36

5.º PAREO — As 16 horas — 1.000 metros — Cr\$ 1.000.000	6.º PAREO — As 16 horas — 1.000 metros — Cr\$ 800.000
1-1 Gormo x 36	1-1 Gormo x 36
2-2 Artisan x 36	2-2 Artisan x 36
3-3 Quercus x 36	3-3 Quercus x 36
4-4 Penaforte x 36	4-4 Penaforte x 36
5-5 Danhill x 36	5-5 Danhill x 36
6-6 Chaplin x 36	6-6 Chaplin x 36
7-7 Dr. Dial x 36	7-7 Dr. Dial x 36
8-8 Armorial x 36	8-8 Armorial x 36

7.º PAREO — As 16h30m — 1.400 metros — Cr\$ 1.000.000 (Prova Especial)	8.º PAREO — As 16h30m — 1.400 metros — Cr\$ 800.000
1-1 Fontanella x 36	1-1 Fontanella x 36
2-2 La Fangeise x 36	2-2 La Fangeise x 36
3-3 Jaguaré x 36	3-3 Jaguaré x 36
4-4 Secção x 36	4-4 Secção x 36
5-5 Coarasil x 36	5-5 Coarasil x 36
6-6 Fair Kino x 36	6-6 Fair Kino x 36
7-7 Fontanella x 36	7-7 Fontanella x 36
8-8 Fontanella x 36	8-8 Fontanella x 36

DOMINGO

1.º PAREO — As 14h30m — 1.000 metros — Cr\$ 2.000.000	2.º PAREO — As 14h30m — 1.000 metros — Cr\$ 800.000
1-1 Monico x 36	1-1 Monico x 36
2-2 Itarece x 36	2-2 Itarece x 36
3-3 Urubici x 36	3-3 Urubici x 36
4-4 Secção x 36	4-4 Secção x 36
5-5 Coarasil x 36	5-5 Coarasil x 36
6-6 Fair Kino x 36	6-6 Fair Kino x 36
7-7 Fontanella x 36	7-7 Fontanella x 36
8-8 Fontanella x 36	8-8 Fontanella x 36

3.º PAREO — As 15h30m — 1.400 metros — Cr\$ 1.000.000	4.º PAREO — As 15h30m — 1.400 metros — Cr\$ 800.000
1-1 Guaxupe x 36	1-1 Guaxupe x 36
2-2 Alon x 36	2-2 Alon x 36
3-3 Gran Mogol x 36	3-3 Gran Mogol x 36
4-4 Guaxupe x 36	4-4 Guaxupe x 36
5-5 Guaxupe x 36	5-5 Guaxupe x 36
6-6 Guaxupe x 36	6-6 Guaxupe x 36
7-7 Guaxupe x 36	7-7 Guaxupe x 36
8-8 Guaxupe x 36	8-8 Guaxupe x 36

5.º PAREO — As 16h30m — 1.400 metros — Cr\$ 1.000.000	6.º PAREO — As 16h30m — 1.400 metros — Cr\$ 800.000
1-1 Breda x 36	1-1 Breda x 36
2-2 Joceline x 36	2-2 Joceline x 36
3-3 Pradine x 36	3-3 Pradine x 36
4-4 Tentaculo x 36	4-4 Tentaculo x 36
5-5 La Tajera x 36	5-5 La Tajera x 36
6-6 Falcão x 36	6-6 Falcão x 36
7-7 Oslava x 36	7-7 Oslava x 36
8-8 Partela x 36	8-8 Partela x 36

7.º PAREO — As 16h30m — 1.400 metros — Cr\$ 1.000.000	8.º PAREO — As 16h30m — 1.400 metros — Cr\$ 800.000
1-1 Inat x 37	1-1 Inat x 37
2-2 Taquari x 37	2-2 Taquari x 37
3-3 Asian x 37	3-3 Asian x 37
4-4 Pucco x 37	4-4 Pucco x 37
5-5 Fouquet x 37	5-5 Fouquet x 37
6-6 Corcel x 37	6-6 Corcel x 37
7-7 Rockmoy x 37	7-7 Rockmoy x 37
8-8 Hal-Só x 37	8-8 Hal-Só x 37

9.º PAREO — As 17h10m — 1.900 metros — Cr\$ 1.000.000 — DIA DO PORTUÁRIO (Prova Especial)	10.º PAREO — As 17h10m — 1.900 metros — Cr\$ 800.000
1-1 Mechani x 36	1-1 Mechani x 36
2-2 Lombardo x 36	2-2 Lombardo x 36
3-3 Lombardo x 36	3-3 Lombardo x 36
4-4 Lombardo x 36	4-4 Lombardo x 36
5-5 Lombardo x 36	5-5 Lombardo x 36
6-6 Lombardo x 36	6-6 Lombardo x 36
7-7 Lombardo x 36	7-7 Lombardo x 36
8-8 Lombardo x 36	8-8 Lombardo x 36

Fontanella trabalhou 1.400 em 90"3/5 para corrida de sábado à tarde no hipódromo

Fontanella trabalhou para a Prova Especial de sábado, na Gávea, na direção de Francisco Maia, 1.400 metros em 90"3/5, chegando com excelente disposição, tendo como sparring a companheira Floreira, Francisco Esteves.

El Glorious, que reaparece depois de estar envolvido em alguns exames de prova e contraprova, com resultado negativo, voltou a se exercitar firme, percorrendo 1.500 metros em 100", cravados, com João Reis em seu dorso. El Glorious está inscrito no último páreo da corrida de domingo.

MASSARI	Fratter — O. F. Silva — 1.300 em 87"
Massari — J. Silva — 1.400 em 90"2/5	Aventureiro — J. Diniz — 1.900 em 120"
Forma — A. Santos — 1.300 em 86"2/5	Lord Cedio — O. Ricardo — 1.400 em 94"3/5
Jockey — A. Ricardo — 1.400 em 95"	Empedado — P. Mala — 1.600 em 107"
Estória — J. Brizola — 1.300 em 89"2/5	Lacer — C. Morgado — 1.000 em 84" r/oposta
Desarte — J. Borja — 1.000 em 84"2/5	
Charnot — C. Morgado — 1.300 em 87"2/5	
Alzon — O. Cardoso — 1.200 em 78"2/5	
Gueba — A. Ramos — 1.300 em 86"2/5	
Fair River — J. Reis — 1.200 em 80"2/5	

TAIPAI	Tapai — A. Ricardo — 1.300 em 84"2/5
Laitine — O. Cardoso — 1.400 em 93"3/5	Vestral Boy — S. M. Cruz — 1.400 em 90"2/5
Fallata — S. França — 1.300 em 83"	Falcomet — O. Cardoso — 1.300 em 87"2/5
Gambreza — A. Mareal — 1.400 em 97"	Montecolpa — A. Ramos — 1.000 em 80"
Extra Dry — A. Ricardo — 1.200 em 80"	Majo — Lad. — 1.400 em 93"2/5

ESOLA	Escultura — D. Moreira — 1.200 em 80"
Enry — S. Guedes — 1.400 em 89"	Isula — A. Ricardo — 1.000 em 66"1/5
Timou — J. Brizola — 1.300 em 84"2/5	Ditah — F. Pereira F. — 1.000 em 66"2/5
Emmet — S. Guedes — 1.200 em 81"2/5	Anubio — J. Machado — 1.300 em 83"
Fouquet — F. Mala — 1.300 em 66"	Pilhada — F. Esteves — 1.000 em 66"

FULL CRY	Pratância — A. Ricardo — 1.000 em 66"
Lutuca — O. Cardoso — 1.200 em 80"	Full Cry — D. P. Silva — 1.400 em 93"3/5
Taquari — J. Queiroz — 1.300 em 80"2/5	Ambrasso — A. Ricardo — 1.000 em 67"
Daleu — S. Reis — 1.000 em 66"3/5	Lincoln — R. Fontoura — 1.300 em 88"
Rochado Branco — M. Henrique — 1.000 em 67"2/5	Meu Bem — L. Roberto — 1.000 em 72"

ASSUAN	Assuan — J. Pinto — 1.400 em 92"3/5
Cura Leu — L. Correia — 1.200 em 83"	Petedy — L. Roberto — 1.300 em 103"
Siva — J. Brizola — 1.300 em 89"	Pantali — C. A. Sousa — 1.000 em 68"
Matim — A. Machado — 1.400 em 82"	Eddie — S. Guedes — 1.000 em 68"
Gran Mogol — J. Ramos — 1.200 em 80"	Good Looking (F. Mala) e Gullard (P. Esteves) — 1.400 em 92"3/5

ELORA	Elora — J. B. Paulo — 1.400 em 96"
Elora — J. B. Paulo — 1.400 em 96"	Star Gay (Lad.) e Cede (Lad.) — 1.000 em 60"
Sudan (J. B. Paulo) e Suez (J. Silva) — 1.000 em 60"	Guepardo (J. Silva) e Mogan (D. Neto) — 1.200 em 78"2/5

Itarece é filho de Blackmoor	Itarece forma na relação dos estreantes da semana como o primeiro produto do Haras São José e Expediêti, lançado na presente temporada, e um castanho, filho de Blackmoor e Urubia, bem preparado e em condições de exigir muito do provável favorito Coarasil.
------------------------------	---

Itarece é filho de Blackmoor	Itarece forma na relação dos estreantes da semana como o primeiro produto do Haras São José e Expediêti, lançado na presente temporada, e um castanho, filho de Blackmoor e Urubia, bem preparado e em condições de exigir muito do provável favorito Coarasil.
------------------------------	---

Itarece é filho de Blackmoor	Itarece forma na relação dos estreantes da semana como o primeiro produto do Haras São José e Expediêti, lançado na presente temporada, e um castanho, filho de Blackmoor e Urubia, bem preparado e em condições de exigir muito do provável favorito Coarasil.
------------------------------	---

Itarece é filho de Blackmoor	Itarece forma na relação dos estreantes da semana como o primeiro produto do Haras São José e Expediêti, lançado na presente temporada, e um castanho, filho de Blackmoor e Urubia, bem preparado e em condições de exigir muito do provável favorito Coarasil.
------------------------------	---

JOGO EMPATADO



Burke Thrasher e Stig Sjoested deram bem a medida da que foi o torneio; uma vitória para cada um nos dois dias

Petrópolis e Teresópolis ficam iguais no golfe que jogaram no fim de semana

As equipes da primeira categoria de handicaps do Petrópolis Country Clube e do Teresópolis Golfe Clube terminaram empatadas, em 12 a 12, a disputa da Taca Serra dos Órgãos, depois da rodada de domingo, realizada em Petrópolis, quando a equipe local, valendo-se de um maior conhecimento do campo, deu o escor de 7 a 5, que lhe fôra imposto no sábado.

Já entre os times que disputaram a taca na segunda categoria de handicaps a situação foi bem diferente, já que o Petrópolis, em 36 buracos, conseguiu a fácil vitória de 17 a 7, depois de parciais de 7,5 a 4,5 e 9,5 a 2,5. Gustavo Notari e André Laje, os capitães de golfe dos dois clubes, acertaram para uma data a ser marcada o desempate da primeira categoria.

TUDO IGUAL

Um troféu — que certamente disputarão o torneio estão Joaquim Campos, Jaime Nascimento Brito, José Augusto Fines, Philip Wagner, Hélio Andrade, Honório do Amaral Peixoto, Helmut Notger, William Staub, Carlos Cortez, Ted Poor, José Antônio do Nascimento Brito, Eduardo Albuquerque Mayer, Gianni Pareto e Manuel Francisco do Nascimento Brito. Todos estes, inclusive, estão disputando o Campeonato Interno do Petrópolis, na categoria extra de 24 de handicap. Faltam, ainda, os que possuem handicaps 20, 21, 22 e 23, que também poderão se inscrever, oferecendo séria resistência aos de handicaps 24. A diretoria do clube, inclusive, está disposta a fazer uma revisão de handicaps, na semana da competição, para que não se verifiquem reclamações quanto ao mérito do vencedor.

LA FRANÇAISE

La Française — F. Pereira F. — 1.400 em 106"3/5

Incet — O. Cardoso — 1.000 em 91"

White Hunter — J. B. Paulo — 1.300 em 83"3/5

Jandinha — R. Carmo — 1.200 em 81"

Honest Man — P. Tavares — 1.000 em 88"2/5

Salemele — P. Alves — 1.200 em 80"

Estuário — J. Ramos — 1.500 em 101"

Esquila — J. Santos — 1.500 em 89"

Diana — A. M. Caminha — 1.200 em 86"1/5

ENDEAVOR

Canilaver — A. Ramos — 1.500 em 99"3/5

Lord Byron — J. Brizola — 1.200 em 78"2/5

Fiel — A. Ramos — 2.400 em 178"

VITÓRIA FÁCIL

As equipes da segunda categoria de handicaps, por sua vez, estiveram disputando a Taca Serra dos Órgãos assim formadas: Petrópolis — Edmundo Wagner, Ricardo Mayer, Lauro de Lucas, Alfredo Osório de Almeida, José Luis Osório de Almeida Filho, Eduardo Carvalho, Manuel Carvalho e Jorge Luis Ferreira; Teresópolis — Donald Shade, Guy de Foucauld, J. Gondim, Guilherme (Guigui) David, de Oliveira, João Roberto David, de Oliveira, Eduardo Daudt de Oliveira, Roberto Daudt de Oliveira e Von Kap-Herr.

ITANHANGÁ ATINGIDO

O Sr. Jimmy Fowler, Presidente do Itanhanga Golfe Clube, pede ao JB, que avise aos golfistas, em geral, e aos associados de seu clube, em particular, que as chuvas fortíssimas que caíram sobre o Rio, anteontem, deixaram o campo do Itanhanga em estado lastimável, destruindo, inclusive, a ponte que dá acesso ao buraco 12, de concreto armado.

O CAMPEÃO

Sempre presente com a sua lancha Zazá a todos os campeonatos de pesca de oceano promovidos pelo Iate Clube, Herbert Richers há muito vem perseguindo a vitória nestas certas, conseguindo inclusive o segundo lugar geral no ano passado.

COLOCAÇÕES FINAIS

Após a contagem dos pontos tirados dos três melhores resultados das quatro etapas, a comissão de juizes do torneio afixou o seguinte resultado final: 1.º Zazá, Herbert Richers, 333,3 pts.; 2.º Itana, Hélio Ribeiro da Silva, 264,6 pts.; 3.º BB, Sérgio Pinheiro, 254,6 pts.; 4.º Titânia, Manuel Leão, 204,6 pts.; 5.º Erna, Herbert Richers, 159,9 pts.; 6.º Tatiana, Eduardo Riter, 147,4 pts.; 7.º D. Quixote, Luís Nolasco, 147 pts.; 8.º Pitting, Rudolph Ahrens, 141,1 pts.; 9.º Polaris, Eduardo Brenard, 140,7 pts.; 10.º Tampo, Sérgio Lima Neto, 140,5 pts.; 11.º Ninotchka, Adolfo Berlin, 140,3 pts.; 12.º Bole Bole, Sigfried Kelson, 139,4 pts.; 13.º Perigosa, 133,4 pts.; 14.º Miss Flamengo, Hélio Barroso, 132 pts.; 15.º Kabira, Paulo Panaleão, 130 pts.; 16.º Mondesir, Silva Peatana, 107 pts.; 17.º Bebel, Manuel Nascimento Brito, 104,2 pts.; 18.º D. Rodrigo, Murilo Cortes, 54,5 pts.; 19.º Ipuá, Luís Fidalgo, 46 pts.; 20.º Dela, Jorge Hime, 45 pts.; 21.º Clafandia, Francisco Serrador, com 42,6 pts.

OS RECORDES DO TORNEIO E QUE CONTINUAM A VALER PARA A CHALLENGE CUP PATROCINADA PELA JORNAL DO BRASIL

Após a contagem dos pontos tirados das quatro etapas, a comissão de juizes do torneio afixou o seguinte resultado final: 1.º Zazá, Herbert Richers, 333,3 pts.; 2.º Itana, Hélio Ribeiro da Silva, 264,6 pts.; 3.º BB, Sérgio Pinheiro, 254,6 pts.; 4.º Titânia, Manuel Leão, 204,6 pts.; 5.º Erna, Herbert Richers, 159,9 pts.; 6.º Tatiana, Eduardo Riter, 147,4 pts.; 7.º D. Quixote, Luís Nolasco, 147 pts.; 8.º Pitting, Rudolph Ahrens, 141,1 pts.; 9.º Polaris, Eduardo Brenard, 140,7 pts.; 10.º Tampo, Sérgio Lima Neto, 140,5 pts.; 11.º Ninotchka, Adolfo Berlin, 140,3 pts.; 12.º Bole Bole, Sigfried Kelson, 139,4 pts.; 13.º Perigosa, 133,4 pts.; 14.º Miss Flamengo, Hélio Barroso, 132 pts.; 15.º Kabira, Paulo Panaleão, 130 pts.; 16.º Mondesir, Silva Peatana, 107 pts.; 17.º Bebel, Manuel Nascimento Brito, 104,2 pts.; 18.º D. Rodrigo, Murilo Cortes, 54,5 pts.; 19.º Ipuá, Luís Fidalgo, 46 pts.; 20.º Dela, Jorge Hime, 45 pts.; 21.º Clafandia, Francisco Serrador, com 42,6 pts.

Lancha "Zazá" chefiada por Herbert Richers ficou com título da pesca de oceano

Somando um total de 333,3 pontos na tabela, a equipe da lancha Zazá, capitaneada por Herbert Richers venceu o V Torneio de Pesca de Oceano, promovido pelo Iate Clube do Rio de Janeiro e disputado em quatro etapas, das quais a última realizou-se sábado.

O torneio que tinha por finalidade a pesca dos peixes de bico, como os marlins e sail-fishes, contou com a presença de 25 equipes das quais 21 marcaram pontos na tabela. O vice-campeão foi a Itana de Hélio Ribeiro da Silva e o terceiro colocado geral a BB de Sérgio Pinheiro.

DECISÃO

Entrando na última etapa do torneio dos peixes de bico com boa vantagem de pontos sobre o segundo colocado, que era a Titânia, de Manuel Leão, Herbert Richers e seus companheiros Bruno Hermanny e Raul Luís Carvalho, mesmo sem conseguir pescar nenhum bico no sábado, lograram levar o Zazá a manter a posição de liderança na tabela, já que seus principais adversários não conseguiram da mesma forma melhor sorte na rodada, ficando tudo mais ou menos como já estava na terceira etapa.

Fora vento de Leste, levantando muito o mar ao longo do litoral carioca, dificultou bastante o trabalho dos pescadores que poucos bicos viram e muito menos conseguiram embarcar. Apenas oito sail-fishes foram trazidos ao clube.

Entre os que perderam peixes após alguma luta estava Luís Nolasco, da D. Quixote, que durante horas teve um sail flutuando no fundo que o deixou na expectativa de ter pescado um bico de maior porte e ainda Herbert Renaux, triampeiro do torneio que perdeu um grande marlin-azul, com peso calculado de mais de 250 quilos, praticamente no momento de içá-lo para o bordo da Erna.

Apenas seis lanchas conseguiram trazer bicos no sábado, foram: BB, de Sérgio Pinheiro; Dela, de Manuel do Nascimento Brito; Tampo, de Sérgio Lima Neto; D. Quixote, de Luís Nolasco, todas com um exemplar cada e ainda a Miss Flamengo, de Hélio Barroso, e Itana, de Hélio Ribeiro da Silva, com dois sails cada. O resultado obtido pela Itana valeu-lhe uma espetacular subida de posição na tabela, garantindo o vice-campeonato.

NOS EUA

Peeble Beach, Estados Unidos — (UPI — JB) — O profissional Billy Casper, com a última volta de 69 tacadas, assumiu a liderança do Crosby National Golf Tournament, somando 215 tacadas em 54 buracos, o que lhe dá uma vantagem de apenas um stroke sobre Jack Nicklaus e Arnold Palmer, que ocupam empatados a segunda colocação do torneio.

Antes da última rodada, marcada para hoje, as principais colocações são as seguintes: 1.º Billy Casper (72-74-69, 215 tacadas); 2.º empatados Jack Nicklaus (69-74-74) e Arnold Palmer (74-75-67), 216; 4.º Bill Parker, 217; 5.º empatados Jim Colbert, Jerry Pittman e Al Geiberger, 218 tacadas.

ITANHANGÁ ATINGIDO

O Sr. Jimmy Fowler, Presidente do Itanhanga Golfe Clube, pede ao JB, que avise aos golfistas, em geral, e aos associados de seu clube, em particular, que as chuvas fortíssimas que caíram sobre o Rio, anteontem, deixaram o campo do Itanhanga em estado lastimável, destruindo, inclusive, a ponte que dá acesso ao buraco 12, de concreto armado.

O CAMPEÃO

Sempre presente com a sua lancha Zazá a todos os campeonatos de pesca de oceano promovidos pelo Iate Clube, Herbert Richers há muito vem perseguindo a vitória nestas certas, conseguindo inclusive o segundo lugar geral no ano passado.

COLOCAÇÕES FINAIS

Após a contagem dos pontos tirados dos três melhores resultados das quatro etapas, a comissão de juizes do torneio afixou o seguinte resultado final: 1.º Zazá, Herbert Richers, 333,3 pts.; 2.º Itana, Hélio Ribeiro da Silva, 264,6 pts.; 3.º BB, Sérgio Pinheiro, 254,6 pts.; 4.º Titânia, Manuel Leão, 204,6 pts.; 5.º Erna, Herbert Richers, 159,9 pts.; 6.º Tatiana, Eduardo Riter, 147,4 pts.; 7.º D. Quixote, Luís Nolasco, 147 pts.; 8.º Pitting, Rudolph Ahrens, 141,1 pts.; 9.º Polaris, Eduardo Brenard, 140,7 pts.; 10.º Tampo, Sérgio Lima Neto, 140,5 pts.; 11.º Ninotchka, Adolfo Berlin, 140,3 pts.; 12.º Bole Bole, Sigfried Kelson, 139,4 pts.; 13.º Perigosa, 133,4 pts.; 14.º Miss Flamengo, Hélio Barroso, 132 pts.; 15.º Kabira, Paulo Panaleão, 130 pts.; 16.º Mondesir, Silva Peatana, 107 pts.; 17.º Bebel, Manuel Nascimento Brito, 104,2 pts.; 18.º D. Rodrigo, Murilo Cortes, 54,5 pts.; 19.º Ipuá, Luís Fidalgo, 46 pts.; 20.º Dela, Jorge Hime, 45 pts.; 21.º Clafandia, Francisco Serrador, com 42,6 pts.



P. Henrique diz que Vasco faz oferta esta semana

Paulo Henrique disse ontem que o Diretor de Futebol do Vasco, Sr. Armando Marcial, lhe assegurou que vai ao Flamengo ainda esta semana levando uma proposta pela compra do seu passe, não sabendo, entretanto, a quantia que o Vasco pretende oferecer ao seu clube.

O Diretor de Futebol do Flamengo, Sr. Flávio Soares de Moura, disse que não quer tomar conhecimento das notícias sobre a venda de Paulo Henrique, porque ele não o procurou para conversar.

MESMO PROBLEMA

Disse o Sr. Flávio Soares de Moura que, quando o Vasco esteve interessado no passe de Murilo, no ano passado, ele chamou o jogador para uma conversa particular e acabou fazendo-o compreender que tinha um contrato a cumprir com o clube. Explicou a Murilo que havia um contrato, a cumprir e o jogador não tinha direito de reivindicar coisa alguma, a não ser quando terminasse seu compromisso com o Flamengo. Entretanto, disse ter comunicado ao jogador que avisasse ao clube sobre qualquer problema financeiro, pois este seria o possível para tentar resolvê-lo.

— Agora — explica — o mesmo problema acontece com Paulo Henrique. Não pude conversar ainda com ele, porque continuo desconhecendo as notícias sobre sua venda, pois ele até hoje nada me comunicou.

O Diretor de Futebol do Flamengo considera a renovação do contrato de Murilo, que termina no dia 29, o primeiro grande problema que o clube deverá enfrentar nesse princípio de ano, pois sabe que Murilo só renova em bases bem mais elevadas que as atuais. Explicou, inclusive, que o Flamengo colocará o seu passe à venda, caso não cheguem a um acordo.

SÓ POR EMPRÉSTIMO

Quanto à contratação de Dorval, o Sr. Flávio Soares

de Moura informou que tem conversado diariamente com o representante do Santos, o Sr. Ailton Bonfim, mas disse que surgiu um impasse nas negociações, uma vez que o Flamengo quer o jogador emprestado por um ano, com o passe estipulado desde já, com o que não concorda o Santos, ao qual só interessa a venda definitiva.

Entretanto, o dirigente do Flamengo disse que já recebeu prioridade sobre qualquer negociação em torno do jogador, assegurando que manterá com o Sr. Ailton Bonfim, tendo este ficado de lhe dar uma resposta sobre o empréstimo, tão logo se comunicar com o Santos.

O técnico Renganeschi telefonou de Campinas para o clube, ontem, informando que não pôde viajar em virtude do péssimo estado da estrada, adiantando que trará um jogador de meio campo para algumas experiências no Flamengo.

Os jogadores fizeram 40 minutos de individual ontem à tarde. Foram poupados Ditão, por causa de uma ingua, Murilo, com dor de cabeça, e Paulo Henrique, com gripe.

Paulo Henrique e Murilo fizeram apenas 15 minutos de exercícios, na quadra de basquete. Nelsinho reiniciou ontem os seus treinamentos, fazendo dez minutos de levantamento de peso, no vestiário, e dez minutos de ginástica.

O empresário Oscar Arca, que havia contratado o Flamengo para uma excursão pelas Américas, telefonou de Buenos Aires explicando que não pôde enviar a quantia de dez mil dólares — cerca de Cr\$ 22 milhões — que o clube havia exigido adiantadamente, devido à dificuldade de câmbio na Argentina.

Os jogadores voltarão ao clube hoje à tarde para individual ou coletivo, dependendo da chegada ou não do técnico Renganeschi.

CRÍTICA



Coluna e Eusébio, junto a Yáica, no Galeão, reclamaram dos arbitragens na Copa

Vasco entusiasma Beltrão que só quer mais 10 dias para pôr o time em forma

O preparador físico Aureliano Beltrão, falando com entusiasmo da força de vontade que os jogadores têm apresentado durante os treinos individuais, considerando-a mesmo "fora do comum", afirmou ao técnico Zizinho que só necessitará de mais 10 dias para colocar inteiramente em forma a equipe do Vasco.

O Vasco tem treinado diariamente com chuva ou sol e, no entender de Beltrão, foram os próprios jogadores que compreenderam a necessidade dos individuais, "pois eles aprendem com rapidez os exercícios que são ministrados e sempre procuram fazê-los com perfeição".

TREINO PROGRESSIVO

Já no individual de ontem o preparador físico puxou bastante pelos jogadores. Explicou Beltrão que entrou agora na fase de velocidade, embora tivesse de limitar alguns exercícios porque o treino foi realizado na quadra de basquete e não no campo, que estava muito encharcado. O treino durou 60 minutos e o de hoje alcançará 65 minutos, segundo a progressão que ele está usando.

Para hoje estava marcado um treino de conjunto. No entanto, como tem chovido muito, os campos estão enlameados e quase impraticáveis. Por isso, Zizinho resolveu adiá-lo para amanhã, no campo do América.

O médio Oladir, que não havia comparecido ao individual de anteontem, apresentou-se e justificou sua falta, dizendo que não sabia da realização daquele treino. Zizinho aceitou as desculpas, mas pediu para que o de hoje agora em diante com mais atenção a programação da semana.

CÉLIO ABORRECIDO

Por ter falecido ontem a mãe do Vice-Presidente de

Futebol, Sr. Armando Marcial, o Vasco não tratou de qualquer assunto referente ao Departamento.

O zagueiro Brito, porém, esteve em contato ontem com o Sr. Ailton Bonfim e soube do representante do Santos que hoje ele terá um encontro com o Presidente João Silva para resolver o problema da sua troca por Abel e Dorval ou Amauri.

O técnico Célio de Sousa comentou ontem com o Diretor de Futebol Isidro Silva que não aceitara ordens ou intromissões de Zizinho no seu setor de juvenis. O técnico Zizinho pediu ao Diretor de Futebol que o indagasse sobre os motivos de ele ter suspenso os treinos dos juvenis. No entanto, Célio de Sousa está aborrecido com o Vasco porque não lhe deu um aumento e até já entregou uma carta ao Sr. João Silva dizendo que não ficará no clube depois de março, quando termina seu contrato.

OTIMISMO



A seleção de basquete vinjou com grandes esperanças

Benfica passa pelo Rio e Eusébio diz que Hungria foi melhor time do Mundial

A delegação do Benfica, de Portugal, integrada por 16 jogadores, entre eles as suas principais figuras, e mais o técnico Fernando Riera, passou ontem pelo Galeão com destino a Santiago do Chile, onde disputará dois amistosos a 40 mil dólares cada, estando a estréia marcada para hoje contra o quadro do Universidad Católica.

Eusébio, um dos mais abordados, declarou, entre outras coisas, que a equipe húngara foi, na sua opinião, a que melhor futebol apresentou no último Campeonato Mundial, e que o resultado final do certame poderia ser outro bem diferente caso o árbitro não deixasse passar um pênalti contra a Inglaterra no seu jogo com Portugal.

EXPLICAÇÃO

Modesto e bastante tranquilo, Eusébio deu suas impressões sobre a última Copa, explicando a derrota do selecionado português pelo fato de o título em favor dos ingleses já estar preparado de maneira prévia e bem estudada. Rememorou o lance do pênalti não marcado na partida contra a Inglaterra, chamando para testemunha o jogador Coluna, que confirmou.

Se a penalidade fosse marcada, talvez o jogo não terminasse com a vantagem dos nossos adversários — declarou Eusébio.

Na opinião do jogador o quadro da Hungria foi o que melhor se apresentou, "com um futebol rápido, bonito, técnico e eficiente". Quanto ao Brasil, achou que a confusão de Pelé, "embora acidental", foi decisiva para desencorajar o seu time.

DELEGAÇÃO

A delegação do quadro português viajou chefiada pelo Coronel Rodrigues Carvalho, o que dá uma perspectiva de um futuro seguro a Vicente.

Riera, massagista — Hamilton Marques Pena, médico — Dr. José Pedro Fonseca e ainda o dirigente Orlando Cardoso.

Os 16 jogadores que a integram são: Costa Pereira, Nascimento, Cavem, Raul, Jacinto, Cruz, Coluna, Graça, Germano, Ferreira Pinto, Silva, José Augusto, Torres, Eusébio, Yáica e Camolas.

O Coronel Rodrigues Carvalho declarou que o jogador Vicente já se encontra praticamente restabelecido do acidente em que perdeu a sua vista direita, havendo sido monumental — foi sua expressão — a festa promovida pelo futebol português em sua homenagem, "onde Pelé, que infelizmente não pôde comparecer, foi muito bem representado por Ivair".

Concluiu o dirigente dizendo que a renda de todas as partidas em benefício do jogador — foram realizados espetáculos simultâneos em todo o país — alcançou a soma de aproximadamente mil e tantos portugueses, além de diversos oferecimentos de empregos feitos por firmas particulares, o que dá uma perspectiva de um futuro seguro a Vicente.

Na Grande Area

Armando Nogueira

Os clubes estão assustados com a lei dos 15 por cento: acham que o futebol profissional não resiste a um dispositivo que garante aos jogadores, em caso de transferência, a participação de 15 por cento no preço do passe. A verdade verdadeira não é essa: o que os clubes não toleram é o regime em que o jogador é o primeiro a querer trocar de camisa, se possível, de ano em ano.

Aparentemente, os clubes têm razão mas a lei dos 15 por cento não foi feita para estimular o pula-pula dos jogadores. O espírito da lei visa, realmente, a proteger o interesse de uma das partes do negócio que até então figurava nas transações com a mesma autoridade com que se porta um saco de batatas nas operações de compra e venda da Rua do Acre.

Será que alguém considera justo que um clube venda o passe de um jogador e não dê qualquer participação ao objeto da transação? Pois antes da lei dos 15 por cento, batada pelo CND, a coisa se fazia mais ou menos assim. Não me parece certo que um clube avalie um craque em 200 milhões de cruzeiros para efeito de venda e em vinte milhões para efeito de renovação. O que pretende a lei dos 15 por cento é assegurar um mínimo de vantagem ao profissional. De tal maneira que, ficando no clube em que está, o jogador, ao renovar o contrato, possa receber luvas razoáveis. Dir-se-á que os clubes estão em aperto e não podem pagar luvas altas. Em primeiro lugar, estão em aperto não é por culpa dos jogadores, mas por culpa deles próprios que não têm sabido administrar a mina que têm nas mãos. Por acaso, os mineiros estão reclamando contra a lei dos 15 por cento? O Santos está pedindo a revogação do decreto? Só aqui, no Rio, porque o futebol carioca, no momento, só pensa em vender e os 15 por cento, de certa maneira, atrapalham a transação. O caso de Rildo é típico: Rildo não queria sair do Botafogo, queria, apenas, ganhar mais e melhor; o Botafogo é que queria vendê-lo, de qualquer maneira para arrear as próprias finanças. Tanto isso é verdade que o diretor de futebol do clube chegou a oferecer de seu bolso o dinheiro do reajustamento de Rildo.

A lei dos 15 por cento, a meu ver, humaniza um pouco as relações desvantajosas em que o regime do passe situou o jogador de futebol no profissionalismo. Antes de condenar um benefício que o legislador soube criar para o atleta profissional, o que se deve é reformar a mentalidade mofada com que se administra o futebol brasileiro e, especialmente, o carioca.

Eusébio diz que Bangu não joga por quota fixa mas sim com divisão das rendas

O Presidente do Bangu, Sr. Eusébio de Andrade, disse ontem que o seu clube não exige quota fixa do Atlético, para jogar em Belo Horizonte, explicando que desde o início das conversações para a disputa do quadrangular, no Estádio Minas Gerais, ficou esclarecido que vigoraria o critério de divisão de renda, que poderá ser mantido para uma terceira partida, no Rio ou em Minas, para decidir o título do torneio.

O Sr. Eusébio de Andrade declarou ainda que o Bangu, em princípio, desistiu de comprar o passe do atacante Ladeira, ao América de Rio Preto, que alterou a primeira proposta que fizera — Cr\$ 20 milhões e mais o passe de Zé Otó — para Cr\$ 50 milhões, quantia que foi considerada como elevada. Após o treino de ontem de manhã, os jogadores receberam os prêmios pelos dois jogos que o clube disputou em Minas Gerais.

VINDA DE MARTIM

O treinador Martin Francisco, segundo informações do Sr. Eusébio de Andrade, está apenas aguardando a passagem que o Bangu ficou de enviar para a Espanha e, ainda esta semana, deverá estar no Rio para assumir o cargo.

Picado, por sua vez, não compareceu ao treino de ontem, mas telefonou avisando que não encontrara condução para Bangu, em virtude do temporal que caiu sobre a cidade. Jaime e Cabralzinho, resfriados, e Paulo Borges, sentindo ainda uma entrada do

goleiro do Atlético, estiveram ausentes do treino, além de Norberto e Ladeira, que ficaram retidos em São Paulo, por falta de ônibus. Estes dois, inclusive, telegrafaram avisando que estão tentando conseguir passagens de avião.

O Sr. Eusébio de Andrade esperou durante algum tempo pelo pai do jogador Jaime, que ficou de comparecer à Vila Hípica, para acertar a renovação do contrato do seu filho. Como ele acabou não aparecendo, a discussão do assunto ficou adiada para a manhã de hoje, no mais tardar.

Atlético acha difícil novo jogo com o Bangu

O Sr. Eduardo de Magalhães Pinto, Presidente do Atlético, disse ontem que há poucas possibilidades de seu clube jogar contra o Bangu uma partida em decisão do quadrangular Copa Minas, que os dois times terminaram empatados em primeiro lugar, porque o campeão carioca recusou a proposta de Cr\$ 10 milhões para vir jogar no Estádio Minas Gerais.

Os diretores do Bangu haviam proposto que o encontro fosse em renda dividida, o que não interessa ao Atlético, segundo o seu Presidente, que afirmou que o vice-campeão mineiro não mais aceitará amistoso com renda dividida, mas somente com cotas fixas, uma vez que o clube pode contar novamente com a sua grande torcida, auxiliada com as vitórias sobre o Internacional e o Palmeiras, além do empate com o Bangu.

América vai fazer cinco partidas durante o mês de maio na Tcheco-Eslováquia

O Presidente do América, Sr. Wolney Braune, acertou, ontem, cinco jogos para o seu clube na Tcheco-Eslováquia, no mês de maio, e o empresário Obiol ficou encarregado de conseguir mais partidas em outros países, conforme informou o Vice-Presidente de futebol, Sr. Gérson Coutinho.

América seguirá, sexta-feira à noite, em ônibus especial para Vitória, onde jogará, domingo, contra o Desportivo Ferroviário, e quarta-feira, com o Rio Branco, recebendo Cr\$ 8 milhões pelas duas exibições. Depois do carnaval, o América excursionará pelo Sul do País, numa excursão conseguida pelo funcionário Hildo Nejar.

ZEZINHO E AMORIM

Quando a Amorim, o diretor do América informou que achou muito pequena a proposta do Corinthians — que ofereceu Cr\$ 50 milhões mais o zagueiro Jorge. Se não for para o Corinthians, Amorim deverá continuar mesmo no América.

Môças do basquete seguiram para o México preocupadas com temperatura e altitude

Preocupadas com o frio e a altitude que irão encontrar, seguiram ontem à tarde para o México as jogadoras do selecionado brasileiro de basquetebol, que realizará uma série de sete exibições amistosas naquela país, em seis cidades diferentes, no período compreendido entre os dias de amanhã e 4 de fevereiro.

O embarque, previsto inicialmente para as 12 horas, mas transferido, na véspera, para as 15, acabou ocorrendo às 16h15m, pelo voo 810 da VARIG, com escalas em Lima, Bogotá e Panamá, estando a chegada à Capital mexicana prevista para as 3 horas de hoje. O atraso na saída do avião deveu-se às más condições do tempo.

QUEM VIAJOU

A delegação brasileira seguiu assim constituída: chefe — Alberto Cúrl; técnico — Ari Ventura Vidal; massagista — Geraldo Félix de Lima; jogadores — Marlene, Delci, Norminha, Angelina, Marli e Nadir — da Guanabara; Nilza, Laís Helena, Maria Helena, Heleninha, Riti e Jaci — de S. Paulo. Além de Marli, Marlene é a única que já atuou em quadras mexicanas, defendendo a seleção brasileira. O massagista Félix substituiu o médico Milton

Paulete, impossibilitado de viajar, por questões particulares.

O roteiro oficial no México prevê as seguintes exibições: amanhã e sexta-feira, na Cidade do México; domingo, em León; segunda-feira, em Aguas Calientes; terça-feira, em Guadalajara; dia 2 de fevereiro, em Morelia; e dia 4, em Puebla. Ainda não são conhecidos os adversários, sabendo-se, entretanto, que as brasileiras atuarão mais de uma vez contra a equipe de Comunicação, campeã mexicana de 66,

FIQUE RICO

Comprando bilhetes da Loteria do Estado da Guanabara, na CASA ESPERANÇA LOTERIAS, Av. Rio Branco, 159, que ainda tem bilhetes à venda para a extração de amanhã.

O SEU DIA CHEGARÁ!



Telefone para 22-1818 e faça a sua assinatura do

JORNAL DO BRASIL



Única sobrevivente de uma família, esta menina se salvou das águas mas no buraco em que se escondeu foi mordida por uma cobra



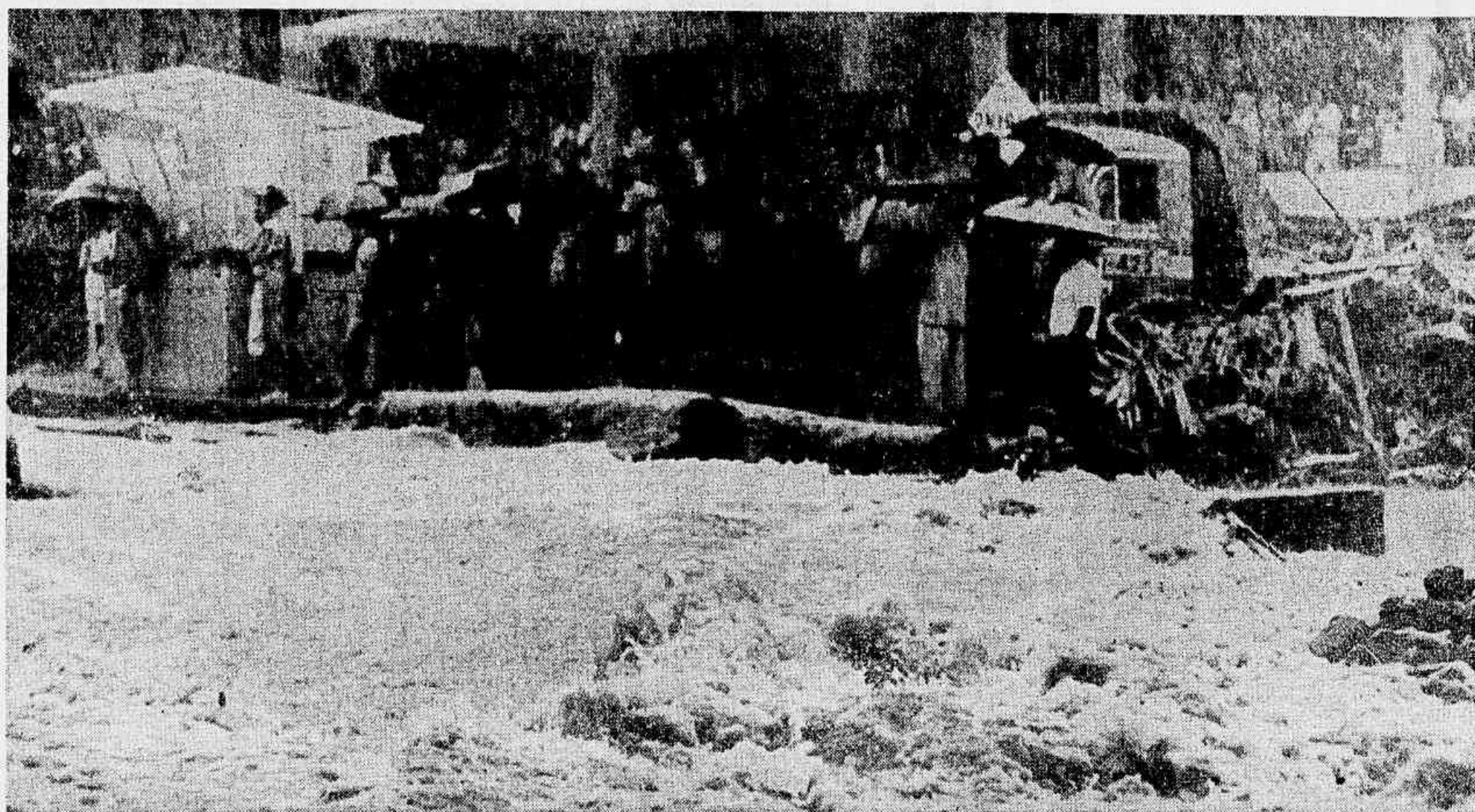
Os testes indicam que a água do Guandu está menos turva

Os efeitos que se repetem por uma causa comum

A causa é a mesma e os efeitos, embora variem quanto à intensidade e localização, repetem-se de ano para ano, modificando a paisagem geográfica, com a alteração do curso de rios e o deslocamento de barreiras, e a paisagem humana, com a desolação e a morte. Identificadas pelo sentimento comum de pânico e solidariedade, as pessoas e as cidades adquirem, de repente, uma estranha semelhança. A fisionomia de Itaguaí, no Estado do Rio, confunde-se com a da Tijuca, no Rio. A catástrofe uniformiza as emoções e padroniza as reações do homem. E, alguma vez, todos são iguais: perante a fúria dos elementos.



Dona Aurora Ambrozina não sabe de seu marido e nem onde morar com 5 filhos



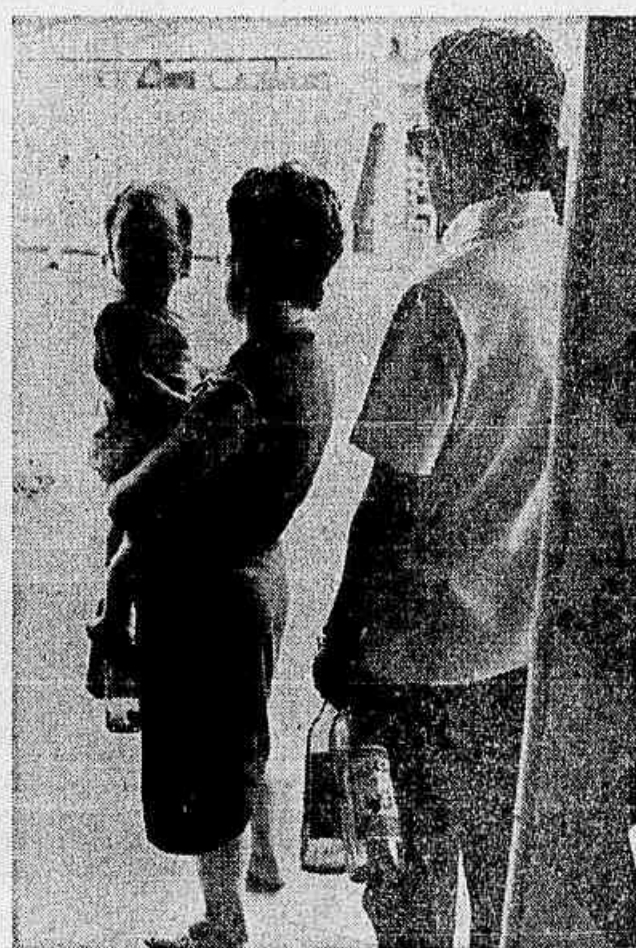
O temporal criou rios na Usina e os abrigos transformaram-se em pequenas ilhas de refúgio



O acesso ao lar representa, na Tijuca, uma escalada sobre mil e um detritos



Um hospital e dois médicos atendem longas filas de flagelados de Itaguaí



Também em Benfica, o carioca, sem gás, fez fila para comprar álcool



O agulão se transforma em quarto de dormir

O MUNDO À BEIRA DAS TREVAS

DEPARTAMENTO DE PESQUISA

Mesmo as grandes cidades do mundo, que vigiam e controlam rigorosamente suas fontes de energia elétrica, não descobriram ainda um remédio eficaz contra a escuridão: o *black-out* súbito caiu nos últimos anos sobre Estocolmo, Londres, Buenos Aires e também Nova Iorque, onde a escuridão foi mais dramática, porque nenhum americano está acostumado com ela, e o Presidente Johnson recebe, todos os dias, um relatório de segurança dizendo que tudo vai bem no país. O típico do Rio é que com a luz faltam água e gás.

O controle cada vez maior das redes — que são também cada vez maiores — e a adoção de equipamentos especiais capazes de prever um colapso não têm evitado as surpresas. No Rio, onde os *black-out* são frequentes, a única previsão possível é esta: de uma hora para outra tudo pode ficar preto. E tudo serve de motivo: em 1963, durante a última grande crise, foi a falta de água, mas em 1966 — como em 1967 — aconteceu o inverso: água em excesso.

POR UM TRIZ

Em outubro de 1963, o Ribeirão das Lajes estava ao nível de seis metros, o mais baixo possível antes do colapso total. No dia 12, para fazer frente à falta de energia, começou o regime de racionamento, com 40 minutos diários; no dia 15 foram proibidos os jogos noturnos e qualquer iluminação festiva; no dia 16, Lajes permanecia na faixa dos seis metros e anunciou-se um aumento do

acionamento, que passou no dia 17 para três horas diárias. No dia 24, a situação era crítica: falava-se no aumento para 10 horas. Mas dia 25, finalmente, começou a chover e uma semana depois a cidade estava salva pelas águas.

A crise mostrou, de modo dramático, até que ponto a cidade estava submetida ao acaso e ao imponderável: o tempo dos fazendeiros de chuva já passou e hoje ninguém mais acredita nêles. A arma contra a fatalidade não estava num outro tipo de usina que não dependesse de chuva, mas nas orações.

LUZ E CALOR

Um colapso no fornecimento de energia elétrica prejudica uma área de mais ou menos 470 quilômetros quadrados, correspondendo ao conjunto de áreas urbanizadas da Guanabara e dos municípios fluminenses de Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Nova Iguaçu e Itaguaí. A distribuição de energia à área é feita de dois modos: os fios aéreos (459 km²) e os cabos subterrâneos. Os segundos servem especialmente ao Centro e à Zona Sul.

Foi o rompimento de um destes cabos subterrâneos, dia 9 de fevereiro de 1966, que provocou falta de energia durante nove horas no Centro: o comércio cerrou as portas, os escritórios fecharam. O cabo, de 13 mil volts, localizado na câmara subterrânea na esquina das Ruas Buenos Aires e Regente Feijó, rompeu-se por causa do calor e do consumo exagerado de energia no

Centro, segundo a Light. A empresa atribuiu o excesso à instalação de novos aparelhos de ar condicionado. Neste mesmo dia, porém, o ex-Secretário de Serviços Públicos disse ter sido prevista, na administração anterior, a "calamitosa situação": lutou para que a União deixasse o Estado fiscalizar a Light, que condicionava a expansão dos serviços ao aumento das tarifas. Enquanto isso, a Light explicava, através do seu relações públicas, que, "depois de sofrer um cerco implacável durante 10 anos", estava investindo 228 milhões "neste incompreendido ramo de negócio".

Desde 1961, porém, vários estudos previam o progressivo colapso no fornecimento de energia no Rio, além de chamarem a atenção para a necessidade dos sistemas preventivos. No mesmo dia 9, em Belo Horizonte, a mufa de um transformador explodia e todo o Centro da Cidade ficava sem luz durante mais de uma hora.

A FRAQUEZA DAS CIDADES

O perigo destas súbitas escuridões é o seguinte: nas cidades concentram-se todos os sistemas vitais da vida nacional, inclusive os de segurança. As possibilidades de escuridão tendem a crescer na medida em que as redes se tornam mais densas; elas se tornam também mais perfeitas e seguras, mas no caso de um defeito sua extensão faz com que seja muito mais difícil o reparo. O *black-out* de Nova Iorque, de 9 para 10 de novembro de 1965, é um dos melhores exemplos.

B

JORNAL DO BRASIL — Rio de Janeiro, quarta-feira, 25 de janeiro de 1967

Quando o Presidente Johnson soube que as equipes de engenheiros estavam tentando localizar o defeito em jipes, helicópteros e mesmo a pé, o Governo ficou conhecendo a vulnerabilidade do sistema e os problemas que se apresentam para o futuro. As necessidades de energia elétrica multiplicaram-se a um tal ponto, nos Estados Unidos, que parece não ter havido um progresso equivalente nos meios de distribuição. Para um carioca que se vê na escuridão, em 1967, existem de imediato apenas dois grandes problemas: escapar dos assaltos e, em seguida, subir certo número de andares à luz de fósforos. Um americano sofre isso tudo e mais o complexo de segurança: se uma das regiões mais ricas do país parou de repente, o que aconteceria se todas as linhas de alta tensão fossem paralisadas de propósito? Embora o sistema de defesa não tenha sido afetado, a região de um outro *black-out*, alguns meses depois, tinha dezenas de organismos militares: a base de foguetes de White Sands, no Novo México, silos subterrâneos para armazenagem de foguetes, no Texas, vários centros de pesquisa espacial.

REALIDADE E FANTASIA

Até hoje não há certeza quanto aos motivos da falta de luz em 9 de novembro de 1965. Nesta mesma noite, porém, um outro medo invadiu as agências de notícias: a luz faltava também em São Salvador e em Estocolmo, na Suécia. Haveria uma razão geral para estes colapsos?

A princípio as autoridades americanas resolveram acusar a companhia particular que fornecia a força, e que teria economizado demais nos seus sistemas de segurança: a tocha da estátua da

Liberdade, iluminada por outra companhia, estava acesa. O chefe do Partido Nazista Americano George Rockwell, chegou a acusar os comunistas de sabotagem, como treino para grandes operações futuras. O itinerário do defeito, porém, não satisfaz inteiramente nem ao Governo nem ao nazista.

Parece que tudo começou na região de Niagara, onde um complexo de geradores extrai a energia da grande cachoeira. Talvez tenha sido, ao contrário das acusações do Governo, um excesso de técnica o responsável involuntário pelo defeito. A casa de força de Queenston, no Canadá, estava fornecendo energia normalmente quando um dos seus detectores sentiu um defeito que não havia. Um dos relés imediatamente entrou em pane (desligou) e deixou de controlar a energia. Os outros relés, sobrecarregados, deixaram de funcionar e um milhão e meio de quilowatts, descontrolados, dirigiram-se para os Estados Unidos, quebrando todos os circuitos do caminho até Nova Iorque. Em suma, o colapso teria sido motivado por alguma coisa que não existia.

Mas uma outra explicação, ainda mais perturbadora, surgiu pouco depois, quando se apurou que no dia do *black-out* foram vistos discos voadores na região das usinas. Foram feitas fotos da cidade no escuro e, no alto, os pontos luminosos — alguns de formato claramente oval — estavam evidentes. Na cadeia de pequenos acasos que ameaça a luz das grandes cidades, uma outra pergunta surgiu: não seriam os discos os responsáveis pelo desligamento dos relés em Niagara?

É que os relés modernos, quando algum objeto magnético interfere no seu próprio campo magnético, desligam-se automaticamente.



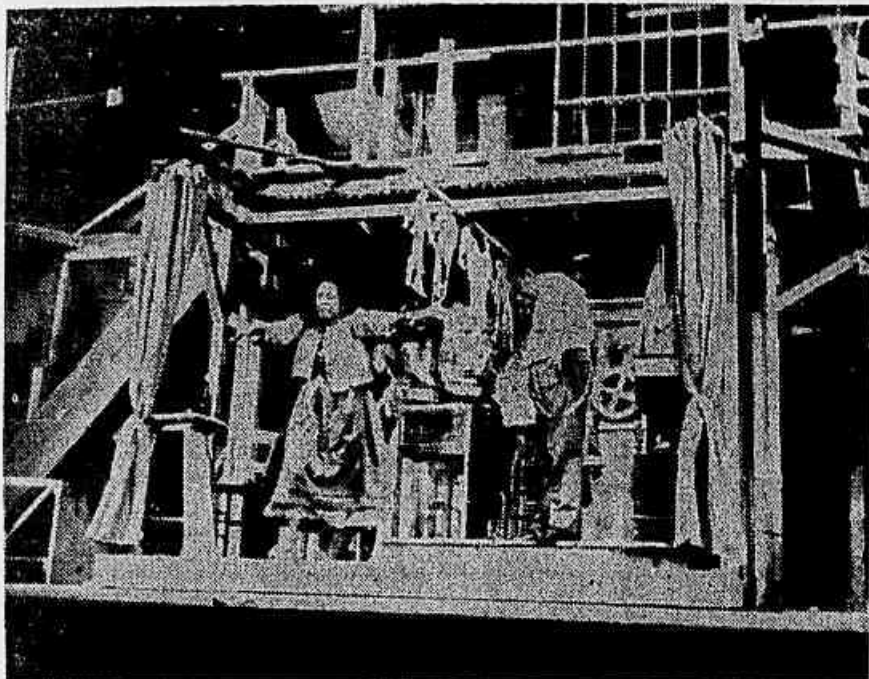
A vida não pára no escuro: nasceu uma criança



O dinheiro circula na penumbra

SEU APARTAMENTO ESTÁ MAL ALUGADO? PAR VENDE BEM
OUVIDOR 11111111

CUPIM
DISQUE 27-9797
INSETISAN
ATENDEMOS EM TODO O ESTADO DA GUANABARA
GARANTIA DE 10 ANOS



Túlio Costa faz milagres com o cenário para superar as deficiências do palco

TEATRO

YAN MICHALSKI

A ÓPERA DE TRÊS VINTÉNS (I)

Entre todas as obras de Brecht, esta talvez seja a mais rica em potencial de apelo popular; mas para que este apelo possa manifestar-se corretamente no palco, a obra exige um complexo processo de elaboração cultural, intelectual e técnica por parte do encenador e dos intérpretes. Somente através desta laboriosa e amadurecida assimilação a aparentemente fácil e imensamente comunicativa fábula poderá constituir-se, para o espectador, na importante experiência ao mesmo tempo ética, política e estética que Brecht pretendeu lhe proporcionar.

As dificuldades, tanto do ponto-de-vista da forma como do conteúdo, são enormes. Trata-se, antes de mais nada, de tornar claro para o público que este trágico, movimentado e alegre universo do *bas-fond* londrino do fim do século XVIII não pode ser tomado tal qual, ao pé da letra, mas constitui, muito pelo contrário, uma representação satírica profundamente pessimista da sociedade burguesa de todos os tempos, com os seus vícios, a sua hipocrisia, a força de opressão que ela exerce sobre o indivíduo. Em outras palavras, é preciso saber explorar a fundo o gigantesco po-

tencial da Ópera como puro entretenimento, como brilhante comédia musical, mas sem deixar que as suas ideias críticas se dissolvam sob o impacto da sua violenta e prolixa linguagem cênico-musical que é a própria razão de ser desse potencial. Por outro lado, do ponto-de-vista especificamente formal, é preciso chegar à cristalização de um estilo baseado em ingredientes extremamente variados e, na sua maioria, quase completamente alheios à nossa própria tradição cultural; por exemplo, toda uma linhagem de poesia picaresca européia, iniciada por François Villon (cuja balada inspiraram diretamente várias canções de Ópera), o jazz da década de 1920, e o inimitável estilo da canção de cabaré berlinense daquela época. É impossível permanecer fiel ao espírito da obra abstraído destes elementos formais que concorreram para a sua criação; mas é difícil conseguir respeitar, ou pelo menos adaptar convincentemente, estes elementos num país afastado das tradições culturais que o engendraram, como é o Brasil. Basta mencionar a técnica da canção semi-cantada e semi-recitada dos cabarés berlinenses, na qual se apóia uma grande parte da concepção vocal da obra: não somente trata-se de uma forma quase desconhecida para o nosso público e os nossos atores, como também esta forma decorre diretamente da sonoridade específica da língua alemã e é, portanto, quase intransponível para qualquer outro idioma.

Todas estas essenciais preocupações de cristalização estilística e de crítica social estão praticamente ausentes da montagem dirigida por José Renato — ou, se estiveram presentes na elaboração do espetáculo, são virtualmente irreconhecíveis no resultado final. A impressão que o espetáculo transmite é de que o

diretor confiou cegamente na espontânea vitalidade intrínseca da obra, e não pretendeu transmitir outra coisa senão esta vitalidade, através de uma encenação na qual foi procurada apenas uma certa competência artesanal e uma comicidade *vale-tudo*. Este modesto objetivo foi, sem dúvida, alcançado; mas em vão tentamos descobrir no espetáculo qualquer ideia de base, qualquer concepção geral reconhecível como tal.

O *vale-tudo* cômico empobrece e barateia a encenação além do que seria admissível. Seria absurdo, levando em conta as dificuldades já mencionadas, esperar da montagem nacional uma segurança estilística comparável àquela que devem possuir as encenações alemãs da Ópera. Mas não nos parece justificável que, a pretexto de aproximar o espetáculo do nosso público, se recorra a meios vizinhos dos abomináveis programas humorísticos da TV brasileira. Ora, é isto que acontece, por exemplo, na inexpressiva coreografia de Klauss Viana, ou na empoação de alguns personagens (tais como Jacó Mão de Gancho ou Lucy), ou em algumas marcações grotescamente fáceis (a obsessiva repetição das marcações dos personagens pulando em cima das mesas e camas, as fugas para a platéia). No programa, procurando justificar as liberdades que foram tomadas no espetáculo para "aproximá-lo da nossa língua e da nossa maneira", mencionam-se "adaptações semelhantes" feitas, por exemplo, na Itália, e que tiveram "amplo apoio do autor". A inexistência, senão a má-fé, é patente: a aludida encenação do Piccolo Teatro dirigida por Strehler, que Brecht não somente aprovou como até supervisionou pouco antes de morrer, era uma adaptação completa da obra original, inclusive com uma transposição da ação

para Nova Iorque e para 1914. Brecht podia admitir, como de fato admitiu, uma versão renovada da sua obra, mas com um sentido uno e coerente; dificilmente, porém, aprovaria liberdades e gracinhas avulsas numa encenação tão desprovida de qualquer ideia de coerência e de clareza de sentido.

Outro obstáculo no qual a realização esbarra quase irremediavelmente é o palco da Sala Cecília Meireles, por vários motivos — e principalmente pela ausência dos bastidores laterais — inteiramente inadequado para encenações teatrais. O engenhoso cenário de Túlio Costa faz milagres para tentar superar este *handicap*, mas não o consegue senão parcialmente; e o espetáculo inteiro, pelo seu ritmo hesitante, pela sua falta de fluência, pelos esbarrões, pelos desordenados movimentos da multidão, trai desagradavelmente o excessivo esforço que foi necessário apenas para colocar a complexa mecânica da montagem de pé.

E no entanto, seria injusto deixar de constatar que a confiança que José Renato depositou na vitalidade da obra de Brecht/Weill não foi tão exagerada assim: incompleta, superficial, vulgarizada, despoetizada, errada em tantos sentidos, a Ópera lá está, apesar de tudo, encantando-nos e envolvendo-nos no seu mágico sopro de violência, de alegria de viver, de coríndio e de musicalidade. E injusto seria deixar de reconhecer que ao lado de tantas deficiências, a montagem apresenta uma série de méritos individuais indiscutíveis. O esplendor do texto de Brecht e da música de Kurt Weill, e estes méritos individuais que comentaremos amanhã, fazem do espetáculo da Sala Cecília Meireles, apesar de tantas deficiências, um programa pelo menos agradável, divertido, e em última análise recomendável.

CIÊNCIA & TECNOLOGIA

JOSE-ITAMAR DE FREITAS

AMERICANOS AUTOMATIZAM GUERRA: MÁQUINAS DE CAÇAR GUERRILHEIRO

Basta a luz das estrelas para que um homem seja visto — e morto — a 200 metros de distância. Ou mesmo nem é preciso que eles seja visto: basta que façam um movimento, no seu esconderijo, para que um aparelho de ultra-som o denuncie, e mesmo que não se mexa, se estiver num grupo, o cheiro da tropa pode ser captado, a longa distância, por uma máquina especial, o *cheirador do guerrilheiro*. Se não houver cheiro, há a cor, que pode ser diferenciada a dezenas e dezenas de metros, até a centenas, por um aparelho que revela o tom amigo ou inimigo.

São os americanos do Norte, mestres da tecnologia — das máquinas para tudo —, que saltam das enceradeiras, bateadeiras, lavadeiras automáticas, refrigeradores, pintores automáticos de quadros abstratos, encubadeiras, gravadores de mil tamanhos e rotações, rádios e tevês com mil bossas, da era doméstica à James Bond, para a tecnologia bélica antiguerilhas nos campos experimentais do Vietname.

A revista *Newsweek* — reproduzida, na Argentina, por *Primera Plana* — revela as últimas conquistas da tecnologia bélica, por encomenda das três Armas norte-americanas, em luta no Vietname, contra guerrilheiros que se multiplicam, magicamente, resistindo às forças da nação mais poderosa da atualidade. Contra a tática dos homens, os norte-americanos lançam, num último recurso, a precisão das máquinas, a tecnologia. Ou será que a guerrilha tem uma solução antitecnológica? A resposta virá em 1967.

Um disparo na escuridão

Aconteceu em dezembro passado, antes da trégua de Natal, segundo contam *Newsweek* e *Primera Plana*: um guerrilheiro vietcong se aproximou, de cócoras, aproveitando a absoluta penumbra de uma noite sem lua, e começou a cavar um fôssco no caminho de terra que une Saigon, a capital do Vietname do Sul (pró-americanos) ao Vietname do Norte (anti-americanos). Seguro de sua impunidade, o guerrilheiro completou sua tarefa e sacou, de suas roupas escuras, uma mina, que se apressou a enterrar. Antes, porém, que terminasse seu trabalho, um só balanco, retumbando na selva próxima, detonou a mina e arrasou com seu portador. Exatamente a 275 metros dali, um sentinelha da Divisão de Infantaria n.º 25 continuou observando as cercanias com a máquina *starlight-scope*, um aparelho ótico recém-montado em seu rifle, e que permite penetrar nas trevas, graças a um dispositivo que amplia os mais distantes sinais de um objeto bri-

lhante. Para tomar pontaria, o soldado norte-americano havia usado o débil brilho das estrelas.

Era o fim de mais um guerrilheiro, na "escalada" norte-americana que mata centenas e centenas por dia, sem que consiga acabar com um inimigo que parece sair do chão, como formiga (será por isso que americanos usam a "guerra química", isto é, o bombardeio com substâncias que paralisam homens, desfolham árvores etc.).

— Talvez a busca de tais aparelhos não seja a maior preocupação do General William Westmoreland, responsável pelas tropas norte-americanas no Vietname, mas tampouco é a menor: para enfrentar um inimigo que não se caracteriza, precisamente, por sua inocência, todas as argúcias e toda invenção são insuficientes. — dizem *Newsweek* e *Primera Plana*. Centenas de episódios como aquele do guerrilheiro descoberto a 275 metros, na escuridão, repetidos a cada dia, confirmam a presença, cada vez mais constante, da tecnologia moderna nos arrozais e selvas do Vietname. Ainda que os soldados norte-americanos sempre tenham contado com um armamento flamante e dispositivos sofisticados, a guerra de guerrilhas anulou, durante a primeira etapa da luta suasiática, a maior parte dessas vantagens. Pior ainda: o Pentágono havia seguido uma estratégia tecnológica que o levou a deixar de lado, durante a década de 50, os preparativos para uma luta de terreno. Mas a coisa mudou. Qual a causa dessa mudança? Para *Newsweek*, o crescente compromisso norte-americano no Vietname. Para nós, as sucessivas derrotas norte-americanas e a comprovada impotência diante de tantos mestres-guerrilheiros. Ou *Newsweek* quer dizer isto, ao falar do "crescente compromisso"? Faz pouco tempo — comenta o Coronel Whiteside, da Força Aérea EUA — não estavam equipados para esta classe de guerra. Haviaamos colocado grande parte de nosso dinheiro no desenvolvimento de nossa capacidade nuclear, e só mais recentemente começamos a pensar nas técnicas aéreas e nos armamentos para guerra de contra-insurgência.

Sob as siglas ARPA, ACTIV, LWL e outras, se escondem os nomes de várias agências recrutadas para a investigação bélica, para a invenção e construção de artefatos e sistemas. No verão de 1965, o Secretário de Defesa, Robert McNamara, pediu às três Armas uma lista dos implementos de que necessitavam, com maior urgência. A lista final incluía 41 itens, desde um sistema contra emboscadas até um radar melhorado. Pouco depois, segundo *Newsweek*, o diretor técnico do LWL (Laboratório de Guerra Limitada do Exército), Edward Kaprelian, in-

formava, com seu melhor sorriso, que 18 desses artefatos já estavam desenhados e que sua equipe de 145 engenheiros e técnicos se havia antecipado a muitos outros pedidos que, algum dia, poderiam chegar à agência. Se alguém quer saber como funciona uma agência de invenção e construção de artefatos e sistemas bélicos, eis um resumo do que se passa na LWL: a *ligeireza* é a palavra de ordem; os cérebros passam o dia projetando tudo o que lhes ocorre. Se um projeto parece requerer mais de 18 meses para sua execução, como é o caso do novo *rastreador laser de largo alcance*, é trasladado para outros laboratórios. Um membro de pessoal pode utilizar-se, sem prévia autorização, de alguns milhares de dólares da *caixinha* do LWL, e gastá-los no que considere conveniente. Ainda que o invento não se revele útil, bastará que o investigador redija um informe sobre o porquê desse fracasso, para que a inversão se justifique. Kaprelian, o diretor-técnico, tem um *arquivo de fracassos*, revisado periodicamente, para que se veja se, entre eles, há algo que seja solução para algum novo problema chegado da frente de batalha ("Os pedidos são, às vezes, totalmente ilógicos, mas constituem um desafio estimulante" — diz Kaprelian). Eis alguns dos mais novos implementos:

"Starlight-scope" ou Visor Noturno

É tido como arma operacional desde princípios de 1966, esse aparelho *starlight-scope* ou visor noturno. Pelos cálculos dos observadores, há uns 800 em uso, na atualidade. O peso de cada aparelho é de três quilos, incluindo as baterias e o visor. O visor, semelhante a uma mira telescópica, porém iluminado no seu interior, está montado sobre o rifle. Basicamente, a arma consiste em um sistema que amplifica a intensidade das imagens recebidas, até tornar visível um objeto escuro iluminado pela luz das estrelas. Faz parte da equipagem da Infantaria da Marinha, e os Estados Unidos negaram sua existência até que dois aparelhos caíram em mãos dos guerrilheiros vietcongs.

Outros acessórios ótimos não só ampliam a luz recolhida, como emitem, por si mesmos, ondas não visíveis a olho nu, tais como os raios infravermelhos. Neste momento, está sendo experimentado um aparelho *starlight-scope* que utiliza os raios do laser (também chamado de *raio da morte*).

Campos de aterrissagem portáteis ou de bolso

Os campos de aterrissagem portáteis ou de bolso (evidentemente, força de expressão) são enor-

mes rédes de aço, que se deixam cair sobre as copas das árvores, o que permite que as tropas aerotransportadas pousem, rapidamente, sobre um objetivo. Até agora, a densa folhagem dificultava a operação com helicópteros, que deviam percorrer longas distâncias à procura de uma clareira, muitas vezes longe demais do ponto de destino das tropas. A rede de aço é disposta como uma plataforma, apoiada nas árvores mais altas. A descida não só acaba com as antigas caminhadas pela selva, em picadas abertas a facão, como aumenta a surpresa do ataque.

Hovercraft, lancha para qualquer água

O *patrulheiro fluvial Hovercraft* é uma espécie de lancha, de até oito toneladas, dotada de um sistema que a eleva alguns centímetros por sobre a superfície da água, mediante um poderoso jato de ar, que faz o papel de um colchão.

Como o Hovercraft não arrasta água (e nem sequer a toca), pode perseguir as pequenas embarcações guerrilheiras até as costas menos profundas dos pantanosos arrozais vietnamitas.

Única limitação capaz de tornar desvantajosa a utilização dessa lancha-ninho-de-metralhadoras flutuante é o barulho de suas gigantescas hélices. Um barulho tão grande que, a boa distância, adverte os inimigos.

Fotos no escuro e através de nuvens

O reconhecimento fotográfico, noturno não é novidade, como sistema, mas quanto aos dispositivos com que, agora, trabalha. No Vietname — conta *Newsweek* —, as fotos de reconhecimento são tomadas durante as 24 horas do dia, com tempo bom ou sob chuva. Para poder fotografar sem esbarrar nas capas de nuvens ou de nevoeiro, e para operar os filmes a noite, os helicópteros transportam agora grandes câmaras de televisão, equipagem intensificadora de luz, e câmaras de fotografia infravermelha, capazes de ver na penumbra qualquer objeto cuja temperatura seja levemente diferente da do contorno. Assim, as fábricas camufladas ou os acampamentos, e ainda as concentrações de soldados aparecem nas fotos com bastante precisão.

As novas equipagens infravermelhas instaladas a bordo dos aviões *Mowhawks* e *Phantom* são capazes de detectar as ondas de calor do cano de escapamento de um caminhão.

Canoa fotográfica e cheirador de homens

A canoa fotográfica é assim

chamada por causa da sua forma. Trata-se de uma cápsula repleta de instrumental fotográfico, que viaja sob a barriga de um avião *Vigilante*, bombardeiro nuclear bimotor da Marinha. Na canoa, os objetivos das câmaras podem investigar o terreno em qualquer direção, e eliminam a necessidade de voar diretamente sobre o ponto visado para a observação. As câmaras trabalham a alturas de até 12 mil metros, a pleno detalhe.

O *cheirador químico de homens* nasceu de uma ideia do LWL, em colaboração com a General Electric — revelam *Newsweek* e *Primera Plana*. Consiste em um laboratório químico de 12 quilos, portátil, que pode analisar o ar e detectar os cheiros saídos de uma tropa de guerrilheiros vietcongs. Numa operação, o *cheirador* assinalou um objetivo distante 300 metros. Não é muito cômodo de usar, pois é enganchado na macega, no mata-gal, e tem de ser transportado até perto do inimigo, para que não cometa enganos.

Microfone ultra-som e separador de cor

O microfone de ultra-som pode recolher sons que vibrem acima de 20 mil ciclos, e que são inaudíveis para o homem. Alguns sons dessa classe podem ser produzidos durante a fricção de pedaços de tecido, ou quando um guerrilheiro faz um simples movimento.

Um aperfeiçoamento do microfone ultra-som consiste em esconder, no perímetro de um terreno, caixinhas lotadas de percevejos, que se alvoroçam nem bem se aproxima um guerrilheiro. Os percevejos emitem ultrassons que o aparelho denuncia imediatamente.

O *separador de cores* é um aparelho que filtra as imagens provenientes de um setor, selecionando os tons suspeitosos, como o negro dos uniformes.

O que é que falta, para anular essas *formas humanas*, que são os vietcongs, filhos, netos, bisnetos, trinotos, tetranotos de guerrilheiros, que lutaram entre outros, sucessivamente, contra chineses antigos, franceses, japoneses e norte-americanos? Para *Newsweek*, não se conseguiu desenhá-lo, ainda, um bom sistema que detecte o lugar de origem do fogo dos morteiros, preferido pelos vietcongs, nem a situação de minas não enterradas, que às vezes estão em árvores, construídas também sem partes metálicas. Não se consegue, ainda, igualmente, detectar os túneis que os guerrilheiros usam como refúgio e depósito. Só por acaso os norte-americanos e seus aliados descobrem, às vezes, um túnel ou uma rede de túneis, das centenas que os vietcongs cavam, todo dia, há tantos anos, apesar dos milhares de homens e máquinas que os vigiam, ininterruptamente.

Panorama das letras

DE PROUST A CAMUS — Na sua coleção Intelectual, a Editora Nova Fronteira está apresentando um novo livro de informação e cultura: *De Proust a Camus*, uma relação feita por André Maurois, contendo a vida e a obra dos 12 maiores escritores franceses do século XX: Marcel Proust, Henry Bergson, Paul Valéry, Alain, Paul Claudel, François Mauriac, Georges Duhamel, Antoine Saint-Exupéry, Jacques de Lacretelle, Jules Romains, André Malraux e Albert Camus. Livro importante para consulta.

SELENEH X 8 — *Seleneh de Medeiros publica, pela Editora Lettura, o seu oitavo livro de poemas: A Hora Seguinte, contendo novos produções, todas elas integradas na linha lírica da autora, para quem a entonação musical não deve dissociar-se do ritmo do verso. Anteriormente, Seleneh publicou: Alvorada (1946), Canto no Silêncio (1948), Gôta D'água (1950), Alma Cigana (1952), Amanhã (1955), Canarana (1957) e Possuída (1964). Ela é uma das atuantes poetas de sua geração.*

CIÊNCIA ECONÔMICA — De Marc Rivière, a Editora Civilização Brasileira lança no mercado *Economia Burguesa e Pensamento Tecnocrático*, uma contribuição ao estudo do pensamento econômico universitário burguês do século XX, em tradução de Helga Hoffmann. O livro foi incluído na coleção *Perspectivas do Homem* e é uma valiosa contribuição para a análise crítica de algumas tendências da economia política contemporânea. Obra de ciência, sem quaisquer resquícios demagógicos.

DOIS CONTISTAS — O goiano Miguel Jorge e o sergipano Renato Mazze Lucas aparecem com dois livros de contos que vêm pôr em evidência a atividade dos escritores da província, procurando integrá-los nas novas correntes da ficção, buscando uma expressão própria para comunicar-se. O livro de Miguel Jorge intitula-se *Antes do Túnel* e foi lançado em Goiânia pela Editora da Universidade Federal de Goiás; o de Renato Mazze Lucas chama-se *Anum Preto* e foi editado no Rio por Lettura.

MATEMÁTICA — A Companhia Editora Nacional tem programado o lançamento, para este mês do 1.º volume do *Curso Moderno de Matemática para a Escola Elementar*, de autoria das Professoras Manhúcia Peralberg Liberman, Ana Franchi e Lucilla Behnara, licenciadas em Matemática e docentes efetivas do Magistério Oficial do Estado de São Paulo, sendo ainda supervisoras do ensino de Matemática nas escolas primárias e secundárias do Estado. O Curso será complementado por um *Guia do Professor*, indispensável ao seu bom aproveitamento e à orientação pedagógica do magistério. O livro se constituirá numa obra original, de resultados positivos já comprovados na fase experimental, e seus volumes serão integralmente utilizados pelos alunos, pois todas as informações estarão ao alcance do discente. Merecerá ainda um tratamento gráfico esmerado, sendo impresso em quadricromia e apresentando espaços suficientes para que os alunos possam realizar os trabalhos propostos.

POEMAS EM PROSA E SALOMÉ — Oscar Wilde, dono de uma sensibilidade "doentamente comprometida com a beleza", segundo Valmíria Ayala, ajudou a estabelecer, com a sua obra muitas vezes envolvida por um halo de escândalo, os pontos principais de uma revolução estética que dominou a literatura do fim do século passado, e de que resultaram as criações de alguns dos grandes escritores modernos. Salomé, tragédia que as Edições de Ouro, resumo, agora, num único volume, aos Poemas em Prosa, do famoso esteta irlandês, contém todas as implicações subjetivas dessa "subversão pela beleza" que Wilde ajudou a desenvolver. A tragédia de Wilde e o volume traz introdução de Valmíria Ayala. Coleção Clássicos de Bolso.

Panorama
do teatro



A ESTREIA HOJE — A estréia de Rasto Atrás, de Jorge Andrade, hoje no Teatro Nacional de Comédia, será em benefício da Sociedade de Amigos Psicológicos. A crítica e os convidados especiais verão o espetáculo amanhã, quando começará a sua carreira normal.

BOLSA PARA MELHOR ALUNO — Rubem de Araújo Júnior, classificado como o melhor aluno do corrente ano no Conservatório Nacional de Teatro, obteve como prêmio uma bolsa-de-estudos nos Estados Unidos da América. O estudante foi indicado pelo Serviço Nacional de Teatro, que se responsabilizará pela sua passagem. O SNT estuda a possibilidade de oferecer anualmente ao aluno mais destacado do Conservatório uma bolsa em uma das universidades especializadas do exterior. Eis, sem dúvida, uma boa ideia, um dinheiro bem investido pelo SNT.

PAULO AUTRAN: EDIPO REI — Paulo Autran, finalmente livre, depois de quase dois anos, dos seus compromissos com Liberdade, Liberdade, vai começar a ensaiar, em princípio de fevereiro, um papel que representará, sem dúvida, um marco importante na sua brilhante carreira, e que constitui o sonho de tantos grandes atores: Edipo Rei, de Sófocles. A tragédia será montada por um elenco independente especialmente constituído para a ocasião, e que contará também com as presenças de Cláudio Hünem e Raul Cortez. A direção será de Plávio Rangel, que destituiu, por causa de Edipo Rei, de dirigir A Saída? Onde Fica a Saída? para o Grupo Opinião. Edipo deve estreiar em abril no Municipal de São Paulo, e virá para o Rio provavelmente em maio. Um espetáculo que merece, desde já, ser aguardado com interesse e otimismo.

SNT: DIRETORA DESIGNA SUBSTITUTO — A Diretora do Serviço Nacional de Teatro, Bárbara Heliodora, assinou portaria designando o Sr. Jorge Gonçalves em substituição, nos impedimentos eventuais e temporários. O Sr. Jorge Gonçalves é o chefe da Seção Técnica do SNT.

Panorama
das artes
plásticas

NOVO SALÃO — A Churrascaria Glacé acaba de criar o seu Salão Anual de Pintura congregando pintura e desenho, independente de escolas para artistas nacionais e estrangeiros, que tenham feito exposições individuais durante o ano anterior na Galeria Corredor de Arte. Comparando os prêmios em dinheiro oferecidos pela IX Bienal de São Paulo (10 mil dólares) e a I Bienal da Bahia (5 milhões de cruzeiros) o novo Salão oferece 150 mil cruzeiros para pintura clássica ou acadêmica, 150 mil para pintura moderna e uma Menção Honrosa de 50 mil, certamente para os desenhistas, já que os dois primeiros são especificados para pintura. Este Salão inaugurado dia 9 será encerrado a 31 deste mês, quando serão entregues os prêmios aos vencedores.

ACERVO DA G-1 — Com preços variando de Cr\$ 50 mil a 5 milhões a Galeria G-1, em Copacabana, expõe seu acervo até o dia 13 de fevereiro: Antônio Maia, Bianco, Dêlo Vieira, Inimã de Paula, José de Deme, José Barbosa, Marília Rodrigues, Maria Leontina, Pindaro Castelo Branco, Renato Landin, Aloisio Zuluar, Ana Bela Gelger, Benjamin Silva, Edite Behring, Iherê Camargo, Abraham Palatnik, Zélia Salgado, Frank Schaeffer, Portinari, Nilton Cavalcanti, José Pedrosa, J. C. Galvão, Lídio Bandeira de Melo, Pameletti, Djanira, Carybé, Pietrina e Nacif Ganem.

EXPOSICOES NO MAM — O Museu de Arte Moderna está apresentando suas primeiras exposições do ano: I Concurso Nacional de Desenho Mobilário Prêmio Fátima 66, Horizontes do Cinema e Obras do Patrimônio. A partir de outubro estão programadas: 50 anos de pintura de Di Cavalcanti e uma grande retrospectiva de Lázar Segall.

SEIS NA MORADA — A Galeria Morada, no Leblon, apresenta o verão para apresentar seu acervo: Anna Bella Geiger, Anna Letícia, Antônio Maia, Arturo Kubota, Bruno Giorgi e Domenico Lazzarini.

PANORAMA 4 preparado pela seguinte equipe: Fausto Wolff (Televisão) — Harry Laus (Artes Plásticas) — Juvenal Portela (Discos Populares) — Lazo Burnett (Literatura) — Miriam Alencar (Cinema) — Renzo Massarani (Música) — Simão de Montalvão (Shows) — Yan Michalicki (Teatro) — Wilson Cunha (Internacional).

JOSÉ CARLOS OLIVEIRA | OU BEM COSME, OU BEM DAMIÃO

Nessa deliciosa comédia Como Roubar um Milhão de Dólares, com Audrey Hepburn e Peter O'Toole, vemos alguns gendarmes de Paris, elegantes em seus uniformes azul-marinhos. Repare nestes com especial carinho por causa do contraste que fazem em comparação com a polícia carioca. Em Paris, o policiamento é ostensivo; os policiais fazem parte da paisagem. No Rio de Janeiro, a polícia não tem nada a ver com as ruas; você anda quilômetros,

de dia ou de noite, e não vê um único guarda. Nossa organização policial é semiclandestina, com seus homens trabalhando quase sempre à paisana e entrando em cena apenas quando chamados. Em Paris, os gendarmes estão em toda parte e não inspiram temor, a não ser naturalmente aqueles que andaram agindo mal. São um pouco bruscos e impacientes, como todo parisiense, mas você sabe que pode confiar neles em qualquer circunstância. Eles são a cidade. Você quer saber onde fica um banco, uma rua? É só perguntar ao gendarme. Se o

negócio for difícil de explicar, ele apanhará um mapa no bolso e lhe mostrará o lugar exato que você está procurando. Se você pediu essa informação ao gendarme da esquina em que mora, pode estar certo de que no dia seguinte, ao passar por ele, você será cumprimentado de maneira típica: o gendarme levará dois dedos à pala do quepe, fazendo continência ao bom cidadão. No Rio de Janeiro, raramente a polícia aparece antes do cadáver. Periodicamente, os jornais denunciam o estado de abandono de determinado local (a Barra da

Tijuca, por exemplo), enumerando a série de crimes ali praticados, e então o Governo estadual manda para lá alguns homens, no dia seguinte é publicada a foto do policiamento ostensivo, e cinco meses depois tudo voltará à situação anterior. No Leblon, quando já ninguém se aventurava a andar na rua depois das 10 da noite, apareceram alguns soldados a cavalo. Dois em dois, lá vão eles — ploc, ploc — afastando-se dos assaltantes, que naturalmente só precisarão esperar que o ploc-ploc se perca na escuridão... Os leitores pensarão que estou com má

vontade. Estou mesmo. Por que, ora bolas, será justo que a polícia montada só apareça depois que tanta gente foi assaltada, tantas residências invadidas? E tem mais: por que a polícia? Por que não um soldado em cada esquina? As autoridades responderão, é claro, que não têm homens em número suficiente. Muito bem: mas então, por que dois soldados a cavalo, um ao lado do outro? Seria bem mais racional mandar o Cosme cavalgar num quarteirão e o Damião em outro. Precisamos acabar com esse complexo de polícia siamesa...

PASSARELA

NÃO ESQUENTE A CABEÇA NA FALTA DE GÁS: USE A SUA IMAGINAÇÃO

GILDA CHATAIGNIER

De repente você redescobre que o gás é tão importante quanto a água, a luz e o telefone. Ele, que é visto comumente como um mero plebeu, na escala de valores domésticos, surge como um rei nas épocas de crise. Mas não se aflija. Aqui vai uma série de sugestões para a falta de gás, sem que interfiram no seu paladar.

FRIOS — Formam o básico. Com eles você pode fazer ainda sanduíches, enroladinhos rechea-

dos com biscoitos salgados e ainda uma saborosa maionese (use o produto condicionado em vidro).

SANDUÍCHE GIGANTE — Vale por uma boa refeição: pão de forma cortado em fatias horizontais, nas quais você intercala: patê, sardinha em lata, maionese, queijo amassado com manteiga. Se preferir um prato mais vistoso, cubra todo o pão de forma com maionese.

O GRILL — Utilize-o para bi-

jes, ovos, sardinha e pratos ligeiros. Os fogareiros a álcool também têm chapas.

SALADA ENLATADA — Petit-pois, milho, palmito e maionese. Se preferir uma salada mais completa, já existe no mercado uma série grande de legumes em latas.

FRUTAS — Podem ser misturadas às saladas ou constituir a própria refeição; abacate com leite condensado é gostoso e substancioso, passando-se os dois in-

gredientes no liquidificador; ameixas pretas casam bem com presunto; banana e leite condensado, eis uma boa refeição para crianças; abacaxi fica ótimo com frios; mamão pode ser servido com creme de leite e rodela de maçã.

O INDISPENSÁVEL — Fogareiros a álcool ou querosene, velas ou lampiões (no caso de faltar luz também). Não se envergonhe de ter esses apetrechos. Estamos na época das catástrofes pluviais.

SUBSIDIOS — Água mineral, refrigerantes, enlatados diversos, ovos (fáceis de serem preparados), pão de forma (que se conserva por mais tempo).

O QUE SE DEVE EVITAR — Os legumes e verduras frescos; carnes e miúdos que exijam uma preparação maior e demorada; água sem fervura; travessas na mesa (economize água, servindo nas panelas); e muitos talheres e sobremesas. Não se esqueça do perigo da poluição.

A chuva, a confusão

• A polícia carioca não armou nenhum esquema de emergência para a situação de exceção que vivemos nestes 2 últimos dias. Parece até que nada aconteceu.

• Os tijuquanos são supersticiosos: dizem que as chuvas caídas sobre o bairro é castigo do céu, porque a procissão de S. Sebastião, este ano, não saiu.

• As 10 da manhã de ontem, na Zona Sul, não mais havia à venda nem fogareiros nem álcool. As velas também terminavam e quem não se sentiam satisfeitos eram os macumbeiros, observando que os terreiros é que vão sofrer a falta de vela.

• Uma experiência que merece registro: porque os sinais luminosos do Centro da Cidade, em sua maioria não funcionam, o engarrafamento habitual era bem menor. Para o futuro, vale a pena lembrar deste dado.

• Porque à hora do almoço de ontem, os policiais de trânsito deviam almoçar (ao que parece, todos, à mesma hora), em Botafogo o engarrafamento era intransponível. Quem se dirigia ao Centro precisou fazer Botafogo—Cidade via Copacabana.

• A maioria dos restaurantes da Zona Sul, até ontem, continuava funcionando, apesar da falta de gás. Os estoques de garrafas de gás foram usados.

• A falta de luz de domingo à noite só foi aproveitada pelos moradores do Leblon, próximos da favela do Pinto, onde há uma escola de samba que organiza festinhas até altas horas da madrugada. As músicas são tocadas através de um alto-falante que não deixa ninguém dormir e que no domingo silenciou.

PICADINHO

• Sábado de carnaval, em Petrópolis, na casa de Tarso de Abreu, haverá festa das havaianas. Bostas: as duas da madrugada será servida uma ceia e as cinco da manhã, café com leite. Ninguém poderá sair antes de cumprir as duas refeições.

• Aldemir Martins acabou de ilustrar — belas ilustrações, dizem os que já as viram — uma edição de Os Sertões, de Euclides da Cunha.

• Bé: é o apelido do Governador Abreu Sodré, para os íntimos.

• Este ano, Gigi, a passista de Mangueira, volta a desfilar com a sua escola. A moça está um pouquinho mais gorda, depois de ter tido o primeiro filho, mas continua bonita como antes.

• Um destaque de Mangueira — aliás, pela terceira vez — é Edina Soares, a dona da boutique Scherazade. Sua fantasia: Narizinho, de Monteiro Lobato.

• Sacha é, no momento, um dos homens mais felizes da Cidade. O seu Balaio anda lotado, todas as noites, e atualmente é um dos lugares mais divertidos, mais animados da vida noturna carioca. O que prova que o gênero discoteca é mesmo o que pega.

• Os moradores de Ipanema, na tarde de domingo, à medida em que iam ouvindo a música de carnaval de Jaguar, Albino e companheiros, abriam as janelas para ver a sua banda passar. Muitos chegavam até a descer até a rua para entrar na banda. Os rapazes vestiam-se de paletó com ombreiras, camisas de cores fortes, meias brancas e chapéus de palha. "Uma banda de mafiosos", era a opinião geral.

• Agora, na sexta-feira, a dupla convida para uma festa na Banda de Portugal. Vão angariar fundos para saírem num bloco — Os Desunidos de Ipanema —, nos dias do carnaval. Patrono do bloco: Lúcio Rangel.

• Em S. Paulo, o Clube da Orla, (Guaruja) prepara um leilão de arte. Deverão entrar dois pintores cuja cotação vem crescendo rapidamente, nos últimos meses. São: Gomide (um desenho, em média, 700 mil cruzeiros) e Ismael Néri (marido de Adalgisa Néri, cujos desenhos menores orçam pelos 600 mil).

LÉA MARIA



Cardin lança jóias brasileiras

TEATRO PRINCESA ISABEL

MUGNÍFICO SIMONAL

COM
O SOM 3

ESTREIA HOJE 21.30 H.

APENAS 30 DIAS

RESERVE JÁ: 37-3537

UM SHOW MIELE & BÓSCOLI

CARDIN E OS BRASILEIROS

Pierre Cardin, o costureiro francês, há dias atrás esteve visitando uma exposição de jóias da arquiteta (pernambucana) Clementina Duarte, numa galeria de vanguarda, na Rive Gauche. O resultado foi que Cardin, fascinado com as jóias, pediu a amigos comuns que os apresentassem. Como resultado, amanhã à tarde, quando Cardin mostrar a sua coleção, Clementina também será lançada, pois todas as jóias apresentadas serão por ela assinadas. Dentre as brasileiras que possuem peças da nova vedeta brasileira em Paris está a paulista Dora de Sousa.

CARDIN E A CÂMARA

Enquanto nada de positivo existe em relação às tendências detalhadas da nova moda, a grande sensação dessa época de pré-lançamentos da moda de Paris é a demissão de Cardin da Câmara da Alta Costura. O argumento: não há mais motivo para se fazer tanto segredo quanto às coleções. E a proibição da Câmara de não se deixar publicar fotos ou croquis antes de passado um mês do desfile, é "uma tolice superada". Cardin observa: "Hoje em dia não há mais sentido em vestir apenas umas cinco mil mulheres riquíssimas e privilegiadas, que vivem espalhadas pelo mundo. O que importa é vestir o maior número de mulheres: desde a minha vendedora até a gráfinha. E a preços baratos."

NÓS E O "PRÊT-À-PORTER"

Cardin está certo. Mas é que enquanto nos Estados Unidos e na Europa o prêt-à-porter alcança uma qualidade invejável e consegue fazer preços acessíveis a todas as camadas, aqui, no Brasil, o bom prêt-à-porter ainda custa alto, por falta de mão-de-obra. E apesar de essa indústria estar se desenvolvendo rapidamente (especialmente em São Paulo), ainda é mais barato um vestidinho feito em costureira, em moldes quase que de artesanato.

A NOVA MODA

Hoje é o desfile de Cardin, em Paris. Até aqui, nada de detalhes da nova moda lançada pelos costureiros (para nós, para a meia-estação e verão do próximo ano) foi ventilado. O pouco que se sabe é que os sapatos babouche vão virar mania carioca dentro em breve (lançados pela Rastro). São sapatilhas com ponta revirada, sem calcanhar, de origem árabe. Que as túnica à chinesa vêm por aí, que as salas continuarão curtíssimas.

RUMO AOS ESTADOS UNIDOS

Mais um grupo de artistas brasileiros prepara-se para "fazer os Estados Unidos". As baianinhas do Quarteto em Cy, Marcos Vale e Oscar Castro Neves embarcam para Los Angeles no próximo domingo, para participar do Andy-William's Show, programa em cores e coast-to-coast, que tradicionalmente apresenta a música do Brasil. O grupo viaja sob o patrocínio do Departamento Cultural do Itamarati. Mas o pessoal viaja pela Aerolíneas Peruanas.

A TRÁGICA VOLTA DE CABO FRIO

Domingo à noite, a volta de Cabo Frio constituía-se numa verdadeira tragédia, com uma fila de quilômetros de carros que das 7h às 11h da noite esperavam lugar para atravessar a baía. Aliás, também a ida a Cabo Frio é uma aventura das mais sinistras: a estrada anda tão esburacada que os turistas estrangeiros, já sabendo de suas condições, só aceitam fazer o passeio indo e voltando de avião.

VAMOS AO TEATRO

COLÉ E SILVA FILHO

apresentam no

TEATRO CARLOS GOMES

a revista-show que é uma brasa

CARNAVAL EM STRIP-TEASE

com 4 audaciosos e simultâneos strip-teases
Sessões contínuas às 17,10, 19,10 e 21,30
A seguir: "DE COSTA A COISA VAI"

PREÇO
2.000
ESTUD.
1.000



TEATRO COPACABANA
OSCAR ORNSTEIN apresenta
por deferência de Maurice Vaneau
Produções Artísticas Ltda.
YONÁ MAGALHÃES e CARLOS ALBERTO

"UM AMOR SUSPICAZ"
Direção: MAURICE VANEAU
Tradução: Millôr Fernandes
Cenário: Pernambuco de Oliveira

HOJE, ÀS 21H30M — Reservas: 57-1818 (ramal Teatro)

TEATRO SANTA ROSA

Hoje, às 21h30m

"O HOMEM DO PRINCÍPIO AO FIM"

de Millôr Fernandes

com: FERNANDA MONTENEGRO — SÉRGIO BRITTO
FERNANDO TORRES
R. Yde. Pirajá, 22 — Tel.: 47-8647 — Ar refrigerado

GOMES LEAL apresenta a revista BARRA LIMP
ELAS SÃO TREMENDONAS!

com COSTINHA, SÔNIA MAMED, Brigitte Darlino, Suzy Montel,
Olga Monti, Betsy Alvarez e grande elenco
ATRAÇÕES: — Lídia Lopez e Miguel Carbajal, Trio Sideral
e Rubens Leite

HOJE, ÀS 20H E 22H

TEATRO RIVAL — Tel.: 22-2721 — Ar refrigerado

TEATRO JOVEM apresenta apenas
4 semanas

"VEM CAMARÁ 67"

(novas histórias de capoeira)

HOJE, ÀS 21H

RESERVAS: TEL. 26-9220

Praia de Botafogo, quase esquina Rua São Clemente



HOJE, ÀS 21H

NO TEATRO NACIONAL DE COMÉDIA

(Ingressos a partir de 1.000)

Adquirir 2 poltronas pelo preço de uma apresentando este anúncio
Permitido traje esporte — Imp. 16 anos — Res.: 22-0271

Agora no **TEATRO SERRADOR**

o grande sucesso

"OS PAIS ABSTRATOS"

de PEDRO BLOCH

com: Glaucia Rocha, Jorge Dória e Darlene Glória
Inaugurando o FESTIVAL DE TEATRO DE COMÉDIA

HOJE, ÀS 21H30M — RESERVAS: 32-8531
Ar Refrigerado Perfeito

Preços
Populares
3.000

JACOB MÃO DE GANCHO
Está a sua espera

na

SALA CECILIA MEIRELES

A ÓPERA DE TRÊS VINTÉNS

HOJE, ÀS 21H

Ar condicionado — Res.: 22-6534

Desc. p/ estud. às 3as, 4as, e 5as-feiras (soirée)

Agora no **TEATRO DE BÓLSO** até DIA 29

MULHER ZERO

QUILÔMETRO

com André Villon, Daisy Lúcid, Luiz Carlos de Moraes

e Agnes Fontoura

HOJE, ÀS 21H30M

Ar refrigerado — Reservas: 27-3122

5 ÚLTIMOS
DIAS

TEATRO DO CONSERVATÓRIO

Praia do Flamengo, 132

apresenta hoje, às 21h uma produção da TNC

O URSO

de Tchecov

A COVA DE SALAMANCA

de Cervantes

UMA CARGA DE LARANJA

de Pereira da Silva

Direção: Maria Clara Machado e Antônio Ghigonetto

PREÇO: CR\$ 1.000 — ESTUDANTES: CR\$ 200

Reservas: 25-7890 — 5 ÚLTIMOS DIAS

"PEQUENOS BURGUESES"

OFICINA

ÚLTIMOS DIAS!

HOJE, ÀS 21H

no MAISON DE FRANCE — Tel.: 52-3456

Dia 10 de fevereiro, OFICINA

estréia sua primeira comédia no Rio

GRUPO OPINIÃO apresenta
5 ÚLTIMOS DIAS

"SE CORRER O BICHO PEGA
SE FICAR O BICHO COME"

de Oduvaldo Vianna Filho e Ferreira Gullar
Com: AGILDO RIBEIRO, MANOEL PERA, MARIA LÚCIA DAHL
e SUZANA DE MORAIS

Part. especial: JAIME COSTA

HOJE, ÀS 21H30M

TEMPORADA POPULAR: CR\$ 3.000

R. Siqueira Campos, 143 — Res.: 36-3497

"A unidade da equipe, a segurança do diretor e a
categoria excepcional do texto, garantem o sucesso!"
(Luiz Alberto Sanz — U. HORA)

"OH QUE DELÍCIA DE GUERRA"

no TEATRO GINÁSTICO

HOJE, ÀS 21H15M — RESERVAS: 42-4521

Traje esporte — Ar refrigerado

CAFÉ-TEATRO CASA GRANDE

Bar-Restaurante

Hoje: **DALILA**

HOJE: BAILE DO TEATRO

AMANHÃ: NOITE DO MUG (lançamento da fantasia do "Mug")

6.ª-FEIRA: BAILE DO PERSONAGEM

Avenida Afrânio de Melo Franco, 300 — Estacionamento próprio

BRIGITE BLAIR apresenta a volta de SPINA

no show-revista

SEXY TIME

com as mais lindas mulheres do

show business guaranbarino

NOVO HORÁRIO, ÀS 23 HORAS

TEATRO MIGUEL LEMOS

R. Miguel Lemos, 51

Reservas: 27-7434 — Ar condicionado perfeito

HOJE,
ÀS
23H

Volta a maior gargalhada de todas as épocas!

ASCENSAO E QUEDA
DE UM PAQUERA

HOJE,
ÀS
21H

de Paulo Silvino — Prod. Brigitte Blair
Com: Brigitte Blair, Paulo Silvino, Maurício Loyola, Henriqueta

Briebe, Edgar Martorelli e apresentando Flávia Balbi.

TEATRO MIGUEL LEMOS

Rua Miguel Lemos, 51 — Reservas: 27-7434 — Ar condicionado

Todas as segundas-feiras tem espetáculo às 21 horas

No MESBLA (nova refrigeração)

O FARDÃO

de Bráulio Pedrosa

A tragédia de uma frustração

sexual e intelectual

três meses de sucesso em São Paulo

Com: Cleide Yacónis, Fauci Arap, Ana Maria

Nabuco, Osmaro Cardoso, Yara Amaral

Figurinos: Bellá Paes Leme

HOJE, ÀS 21H

Reservas pelo telefone 42-4880

Desconto de 50% para estudantes,

as 3as, 4as, e 5as-feiras

TEATRO NACIONAL DE COMÉDIA

Avenida Rio Branco, 179 — Tel.: 22-0367

ESTRÉIA AMANHÃ, ÀS 21H

"RASTO ATRÁS"

de JORGE ANDRADE

Prêmio Serviço Nacional de Teatro

Direção e cenários: Gianni Ratto

Figurinos: Bellá Paes Leme

com um grande elenco

MINI-TEATRO

Figueiredo Magalhães,

268 — Sobrelaja Cine

Condor-Copa

MILTON CARNEIRO e JAIME BARCELOS apresentam

"DE BRECHT A
STANISLAW PONTE PRETA"

com: Aldo de Maio e Camila Amado — Dir.: Antonio Pedro

Estreia dia 10 de fevereiro



GREGORY PECK

SOPHIA LOREN

ALAN BAKER

KEVIN SPACEY

JOHN HOPKINS

JOHN HOPKINS

JOHN HOPKINS

JOHN HOPKINS

JOHN HOPKINS

JOHN HOPKINS

JOHN HOPKINS

JOHN HOPKINS

JOHN HOPKINS

JOHN HOPKINS

JOHN HOPKINS

JOHN HOPKINS

JOHN HOPKINS

JOHN HOPKINS

O QUE HÁ PELO MUNDO

Teatro de Vanguarda

O Teatro Alemão, de Goettingen, acaba de introduzir um programa de espetáculos noturnos com peças de teatro de vanguarda. Nos sábados e domingos haverá, regularmente, após a apresentação normal, mais uma para os notívagos.

A primeira destas representações teve lugar com uma apresentação de exercícios estilísticos sob o título de *Onibus S*, de autoria de Raymond Queneau, em adaptação do francês Paul Vasil, que cuidou também da direção.

Estreia jovem

Uma das maiores sensações no meio musical sueco, nos últimos tempos, foi a estreia profissional do jovem pianista Staffan Scheja que, com a idade de 16 anos, apresentou agora o seu primeiro LP com trechos de Mozart, Nielsen, Schumann, Chopin, Debussy, Grieg e Bartok. A crítica mostrou-se surpreendida com o talento de Staffan, tecendo os maiores elogios à sua técnica (independente da idade), mas não

gostou da escolha musical incluída na gravação. "A inclusão de tantos compositores, se — por um lado — ofereceu a possibilidade de julgar o magnífico comportamento de Staffan em interpretações tão diversas, por outro, deu ao disco uma feição de manta de retalhos", disse um dos críticos.

Brasil-Portugal

149 brasileiros e 83 norte-americanos trabalharam no Portugal Continental durante o ano de 1965 — segundo revelam estatísticas agora publicadas.

No total, os estrangeiros autorizados a trabalhar no Continente eram 3 262, número que se tem mantido aproximadamente nos últimos cinco anos. O grupo predominante foi constituído pelos alemães — 747 — seguindo-se ingleses (580) — e franceses — (450). Contavam-se também 21 nacionais de países africanos, 64 de países asiáticos e 34 apátridas.

Teatro Grego

Londres (B.N.S.) — O Mermaid Theatre, o conhecido teatro londrino situado em pleno coração da City, apresentará

duas pré-estreias de peças britânicas e um ciclo épico de Eurípides no decorrer de sua próxima temporada.

O ciclo de Eurípides deverá se constituir no mais completo ciclo de qualquer autor grego clássico já apresentado na Grã-Bretanha. As peças que o constituirão são *Iphigenia in Aulis*, *Hecuba*, *Electra* e *Orestes* que entre si cobrem o período das Guerras Troianas.

Muito embora *Electra* seja mundialmente famosa, as demais peças serão pela primeira vez profissionalmente apresentadas em Londres. Todas as quatro peças foram es-

pecialmente traduzidas para o inglês por Jack Lindsay.

Dentre as demais produções importantes a serem apresentadas no Mermaid encontram-se *Benito Cereno* baseada em uma história de Herman Melville e formas da terceira parte da conhecida trilogia de Robert Lowell, *The Old Glory*.

A peça, que será estreada a 6 de março próximo, será dirigida por Jonathan Miller, que foi o responsável pela sua direção em Nova Iorque.

A pré-estreia da obra-prima de Calderon *Life a Dream*, em tradução de John Arden, será apresentada posteriormente na mesma temporada.

Evite o fim da semana para a entrega de seu Anúncio Classificado

O Jornal do Brasil mantém 14 agências, espalhadas por todo o Rio, para facilitar esse seu trabalho. E não vai ficar nisso, porque continua abrindo uma nova, cada 4 meses.

Mas não esqueça: seu pequeno anúncio merece a antecipação de sua entrega de pelo menos dois dias. Evite o sábado, evite o atropelo do fim da semana. Você será mais bem atendido. E vai lucrar.

Classificados JB

seu melhor e mais econômico vendedor



A arte de comer e divertir-se!!!

Cozinha internacional.

Pista de danças. Refrigeração perfeita. Sem "couver".

Av. Vieira Souto, 110 — Reservas: 27-0458 e 27-2447

RUY BAR BOSSA

apresenta de terça a domingo

"UMA NOITE PERDIDA COM TUCA E MIÊ"

um show Miê e Böscoli com o conjunto de Menescal

Rua Rodolfo Dantas, 91-B — Copacabana

Reservas: 25-0877 (até às 22 horas)

ARTE & DECORAÇÃO

DÉCOR

CURSO DE TAPETES

Pontos, riscos, marcação do trabalho e

forração: aulas em pequenos grupos.

LÁ ESPECIAL — TAPETON

Rua Toneleros, 356 — Tel.: 37-5917 — Guanabara

STUDIO DE DECORAÇÕES E LACÉ
"O LUXO DO BOM GOSTO SEM O PREÇO DO LUXO"

Dê um aspecto agradável ao seu lar.

Aproveitando o que já tem.

CONSULTAS DE DECORAÇÃO: CR\$ 25.000

CURSO DE DECORAÇÃO: CR\$ 50.000

R. Sousa Lima, 363 — C-03 — Tel. 47-2945 — Pósto 6



HOJE

JOHN PAYNE

ROD CAMERON

FAITH DOMERGUE

MASSACRE

TRAÇO DE SANGUE

SANTA FE PASSAGE

HOJE

BRUNO FLAMENGO

PRIMA DO FLAMENGO

PRIMA DO FLAMENGO

PRIMA DO FLAMENGO

PRIMA DO FLAMENGO

PRIMA DO FLAMENGO

PRIMA DO FLAMENGO

PRIMA DO FLAMENGO

PRIMA DO FLAMENGO

PRIMA DO FLAMENGO

PRIMA DO FLAMENGO

PRIMA DO FLAMENGO

PRIMA DO FLAMENGO

PRIMA DO FLAMENGO



HOJE

GINA Lollobrigida

ALEC GUINNESS

ROBERT MORLEY

Hotel Paraisópolis

PRIMA DO FLAMENGO

PRIMA DO FLAMENGO

PRIMA DO FLAMENGO

PRIMA DO FLAMENGO

PRIMA DO FLAMENGO

PRIMA DO FLAMENGO

PRIMA DO FLAMENGO

PRIMA DO FLAMENGO

PRIMA DO FLAMENGO

PRIMA DO FLAMENGO

PRIMA DO FLAMENGO

PRIMA DO FLAMENGO

PRIMA DO FLAMENGO

PRIMA DO FLAMENGO

PRIMA DO FLAMENGO

PRIMA DO FLAMENGO

PRIMA DO FLAMENGO

Roberto Audi: "COLOMBINA IÊ-IÊ-IÊ" LEVA DINAMITE

Para Roberto Audi, "vai correr muita água até o carnaval". O jovem cantor que gravou Colombina Iê-iê-iê, de Davi Nasser e Roberto Kelly, não acredita em sucessos pré-fabricados.

— Embora não venha dos carnavais antigos, conheço a história e sei que até a terça-feira, muda quase sempre.

— O carnaval é cíclico, no gosto musical. Até valsa já fez sucesso nos três dias, segundo me contou o velho e bom Donga. Mas, a marcha viva, a marchinha, esta é a Rainha do Salão. A última hora, pode surgir um samba quente que anima as ruas e os bailes, mas a marcha-estouro não arreda e reage sempre. Colombina Iê-iê-iê é a marcha que assusta. Porque é ingenua, fácil, simples e agrada às crianças, às senhoras, aos homens, aos adolescentes. O Chacrinha a denominou de Hino Alegre da Juventude no Carnaval de 67 — e ele tem razão.

— O Davi Nasser, que é um dos autores (faz a letra, enquanto o João Roberto Kelly é o responsável pela melodia), conta que certa vez já tinha o carnaval no papo, com a sua Serpentina. A última hora apareceu a Marcha do Gago, gravação que ele, mesmo arranjara para o Oscarito — e tirou o primeiro lugar.

— Tenho percorrido os subúrbios, os bailes do centro, tenho estado nos grandes clubes e viajado a S. Paulo. Em todo o Brasil, a Colombina Iê-iê-iê está com dinamite. Não acredito em vitórias antecipadas, nem para mim nem para os outros. Evidentemente, as marchas-rancho, as marchas bonitas, têm o seu lugar, são cantadas, são elogiadas e ficam mais na lembrança de todos os carnavais. Mas, na hora do estouro da bolada, é a marcha-brasa.

Por um motivo que nem os astrólogos poderiam dizer, o povo subitamente abandona o caminho e se dirige para certa música — e a consagra. O caso de Tristeza, samba que apareceu na reta final, é bem expressivo, e os veteranos falam de outros casos iguais, como Amélia, por exemplo. Houve até música que não foi gravada e ganhou o carnaval: Uma Promessa Que Eu Fiz e Trabalhar, Eu Não.

— É verdade — concluiu Roberto Audi — que a parada é dura e a gente entra para ganhar ou para perder. No carnaval a batalha tem astros de uma resistência assombrosa: Emília, Marlene, Zé Keti, João Dias, Clara Nunes, Jorge Velga, Chacrinha, Risadinha, Gilberto Alves, Joel, Noel Carlos, Quatro Azes e Um Coringa, Blackout, Ari Cordovil, Direinha, Linda — e tantos outros que valorizam as músicas que gravam com uma disposição de guerra que só termina na quarta-feira de cinzas. Nenhum destes que elui e dos outros cujos nomes não me vêm à lembrança — considera-se vencido. Cada um tem a sua reserva de esperança — que é aquele momento inexplicável em que o povo fecha os olhos e muda. Por enquanto, estou na trilha do sucesso. Se o IBOPE fizer hoje uma pesquisa — não haverá música mais executada no Brasil que a Colombina Iê-iê-iê. Porque o carnaval é dos jovens — e eles a compreenderam. Precisam ver como Rosemeri a canta, como Vanderléia a adora, como Denise a solfeja, como toda a Onda Jovem a adotou — e por outro lado, em contraste, como os veteranos a elogiam. Porque é a Colombina dos tempos românticos calçada das botinhas da Jovem Guarda. E é isto que espero seja o Carnaval de 1967: o Carnaval da Colombina Iê-iê-iê.

CARNIVAL



VILA ENTRA NO CARNAVAL COM UM MUNDO DE ILUSÕES

Carnaval de Ilusões, baseado na fantasia das histórias para crianças, é o enredo da Escola de Samba Unidos de Vila Isabel para o desfile deste ano na Avenida Presidente Vargas que, em samba de Gemeu e Martinho, vai recordar para os milhares de foliões cariocas as brincadeiras de boneca, de comidinha, de escola, de soldado e ladrão e o sonho de Cinderela, a história do Gato de Botas e a ciranda, cirandinha.

O mundo encantado das crianças vai ao asfalto em ritmo de samba e os 2 400 passistas e pastoras da azul e branco de Vila Isabel iniciarão seu desfile apresentando a Fada Ilusão, anfitriã do mundo da fantasia criado para as crianças através dos tempos e que se transmite de geração em geração.

O REINO ENCANTADO DO SONHO

A Escola de Samba Unidos de Vila Isabel nasceu há 20 anos atrás, no dia 4 de abril de 1946, e sua própria história é uma história de sonho. Existiam dois pequenos blocos carnavalescos no bairro de Noel Rosa e ambos sonhavam em ser um dia uma grande Escola de Samba. Antônio Fernandes da Silveira realizou o sonho comum e foi o primeiro presidente da Unidos de Vila Isabel que, no ano passado classificou-se em quarto lugar no concurso das 10 grandes Escolas de Samba cariocas.

Depois do sucesso do ano passado — quando a colocação da Vila Isabel quebrou o velho tabu das quatro grandes, Império Serrano, Mangueira, Salgueiro e Portela — até o conceito de grande escola do carnaval carioca mudou: agora existem cinco grandes e não quatro como antigamente. E a Unidos de Vila Isabel está entre elas.

Mas, para conseguir seu feito inédito, a Escola lutou 20 anos começando a desfilar na Praça Onze onde ficou até 1960, quando foi campeã e subiu para a 2.ª categoria, passando a desfilar na Avenida Rio Branco. Com Epopéia do Teatro Municipal, em 1965, adquiriu o direito de desfilar entre as 10 maiores escolas, na Avenida Presidente Vargas.

E para defender seu lugar de honra a Unidos de Vila Isabel, no desfile desse ano vai apresentar o reino encantado dos sonhos infantis que Gemeu e Martinho cantaram assim: "Fantasia... Deusa dos Sonhos esteja presente/ Nos devaneios/ De um inocente/ O soberano das fascinações/ Põe os séres do teu reino encantado/ desfilar para um povo deslumbrado/ Num carnaval de ilusões."

E o chamado do poeta à Fada Ilusão que entrará na Avenida à frente do carro abre-alas que inicia o desfile apresentando a ciranda, cirandinha, cantada pelas

pastoras e passistas da azul e branco "na doce pausa dos folguedos infantis/ repousa a bola e a bonequinha querida/ no turbilhão do carrousel da alegre vida/ Morfeu embala a criança tão feliz/ que num sonho encantador/ viaja ao mundo da fabulação/ terra da riqueza e do fulgor/ de tanta beleza e do esplendor/".

E o bicho da soda — que todas as crianças de todos os lugares já criaram, alimentando com folhas de amoras — é a primeira alegoria da Vila Isabel. E a viagem ao mundo da fabulação do samba-enredo é a história encantadora da Cinderela, onde aparecem os destaques da madrinha, da fada madrinha, o Príncipe Encantado e a alegoria principal da Vila: a abóbora que se transformou em carruagem para levar Cinderela ao baile.

A LITERATURA NO SAMBA

E o desfile da Vila Isabel continua a contar os sonhos infantis, descritos na literatura. O Gato de Botas, Emília e Saci Pererê, com o destaque Isabela como a personagem de Lobato que encantou a vida de todos em suas aventuras. É a segunda parte do enredo e o samba alegre da Vila Isabel canta: "guiada pela fada Ilusão/ se junta às lendárias figuras/ personagens das leituras/ revividas na memória/ que ajusta ao imperfeito/ a perfeição dos conceitos/ de deliciosas histórias/...".

E garotos brincando na rua, o Chapeuzinho Vermelho, bonequinhas, soldadinhos de pipa e jogadores de gude e pião, o seu Lobo, palhaços, malabaristas, patinetes, patins, fadas e os soldados do Príncipe contam: "Neste clima extasiante/ o cortejo deslumbrante/ tudo envolve ao despertar/ e ao mundo da verdade/ retorna o petiz a cantar/ Ciranda, Cirandinha/ Vamos todos cirandar/ Vamos dar a meia volta/ Volta e meia vamos dar/...".

E as Alas Velha Guarda, Bacanas, Gaviões, Sereios, Intocáveis, Ballarinos, Pouco Dinheiro, Uma Nota, Turfistas, Corretores, Estiva, Malabaristas, Os Artistas, Rala Coko, Mocidade, Caprichosa, Baluartes, Sereia, Turma da Madrugada, Turma da Pesada, Turma dos Jogados Fora e Queridos, da Escola de Samba Unidos de Vila Isabel viverão os sonhos das crianças na cadência do samba-enredo do carnaval desse ano.

Garantidos pelo prestígio conquistado no ano passado e com o reforço de quatro conjuntos coreográficos, quatro de passistas, três de baianas e dois coros de canto, mais a presença de Florinda como portabandeira e Edson como 1.º Mestre-Sala, a Unidos de Vila Isabel pretende ganhar o cetro de melhor entre as 10 grandes do Rio, no carnaval desse ano.



Os passistas adultos da Vila Isabel vão contar a fantasia das crianças



Elisabete Gáspar quer reforçar o desfile da Vila



Iara Longo é a Cinderela da Vila Isabel e vai para a Avenida com uma fantasia de Cr\$ 5 milhões

ELISETE É A MADRINHA DE ESCOLA QUE NASCEU



A bandeira da Unidos de Lucas, depois de abençoada, foi beijada pelo padre Geraldo

Uma era do lado direito da estação; a outra, do esquerdo. Uma era a Unidos da Capela; a outra, Aprendiz de Lucas. Agora são uma só: Escola de Samba Unidos de Lucas, e já nasceu com um bom signo — a madrinha é a divina Elisete Cardoso, que sairá nela sob a imagem de Marquesa de Abranches, cantando o samba-enredo Festas Folclóricas do Rio de Janeiro.

Clementina de Jesus e o poeta Hermínio Belo de Carvalho estiveram na festa. O padre Geraldo, da Igreja Nossa Senhora da Conceição, de Parada de Lucas, aos 25 minutos de domingo passado benzeu a nova bandeira e a quadra, rezando, pela manhã, uma missa.

A UNIAO

Deu-se, então, que a alegria dos foliões era enorme: a partir do instante em que Elisete Cardoso desfilou pela quadra, carregando a nova bandeira — cores vermelho e ouro, com um galo, para anunciar uma nova alvorada do samba ali naquela localidade —, o povo bateu palma, as cuicas bramiam alegres, havia muitas estrélas no céu piscando. Havia naquele pano, também, a aliança da fusão: um símbolo montado sobre dois elos de correntes, para lembrar um pouco das antigas.

— As palavras devem ser para ela e não para mim, gente.

Era a fala de Elisete quando os sambistas aplaudiam as duas. A divina já fora porta-estandarte do Turmas de Monte Alegre, em 1936, quando esta era, aliada, rancho. Foi campeã. Emocionada, ela palpitou que isto poderia repetir-se, "seria tão bom". O poeta Hermínio Belo de Carvalho, em estado de graça e na sua humanidade, esforçava-se para representar bem o padrinho, Vinícius de Moraes, que não foi e o pessoal ficou um pouco triste, mas pas-

sou logo, a cerveja estava bem gelada na noite quente. E a turma vibrou quando Elisete anunciou que sairia de Marquesa, cantando o samba-enredo, talvez o mais eletrizante dos que sairão neste carnaval. Tem uma parte que diz assim: Sorvete de Ialá é de coco da Bahia/Sorvete Ialá é de coco da Bahia. A multidão delirou, os sorrisos renasceram como se uma nova aurora surgisse, de repente, em meio à vida. E, realmente, isso aconteceu. E se o Unidos vencesse no carnaval, hein? Era a esperança de cada apaixonado integrante da Escola.

— Talvez eu saindo este ano ela tenha a mesma sorte que o Turmas...

A voz-sorriso da divina embalando os corações ternos de samba.

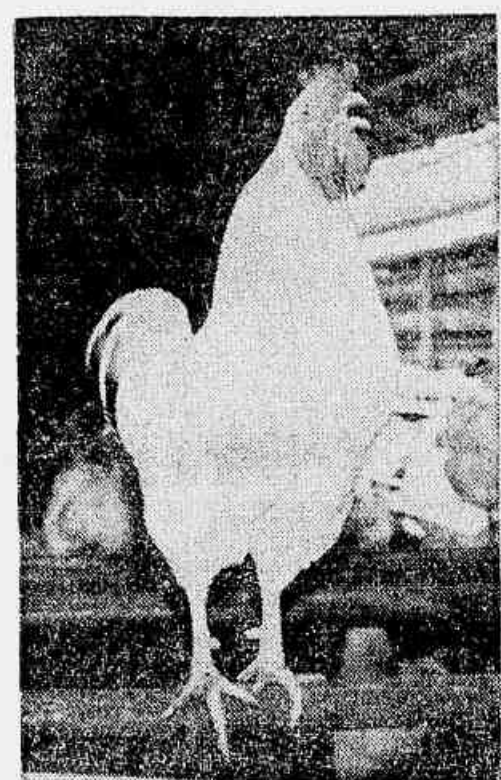
Acabada a cerimônia, após o padrinho e a madrinha receberem um espelho gravado, romperam os surdos, os ganzás. A melodia — feita por Ladi, Hinha, Arlindo e Anatólio — embalava os corações, a cantora apanhou o sol manhã cedinho, a negra Clementina de Jesus, linda, sambava como se no seu corpo houvesse só 17 anos...

Bulalié Bulalié
Bulalié
Aírá é o Xangô
Aírá é o
Agolelé Agolelé
Golê Olorum
Axa Norogô

As pastoras envolviam, os passistas dançavam. Uma mãe levava uma criança no ombro, dormindo ao relento, embalada nos seus poucos meses de nascimento pelo bamboleio do corpo materno. Assim nascia a Escola de Samba Unidos de Lucas.

Granjas

LUIZ OCTAVIO PIRES LEAL



Sómente através de um intensivo trabalho de melhoramento genético pode-se obter um reprodutor de corte como o da foto, que tem uma conformação perfeita. Trata-se do macho White Mountain, produzido pela Hubbard Farms, dos Estados Unidos.

REPRODUTORES HUBBARD JÁ ESTÃO NO BRASIL — Já chegou o primeiro lote de reprodutores importados pela Granja Palácio Leão da Hubbard Farms, dos Estados Unidos, para a produção de pintos de corte. É impressionante a velocidade de crescimento desses reprodutores e sua baixíssima mortalidade.

IMPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS — A SCAL-Rio, empresa agrícola especializada em equipamentos agrícolas, acaba de inaugurar seu departamento de importação de equipamentos elétricos, máquinas de lavar e de classificar ovos, incubadoras, equipamentos completos para o abate e classificação de carcaças, maquinário automático para a fabricação de rações etc. A nova política de vendas da SCAL baseia-se nos melhores produtos do Governo Federal para a importação de máquinas e equipamentos destinados à indústria da alimentação.

ESPECIALIZAÇÃO — Tantas foram, e continuam sendo, os conhecimentos científicos de aplicação prática que a ciência agrícola mundial colocou à disposição dos agricultores que esta atividade passou de simples ocupação subsidiária ou passatempo, à condição de verdadeira indústria com técnicas bastante complexas e especializadas. A pesquisa em nutrição, genética, fisiologia, reprodução, etc., levada à prática, trouxe resultados capazes de tornar insignificantes as previsões mais otimistas de 30 ou 40 anos atrás.

A aplicação dos modernos conhecimentos tornou imprescindível a especialização e hoje, nos países de agricultura avançada, a indústria avícola acha-se dividida em várias fases, vários segmentos, perfeitamente individualizados e caracterizados. Cada atividade especializada exige equipamentos, mão-de-obra, investimentos e tipo de tipo de comercialização diferente. Entre as mais importantes especialidades, lembramos: produção de matrizes, produção de pintos, incubação, produção de ovos de consumo, produção de galos, produção de frangos de corte, produção de frangos de reposição etc.

ISENÇÃO DE IMPOSTO — Estão de parabéns os agricultores da Guanabara, o Governo do Rio de Janeiro e os consumidores de aves e ovos. É que, por ato do Governador, os produtores hortifrutícolas ficarão isentos do pagamento do Imposto de Circulação de Mercadorias que, se fosse cobrado, aniquilaria a avicultura da região.

BRASIL PERDE TÉCNICOS — O Brasil continua perdendo seus técnicos de melhor qualidade que são, cada vez mais, atraídos pelas facilidades e condições oferecidas por outros países, principalmente os Estados Unidos. É esse o caso do veterinário Luís Horta Barbosa, que nos escreve de Indiana, Estados Unidos, onde trabalha na Pfizer, pesquisando o vírus da rubéola. Horta Barbosa, formado pela Escola Nacional de Veterinária, Km. 47 — já está lá há dois anos e explica que ainda não tem planos de voltar ao Brasil.

CORRESPONDÊNCIA — A correspondência para esta seção deverá ser encaminhada ao JORNAL DO BRASIL — GRANJAS — à Avenida Rio Branco, 110, Rio de Janeiro, Guanabara.

BRASIL EXPORTA MATRIZES — A Granja Helder de Nelson do Brasil — H & N — com sede em São Paulo, acaba de exportar 400 matrizes de corte para o Peru, por avião da Braniff. Outros países da América do Sul deverão também receber, proximamente, matrizes exportadas do Brasil, o que constitui motivo de orgulho para a avicultura nacional.

NOVIDADES — Quem quiser ficar sabendo das novidades em matéria de técnica avícola e de todos os movimentos de classe que ocorrem no País deverá ler a revista *Avicultura Brasileira*, editada, mensalmente, pela Editora Brasileira de Agricultura à Rua Buenos Aires, 140, sala 206, na Guanabara.

ELIMINAÇÃO DAS AVES MORTAS — Repórter Azeiteira, publicadora mensal do Molino Fluminense, de distribuição gratuita, lembra que o controle das doenças em um aviário é fator importantíssimo para o sucesso econômico da exploração avícola. Na realidade, é bem frequente observar-se, em aviários comerciais, a dificuldade em se eliminar convenientemente os corpos das aves mortas, embora seja sabido que a eliminação rápida de tais corpos seja de uma das principais formas de controle das doenças. Eis porque a primeira condição técnica que deve ser resolvida pelos agricultores industriais. A melhor solução consiste em instalar na granja fornos crematórios para a incineração total e imediata das aves mortas.

ANIMAIS E AGRICULTURA

PASTORES ALEMÃES LEGÍTIMOS

— Cuiabá, 2000, 2500, 3000, 3500, 4000, 4500, 5000, 5500, 6000, 6500, 7000, 7500, 8000, 8500, 9000, 9500, 10000, 10500, 11000, 11500, 12000, 12500, 13000, 13500, 14000, 14500, 15000, 15500, 16000, 16500, 17000, 17500, 18000, 18500, 19000, 19500, 20000, 20500, 21000, 21500, 22000, 22500, 23000, 23500, 24000, 24500, 25000, 25500, 26000, 26500, 27000, 27500, 28000, 28500, 29000, 29500, 30000, 30500, 31000, 31500, 32000, 32500, 33000, 33500, 34000, 34500, 35000, 35500, 36000, 36500, 37000, 37500, 38000, 38500, 39000, 39500, 40000, 40500, 41000, 41500, 42000, 42500, 43000, 43500, 44000, 44500, 45000, 45500, 46000, 46500, 47000, 47500, 48000, 48500, 49000, 49500, 50000, 50500, 51000, 51500, 52000, 52500, 53000, 53500, 54000, 54500, 55000, 55500, 56000, 56500, 57000, 57500, 58000, 58500, 59000, 59500, 60000, 60500, 61000, 61500, 62000, 62500, 63000, 63500, 64000, 64500, 65000, 65500, 66000, 66500, 67000, 67500, 68000, 68500, 69000, 69500, 70000, 70500, 71000, 71500, 72000, 72500, 73000, 73500, 74000, 74500, 75000, 75500, 76000, 76500, 77000, 77500, 78000, 78500, 79000, 79500, 80000, 80500, 81000, 81500, 82000, 82500, 83000, 83500, 84000, 84500, 85000, 85500, 86000, 86500, 87000, 87500, 88000, 88500, 89000, 89500, 90000, 90500, 91000, 91500, 92000, 92500, 93000, 93500, 94000, 94500, 95000, 95500, 96000, 96500, 97000, 97500, 98000, 98500, 99000, 99500, 100000, 100500, 101000, 101500, 102000, 102500, 103000, 103500, 104000, 104500, 105000, 105500, 106000, 106500, 107000, 107500, 108000, 108500, 109000, 109500, 110000, 110500, 111000, 111500, 112000, 112500, 113000, 113500, 114000, 114500, 115000, 115500, 116000, 116500, 117000, 117500, 118000, 118500, 119000, 119500, 120000, 120500, 121000, 121500, 122000, 122500, 123000, 123500, 124000, 124500, 125000, 125500, 126000, 126500, 127000, 127500, 128000, 128500, 129000, 129500, 130000, 130500, 131000, 131500, 132000, 132500, 133000, 133500, 134000, 134500, 135000, 135500, 136000, 136500, 137000, 137500, 138000, 138500, 139000, 139500, 140000, 140500, 141000, 141500, 142000, 142500, 143000, 143500, 144000, 144500, 145000, 145500, 146000, 146500, 147000, 147500, 148000, 148500, 149000, 149500, 150000, 150500, 151000, 151500, 152000, 152500, 153000, 153500, 154000, 154500, 155000, 155500, 156000, 156500, 157000, 157500, 158000, 158500, 159000, 159500, 160000, 160500, 161000, 161500, 162000, 162500, 163000, 163500, 164000, 164500, 165000, 165500, 166000, 166500, 167000, 167500, 168000, 168500, 169000, 169500, 170000, 170500, 171000, 171500, 172000, 172500, 173000, 173500, 174000, 174500, 175000, 175500, 176000, 176500, 177000, 177500, 178000, 178500, 179000, 179500, 180000, 180500, 181000, 181500, 182000, 182500, 183000, 183500, 184000, 184500, 185000, 185500, 186000, 186500, 187000, 187500, 188000, 188500, 189000, 189500, 190000, 190500, 191000, 191500, 192000, 192500, 193000, 193500, 194000, 194500, 195000, 195500, 196000, 196500, 197000, 197500, 198000, 198500, 199000, 199500, 200000, 200500, 201000, 201500, 202000, 202500, 203000, 203500, 204000, 204500, 205000, 205500, 206000, 206500, 207000, 207500, 208000, 208500, 209000, 209500, 210000, 210500, 211000, 211500, 212000, 212500, 213000, 213500, 214000, 214500, 215000, 215500, 216000, 216500, 217000, 217500, 218000, 218500, 219000, 219500, 220000, 220500, 221000, 221500, 222000, 222500, 223000, 223500, 224000, 224500, 225000, 225500, 226000, 226500, 227000, 227500, 228000, 228500, 229000, 229500, 230000, 230500, 231000, 231500, 232000, 232500, 233000, 233500, 234000, 234500, 235000, 235500, 236000, 236500, 237000, 237500, 238000, 238500, 239000, 239500, 240000, 240500, 241000, 241500, 242000, 242500, 243000, 243500, 244000, 244500, 245000, 245500, 246000, 246500, 247000, 247500, 248000, 248500, 249000, 249500, 250000, 250500, 251000, 251500, 252000, 252500, 253000, 253500, 254000, 254500, 255000, 255500, 256000, 256500, 257000, 257500, 258000, 258500, 259000, 259500, 260000, 260500, 261000, 261500, 262000, 262500, 263000, 263500, 264000, 264500, 265000, 265500, 266000, 266500, 267000, 267500, 268000, 268500, 269000, 269500, 270000, 270500, 271000, 271500, 272000, 272500, 273000, 273500, 274000, 274500, 275000, 275500, 276000, 276500, 277000, 277500, 278000, 278500, 279000, 279500, 280000, 280500, 281000, 281500, 282000, 282500, 283000, 283500, 284000, 284500, 285000, 285500, 286000, 286500, 287000, 287500, 288000, 288500, 289000, 289500, 290000, 290500, 291000, 291500, 292000, 292500, 293000, 293500, 294000, 294500, 295000, 295500, 296000, 296500, 297000, 297500, 298000, 298500, 299000, 299500, 300000, 300500, 301000, 301500, 302000, 302500, 303000, 303500, 304000, 304500, 305000, 305500, 306000, 306500, 307000, 307500, 308000, 308500, 309000, 309500, 310000, 310500, 311000, 311500, 312000, 312500, 313000, 313500, 314000, 314500, 315000, 315500, 316000, 316500, 317000, 317500, 318000, 318500, 319000, 319500, 320000, 320500, 321000, 321500, 322000, 322500, 323000, 323500, 324000, 324500, 325000, 325500, 326000, 326500, 327000, 327500, 328000, 328500, 329000, 329500, 330000, 330500, 331000, 331500, 332000, 332500, 333000, 333500, 334000, 334500, 335000, 335500, 336000, 336500, 337000, 337500, 338000, 338500, 339000, 339500, 340000, 340500, 341000, 341500, 342000, 342500, 343000, 343500, 344000, 344500, 345000, 345500, 346000, 346500, 347000, 347500, 348000, 348500, 349000, 349500, 350000, 350500, 351000, 351500, 352000, 352500, 353000, 353500, 354000, 354500, 355000, 355500, 356000, 356500, 357000, 357500, 358000, 358500, 359000, 359500, 360000, 360500, 361000, 361500, 362000, 362500, 363000, 363500, 364000, 364500, 365000, 365500, 366000, 366500, 367000, 367500, 368000, 368500, 369000, 369500, 370000, 370500, 371000, 371500, 372000, 372500, 373000, 373500, 374000, 374500, 375000, 375500, 376000, 376500, 377000, 377500, 378000, 378500, 379000, 379500, 380000, 380500, 381000, 381500, 382000, 382500, 383000, 383500, 384000, 384500, 385000, 385500, 386000, 386500, 387000, 387500, 388000, 388500, 389000, 389500, 390000, 390500, 391000, 391500, 392000, 392500, 393000, 393500, 394000, 394500, 395000, 395500, 396000, 396500, 397000, 397500, 398000, 398500, 399000, 399500, 400000, 400500, 401000, 401500, 402000, 402500, 403000, 403500, 404000, 404500, 405000, 405500, 406000, 406500, 407000, 407500, 408000, 408500, 409000, 409500, 410000, 410500, 411000, 411500, 412000, 412500, 413000, 413500, 414000, 414500, 415000, 415500, 416000, 416500, 417000, 417500, 418000, 418500, 419000, 419500, 420000, 420500, 421000, 421500, 422000, 422500, 423000, 423500, 424000, 424500, 425000, 425500, 426000, 426500, 427000, 427500, 428000, 428500, 429000, 429500, 430000, 430500, 431000, 431500, 432000, 432500, 433000, 433500, 434000, 434500, 435000, 435500, 436000, 436500, 437000, 437500, 438000, 438500, 439000, 439500, 440000, 440500, 441000, 441500, 442000, 442500, 443000, 443500, 444000, 444500, 445000, 445500, 446000, 446500, 447000, 447500, 448000, 448500, 449000, 449500, 450000, 450500, 451000, 451500, 452000, 452500, 453000, 453500, 454000, 454500, 455000, 455500, 456000, 456500, 457000, 457500, 458000, 458500, 459000, 459500, 460000, 460500, 461000, 461500, 462000, 462500, 463000, 463500, 464000, 464500, 465000, 465500, 466000, 466500, 467000, 467500, 468000, 468500, 469000, 469500, 470000, 470500, 471000, 471500, 472000, 472500, 473000, 473500, 474000, 474500, 475000, 475500, 476000, 476500, 477000, 477500, 478000, 478500, 479000, 479500, 480000, 480500, 481000, 481500, 482000, 482500, 483000, 483500, 484000, 484500, 485000, 485500, 486000, 486500, 487000, 487500, 488000, 488500, 489000, 489500, 490000, 490500, 491000, 491500, 492000, 492500, 493000, 493500, 494000, 494500, 495000, 495500, 496000, 496500, 497000, 497500, 498000, 498500, 499000, 499500, 500000, 500500, 501000, 501500, 502000, 502500, 503000, 503500, 504000, 504500, 505000, 505500, 506000, 506500, 507000, 507500, 508000, 508500, 509000, 509500, 510000, 510500, 511000, 511500, 512000, 512500, 513000, 513500, 514000, 514500, 515000, 515500, 516000, 516500, 517000, 517500, 518000, 518500, 519000, 519500, 520000, 520500, 521000, 521500, 522000, 522500, 523000, 523500, 524000, 524500, 525000, 525500, 526000, 526500, 527000, 527500, 528000, 528500, 529000, 529500, 530000, 530500, 531000, 531500, 532000, 532500, 533000, 533500, 534000, 534500, 535000, 535500, 536000, 536500, 537000, 537500, 538000, 538500, 539000, 539500, 540000, 540500, 541000, 541500, 542000, 542500, 543000, 543500, 544000, 544500, 545000, 545500, 546000, 546500, 547000, 547500, 548000, 548500, 549000, 549500, 550000, 550500, 551000, 551500, 552000, 552500, 553000, 553500, 554000, 554500, 555000, 555500, 556000, 556500, 557000, 557500, 558000, 558500, 559000, 559500, 560000, 560500, 561000, 561500, 562000, 562500, 563000, 563500, 564000, 564500, 565000, 565500, 566000, 566500, 567000, 567500, 568000, 568500, 569000, 569500, 570000, 570500, 571000, 571500, 572000, 572500, 573000, 573500, 574000, 574500, 575000, 575500, 576000, 576500, 577000, 577500, 578000, 578500, 579000, 579500, 580000, 580500, 581000, 581500, 582000, 582500, 583000, 583500, 584000, 584500, 585000, 585500, 586000, 586500, 587000, 587500, 588000, 588500, 589000, 589500, 590000, 590500, 591000, 591500, 592000, 592500, 593000, 593500, 594000, 594500, 595000, 595500, 596000, 596500, 597000, 597500, 598000, 598500, 599000, 599500, 600000, 600500, 601000, 601500, 602000, 602500, 603000, 603500, 604000, 604500, 605000, 605500, 606000, 606500, 607000, 607500, 608000, 608500, 609000, 609500, 610000, 610500, 611000, 611500, 612000, 612500, 613000, 613500, 614000, 614500, 615000, 615500, 616000, 616500, 617000, 617500, 618000, 618500, 619000, 619500, 620000, 620500, 621000, 621500, 622000, 622500, 623000, 623500, 624000, 624500, 625000, 625500, 626000, 626500, 627000, 627500, 628000, 628500, 629000, 629500, 630000, 630500, 631000, 631500, 632000, 632500, 633000, 633500, 634000, 634500, 635000, 635500, 636000, 636500, 637000, 637500, 638000, 638500, 639000, 639500, 640000, 640500, 641000, 641500, 642000, 642500, 643000, 643500, 644000, 644500, 645000, 645500, 646000, 646500, 647000, 647500, 648000, 648500, 649000, 649500, 650000, 650500, 651000, 651500, 652000, 652500, 653000, 653500, 654000, 654500, 655000, 655500, 656000, 656500, 657000, 657500, 658000, 658500, 659000, 659500, 660000, 660500, 661000, 661500, 662000, 662500, 663000, 663500, 664000, 664500, 665000, 665500, 666000, 666500, 667000, 667500, 668000, 668500, 669000, 669500, 670000, 670500, 671000, 671500, 672000, 672500, 673000, 673500, 674000, 67450

